

Pastoral Catequética

revista de catequese e educação

37 / 38

«Fazei tudo o que Ele vos disser»

Jo 2, 5

**A Maria com amor: olhares sobre a Mãe do Redentor
a partir da espiritualidade [9-21]**

ALEXANDRE FREIRE DUARTE

**Que desafios se colocam à Escola Católica
como espaço de evangelização [23-32]**

D. JOSÉ ORNELAS CARVALHO

**O lugar do Evangelho na missão da Escola Católica
A educação segundo o Papa Francisco [33-43]**

D. ILÍDIO PINTO LEANDRO

**«Entre a angústia e a esperança».
Uma leitura das condições da existência humana
na contemporaneidade [47-85]**

AMÉRICO PEREIRA

**A família no contexto atual:
interpelações à visão cristã da vida [87-110]**

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO

**Educar contra a indiferença.
A melhor ponte é aquela que independentemente
de quem a constrói,
serve para ser atravessada** [111-118]

MICAEL PEREIRA

**Nobreza na Educação: caminhos virtuosos
no (re)conhecimento da dignidade humana** [119-129]

HELENA MARUJO

**Viver o teu tempo de morrer:
uma responsabilidade e um privilégio humano!** [131-142]

FILIPE ALMEIDA

**O respeito pela dignidade do corpo
e a(s) questão(ões) do aborto** [143-146]

BERTA CATALÃO

**Mobilidade humana: sonhos de profeta,
pergunta de Deus** [147-153]

IR. JULIETA DIAS, RSCM

Da hostilidade à hospitalidade [155-157]

ANDRÉ COSTA JORGE

**Mercadoria humana:
exploração oculta, invisibilidade das vítimas** [159-171]

IR. JÚLIA BACELAR, AESC

Todo o Homem é maior que o seu erro [173-177]

CLÁUDIA ASSIS TEIXEIRA

Comunidade e Família na educação cristã [181-200]

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO

O catequista, discípulo que acompanha [201-233]

P. TIAGO MIGUEL FIALHO NETO

Não há ventos favoráveis para barco sem destino

(Séneca – 4 a.C.-65 d.C.) [235-249]

LUÍS MANUEL PEREIRA DA SILVA

Novas tecnologias na evangelização [251-264]

P. LUÍS MIGUEL FIGUEIREDO RODRIGUES

Piedade popular e oração em família [265-271]

IR. JOSEFINA CABRAL TEIXEIRA, MRSCJ

Edição e Propriedade

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Contribuinte: 501104038

Quinta do Bom Pastor – Estrada da Buraca, N.ºs 8-12

1549-025 LISBOA

Telef.: 21 885 12 85 Fax: 21 885 13 55

E-Mail: snec@snec.pt

Diretor

Acácio José Pereira Lopes

Conselho de Redação

Manuel Pelino Domingues, Anacleto Oliveira, António Francisco dos Santos,
António Moiteiro Ramos, Nuno Brás Martins, Cristina Sá Carvalho.

Sede da Redação

Quinta do Bom Pastor – Estrada da Buraca, N.ºs 8-12

1549-025 LISBOA

Paginação e Montagem

Ângela Baptista

Tiragem

550 exemplares

Condições de assinatura

Número Avulso: 6 Euros

Assinatura Anual (3 números): 15 Euros

Ideografia

Aristides Dourado

Nº de Registo

124627

Impressão

GRÁFICA ALMONDINA

Zona Industrial

2354-909 Torres Novas

Depósito legal

221 724/05

Esta revista encontra-se à venda em Livrarias Religiosas

Editorial

DIÁC. ACÁCIO JOSÉ PEREIRA LOPES (*)

Publicamos no final deste primeiro semestre de 2017 mais um número duplo da revista «Pastoral Catequética» (nºs. 37/38). É constituído por um amplo e abrangente conjunto de textos, diversificado na multiplicidade dos temas que aborda e vasto quanto aos objetivos, tendo em conta a pluralidade de preocupações e interesses específicos correspondentes à diversidade dos nossos leitores.

Não quisemos deixar passar o ano de 2017 sem assinalarmos, também nós, a celebração do centenário das Aparições da Virgem Maria, em Fátima. Por isso mesmo, o texto com que abrimos este número duplo, redigido expressamente para a nossa Revista pelo Dr. Alexandre Duarte, apresenta-se como um testemunho de amor a Maria, mãe do Redentor e nossa Mãe. Uma abordagem espiritual de apelo à conversão “que transformará o nosso coração de pedra (...) num coração tocado pela carícia da misericórdia do Deus-Amor (...) tornado suscetível de ser habitado pelo Espírito do amor que Jesus nos confia ao também confiar a Sua mãe”. Como afirma o autor, “Maria é (...) como que um sacramento da ternura materna de Deus por nós e (...) uma outra nossa mãe espiritual na grande mãe que é a Igreja”. No fundamental, não é outra a mensagem transmitida, em Fátima, aos pastorinhos e, por meio deles, a todos nós.

Na segunda parte da nossa Revista apresentamos os textos das intervenções de dois dos nossos Bispos (D. José Ornelas e D. Ilídio Leandro) em outras tantas Jornadas locais interdiocesanas realizadas no âmbito de uma reflexão sobre as nossas escolas católicas, tendo como questão de fundo: «Que desafios se colocam à escola católica como espaço de evangelização?». São intervenções

(*) Diretor.

que, seguindo percursos e estratégias de comunicação diferentes, partem de princípios idênticos e apresentam perspetivas complementares, de igual valor e importância, na construção de projetos educativos postos ao serviço da formação integral da pessoa humana, do desenvolvimento sustentado da sociedade e da missão evangelizadora da Igreja.

A terceira parte deste número da «Pastoral Catequética» é composta por um conjunto alargado de textos referentes às diversas comunicações apresentadas no Fórum de formação de professores de Educação Moral e Religiosa Católica, realizado em duas sessões: Lisboa (janeiro de 2017) e Porto (fevereiro de 2017). O tema subjacente a todas as comunicações apresentadas, «Dignidade da vida humana – Um percurso em construção numa escola com lu(cide)z», permitiu aos autores percorrer, de modo diferenciado, abrangente e complementar, muitas das problemáticas abordadas pelos atuais programas de EMRC nos vários anos de escolaridade a que se destinam, de modo particular as referentes ao Ensino Secundário.

Preenchemos a quarta, e última, parte desta «Pastoral Catequética» com as comunicações apresentadas no 56.º Encontro Nacional da Catequese, realizado em Santarém no passado mês de abril, que abordou, essencialmente, o lugar e o papel dos pais, das famílias, das comunidades cristãs e dos catequistas e a utilização sensata e criteriosa das novas tecnologias na renovação de uma autêntica e exigente pastoral catequética.

Trata-se de um número extenso, muito diversificado nos temas que aborda, mas que, por isso mesmo, poderá proporcionar aos nossos leitores um manancial extremamente rico de recursos para uma reflexão atenta, integrada e integradora, e tão objetiva quanto possível, dos desafios complexos, mas apaixonantes, duma autêntica educação cristã.

Fátima
1917 - 2017

A Maria com amor: Olhares sobre a Mãe do Redentor a partir da espiritualidade

ALEXANDRE FREIRE DUARTE (*)

*«Amar é, desde logo, ser vulnerável.
Aquele que ama vê o seu coração ser torcido
e possivelmente quebrado»*

C.S. Lewis – *Os quatro amores*

Olhares para os contextos

Como tudo na vida, e nas suas extensões reais, há momentos e momentos separados por instantes em que a vida pode mudar para sempre ao transformar essas singularidades temporais, resgatadas em compromissos espirituais únicos, em pequenas eternidades. O autor do *Livro de Qohelet*, essa elaboração antibucólica devastadora, já o afirmou de modo virtualmente insuperável há mais de dois mil anos. A atitude dos católicos para com Maria, sem se ter saltado de centúria em centúria por receio de se chegar atrasado, também tem variado através do correr incessante dos séculos. Após o II Concílio do Vaticano, uma onda de ar frio atravessou os exuberantes campos da consideração católica por Maria, e muitas das flores neles presentes, definharam, por falta de atenção ao que se poderia fazer com o “tempo novo” – e não o “novo tempo”, com que alguns ilusos iludiram tanta gente – que estava a ser dado. Não há dúvida, a

(*) Doutor em Teologia pela Universidad Pontificia Comillas|Madrid; especialista em Teologia espiritual e mística. Docente no Centro de Cultura Católica do Porto e na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (Braga e Porto).

não ser que se queira bradar sem cessar e sem sucesso, que parte desse ar polar se dirigia, por entre os pingos de santidade das lágrimas de Deus, a ervas daninhas que foram surgindo ao longo do tempo. Ervas estas, que haviam – como se fossem uma qualquer “vinha do enforcado” – envolvido, obscurecido e distorcido, de um jeito literalmente assombroso, muitas das mais importantes afirmações mariológicas e devoções marianas. Todavia, ao se ter querido eliminar aquelas ervas, por palavras e gestos desequilibrados por causa de uma rigidez na busca do equilíbrio, parte substancial destas afirmações foram esmorecendo e sendo colocadas de lado.

Nos dias de hoje, porém e graças a uma progressiva difusão da mariologia conciliar, a temperatura dos ventos que, influenciados por misteriosas marés, percorrem aqueles terrenos foi tornando-se mais moderada e, assim, mais duradoira. Com efeito, Maria deixou de ser vista de um modo isolado e passou a ser encarada, quer à luz de Cristo Jesus, quer da natureza e da vocação da Igreja. Ou seja e respetivamente: quer do Fundamento, imensamente subtil, de tudo o que foi dito dogmaticamente acerca de Maria enquanto corolário de quem tal Fundamento é, quer do horizonte, não menos grácil, diante do qual Maria deve ser encarada enquanto uma das mais insignes crentes n’Aquele. Deste modo, e num canto continuado exercitado sobre as cadências civilizacionais, passou-se a evitar, no discurso sobre a mesma, dois extremos igualmente perversos, que apenas deleitam quem quer dividir pelo desamor e não unificar pelo amor: o do excesso, essa incapacidade de desfrutar da felicidade, e o do defeito, essa consequência pós-traumática da infelicidade.

Este breve texto de espiritualidade cristã, que, de certo modo, é o resquício de algo que poderia ter surgido noutra palco menos irreparável, pretende ser apenas um honesto testemunho de amor a Maria que seja condizente com as mais amenas e sóbrias brisas que referimos. A Maria, portanto, com amor.

Olhares para a virgindade

O primeiro aspeto que gostaríamos de, para aqui, trazer à atenção, enquanto presença da mente para algo que faz-nos estar desatentos a tudo o mais, é a condição essencial e peculiar de Maria – o seu rudimento de realidade. Acabámos de dizer “essencial e peculiar”, pois nuclear e definidora da sua identidade, mas não no sentido de “exclusividade”, dado que, como

iremos ver ao longo destas palavras, o que Maria foi, e é, todos nós, embora de distintos modos irreiteráveis, podemos ser e viver. Tal condição, constante ao contrário de toda a água incontida, é a de ser a toda-irmã à imagem de uma Trindade eternamente irmã. Uma Trindade em que cada uma das Pessoas, em Quem subsiste o Deus-Amor, vive, mesmo na Sua plena e libérrima autodoação que não deixa o mais pequeno vestígio de narcisismo autocomplacente, numa inteireza e unificação de vida. No caso de Maria, isto significa, num registo de apreensão dos poemas ideais, que a sua liberdade esteve sempre liberta e a sua vida sempre viva, num romper, determinante e determinado, com os determinismos involuntários da espécie humana.

Eis o motivo de se ter dito, numa transposição positiva que tornou o mito em realidade, que Jesus, que redimiou pelo amor toda a humanidade – e, assim, a Sua própria mãe –, não nasceu de uma pessoa dominada pelas inclinações do sangue ou da carne formada pelas cadeias, sucessivas e de titubeante hierarquia, de elos biológicos. Ele, pelo contrário, nasceu de alguém que foi, na medida da máxima possibilidade inerente a alguém meramente humano, uma imensa transparência espiritual. Transparência em dois sentidos que permitem, cada um a seu modo, não só dar a ver a Beleza e a Luz do Deus-Amor que por si era amado, mas, igualmente e em termos vestibulares, a permitiram ser, como disse inigualavelmente Dante Alighieri na sua *“Divina Comédia”*, filha do seu Filho. A saber: transparência em si mesma – enquanto tendencialmente isenta de dobras egoístas que ensombrassem a sua pessoa – e transparência de Deus – enquanto diafania da presença atuante do Deus-Amor na sua pessoa. Ser irmã, em qualquer lugar revelatório, não é ser senão isto – a pertença total a Deus lançada, axiomáticamente, aquém de registos estilísticos –, podendo, em alguns casos e como pode ser lido nos relatos evangélicos, ser concomitante com os sinais físicos comumente associados a tal realidade. Sinais estes que, do ponto de vista espiritual e assim carentes de qualquer amnésia fragmentária, só têm valor enquanto sinais daquela virgindade de coração.

Se Maria não tivesse sido irmã no sentido ontológico que acabámos de mencionar – uma virgindade não só *inicial*, mas, profetizando frêmitos emergentes, igualmente *original* –, a Incarnação de Deus-Filho não teria sido possível de ocorrer do modo como sucedeu. Quer dizer: como um despojamento de Si numa moldura, vagamente intimada sem alguma indecisão, de pobreza, dependência, mansidão, perdão, misericórdia, pureza de coração e uma paz que começa sempre com a permissão empática

para que o outro seja. Só alguém que transcendera os estridentes instintos da herança meramente psicológica de uma natureza humana ferida, pela obstinada cegueira da ambição da rapidez espiritual, podia dar o seu coração para ser o seio daquela Incarnação. Uma rapidez, inversamente proporcional aos graus de esquecimento, que levou a um querer antecipar, através da reivindicação de um suposto direito, ao dom da Divinização. Um dom permitido, precisamente, pela mencionada Incarnação que, enquanto aurora da nossa salvação, consumou os, por Deus, eternamente desejados, até à aceitação do definhamento de Si num combate mundanamente invencível, esponsais entre Aquele e a humanidade.

Por vezes, devido a uma saturação dos nossos recursos espirituais parcamente alimentados, idealizamos a Anunciação/Incarnação, como se tudo tivesse sido fácil para Maria, afastando-a, assim, de umas nossas vidas em que, de qualquer forma que a codifiquemos e (ou) descodifiquemos, tudo parece tão complicado. Ela, por um lado, sempre cheia de lucidez e sem ilusões; nós, por outro, continuamente cheios de opacidade e desilusões. Apesar de tal compressora ilusão de ótica córdica, o facto é que, quer ela, quer nós, vivemos em tempos em que as promessas divinas parecem estar afastadíssimas nas nossas vidas: onde está, Senhor, a Tua salvação? Onde está, Senhor, a Tua paz? Onde está, Senhor, a Tua libertação? Onde estão, Senhor, as tuas promessas? O essencial, no entanto e conquanto concebamos que a consciência nunca se contenta com meias-verdades, é podermos compreender que, tal como Maria pôde fazer graças à sua virgindade, nós, e não esta ou aquela circunstância exterior, é que somos, quando a elas nos abrimos, tais realidades. Nós, sem qualquer risco de assimilação controversa, é que podemos ser a salvação, a paz, a libertação e as promessas do Senhor. Se tivermos consciência disto, os horizontes das nossas vidas, já entretecidos de discretos dons divinos, abrem-se numa diafania à sempre presente fidelidade divina – essa com que só o absurdo descrente recusa comprometer-se. Não é Deus, mas tristemente nós que, por vezes, não estamos presentes no “ponto de encontro” desta fidelidade que nos virginiza espiritualmente, por mais que, para o mundano que existe no Mundo, tudo isto possa parecer uma esterilidade em vez de um mistério.

Olhares para a contemplação

Mas como é que Maria, por vezes agitada por tão humanas incompreensões legítimas, logrou tal virgindade? Como é que ela, em cima de toda a circunspeção discernível, pôde ser o “*faça-se*” humano ao Deus-Amor que quis re-oferecer o sentido teológico à existência depois desta, naquilo que a fez uma quase realidade espectral, o ter quase que perdido totalmente pelo contrassenso ilógico do desamor? Do mesmo modo que qualquer um de nós poderia lograr aquela e, ao mesmo tempo, ser aquele: por uma contemplação amorosa, isenta de todo o luxo, do Deus-Amor presente numa Criação feita, particularmente no ser humano, ostensório de Si. Contemplação, não, evidentemente, como uma insulação alienante de si e das ocorrências em que estava inserida: isso seria a perversão, desenvolta e total, dessa capacidade vocacional humana. A verdadeira contemplação, vivida por Maria e a poder ser vivida por cada um de nós, só é corretamente entendida enquanto a orientação de toda uma afetividade – que molda a percepção – para um Deus que, sendo a Inocência infinita de uma eterna Páscoa, nos deseja e busca apaixonadamente. Deus, que pela Incarnação começou a substanciar o perdão ao imperdoável, não é um imóvel bloco de gelo indiferente à nossa vida. Ele é um fluir constante de amor compassivo que, por mais doloroso que possa ser para o nosso egoísmo, forma a linha de horizonte, sempre em discreto recesso garantizante da nossa liberdade, da nossa existência.

Aquele sujeito e – por maioria de razão – aquele crente que, como Maria e pelo amor acolhido e cuidado que não isenta de uma imensa vulnerabilidade, não se dobra sobre si mesmo, tem a sua afetividade tornada, numa nova aritmética baseada na multiplicação e não na divisão, excêntrica e direcionada para o mistério do amor incalculável do Deus-Amor. Desse modo, ele vê os seus sentidos corporais e espirituais afinados e sintonizados para, numa errância nómada, ler os gradientes das linhas isoamóricas que nos ajudam a deslindar os pontos capitais da intervenção tão-somente amorosa de Deus. Aqueles pontos espirituais que, recordando que não há um caminho para Deus que não seja o mesmo caminho seguido por Deus para vir até nós, iluminam a senda que nós mesmos devemos trilhar. E isto, numa subida que, atravessando a distribuição de todas as falsas origens lexicais, não pode ser senão uma eterna descida até à infinita origem de uma bondade que, tremeluzentemente, lança a sua luz em todos os recônditos recantos da aspereza humana. Eis aquilo que, fazendo nós emigrar as nossas palavras para o âmago de toda

a franqueza, pode ser tido como única norma para a maior aventura em que podemos desejar estar envolvidos: a da construção libertadora da nossa liberdade sobre os afetos que, oscilando entre a interioridade e a exterioridade, nos orientam ao amor maior e, especialmente, melhor.

Esta contemplação estruturante e estrutural, infalivelmente amorosa, está, devido à sua própria natureza, sempre nuclearmente orientada para uma doação aos demais que é sempre verificável empiricamente. Doação não tanto de “coisas”, mas, sobretudo e em toda a gama de ocasiões, de si mesmo. Como toda a doação, e mais ainda toda a oferta – que é uma faceta de doação em que se antecipa a formulação, pelo amado, do que ele necessita e (ou) deseja –, também a de Maria implica sempre uma perda para si. Com efeito, quem se dá perde-se naqueles a quem se dá, pois, subvertendo-se os tempos conhecidos desprovidos de um sentido cairológico, descola-se de si a um ponto tal que passa a ter o seu ponto de gravidade espiritual nestes. Contudo, e como é característico a todo o amor verdadeiro, esse espaço crepuscular entre duas liberdades sagradas e abertas decisivamente a um “terceiro”, isso é um genuíno ganho, dado que, na pobreza assim vivida, está-se a participar num Deus-Amor que é a suma e primigénia Pobreza. E é-o pois, como já tivemos a ocasião de mencionar, cada uma das Pessoas divinas, sem qualquer sinuosidade encadeada, é uma total saída de si; isto é, não retendo, em Si mesma, nada do que é, antes só sendo e subsistindo na sua relação de doação, e de acolhimento tão só para a doação, com as demais.

Olhares para a conversão

No caso concreto e histórico de Maria de Nazaré, tal doação, que lhe permitirá dar à luz virginalmente a Jesus por não ser senão totalmente Sua, teve a máxima expressão numa extraordinária passagem. Uma passagem, genuinamente pascal, de uma relação de Maria com Jesus alicerçada na sua inteligência d’Este como “meu filho”, para outra em que o Mesmo passou a ser encarado pela mesma como “nosso Deus”. Passagem, pois e como qualquer chuva que descarna, do particularismo ao universalismo; da posse à desapropriação, porquanto o que – ou, neste caso, Quem – é de todos não é, nem pode ser – fora de toda a sensação expressiva de alquimias deturpadoras da fidedignidade –, propriedade de ninguém. Eis a, grande e compreensivelmente dolorosa, conversão de Maria: a que a fez deixar de ser uma pessoa singularíssima, por só ter sido o que foi por Jesus ser o seu filho, para passar a ser alguém

que se passou a seguir a Este como os demais crentes. Isto não é, tenha-se bem em atenção, algo que comporte uma diminuição contra-negativa da sua importância: só quem está apegado à lógica do mundano, amante do prestígio e dos privilégios, que existe no Mundo pensará assim. Tal passagem de Maria, é uma expressão, que simultaneamente une e distingue no interface messiânico, da sua genuína importância: a de, como qualquer outro crente, ser mais um grão, sempre bilingue no orbe do amor, na grande seara do Senhor que transformará, de mãos dadas com Deus, o Mundo no todo-inclusivo Reino, na Criação amorosamente governada, a partir do seu íntimo do íntimo, pelo Amor deslumbrante e felicitante que é Deus.

Seguindo, e segundo, o exemplo de Maria, também nós podemos e devemos configurar a nossa vida crente ao redor de uma contínua conversão na linha da busca, ininterrupta e múltipla na sua matriz sempre etimologicamente simples, do amor sempre maior e melhor que é, justamente, a débil força da mais radical conversão. Uma conversão mediante a passagem de uma vida vivida com um Jesus, e com um deus – e não mais um “Deus” –, entendido à “nossa imagem”, para outra mais fácil de conceptualizar do que de traduzir, que é vivida à imagem de Jesus e do Deus-Amor. Isto, que na sua base terá o nosso enamoramento contemplativo que responde ao mais basilar enamoramento de Deus por nós, comportará, e não poderá deixar de comportar, a nossa transformação segundo quatro corolários do amor. Quatro corolários, à primeira vista estranhos no seu desadorno fugidio, salientados e trabalhados, ao longo de quase um século de escritos mais ou menos dispersos, por John Henry Newman e Léonce de Grandmaison e que foram, enfim, sistematizados por Bernard Lonergan na sua grande obra *“Método em Teologia”*.

Em concreto: uma sempre maior *atenção*, particularmente aos movimentos do Deus-Amor na nossa vida mediados por aquela nossa afetividade também em relação com os demais e a Criação; um incessantemente maior *conhecimento*, sobretudo desse Deus-Amor e dos demais a quem só se conhece mediante uma relação experiencial de amor; uma continuamente maior *razoabilidade*, especialmente pelo estarmos abertos à possibilidade de mudança sempre que o amor nos apontar um caminho de maior fecundidade evangélica; e, por fim, uma constantemente maior *responsabilidade*, nomeadamente no passarmos a viver segundo o respondermos, a um olhar

que interpela a nossa ação, com um olhar compassivo que transforma o nosso amor em gestos concretos de misericórdia.

Olhares para a maternidade

Quando Jesus, na Cruz no amor divino e do desamor humano, nos confiou a Sua mãe, nesse momento a viver na mais pura fé além de todo o sentimento e até de toda a memória reflexa, para um duplo cuidado – dela a nós e de nós a ela –, confia-nos duas realidades fundamentais, que só a audácia legada do nosso amor-próprio nos faz esquecer. Recordemo-las, acaso aquele sucedâneo do amor nos tiver feito viver numa asfixia espiritual: por um lado, sintomático com o contexto histórico, o amor infinitamente frágil que dela se fez, livre e voluntariamente, dependente, e, por outro, indicativo do encanto erosivo estilístico joanino, a esperança, densamente desejada por ela, pela qual Ele mesmo ressuscitará. Por outras palavras: Jesus confia-nos, em Maria feita finalmente o semblante de uma Igreja Virgem que é a Esposa do Cristo Total, a tarefa de protegermos o amor que estremece ferido sempre que compadecido connosco. E protegê-lo, quer *da* desolação do não ser amado, quer *para* poder ser a consolação sempre original que se entrega até ao extremo de si. Isto requer, precisamente, aquela já apontada conversão, que transformará o nosso coração de pedra – polidíssimo pela nossa imaginação de grandeza e, assim e demasiado distante de toda a regra não-dita característica do amor que é a sua própria indizível norma, quase que só habitado por nós a ponto de para ele não poder haver outro deus senão ele mesmo –, num coração tocado pela carícia da misericórdia do Deus-Amor. Um coração, assim, tornado suscetível de ser habitado pelo Espírito do amor que Jesus nos confia ao também confiar a Sua mãe.

Se assim vivermos, trespassados pelas correções às rejeições ao amor, poderemos tornar-nos capazes de deixar Jesus renascer dos escombros do egoísmo que O crucificou no nosso endurecido coração; poderemos mesmo, e ainda que apenas de um modo análogo extremamente prudente, deixar que Ele refaça, em nós, o grande milagre, só verificável com o coração e não com as mãos, da Sua Incarnação. De modo mais sintético e numa modulação menos poética: podemos, como Maria, ser como “mães” de Jesus; tal como Maria, podemos ser o berço espiritual d’Este, de toda a humanidade, de todo o Cosmos. Contemplando, no nosso caso e numa elasticidade córdica mais indeterminada, a Jesus no nosso coração, Ele acabará por ganhar carne nele;

por dar Vida a ele; por oferecer a Salvação por ele. E este facto, não para ficar aí no conforto embotado de uma sempre aprazível, mas potencialmente equívoca do ponto de vista espiritual, troca de carícias do “tu-a-tu”, mas para, numa eterna eternidade de movimentos sempre feitos iniciais, O entregarmos aos demais. E entregá-Lo, na recusa de todas as explicações incorporativas, por uma nossa vida que, em vez de remeter para nós, remete para uma luminosidade de liberdade incondicional em que cada um deles poderá, talvez pela primeira vez na sua vida dilacerada pelas máscaras de proteção por si usadas, reencontrar a sua autenticidade temporariamente, mas nunca ontologicamente, perdida.

Maria é, naquilo que a ousadia da liberdade dos filhos de Deus nos permite aduzir, como que um sacramento da ternura materna de Deus por nós e – num seu Filho que, na Sua concepção, assumiu a verdade da nossa natureza perdoada – uma outra nossa mãe espiritual na grande mãe que é a Igreja. De facto, a sua maternidade – que decorre por gerar a Vida em que vivemos depois de, pelo Batismo, sermos gerados para esta Vida por uma Igreja que a comunica diretamente – decorre, desde que foi assumida por Deus naquela natureza glorificada em Jesus, num intemporal de desejável integridade exaustiva. E isto, não menos porque – como já vimos a montante neste texto, só minimamente valioso para quem acorda sonhando com o amor que tudo transfigura –, ela concebeu no dom total de si mesma Àquele que, nos abraçando a todos com o Seu olhar de carinho e exigência, já contemplava. Maria, não nos esqueçamos nunca, concebeu primeiro no seu coração pelo amor, fé e esperança e só depois o fez na sua carne. Amar a Maria na sua maternidade intemporal para connosco, é, na prodigalidade familiar que daí resulta, amar a Maria em Cristo Jesus, pois hoje não há, quer aceitemos ou não a limpidez da trajetória, uma Maria aquém ou além d’Este. A isto também nos devemos, sempre, converter, ao nos convertermos, sempre acima do nível de uma consciência simplesmente superficial, de um modo continuado a Jesus, o Salvador.

Olhares para o louvor

Olhar para Maria – imagem do Israel adulto que dá o “faça-se” na Nazaré da alegria e, ao mesmo tempo, da vocação da Igreja que dá um novo “faça-se” na dor do Gólgota – sem se ter a Cristo Jesus como o cenário do Amor que nela transparece é, sempre, ficar a meio do infinito da Melodia a que estamos chamados: Jesus. Aquele infinito que, em toda a permutação preliminar de

qualquer cartografia do coração, ela mesma, pela sua transparência que é apenas o acompanhamento não-arbitrário daquela Melodia, deseja que alcancemos ao inserirmos a nossa liberdade nos seus dois “*faça-se*”. Os quais, por sua vez – e nas suas dimensões de oração, ação e paixão –, já decorrem de uma vida de Jesus que foi, toda ela, um “*sim*” contínuo de amor ao Pai e, assim e por mais que nos escandalizemos com tamanha misericórdia mais facilmente do que se ela tivesse sido somática, a todos nós. Todavia, olhando para ela de um modo flexivelmente equilibrado – assentes, talvez, nos saltos e ressaltos que permitiram reequilibrar os desequilíbrios que iam sucedendo (n)a cont(r)a-corrente do amor –, poderemos ser, por Deus, virginizados na sua virgindade, passando a deixar ressoar em nós a eterna Música que pulsa, sem qualquer pressão interna, nas cordas da harpa que é próprio Coração do Deus-Amor. Destarte, poderemos aprender a amar fielmente a Jesus como “nosso Deus”, tal como ela fez e aspira que façamos e, assim, acolher o seu amor materno por nós para – e, como é característico de qualquer dom, só para – o oferecermos aos demais e, por estes e sem qualquer camuflagem interesseira, ao Amor que Deus é.

Não cremos, à sombra de nenhuma neutralidade mental, que haja um maior louvor que possa ser dirigido a Maria do que respeitarmos aquilo que ela quis ser: um permanente apagar-se para através de si atravessar a plenitude do Sentido na história humana: Jesus, “nosso Deus”, pois encarnação pascal, já glorificada, do único e verdadeiro Deus. Louvar alguém não é, salvo na profundidade cruel que geme com complexos de superioridade, usar estribilhos análogos a umas quaisquer medalhas que se pense que tal alguém almeja. Louvar alguém, deixando aberta a janela do futuro para por ele nos chegar o sempre novo do amor, é deixar que esse alguém saiba que o amamos tal como ele quis ser, e o facto é que isto, muitas vezes, é mais consentâneo com o simples silêncio do olhar, do que por uma exuberância de palavras.

Acabámos de vislumbrar, nas palavras anteriores e longe de todo o vazio do convencional, a manifestação da relação mais autêntica com Maria por parte de uma Igreja que, a este respeito e se se quiser furtar a toda a ambivalência autodevastadora, queira ser mais do que um somatório de gestos folclóricos. De que lado desejamos estar? Do lado de uma transparência na transparência de Maria que já está, toda ela, na transparência nuclear da humanidade glorificada de Jesus, ou do lado de uma opacidade do nosso “ego” que cobre Maria com um estuque que ela sempre recusou ter, carregar e

ser? Seremos, num ardor absoluto mas não autoabsorvente, virginizados pela virgindade de Maria, que já é um sinal e consequência da própria virgindade Trinitária e crística, ou recusaremos converter-nos ao amor que nos converterá radicalmente? Eis perguntas ineludíveis; eis perguntas que, nestes tempos incertos em que se está a reaprender a articular a santidade lúcida com a verdadeira hospitalidade, só o coração de cada um poderá responder.

Olhares para a transparência

Não há, face ao que acabámos de referir, com dedos queimados por terem andado sobre brasas sobrecarregadas, como não falar de José, esposo amado e amante de Maria. Desde logo, devemos salientar que Maria amou-o sem nenhum embuste cético como seu cônjuge, sem que isso diminuísse, à exceção do devaneado por gracejos androcêntricos sem qualquer humor, a entrega total e transparente do seu coração a Deus. De facto, onde uma entrega ao Infinito é total, a mesma não é exclusiva, mas, em qualquer contorno extremo e não meramente circunstancial que se tome, rigorosamente inclusiva, não menos porque nesse Infinito há lugar para todos e tudo, nomeadamente aqueles que nos aproximam de Deus. Na realidade, o problema que pode haver, na relação entre um sujeito e Deus a respeito de algo exterior a este, não está neste “algo”, mas, patente e flagrantemente, no “ego” do sujeito colocado nesse “algo”, naquilo que obscurece a vocação intrínseca deste mesmo. No caso de Maria – em que, pela sua virgindade ontológica, o seu “ego”, jamais significativo, é uma virtual inexistência – nenhum problema surge na sua entrega esponsal a José.

Já no que concerne a este último, e como o drama do seu silêncio amoroso aponta maravilhosa e comoventemente, vive na discrição, infinitamente cheia de tato e de delicadeza, da aceitação do mistério – não esclarecido por Maria, porquanto não lhe pertencendo – do amor mais transparente que subverte, continuamente e por desinstalações perceptivas, tudo o que esperamos e calculamos. E José vive esta aceitação, repleta de desconfortos quicá dilacerantes, num dom inteiro oferecido à obscuridade luminosa de um diáfano raio de sonho. Para nós e devido à toada decisivamente não-monocromática que quisemos imprimir a este texto, é impossível não dizer que foram, são e serão muito poucos os seres humanos que, atuantes de modo temático na história de amor entre Deus e a humanidade, tenham sido tão fecundamente criativos como José, graças – vinquemo-lo – à sua transparência a si, a Maria

e, pela transparência deste e pela sua, ao Deus que gerou o seu silêncio descomunal. Jesus é o coração do Seu Pai e o rosto da Sua mãe, mas é, igualmente – e aqui todo o eco seria insuficiente – as mãos silenciosas do Seu pai; aquelas com que exerceu a Sua misericórdia e escreveu as Suas, para nós desconhecidas, únicas palavras que, como sabemos, desmontaram momentaneamente os abismos e ostracismos da insídia.

Sermos, como José foi, transparência da transparência nuclear – a da natureza humana de Cristo Jesus – também pela sua envolvimento com a transparência virginizante de Maria, é, entre uma margem e a outra margem, uma realizável e bela concretização daquela, já aludida, “maior aventura” em que podemos estar envolvidos. É, noutros termos e pela conformação amorosamente contemplativa dos nossos afetos com os afetos de Jesus, fazermos, do modo mais pertinente imaginável, de Deus a “*Polaris*” da nossa vida, deixando que a esta, assim perfumada com o nosso olhar humedecido de saudade, passe a ser a visibilidade discretamente radiosa da glória de Deus. Quer dizer: da manifestação da densidade específica do que Ele é de modo mais essencial: Amor e não senão Amor. Com isso viveremos mais despídos de nós e mais repletos de amor, fé e esperança; quer dizer, de uma vida teologal mais viva e, desde o *élan* dos vocábulos silentes que dizem o que não é dito, à semelhança do que em Maria lhe permitiu ser a mãe do Emanuel. Quando assim repletos – atentos ao olhar compassivo de Deus para connosco, que apenas espera o nosso acolhimento para ser eficazmente misericordioso –, veremos revelada, pelo amor e a nós mesmos, a nossa verdadeira beleza, genuíno antipilar de um nosso tempo quase que só seduzido por pseudo-belezas rarefeitas. Maria é também nisto e sem qualquer esbanjamento axialmente redundante, um nobre exemplo que nos pode servir de apontamento educativo para descobrirmos – talvez com um resquício de dó para o nosso egoísmo, mas sempre com honestidade – que essa beleza não é senão o emergir do seu Filho em nós. Igualmente no que a isto diz respeito, podemos aprender com ela (e com José) a fazermos o que Jesus nos pediu: o largamos, por entre o despojamento das nossas camadas de prolixidade egotística estéril, o que em nós é meramente ego-referente, para, de uma forma gratuita e ego-desinteressada, acolhermos, na perda de todas as seguranças espiritualmente nocivas, o dilatar da nossa liberdade interior. Aquela que nos permite contemplar, virginal e transparentemente e como disse Matilde de Magdeburgo no seu “*A Luz fluente da Divindade*”, Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus.

ESCOLA CATÓLICA

Que desafios se colocam à Escola Católica como espaço de evangelização

D. José Ornelas Carvalho

Bispo de Setúbal

Colégio Frei Luís de Sousa - Almada

21-01-2017

[Texto elaborado a partir da conferência]

1 - EDUCAR EM ÉPOCAS DE MUDANÇA

1.1. Não há receitas prontas

Vivemos **num mundo em que ninguém tem receitas**, em tantos aspetos da vida pessoal, familiar, eclesial, política... Num dos primeiros encontros em que tive o privilégio de estar com o Papa Francisco, por ocasião de uma reunião com os religiosos, o Papa afirmou-nos que ‘não é possível responder aos problemas de hoje com as respostas de ontem’ e deu um exemplo, talvez estranho – como é típico do Papa Francisco – em que nos contou que, da última vez que fez uma visita pastoral em Buenos Aires, encontrou uma menina que se estava a preparar para a primeira comunhão e que estava a chorar. O Papa chamou-a e perguntou-lhe o que se passava. Ela disse-lhe que a namorada da sua mãe não gostava dela. O Papa disse-nos: Pensei o que haveria de fazer. Deitar-lhe os cânones para cima da cabeça ou perceber que este era um problema novo para o qual não tinha receita e acolhê-la em primeiro lugar.

A primeira coisa é acolher esta menina na sua realidade e nos seus problemas. Esta deve ser a primeira ideia, a primeira perspetiva deste mundo, por vezes estranho, mas tantas vezes brilhante e capaz de coisas novas. *A disponibilidade para acolher e perceber a novidade*, com aquilo que ela tem de bom e de menos bom mas que, essencialmente, passa pelas nossas escolas, porque são os jovens que mais são atingidos por esta realidade.

1.2. Mudança de época

Vivemos uma **mudança de época** que não é apenas uma evolução, mas que representa uma revolução estrutural, que está a alterar a própria civilização e cultura. Está tudo em mudança, desde as relações interpessoais ao modo como entendemos os valores e vemos o mundo. Lembro-me que em 2003, a primeira vez que fui ao Congo (República Democrática), após uma guerra devastadora, durante a qual, a primeira coisa que os rebeldes queriam era o fax ou o rádio, para cortar a possibilidade de dar notícias do que estava sucedendo. Comunicar entre cidades deste enorme país era quase impossível. Quatro ou cinco anos depois, voltei ao Congo e, por todas as partes, se encontrava gente com telemóvel e o email tornava-se de uso comum. Este novo uso dos meios de comunicação de massa, e as redes sociais que se seguiram, mudaram completamente o mundo e puseram tantas coisas em questão. Lembremos, por exemplo a primavera árabe e o papel que os *media* nela desempenharam.

Tudo ficou em questão. Visão do mundo, gostos, perspetivas de futuro. E isto tudo em muito pouco tempo. Esta mudança deu-se também, e pela primeira vez, a nível mundial. Antigamente as grandes mudanças eram lentas e começaram sobretudo na Europa, América e Ásia do Norte, chegando gradualmente ao resto do mundo. Graças ao conhecimento, à *media*, às multinacionais, às migrações, hoje temos um mundo globalizado. Isto marca a sociedade inteira. Não existem, à mão, modelos que possam servir, pois os paradigmas do passado já não servem e ainda não encontramos novos. Basta estar longe das novas gerações, por pouco tempo, e perdemos o pé. São necessários novos modelos que respondam, também, aos novos meios e aos novos desafios.

A globalização está para ficar. É preciso novos modelos, mas esses modelos não vão ser modelos estáveis. A estabilidade vai ser a mudança porque tudo muda constantemente. Dizem-nos para nos prepararmos porque isto ainda vai mudar mais. Tudo muda e a educação, enquanto veículo disto tudo, também mudará... está mudando.

São tempos difíceis e desafiadores de relativismo e individualismo e, muitas vezes, do domínio dos mais fortes. A globalização é, não obstante, muito boa, mas traz consigo formas de impor, formas de pensar, de agir e, sobretudo, pode deixar à margem todos os que estão desconectados.

As redes sociais trazem-nos **diversidade de opiniões**, mas transportam consigo também *standards*. São tempos de globalização que trazem consigo uma nova universalidade de valores, consensos, de solidariedade. Por outro lado, veiculam também ideologias violentas, formas de manipulação, intromissão na vida privada, criando um mundo novo, com uma abrangência impensável ainda há poucos anos. Naturalmente, tudo isto é particularmente importante em termos de educação. Uma educação onde a Igreja sempre esteve presente e onde continua a querer participar ativamente.

1.3. A Igreja em tempos de mudança

A mudança não é uma coisa nova para a Igreja. Esta sempre foi peregrina ao longo da história. Temos a pretensão de sermos agentes de mudança. O Evangelho pretende revolucionar o mundo e tem operado mudanças desde a sua proclamação. Se não serve para mudar, não serve para nada. É fermento que não leveda e sal que não salga. Deveríamos sentir-nos *confortáveis com a mudança* e acolhê-la como uma *oportunidade*. Recordemos apenas alguns destes períodos mais significativos de mudança: a mudança de Jesus para os apóstolos; destes para o mundo greco-romano; a constantinização da Igreja, que de perseguida passa a ser senhora; a queda do Império, a partir da qual a Igreja tem um papel fundamental para reinventar a Europa... Esta é a Igreja, que se faz presente no novo mundo, a partir das descobertas. Em toda esta peregrinação, a Igreja leva consigo o mesmo Evangelho, de tantas maneiras diferentes, por vezes mais fiel, outras mais atraído... Desde a música, à arquitetura e às artes, tudo sofreu influência da Igreja.

A partir da modernidade, a mudança abala um pouco mais. Habituada a ser senhora, a Igreja vê-se colocada em causa e passa a agir à defesa, deixando a dianteira e colocando-se frequentemente atrás, nas revoluções. Uma Igreja que se defende do mundo até ao Vaticano I, com um Papa que se declara prisioneiro no Vaticano aquando da unificação da Itália e a queda dos Estados Pontifícios.

Vivemos, depois, uma Igreja onde o Espírito Santo volta a soprar, no Vaticano II, de uma maneira tremenda. Uma Igreja que se abre, não para condenar, mas para ser parceira e semente num caminho, tantas vezes paradoxal. Uma Igreja que se vê, hoje, num mundo complicado que deixou de ser cristandade e passou a ser secular, de interpretações variadas.

No meio do mundo **existem sinais novos**. A própria Igreja apresenta sinais novos: vejamos, por exemplo, a resignação do papa Bento XVI e no que isso representa para a Igreja. Um Papa que foi grande em tantas coisas e teve a percepção – ele que é um acadêmico fantástico – de que era importante ter outro nome para servir a Igreja. Isso abre caminho para outro nome: o do Papa Francisco. Este que tem sido um sopro do Espírito na Igreja. Um Papa que não diz tudo, mas que abre caminhos em tantos aspetos, testemunho de uma Igreja que não quer ser autorreferencial, para si própria, mas que quer ser serviço e presença terna de Deus junto dos mais fracos e das crianças e jovens que estão a desenvolver-se. Ao serviço da missão de sempre: *ser testemunho de Deus também na nobre missão da educação*. Uma educação que não tem um produto já feito. Porque o mundo está por inventar. Não temos receitas prontas, mas temos indicações, destinos e esperanças para abrir caminhos que podem ser percorridos com humanismo, conhecimento e fé para pôr ao serviço de um mundo novo.

1.4. Viver em tempos de mudança

Viver em tempos de crise e de mudança **não é fácil**. Uma tentação é a do *ceticismo*. Olharmos para o mundo e acharmos que ele é mau. Um mundo cheio de equívocos, paradoxos e perigos, mas também um mundo cheio de novas possibilidades. Outra tentação é a *querer voltar para trás*. Quando olho para a história da Igreja não vejo melhor época para viver do que aquela em que estamos. O que fizermos agora vai ser importante para as futuras gerações. Daí a importância da nossa missão hoje, face à tentação de criarmos um mundo individual, ou de procurarmos uma fuga ou de nos irmos deixando andar nas correntes da moda.

A Igreja desenvolveu-se sempre em tempo de crise. Sempre pioneira e sempre acompanhando os desafios da humanidade. O que nós precisamos é de *aceitar o nosso tempo*. *É um dom de Deus para escutar o Espírito, que é mestre e guia nas encruzilhadas da história*. Precisamos de nos comprometer na construção de um mundo novo. Para isso aí estamos.

Uma ocasião para mudar e criar. Tempo para escutar, dialogar e construir. Precisamos de *profetas*, que mostrem caminhos novos, e de comunidades que criem cultura com a palavra profética. Não se cria cultura nova com uma pessoa só. Há pessoas, os profetas, que indicam caminhos, mas precisamos

de uma *comunidade para fazer cultura*. Uma escola, um colégio, uma universidade, são elementos fundamentais da construção da cultura.

Nós queremos e pretendemos criar cultura. Queremos *ser sal e luz*. Partimos de uma *herança preciosa*, mas temos que *criar o futuro*. O Papa lembra-nos, sempre, que somos uma *comunidade de memória*. Isso não nos deve fazer estar sempre a olhar para trás, mas deve fazer-nos sentir o impulso que o passado nos dá. É pegar na energia do passado, e procurar, com a mesma criatividade, que tiveram aqueles que nos precederam... e *recriar*.

É por isso que **é importante o momento presente**. Santo Agostinho dizia-nos que nada mais há do que o momento presente. O presente, que é uma consequência do passado, neste fugaz momento em que nós vivemos e que é *o pressuposto para criar futuro*. E é esta janela que é a nossa ocasião.

Sofremos simplesmente as consequências do tempo presente ou estamos ativos? Este é o espírito particular que temos que transmitir às nossas crianças e jovens. Que muitas vezes estão confundidos e baralhados. **Esta é a tua oportunidade. Deixas-te levar simplesmente ou imprimes ritmo?** Aqui é fundamental que não cedamos, que não vivamos sozinhos, particularmente no campo da educação. Se algum setor sente a mudança, é o setor da educação. As lutas pela educação, todas as discussões, têm lugar porque aqui – na educação – se decidem muitas coisas.

Cada grande revolução cultural criou o seu próprio sistema de ensino. Para libertação, para manipulação, sempre para influenciar a sociedade. No nosso tempo, há um fator novo: *a autoridade e a credibilidade estão a mudar*. Já não são os pais, o partido, os professores, nem mesmo a televisão programada, que definem a realidade. Os jovens não esperam que o seu cantor chegue à TV ou o seu filme preferido. Eles vão buscá-los ao Youtube e a outras redes sociais. Na formação dos seus valores, tudo também está em mudança. Um *like* no meu perfil vale mais do que a opinião dos mais velhos. Reparem que as redes sociais, muitas vezes, nem dão outra opção ao utilizador. Não existem, em muitos casos, “*deslikes*”. Não se procuram opiniões, mas *likes*. As opiniões do especialista valem tanto como aqueles que opinam sem conhecimento. Tudo está *online*.

Que desafios se colocam à escola católica como espaço de evangelização

A comunicação digital vem dar uma nova forma de entender as coisas e também baralhá-las. **As fontes de autoridade mudaram.** Ninguém lê grandes estudos sobre as questões, mas atenta-se ao *like* porque ele mostra a emoção que senti ao ler o artigo ou a opinião. Nós, os professores, e aqueles que transmitimos valores, temos que ter isto em conta. *A emoção e o afeto permanecem na comunicação de hoje.* Ninguém reflete e elabora porque gosta ou não gosta.

Permanece, porém, o testemunho da coerência. O fenómeno do Papa Francisco é isto: honestidade de referências. A opinião do *like* que passa a ser a pessoa na sua totalidade. O desafio é tornar a nossa atitude credível, comunicável. Aquilo que não passar pela afetividade, pelo coração, um decreto não o fará. Por vezes, temos que fazer um decreto para dar a orientação do que fazemos. Mas se isto não for assumido como um *like*, não vai funcionar.

Onde está a criatividade e o nosso método de «ir à procura de»? Vejamos que hoje a «tia» Google parece saber tudo. Mas se é apenas informação que levamos, não vai funcionar. **A Escola não pode ser apenas um lugar de informação.** A Escola deve ser o *lugar da busca*, e gerar o fascínio da busca, da verdade, do coração. Na cultura bíblica, o coração não é o lugar da afetividade mas sim o *lugar da memória*. E a memória que se recebe e constrói, como um dom, a sede do querer e do pensamento. É aí que se deve dirigir a nossa ação.

2 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

2.1. Viver no mundo secularizado

Nós, que já temos uma certa idade, lembramo-nos do **tempo em que, pelo menos no nosso país, todos se orientavam naturalmente para as igrejas**, normalmente colocadas no centro dos aglomerados humanos. Na minha terra, noventa e muitos por cento da população ia à igreja. E sabia-se dos que não iam e das causas para isso. Hoje, esta situação acabou. Os valores em voga, o próprio ordenamento político e jurídico, mudaram e estão, em muitos casos, fora do programa do Evangelho. Mas, temos saudades dos tempos antigos?

Dizeis-me: «**Agora temos menos gente na Igreja.**» Eu penso, e afirmo-o muitas vezes aos nossos padres: «Quanto tempo dedicas aos que estão na

Igreja e quando tempo dedicas aos que estão fora?» Nesta diocese temos uma das frequências mais baixas de prática dominical. O Bom Pastor deixou as noventa e nove ovelhas e foi à procura de uma no deserto. Hoje as noventa e nove estão fora e nós continuamos a fazer tudo como se todos estivessem aqui. Não, não estão!

Temos de aprender, de novo, a ser semente, pequeno grupo, pequeno rebanho, que Deus ama. E não ter medo disso! Uma vez, na Indonésia, também falei destas questões, num país em que apenas 3% da população é cristã. No entanto, e apesar disso, só em termos de educação, as escolas cristãs chegam a mais de 30% do total da população. É uma Igreja pequena, mas longe de ser insignificante. Lá estudam a maioria dos futuros líderes do país. A Escola é Católica, e eles reconhecem-na pela qualidade.

Nós não temos saudades do tempo da cristandade. Na Europa temos de voltar a perceber o valor de *sermos semente*. Temos de voltar a perceber a nossa *dimensão missionária*. E em todos os domínios. Quando negociamos com o governo, não se trata de olhar para ele de maneira altiva, como se fôssemos uma força alternativa, mas como uma Igreja que procura incutir valores. Aqui mesmo, no país, vemos que temos legislação que vai contra o Evangelho. Num país onde, segundo parece, 60% das pessoas se dizem cristãs, como é que os votos não chegam, quando se trata de questões fundamentais e de disputa entre os valores cristãos e os outros? Faltou o coração. Faltou a emoção. Faltou a Escola.

Não tenhamos medo deste estado de coisas. Os Estados confessionais, mesmo os ditos cristãos, terminaram mal. Sentimo-nos mesmo bem num Estado laico. Aliás, o laicismo é invenção do Evangelho. O império condenava os cristãos por impiedade, algo equivalente ao que hoje se diz como ateísmo. Por não serem religiosos. Porque Jesus não mandou fazer igrejas, templos. Disse: 'adorem o Pai em Espírito e verdade'.

Viver num estado laico dá-nos uma liberdade muito maior. Sempre que juntámos a espada e a cruz, os resultados não foram bons para o Evangelho. As nossas escolas inserem-se neste ambiente. Sem deixarem de deixar a sua marca, estão abertas ao mundo plural e multirreligioso.

Resistimos, sim, à tentação da **ditadura na educação**. E fazemo-lo em nome da liberdade. Sem alternativas de educação o melhor sistema torna-se numa ditadura, mesmo com a melhor das intenções. A nossa história nacional está cheia de elementos dramáticos deste tipo. Um Estado que sente

necessidade de impor a educação única é um Estado fraco, é um Estado que não acredita nos seus valores e tem de os impor. Elimina-se a *criatividade*, que nasce da concorrência e da sã diversidade social.

Por isso, acreditamos na **complementaridade de Sistemas de Ensino**. A educação livre é um serviço fundamental e precioso para a sociedade, para os pais e para o mundo. É em nome da liberdade que nos batemos por uma Escola que não seja monocórdica, no cinzento dos sistemas ditatoriais que conhecemos. É o direito a ser crente, contra um pseudo-cientismo secularizante. Temos de o perceber, e não deixarmo-nos levar pelo politicamente correto do agnosticismo. Existem universidades e escolas, no mundo ocidental, que deixaram de celebrar o Natal, por exemplo e passaram a chamar-lhe a “festa de estação”...

Nós **queremos uma educação católica**, nas nossas escolas, para que outros possam também ter esse mesmo direito, de venerar Buda ou Maomé. Precisamente porque nós sabemos quão precioso é ir para além da materialidade das coisas, sabemos como isso é importante para outros. Não queremos privilégios, mas os direitos fundamentais de ser livre, de se organizar, sem que tudo seja posto na mesma medida.

Pedimos justiça e liberdade para que todos possam escolher e não apenas aqueles que são da cor de quem governa. Para sermos Escola Católica não pedimos favores. Estamos a pedir, sim, que todos respeitem e sejam respeitados por uma República respeitável na qual os recursos destinados à educação não sejam apenas um privilégio para os que seguem o ideograma do Estado.

Não somos fanáticos mas somos sérios. Com liberdade e rigor. A nossa Escola quer ser cristã, **laboratório de valores e atitude do Evangelho**, mas não quer ser sectária, limitativa ou fanática. Do Evangelho apreendemos um Projeto de Deus que entra em diálogo com toda a humanidade e isso marca o nosso percurso. Somos abertos a todos. É preciso partilhar o pão da cultura, na linha dos direitos que a pessoa tem.

A **multiplicação do pão** é o princípio da revolução evangélica. Quando cada um dá o que tem, o pão chega para todos, e ainda sobra. Na escola, pão fundamental não é só o que se come, mas o pão da cultura, do saber, do preparar-se para a vida, do estar ativo e do poder colaborar. A escola é laboratório para isso. *É o berço da partilha do pão precioso da educação*. É lugar do desafio fundamental que tem de ser recriado em cada situação.

Isto é tão sério que **não nos podemos deixar envelhecer nos nossos métodos**. Não podemos servir um pão bolorento do passado. Temos de criar, a cada momento, uma fornada nova de pão fresco para a nossa gente. É isto que a nós se nos pede.

Muitas vezes, não podemos influenciar o mundo dos que nos governam. Se não pudermos ter colégios, fá-lo-emos de outro modo. Temos de lutar pela **igualdade de oportunidades**. Isto implica meios: meios económicos, que permitam ter connosco os que mais precisam de nós; os que não têm todas as habilidades motrizes; os que têm problemas psicológicos ou outras dificuldades ou carências especiais. Estes têm de ganhar espaço na nossa Escola. Estes são as tais *periferias*. Aqueles que mais precisam e que estão *excluídos*.

A nossa Escola não pode ser apenas para os mais abastados, com todo o problema que isso significa. Temos de ter possibilidade de partilhar a cultura com aqueles que são **os mais desfavorecidos**. Temos de *gerar justiça* para aqueles que connosco vêm ter. Se não formos capazes de partilhar, estamos longe da *verdade evangélica*. Os emigrantes, os refugiados, que a nós chegam, têm de ter entre nós *um lugar*.

Temos de criar **espaços de excelência**: excelência de método e excelência científica. Isto está em profunda mudança. Os projetos de autoeducação, de participação dos alunos-protagonistas nos próprios percursos educativos, estão em crescimento. Temos de criar escolas novas, métodos novos. Não tenho dúvida: *envelhecer na reprodução do mesmo método não é moralmente justo*. O que investimos em meios e formação não pode permitir que se envelheça, fazendo sempre a mesma coisa. O professor tem de ser ativo, ler, procurar, investigar. Não pode ficar cristalizado.

2.2. Educar o coração

Esta educação nasce do Evangelho e deve **dirigir-se às pessoas na integralidade**: tem de abranger todas as dimensões da vida. Devíamos trabalhar nas nossas aulas a *Laudato Si'*¹. O Papa aborda uma nova ecologia humana. Uma ecologia do coração, da sociedade. Por isso o ser humano

¹ *Laudato Si'*, Carta Encíclica do Papa Francisco, sobre o Cuidado da Casa Comum, de 24 de maio de 2015.

Que desafios se colocam à escola católica como espaço de evangelização

nasce numa família, onde se cuidam dos afetos. Na família, não valho porque ganho muito ou porque tenho muitos cursos. *Valho pelo que sou.*

A nossa **Escola tem de ser inclusiva** neste sentido, tem de entender-se como complementaridade deste *espírito de família*. Um espaço onde as pessoas se sentem *valorizadas*, onde realmente *crescem* e se *identificam* com a escola. Que coisa bonita quando os alunos sentem saudades da escola e lá voltam! Se o essencial da mensagem cristã é o amor, a *educação do coração* tem de ter um papel central. *A fé não se impõe, porque não posso conjugar o verbo amar no imperativo.* É preciso conjugar o «eu te amo» nas salas de aulas. A súmula de um Projeto Educativo é o *Amor*, porque é isso que faz as pessoas capazes de dialogar e construir o mundo. Nós cristãos escrevemos o amor em letra maiúscula. As nossas escolas têm de estar abertas a isto: ao questionamento, às *razões da nossa fé e da nossa esperança*, e isso deve levar, em todas as disciplinas, a uma reflexão profunda.

O Deus que propomos é acolhido de modos distintos na humanidade. Numa Escola Católica não podemos deixar de mostrar o Rosto de Deus, que também é seu património. O diálogo e o respeito não significam neutralidade. No amor não posso ser neutro. **A estima da nossa identidade e da nossa fé tem de estar presente no modo como educamos.**

O lugar do Evangelho na missão da Escola Católica

A educação segundo o Papa Francisco

D. Ilídio Leandro

Bispo de Viseu

Colégio da Via-Sacra – Viseu

04-02-2017

[Texto elaborado a partir da conferência]

O lugar do professor nas Escolas Católicas não é o de estar em cima ou por fora, mas sim o de ser companheiro de jornada, à semelhança de Jesus que acompanha os discípulos de Emaús.

O tema desta minha intervenção, «**O lugar do Evangelho na missão da Escola Católica**» pode levar-nos, à partida, a um conjunto alargado de interpretações. Qual será o lugar do Evangelho na Escola Católica? Poderemos imaginar um lugar físico, em que se encontra colocado o Evangelho, ladeado por dois castiçais, em lugar de destaque na sala de aula e aí permanecer. Podemos ter este tipo de ideias meio «beatas», e por isso boas, mas o «lugar» que «o Evangelho na Escola Católica» deve ter, antes de mais, tem a ver com a forma como eu vivo na escola. Desde a porta da entrada à porta de saída. Na minha vida de educador, mais ainda do que a de professor, na escola. Deve ser relativo à referência que contém ao nível do que é «uma vida com sentido». Com a dimensão de *caminho* na minha existência e missão. No subtítulo da minha intervenção coloquei a «**Educação segundo o Papa Francisco**». Muito do que aqui direi, hoje, serão citações do próprio Santo Padre.

1. Introdução

O ponto de partida: «promover-se a renovação da educação tendo em conta a *transcendência*»¹. Como cristãos, na Escola Católica, devemos ter em conta a transcendência. Isto significa olhar para aqueles que educamos, que ajudamos a fazer caminho: como nós mesmos, eles são filhos de Deus. Por isso não nos «aparecem» mas trazem-nos uma nova responsabilidade: ter em conta a transcendência é ter em conta que, no caminho que fazemos com eles, somos chamados a ter como referência este encontro dos alunos com o Pai. É ajudar a fazer-se a experiência de Cristo, como boa nova. Como professores, não nos podemos alienar desta relação, que faz parte do conteúdo que transmitimos. E partir-se de um modelo familiar, onde a vida se comunica, se transmite e vai crescendo de modo harmonioso. Comunicar e fazer nascer e crescer a vida. Para que «todos tenham vida», como nos diz São João no capítulo 10, versículo 10 do seu Evangelho.

Comunicar não é apenas debitar conhecimentos mas *fazer nascer a vida*. Que bom era se, como docentes, sentíssemos, que na nossa missão, fazemos crescer e brotar a vida. Que bom era se, ao chegarmos ao pé dos nossos alunos, reconhecessemos o seu crescimento. Esta é a atenção que somos chamados a dar a cada um e a cada uma. Ninguém, nenhum dos alunos, deve ser indiferente para nós.

Também temos de trazer às nossas realidades educativas os *pais*. O Papa Francisco vai afirmar isto dizendo que os pais são «os elementos fundamentais da Escola Católica». Devem ser chamados a ser interventivos, ainda que não estejam nas reuniões, ainda que não apareçam para nada, ainda que não nos deem a oportunidade de os conhecermos. Temos de ter

¹ Audiência aos participantes do Congresso Mundial promovido pela Congregação para a Educação Católica, 23 de novembro de 2015: «Educar de forma cristã é fazer avançar os jovens, as crianças, nos valores humanos, em toda a realidade, e uma destas realidades é a transcendência. Hoje existe a tendência para um neopositivismo, ou seja, educar nas coisas imanentes, para o valor das coisas imanentes, e isso tanto nos países de tradição cristão quanto nos países de tradição pagã. E isso não é introduzir os jovens, as crianças, na realidade total: falta a transcendência. Para mim, maior crise da educação, na perspectiva cristã, é este fechamento à transcendência. Estamos fechados à transcendência. Precisamos preparar os corações para que o Senhor se manifeste, mas, na totalidade; ou seja, na totalidade da humanidade que tem também esta dimensão de transcendência. Educar humanamente mas com horizonte abertos. Todo tipo de fechamento não serve para a educação.» (diálogo com os participantes).

sempre em mente que eles são muito importantes na educação dos mais novos, mesmo na ausência ou no silêncio.

Outro dos desafios é ter em atenção «os últimos», como nos pede Jesus na Bíblia, onde afirma que os últimos são os primeiros². Construir pontes, procurando incluir e não usar castigos que coloquem à parte o outro, porque isso na distância dos problemas, dos últimos, daqueles que mais precisam de nós. Se os apartamos de nós, isso confirma, na sua consciência, que até nós queremos ver-nos livres deles.³

É fundamental promover o aspeto humano, a *relação*, a *comunhão*, a *proximidade*. A coerência entre a fé, a cultura e a vida, é algo muito importante no educador cristão. O essencial da nova evangelização é a *promoção do bem comum pelo serviço* à sociedade. É isso que procuramos fazer na Escola Católica. Para o Papa Francisco a educação é «um gesto e ato de amor»⁴. Isto significa que, ao educar, estamos a fazer vir para fora a vida que existe no interior de cada um e que nós procuramos fazer germinar e fazer crescer. Na educação deve fazer-se muito pelo que se é, e menos pelo que se diz. A nossa ação é quase nada pelo discurso mas muito significativa pelo que se testemunha.

É importante ter em conta a *formação dos educadores*. Devem ser ambiciosos querendo sempre estar atualizados. O facto de nos encontrarmos hoje, de fazermos esforço por acreditar que é preciso aprender mais para se ser melhor, isso, por si só, já constitui um valor a mais na nossa formação.

² Mt 20, 16.

³ «O dever de um bom professor – sobretudo de um professor cristão – consiste em amar com maior intensidade os seus alunos mais difíceis, mais frágeis, mais desfavorecidos. Jesus diria: se amais apenas aqueles que estudam, que são bem educados, que mérito tendes? E alguns deles podem fazer perder a paciência, mas são precisamente aqueles que nós devemos amar em maior medida!» (Discurso à União Católica Italiana de Professores, Dirigentes, Educadores e Formadores, 14 de março de 2015).

⁴ «Gostaria de me limitar a evocar os lineamentos da figurado educador e da sua tarefa específica. Educar é um gesto de amor, é dar vida. E o amor é exigente, requer que utilizemos os melhores recursos, que despertemos a paixão e que nos coloquemos a caminho com paciência, juntamente com os jovens. Nas escolas católicas, o educador deve ser antes de tudo muito competente, qualificado e, ao mesmo tempo, rico de humanidade, capaz de permanecer no meio dos jovens com um estilo pedagógico, para promover o seu crescimento humano e espiritual.» (Papa Francisco, Discurso aos participantes da plenária da Congregação para a Educação Católica, 13 de fevereiro de 2014).

Francisco também afirma que «queremos jovens com asas e com raízes». Muitas vezes, em sala de aula, parece que os jovens voam demais. Devemos perceber que são fundamentais, estas asas. E as raízes, de modo a terem profundidade, no futuro. Nunca devemos ter medo de *educar para os valores*. A Escola Católica tem esta identidade e esta missão. A sua principal missão é a de preparar o futuro dos jovens, ainda que estejamos conscientes de não saber tudo – os teoremas, as equações ou definições mais completas – mas é fundante educar para os valores⁵.

A propósito da questão «Quem é o próximo para o professor?» permiti-me que tome como ponto de referência a Bíblia, sim, essa mesma. A resposta de Jesus é clara e não tem a ver com aquele que está ao meu lado. Podemos ler em São Lucas, capítulo 10. Se estamos a falar do lugar do Evangelho na Escola Católica, então devemos lê-lo, senão até me levavam a mal! Ouçamos o texto, no contexto da relação dos professores com os alunos. Ponho-vos no lugar privilegiado do que está são. Vamos ver os alunos no lugar em que Jesus põe aquele que está quase a morrer à beira da estrada. Cada jovem é bastante este, que está à beira da estrada, ainda que seja vivaço ou seja difícil de manter quieto. Na dimensão em que Jesus fala do meu próximo é cada aluno e aluna que encontramos na sala de aula:

“Mas ele, querendo justificar a pergunta feita, disse a Jesus: «E quem é o meu próximo?» Tomando a palavra, Jesus respondeu:

«Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu nas mãos dos salteadores que, depois de o despojarem e encherem de pancadas, o abandonaram, deixando-o meio morto. Por coincidência, descia por aquele caminho um sacerdote que, ao vê-lo, passou ao largo. Do mesmo modo, também um levita passou por aquele lugar e, ao vê-lo, passou adiante.

Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o, encheu-se de compaixão. Aproximou-se, ligou-lhe as feridas, deitando nelas azeite e vinho, colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele. No dia seguinte, tirando dois denários, deu-os ao

⁵ «...gostaria de vos dizer que na escola não só aprendemos conhecimentos, conteúdos, mas aprendemos também hábitos, valores. Educa-se para conhecer muitas coisas, ou seja, muitos conteúdos importantes, para ter determinados hábitos e até para assumir valores. E isto é muito importante» (Papa Francisco, Discurso aos estudantes e professores das Escolas Italianas, 10 de maio de 2014).

estalajadeiro, dizendo: 'Trata bem dele e, o que gastares a mais, pagar-to-ei quando voltar.' Qual destes três te parece ter sido o próximo daquele homem que caiu nas mãos dos salteadores?»

Respondeu: «O que usou de misericórdia para com ele.» Jesus retorquiu: «Vai e faz tu também o mesmo.»¹⁶

A menos de dois meses do fim do Ano da Misericórdia este texto é paradigmático, para mim, relativamente ao papel de professor na Escola Católica. Quem questionou Jesus aprendeu a lição sobre quem era o próximo, por isso respondeu: «o que usou de misericórdia».

Também nós, ao longo do ano, fomos aprendendo – e gostei particularmente da imagem⁷ – da misericórdia enquanto ter no coração lugar para o outro. Isto é, usar de misericórdia para com ele. Amá-lo, como Deus faz, a partir do coração. Deus tem um lugar disponível, aberto, para este ou para aquele. Portanto, o apelo é que cada docente tenha *no seu coração um lugar para os seus alunos*. Qualquer elemento educativo deve ter esta capacidade, na escola católica, a começar para e pelos últimos. Olhar a nossa escola, a vossa escola, como *lugar de encontro*. Ela deve ser sempre um lugar de *educar para a verdade*, para a *beleza*, para a *bondade*.

Após esta Introdução, onde procurei dar o sentido do tema, vou então começar a refletir a partir dos pensamentos do Papa Francisco:

⁶ Lc 10, 29-37.

⁷ Refere-se ao logotipo do Ano da Misericórdia. O lema, (Lc 6,36) « Misericordiosos como o Pai», propõe viver a misericórdia seguindo o exemplo do Pai, que pede para não julgar e não condenar, mas perdoar e dar amor e perdão sem medida (cf. Lc 6,37-38). O logotipo é obra do padre M. I. Rupnik e apresenta uma imagem – muito querida da Igreja primitiva, porque indica o amor de Cristo que realiza o mistério da sua encarnação com a redenção – mostra o Filho que carrega aos seus ombros o homem perdido. Realça o Bom Pastor, que toca profundamente a carne do homem e o faz com tal amor capaz de lhe mudar a vida. Mas sobretudo com extrema misericórdia Ele carrega sobre si a humanidade. A cena é colocada dentro da amêndoa, também esta é uma figura importante da iconografia antiga e medieval que recorda a presença das duas naturezas, divina e humana, em Cristo. As três ovas concêntricas, de cor progressivamente mais clara para o exterior, sugerem o movimento de Cristo que conduz o homem para fora da noite do pecado e da morte. Por outro lado, a profundidade da cor mais escura também sugere o mistério do amor do Pai que tudo perdoa. (Adpat. D. Rino Fisichella, 6 de maio de 2015, NewsVat).

2. “A maior crise da educação é o fechamento da transcendência”

O Papa Francisco foi um dos grandes motores do documento de Aparecida⁸. Ele afirma a transcendência permanentemente, como referência da Escola Católica. Tal significa, fundamentalmente, perceber a fé, o sentir-se *amado por Jesus*, para se poder iniciar uma profunda mudança no «ser escola». Deste modo, muda a concepção de aluno, da educação, do ser humano e da missão da Igreja.

Introduzo-vos, pois, em algumas dimensões necessárias a um Projeto Educativo da Escola Católica, portanto. Como já referi, fundamentei-me, grandemente, no pensamento do Papa Francisco.

O modelo da escola deve ser um modelo familiar, porque deve gerar e comunicar, vida. Pressupõe *uma visão integral da pessoa e da educação*. A pessoa integrada na sua família, no seu grupo de amigos, etc...

Jesus Cristo, Evangelho permanente, Boa-Nova, é o modelo e a instância crítica da realização plena da Escola Católica. Mesmo sem ter o Evangelho aberto entre duas velas acesas à porta da entrada, porque não é necessário fazê-lo, Ele é o fundamento da nossa vida na escola.

Uma comunidade educadora, verdadeiramente, só o é quando inclui todos os elementos. Assim, temos os estudantes, diretores, professores, funcionários e pais. Os *pais* aparecem como *protagonistas*. Devemos ter isto em conta e lembrarmo-nos disto quando estamos na sala de aula é muito bom.

Segundo o Papa, os pais são convidados a estarem no mundo e a serem levedura na massa. O Evangelho apresenta diversas imagens que são elucidativas disto: a luz, o sal, o fermento. É por aqui que deve funcionar a Escola Católica.

O Papa convida os professores a *fazerem diferença com a qualidade da formação* a fim de não serem inúteis, de modo a não serem descartáveis, perante a sociedade e a cultura. Que saibam distinguir, pela atenção constante, os «últimos».

⁸ V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida, 13-31 de maio de 2007, Documento Final. O então Cardeal de Buenos Aires, Jorge Mario Bergoglio, foi o redator das conclusões da Conferência.

Isto fará com que a Escola Católica não se torne uma alternativa insignificante perante as outras ofertas de educação. No nosso tempo, e país, não precisamos de fazer muito mais e melhor, nem muito menos, para pensarem a Escola Católica como sendo descartável. Que a nossa ação tenha sentido e valha mesmo a pena.⁹

É importante promover uma *educação à plenitude da pessoa humana*. Falar de educação católica é falar de humanidade. Por isso devemos abrimo-nos a todos e não sermos elitistas mas democráticos. Todos na escola são importantes e os destinatários da missão mais bela que eu vivo na escola.

Não há nada mais nobre do que *criar pontes, criar harmonia*, afirma o Papa. Falando da Escola Católica o Papa privilegia, como já referi, os não tão presentes dentro da sala de aula, os pais. O Papa lembra-os do seu «direito de educar os filhos» e de «ajudar a tarefa da escola». Para o Papa, depende dos pais escolher «a escola» que querem para os seus filhos. Defender e promover a Escola Católica, *dando-lhe beleza*, é a vossa missão e, então, estais de acordo com o Papa. Para que chegue a todos deveria ser gratuita, só assim os pais poderiam, de facto, escolher o projeto de acordo com os valores que professam.

Um dos desafios mais importantes da Igreja é a educação. A Igreja tem em conta a ação dos professores e o papel da Escola Católica que está empenhada na Nova Evangelização no contexto cultural em constante mutação que é o nosso. Hoje não é fácil ser educador católico. Porém, é um dos desafios que não podemos esquecer e a que não podemos renunciar¹⁰.

⁹ «...dentro de uma escola que prescindindo da sua gestão estatal ou não estatal, tem necessidade de educadores que sejam creíveis e de testemunhas de uma humanidade madura e completa. Testemunho! E isto não se compra, nem se vende: oferece-se» (Papa Francisco, Discurso à União Católica Italiana de Professores, Dirigentes, Educadores e Formadores, 14 de março de 2015).

¹⁰ «Não desanimeis diante das dificuldades apresentadas pelo desafio educativo! Educar não é uma profissão, mas uma atitude, um modo de ser; para educar é preciso sair de si mesmo e permanecer no meio dos jovens, acompanhá-los nas etapas de seu crescimento, pondo-se ao seu lado. Dai-lhes esperança, otimismo para o seu caminho no mundo» (Respostas às perguntas dos representantes das escolas dos Jesuítas na Itália e na Albânia, 7 de junho de 2013).

A ação do professor não acontece apenas na sala de aula mas sim em toda a vida do professor, na relação com os alunos. Gostaria de destacar três aspetos:

a) *O valor do diálogo na educação.*

Não se pode improvisar. *A educação é um ato de amor. É dar vida.* Os jovens precisam de uma *educação de qualidade* juntamente com *valores não apenas ditos mas vividos*. A coerência é indispensável na educação dos jovens. Não se pode educar sem essa dimensão da vida do educador.¹¹

b) *A preparação qualificada dos educadores.*

O educador precisa de uma *formação coerente*. O professor da Escola católica tem de ter consciência de que esta é uma necessidade mas também um dom e por isso a oração tem um lugar muito importante neste processo.

Hoje precisamos de incentivar o “canteiro que é cada escola” de modo a que possa ser verdadeiro fazedor de beleza no contexto da educação que lá se ministra. O modo como o Papa pensa a educação não está dissociado do modo como ele é enquanto pessoa e homem da Igreja.

O projeto educativo da Escola Católica promove uma educação plena que exige a *busca plena de uma síntese entre a fé-cultura-vida*. A fé não é apenas para a cabeça no sentido de saber umas fórmulas do catecismo. A fé deve preencher o coração e dar qualidade de vida a toda a nossa forma de ser, a todos a nossa ação: na escola, no mundo e na sociedade.

A Escola Católica deve ser *animada pelos valores evangélicos*, marcada por uma *matriz cristã* que move, trespassa e envolve os seus membros, dotando-os de um *olhar crítico* sobre a realidade e o tempo. Nunca pode esquecer a *dinâmica de transformação e transfiguração da sociedade*. Só assim atingirá os seus fins.

¹¹ «Os jovens têm necessidade de qualidade do ensino e igualmente de valores, não apenas enunciados, mas testemunhados. A coerência é um fator indispensável na educação dos jovens. Coerência! Não se consegue fazer crescer, não se pode educar, sem coerência. Coerência e testemunho.» (Papa Francisco, Discurso aos participantes da plenária da Congregação para a Educação Católica, 13 de fevereiro de 2014).

c) *Atenção às instituições de ensino, cuidando das pessoas e da instituição como espelho do que se vive e faz dentro pelas pessoas.*

O que deve distinguir uma Escola Católica deve ser o modo como se preocupam com uma *educação de qualidade e para o bem comum*. O que aqui se aprende deve mudar a vida e a vida da sociedade. Aqui se percebe que o conteúdo da Boa-Nova do Evangelho de Jesus está presente *no conteúdo fundamental do que ensinamos*.

«A experiência de fé em Jesus Cristo ilumina o modo de pensar a educação», lembra-nos o Papa Francisco.

Num povo em guerra *perde-se o direito à educação*, e assim estamos perante um povo *em decadência*, porque privado de um direito fundamental. Educar cristãmente é levar por diante os valores fundamentais e que *a educação abra para a transcendência*. Nenhum tipo de fechamento melhora a educação.

3. O Professor da Escola Católica

O professor da Escola Católica deve *ensinar com paixão*. Quando o que se faz dá sentido à nossa vida, torna-se essencial. De outro modo, estamos sempre a correr e sempre apressados para que tudo acabe... Que a nossa *missão* de professores seja *uma paixão*, porque amamos o que fazemos e não uma paixão «porque isto nunca mais acaba». O docente da Escola Católica deve abrir as suas portas para que o aluno a elas possa aceder. *Educar é um gesto de amor. O amor é exigente*. Pede-nos os melhores recursos, paciência e que estejamos em caminho com os jovens.¹²

O educador católico deve ser competente. Ter um estilo pedagógico que promova o crescimento humano e espiritual dos alunos. O Papa sugere uma formação permanente para os educadores também na dimensão espiritual. O educador é fundamental para mudar o mundo. Só transformaremos o mundo por pessoas formadas por «cabeça, coração, testemunho e coerência».¹³

¹² «Encorajo-vos a renovar vossa paixão pelo homem – não se pode ensinar sem paixão! – no seu processo de formação, e a ser testemunhas de vida e de esperança. Nunca, nunca fecheis as portas; ao contrário, escancarai-as todas, a fim de que os estudantes tenham esperança!» (Papa Francisco, Discurso à União Católica Italiana de Professores, Dirigentes, Educadores e Formadores, 14 de março de 2015).

¹³ «...o próprio educador tem necessidade de uma formação permanente. [...] Tomo a liberdade de sugerir a necessidade de retiros e exercícios espirituais para os educadores. É preciso promover cursos sobre esta temática, mas também é necessário fazer cursos

Como cristãos, não podemos pensar que determinada forma de pensar, ser e atuar no mundo, fica circunscrita a um determinado professor ou disciplina. Não! A escola deve ser *a instituição*, deve ser entendida como toda ela, no seu conjunto, como um pacto educativo de todos, para todos, em todos os momentos.

O Papa afirma que os «professores devem permanecer na realidade com a mente aberta para aprender». Estes, os que «têm, um pensamento incompleto», e não dogmático, atraem os alunos. Os meus melhores professores, e cada um recordará também os seus, não foram aqueles que nos deram melhores notas ou aqueles mais brincalhões, ou mesmos os que faltaram mais vezes. Foram, de certeza, os que nos ensinaram de uma forma exigente mas livre, sobre aspetos e dimensões que entravam no coração e na nossa vida de maneira fácil. São os docentes que procuram um «mais» e assim contagiam os seus alunos¹⁴. Um educador só será incisivo se for coerente na sua própria vida. O *testemunho* oferece-se *na simplicidade e na sinceridade*.¹⁵

A *inovação pedagógica* não é a parte «profana» da Escola Católica mas sim fundamental, para que esta possa recriar sempre, com novas formas, o mesmo conteúdo. Assim se formarão pessoas capazes de transformar a sua vida e a vida dos que com eles se cruzem.

de Exercícios espirituais e retiros para rezar, pois a coerência é um esforço, mas principalmente uma dádiva e uma graça. E devemos pedi-la!"» (Papa Francisco, Discurso aos participantes da plenária da Congregação para a Educação Católica, 13 de fevereiro de 2014).

¹⁴ «Os professores são os primeiros que devem permanecer abertos à realidade com a mente sempre aberta para aprender! Pois, se um professor não está aberto para aprender, não é um bom professor, e nem sequer é interessante; os jovens compreendem, «farejam», e são atraídos pelos professores que têm um pensamento aberto, «incompleto», que procuram «um mais», e assim contagiam os estudantes com esta atitude" (Discurso aos estudantes e professores das Escolas Italianas, 10 de maio de 2014).

¹⁵ «Um educador – jesuíta, professor, responsável, pai e mãe – transmite conhecimentos e valores com suas palavras, mas só será incisivo sobre os jovens se acompanhar as palavras com o testemunho, com a sua coerência de vida. Sem coerência não é possível educar! Sois todos educadores, não há delegações nesse campo» (Papa Francisco, Respostas às perguntas dos representantes das escolas dos Jesuítas na Itália e na Albânia, 7 de junho de 2013).

A Escola Católica tem de criar pessoas capazes de enfrentar o futuro e por isso dotar-se de novas metodologias adaptadas aos meios em que se implica.

Obrigado pela vossa atenção. Quis, sobretudo, dar-vos a conhecer o pensamento do Papa Francisco para que nas suas palavras reconheçais que a vossa missão é muito nobre. Na Escola Católica, a vossa missão estabelece e requer um conjunto complexo e vasto de relações para que esta instituição cumpra a sua missão e torne a sociedade melhor.

EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

«Entre a angústia e a esperança»

Uma leitura das condições da existência humana na contemporaneidade¹

AMÉRICO PEREIRA (*)

Angústia, esperança, viver Deus e o mundo no absoluto do presente – condições e ação, o que distingue o cristão?

Angústia

É significativo que se tenha pedido para começar esta Ação de Formação de Professores com uma Lição/reflexão cujo primeiro termo é «angústia». Interessante, também, que no mesmo título proposto surja a expressão «condições da existência humana na contemporaneidade».

Ora, a *angústia* é precisamente uma das condições antropológicas fundamentais da existência humana, não apenas na contemporaneidade, mas sempre.

A diferença fundamental da contemporaneidade relativamente à angústia reside em tê-la tornado *superficial*, vivendo-a a nível psicológico e social, quando *o seu lugar antropológico é onto-ético*, na relação perene e constante com o infinito de possibilidades do ser humano, isto é, com o fundamento onto-antropológico do ser humano, da pessoa.

¹ Para a elaboração desta reflexão, partiu-se de um conjunto de temas, retirados de SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Finalidades, metas, objetivos e conteúdos*, s. l., SNEC, 2014, VII + 168 pp.

(*) Doutor em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa, onde é professor. Membro da Comissão Pedagógica da Licenciatura em Ciências Religiosas, do Conselho Coordenador da Faculdade de Ciências Humanas e do Conselho Científico da mesma Faculdade, Universidade Católica Portuguesa.

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

No entanto, tal condição, sendo concreta, histórica, temporalmente real, não é necessária em termos estruturais de isso que, segundo o ser, define a pessoa.

Segundo o tempo e em aparente dimensão estrutural onto-antropológica, parece que a angústia é inevitável, conatural, indelével, mas, ainda que historicamente tenha sido sempre assim, tal não é necessário, no sentido de uma inevitabilidade estrutural ao nível do ser.

Basta uma rápida leitura de *Gênesis 1*, para percebermos que o mundo foi criado *sem angústia*: o ato de criação é o esplendor da caridade de um Deus que rejubila com a *bondade* e *beleza* do que vai criando.

Não há, no ambiente incoativo primeiro da Criação, entre o criador e a criatura separação que possa permitir angústia. *Na perfeição da caridade e do amor prístinos não há e não pode haver angústia*. Para o crente esta mesma condição existencial mantém-se para tudo o que não é sujeito de *capacidade de separação* relativamente a Deus. Na natureza, incapaz de livre-arbítrio e, consequentemente, de liberdade, não há angústia.

A angústia surge quando *esse que pode separar-se de Deus* se separa de Deus.

É esta a condição diabólica: literalmente, «de corte», «de divisão», «de separação». Os diabos são todos os que se separam de Deus, sendo a condição infernal a medida desta mesma separação, infinitamente variável, mas nunca passível de ser infinita em ato. Esta impossibilidade de distância infinita em ato coincide com a própria misericórdia de Deus: Deus é sempre infinitamente próximo da criatura, mesmo que esta esteja em processo de máximo afastamento. Tal proximidade é a Providência e a sua medida é sempre infinita em ato – é todo o amor de Deus que ama cada criatura, sempre, sem possível ocaso.

Então, o que é a «angústia» e a que nível se verifica?

A angústia é o próprio ato de cada ser – a nós interessa-nos o ser humano, não, por exemplo, os anjos – *como ato afastado de Deus*. Precisamos: a angústia é o ato de cada pessoa como ato afastado de Deus.

No tempo pós-escolha de Eva e Adão, não há propriamente seres humanos «com angústia»; há seres humanos que *são angústia* em seu mesmo ato. E não há seres humanos que não sejam este ato de angústia, no tempo, na

história. É esta condição que é simbolizada no chamado «pecado original», na e como consequência sobre o ser humano. Paradigmaticamente, quer dizer, para todos, para sempre, *segundo a ordem do tempo*. Nunca segundo a ordem da eternidade. De forma estrutural, como modo pessoal do possível afastamento através da negação da relação com Deus.

Esta estrutura confunde-se, por vezes, com uma hereditariedade biológica, o que está errado. A questão é ética, com repercussões antropológicas, mas refere-se a uma estrutura de possibilidade: a possibilidade do afastamento voluntário relativamente a Deus, ao seu amor. Este afastamento, realizado, é o pecado.

Então, isso que é o pecado é o ato que afasta o criado, a criatura, as criaturas, do criador. A narrativa genésica sobre o primeiro pecado simboliza esta condição de *afastamento estrutural* da criatura relativamente ao criador. Depois de isso que o primeiro pecado simboliza, já não se nasce «em Deus», mas apenas «para Deus». Para o ser humano, Deus deixa de ser um vizinho, deixa de fazer parte da sua proximidade, da sua «paroikia», para passar a ser um *fim*, tornado assim longínquo pelo ato diabólico, de corte, operado pelas primeiras pessoas narrativas, Eva e Adão.

Aquele «para», «para Deus», é a marca da angústia, porque é a marca do *absoluto do afastamento segundo o ser* e segundo o ato entre o ser humano e Deus. Deus já não é esse que mora no mesmo jardim, mas esse que, a partir do jardim, me convoca. A vida deixa de ser *comunhão*, comunidade, imediata, com Deus, para passar a ser *vocação*. Mas «vocação», chamamento, implica uma qualquer forma de distância. *A angústia é o ato da medida do absoluto desta distância*. Do absoluto da distância entre a criatura que se afastou e o criador que foi afastado.

Ora, a angústia, *negativa* como marca do absoluto da distância a Deus, é *positiva* como único lugar para se construir o nosso caminho *para Deus*: sem este afastamento não haveria vocação, pois quem já está em Deus, não tem para Deus vocação: “tem” o próprio Deus.

Perspetivada assim, *a angústia é a possibilidade do caminho para Deus*.

Como tal, é uma *condição de possibilidade da pessoa: condição existencial* – do seu «poder-ser» –; *condição antropológica* – é o mesmo «poder-ser» como existência propriamente humana e não como outra coisa qualquer; *condição ética* – é ainda o mesmo «poder-ser», como lugar íntimo da possibilidade de decisão de que promanam todos os possíveis e reais atos.

É neste «lugar», que é o próprio espírito humano, que o ser humano acontece como propriamente humano.

Aqui, a angústia transfigura-se na absoluta e incontornável incerteza acerca do destino de *cada possível ato* e de cada ato concretizado. Em linguagem muito simples, mas, assim, de uma cristalina verdade, podemos dizer, interrogando: «que vai *ser* de mim?».

Todo o discurso até agora elaborado em ambiente propositadamente religioso e teológico pode ser aplicado, mudando apenas a linguagem – sentido lato –, a qualquer ambiente antropológico e é válido para pessoas que se afirmam como não-religiosas. Já para os chamados ateus a questão ganha foros de uma maior gravidade.

Esperança

Com o ateu, entramos na análise breve do segundo termo fundamental que nos foi dado para refletir: «esperança», ainda que, inicialmente, na forma sua contraditória, o *desespero*.

No comum mundo de superficialidades em que fomos postos a viver, assim tornando ilusoriamente o seu e nosso domínio mais fácil por parte de oligarquias menores, estamos habituados a pensar e a agir segundo um regime lógico de disfarçadas *falsidades* e segundo um regime ético e político de *mentira*. Não é para tal que aqui estamos. Deste modo, não vamos desrespeitar a lógica dos termos e das noções que procuram veicular.

O termo «desespero» refere-se a uma *situação necessariamente trágica*. Quando se desespera; melhor, quando alguém desespera, dado que não há desespero que não seja pessoal, só há um fim: a morte. Quem verdadeiramente desespera, assim que pode, mata-se. Se o não faz assim que pode, é porque ainda não desesperou mesmo, isto é, porque ainda guarda em si alguma *esperança*.

Neste momento da nossa reflexão, vai ser o termo positivo que vai ajudar a perceber a grandeza do termo negativo pelo qual tínhamos começado para entender o positivo. Apenas na sua relação de contraditoriedade podem ser ambos entendidos.

É a presença da esperança que anula o desespero. Por mais débil que a esperança seja, quando está presente, não há desespero. Podemos, assim, perceber que, sendo ambos absolutos – por isso são contraditórios e não

contrários –, o desespero não tem graduação, ao passo que a *esperança é infinitamente graduável*.

Outro modo de dizer esta relação é afirmar que só existe esperança e que o desespero é precisamente a ausência, em sentido absoluto, de esperança. Tal pode parecer uma trivial evidência, mas é logicamente fundamental, pois, no real da vida das pessoas, tal significa que *a manutenção – e o auxílio à manutenção – da mais ínfima réstia de esperança significa a diferença entre a vida e a morte*.

Bem dizia o povo, quando afirmava: «enquanto há vida, há esperança»; acrescentamos: *enquanto há esperança pode haver vida*.

Não se trata aqui, de uma especulação: quem já estudou os campos de morte² – nazis, por exemplo – sabe bem que o verdadeiro momento de morte das pessoas, em sentido antropológico, ético e político, acontecia não nas salas de banho em que eram gaseadas, mas quando, cada uma e todas, perdiam a esperança e desistiam de *afirmar* a sua vida, a sua dignidade. Tristemente, para muitos, parecia ressurgir algo como um reflexo mecânico de esperança, pois, no fim dos gaseamentos, eram sistematicamente encontradas pilhas de cadáveres de seres humanos que tinham, nos seus últimos momentos de vida, querido poder respirar ainda um pouco de ar não envenenado tentando trepar por sobre os outros para junto dos ventiladores postos nas lajes de cobertura das salas, com mães elevando os seus filhos acima das suas cabeças, procurando furtá-los a um destino que se adivinhava inexorável.³

² Ver nossos estudos: *O fascínio do bem. A dimensão agato-ontológica da acção*, a propósito da acção de Óscar Schindler durante a Segunda Grande Guerra, em: http://www.lusosofia.net/textos/20140725-americo_pereira_2014_obras_7.pdf, e (Se) *Questo è un Uomo. Leitura ética, política e ontológica da obra de Primo Levi*, em: http://www.lusosofia.net/textos/20140725-pereira_americo_2014_se_questo_e_un_uomo.pdf.

³ Como indicações bibliográficas, que constituem leituras sérias acerca dos acontecimentos em que o nazismo eliminou a dignidade humana dos que elegeram como inimigos, recomendamos as seguintes, que, por sua vez, abrem para um mundo de referências bibliográficas riquíssimo: LIFTON Robert Jay, *The Nazi Doctors. Medical killing and the psychology of the genocide*, s. l., Basic Books, 2000, XIII + 561 pp.; GILBERT Martin, *The Holocaust. The Jewish Tragedy*, London, Fontana Press, 1897, 959 pp.; REES Laurence, *Auschwitz. The Nazis and the 'Final Solution'*, London, BBC Books, 2005, 399 pp.; BROWNING Christopher R., *The Origins of the Final Solution. The evolution of Nazi Jewish policy, 1939-1942*, Lincoln, University of Nebraska Press; Jerusalem, Yad Vashem, Arrow Books, 2005, XII + 615 pp..

O nazismo, como todas as formas de tirania – e podemos incluir nelas todas as formas de relacionamento em que um ser humano rouba possibilidades de existência a um outro, na violência doméstica, por exemplo –, domina⁴ os seres humanos através do *domínio da sua esperança* e aniquila os seres humanos de forma indireta levando-os ao desespero.

Note-se que não estamos a falar de formas psicológicas de esperança ou de desespero, mas de formas em que *a esperança e o desespero coincidem com o próprio ato da própria pessoa*, em termos da sua possibilidade e da relação que a pessoa tem com a sua possibilidade: se alguém se faz explodir em nome de uma esperança qualquer, tal significa que psicologicamente acredita em tal, mas tal significa que, existencialmente, ontologicamente – isto é, segundo o modo do sentido que o constitui como pessoa –, deixou de esperar *neste mundo*.

Ora, a esperança pode ser escatológica, num sentido transmundano, mas só pode acontecer *neste mundo*, no aqui e agora do absoluto do presente do ato que constitui cada ser humano. Foi para dar esperança *aqui e agora* à humanidade que *Cristo assumiu o aqui e agora da carne*. Sem esta necessidade imanente, algo como o *Livro de Job*, em que tudo o que se pode dizer de radical sobre a esperança baseada na fé já está posto intelectualmente, nunca teria sido escrito. No entanto, Job nunca teve carne: é um constructo teórico miticamente dito. Cristo é esperança em carne. A diferença é radical.

Não sabemos falar da fé *de* Deus, sequer do que isso possa ser. Podemos falar da sua *confiança*. Podemos também falar da confiança de Cristo, no Pai do Céu, na Mãe e no Pai da terra. Estas duas trindades do amor de Cristo, na plenitude da confiança e da caridade mútuas, ainda que tudo o mais falhasse em termos de confiabilidade, permitiriam ao Filho ter esperança no amor, no plano de Deus Pai e do Espírito, e também na humanidade, substancialmente representada em Maria e José.

Nunca há falta de confiança em Cristo. Nunca há falta de esperança. Todavia, Cristo é o Senhor Angustiado e nunca pode ser senhor da angústia, isto é, esse que a determina. Nem a angústia se anula em Cristo nem Cristo anula a angústia. Cristo, o Deus incarnado, é, também na angústia, ser humano perfeito.

⁴ O termo «domina» encontra-se no presente do indicativo porque esta realidade é ainda contemporaneamente presente e em progresso.

Neste sentido, mais do que assumir o pecado – o que, em certo sentido, é estranho –, *Cristo assume as consequências do pecado*, de que a angústia faz parte. Ao assumir a angústia não como separação sua relativamente ao Pai, mas como matriz da separação humana pós-edénica relativamente a Deus, Cristo completa a assunção perfeita do que é a condição humana.

Note-se que não é «a condição humana pecadora», mas, mais profundo do que isso, «a condição humana de angústia», como o absoluto da separação relativamente a Deus, que, em Cristo, não é propriamente separação, mas distanciação segundo o tempo, necessária à e para a encarnação.

Tal tem consequências. O clímax destas consequências encontra-se na cena do cálice,⁵ em que a angústia se manifesta coextensiva ao ser de Cristo, no absoluto da distância ao Pai, que se invoca e que não responde, pois, se o fizesse, eliminaria a angústia e, com ela, a perfeição humana de Cristo *no tempo*.

Mas é exatamente esta distância que é necessária para que cada pessoa possa talhar a sua existência: *Deus convoca, mas não age na vez de*.

Não é o Pai do Céu quem tem de beber aquele cálice: é o Filho, na terra.

E ninguém o pode beber na sua vez, por ele.

A angústia é condição de liberdade segundo o tempo. No Jardim primeiro, é-se livre na comunhão com Deus. É-se livre com Deus. Participa-se da liberdade infinita de Deus. Enquanto se quiser.

No tempo do exterior ao Éden, é-se livre quando se bebe o conteúdo do cálice que é próprio e adequado para cada um. São todos diferentes, todos imprevisíveis: «que vai ser de mim», pergunta-se, de novo. O cálice, no seu conteúdo, é a angústia.

A esperança acontece sempre que há fé no ato de beber do cálice e se bebe o cálice.

Este cálice nunca contém a morte. A possível morte está no desfecho possível da minha relação com o cálice. A consequência trágica da situação de Cristo perante o cálice não é a morte na cruz, pois a ressurreição é a morte definitiva de toda a tragédia possível.

⁵ Mt 26 . 39 e 42.

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

A verdadeira tragédia residiria em Cristo se *recusar* a beber o conteúdo do cálice: que Deus era este? Que destino imediatamente se impunha aos seres humanos e ao mundo como um todo?

Isso sobre que estivemos a pensar até agora não é algo de *arqueológico*, em sentido historiográfico, mas de *arquetípico*, aplicando-se aos seres humanos de sempre, logo, aos da contemporaneidade. E por maioria de razão.

A contemporaneidade caracteriza-se fundamentalmente, sob a capa epidérmica da espuma dos fenómenos postos em relevo pelas oligarquias, por uma *ausência propositada de princípios*. A mesma época que obrigou a chamada natureza a ter «leis», que são princípios físicos universais, mesmo quando são de tipo «quântico», é aquela que resolveu (passe a prosopopeia) não ter *princípios* em termos éticos e políticos, substituindo-os por *valores*.

Tal movimento acentuou-se após o fim da Segunda Grande Guerra, precisamente aquela que se combateu *em nome de princípios*: o princípio do *bem-comum universal*, de inspiração judaico-helénica, e – isto é, «contra» – o princípio do *bem exclusivo para alguns*, os «senhores», em detrimento do bem de todos os outros, os «escravos», de origem comum em quase todas as civilizações que conhecemos (esta origem comum reside na real incapacidade humana de amar, adquirida, atualizada na negação do amor como vocação universal, e consubstanciada no egoísmo).

No fim de tal conflito, pensou-se, apressadamente, que os defensores do bem-comum tinham ganho, pois de tal pensamento e do trabalho dos seus defensores tinha emergido, por exemplo, algo como a Organização das Nações Unidas.

No entanto, nada mais ilusório do que tal pensamento. No mundo da *Realpolitik*, o que venceu foi uma modalidade de conflito já não entre princípios, mas entre valores: uns e os outros, quaisquer, pois quaisquer servem, desde que alguém tenha força suficiente para os impor. É o chamado «mundo do relativismo», designação perfeita, pois, sendo um mundo de valores, é necessariamente um mundo relativista. É que os valores, sendo fruto de uma qualquer avaliação, dependendo, assim, de um avaliador, sendo todos os avaliadores aceites finitos, logo, capazes de erro, valem exatamente tanto quanto vale a capacidade dos avaliadores.

O princípio gravítico é objetivo, depende da objetividade física da matriz ontológica do mundo físico, vale o mesmo aqui e ali, quaisquer sejam, no

universo. Não é um valor, a sua realidade não depende do juízo seja de quem for.

Já o direito à vida, como valor, não como princípio, vale o que vale conforme o que o avaliador avaliar. É esta a lógica do valor e não há outra.

Ora, o sentido antigo do direito à vida como princípio nada tinha de subjetivo ou de avaliativo, pois, decorria *da intuição* segundo a qual a invalidação universal do direito à vida, se concretizada, imediatamente implicaria a aniquilação de toda a vida. E tal é da ordem dos princípios, não da ordem dos valores.

Ora, num mundo contemporâneo como o nosso, em que a vida humana decorre neste ambiente de relativismo valorativo, como não viver a angústia de um modo agudo, dado que a *volatilidade semântica do valor* implica uma consciência da precariedade de toda a existência, não apenas na relação com o absoluto, mas na relação com tudo?

Onde está a Maria e o José, já para não falar do Deus Pai, em que eu possa confiar? Neste ambiente em que tudo vale em função do poder dos avaliadores, que me pode servir de *eixo principal* para ponto de ancoragem ou, melhor ainda, como farol de um possível porto em cuja bondade se possa confiar?

Partindo destas questões bem concretas, vamos, agora, explorar os diferentes temas de questionamento constantes do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica em que se pensa sobre a dignidade humana, do ponto de vista que titula esta nossa comum reflexão.

Angústia e esperança no concreto da humana ação

Ciência e religião

O termo «ciência» tornou-se profundamente equívoco. De um sentido antigo, que a restringia a um conhecimento universal e necessário, ao caos nocional contemporâneo, em que predomina o marketing e a burocracia e em que qualquer falsidade passa por ciência, perdeu-se a funda utilidade que isso a que o termo se deveria referir tem para a humanidade.

No entanto e, no limite, «ciência» confunde-se com o ato de se possuir um qualquer sentido. Qualquer, repetimos. Podemos imaginar um mundo sonhado em que o conteúdo objetivo da ciência desse mundo tem de ser

necessariamente sonho. Nesse mundo, tal conteúdo não deixaria de ser ciência.

Que significa isto? Que a ciência não se reduz a qualquer definição imposta por uma qualquer oligarquia intelectual, de outrora ou de agora. *Faz-se ciência, quando se possui o sentido das coisas, que é tudo o que podemos possuir delas.* O que acabou de ser dito é, ainda, uma forma menor de dizer o que está em causa: acontece ciência quando *nos transformamos no sentido das coisas e estas se transformam em sentido em nós.* Metaforicamente: a ciência é o sabor espiritual das coisas, do mundo.

Todas as formas de constituição de sentido constituem ciência. Tal não torna a ciência equívoca, torna-a coextensiva à capacidade humana de saber. Há uma ciência profunda na poesia e quem dela não participar é, nisso, ignorante. Há ciência profunda na religião – mais poética ou mais prosaica – e quem dela não participar, *nisso* é ignorante. Tão ignorante nisso quanto é ignorante em ciências cartesianas e pós-cartesianas quem as ignorar.

Deste modo, ciência – que não existe, o que existe são as diversas ciências – e religião – também só existem religiões – não se opõem, complementam-se como formas diferentes, mas não necessariamente diversas de haurir sentido.

É no termo helénico matricial para o «sentido», «logos», que ciências e religião – religiões – se encontram, se forem honestas, isto é, se os seus cultores forem honestos: todas procuram o encontro com o «logos», com o *ser, na forma do sentido.* Se não o fizerem, não são o que reclamam ser, sendo, antes, perversos produtos da inteligência humana, pseudo-científicos, pseudo-religiosos.

São estes últimos que ajudam a promover a natural angústia do ser humano, ao auxiliarem a sua alienação, em vez de serem ancilares do seu crescimento, precisamente em humano sentido, que, sendo plenamente humano, é também plenamente natural e plenamente cósmico, aberto ao trans-natural, trans-cósmico. No entanto, esta abertura ao que possa transcender o mundo não é compatível com a existência de tiranos, únicos ou repartidos em oligarquias: não se pode, mesmo, servir ao César mundano e ao deus transcendente; ou a César e a Deus, no exemplo evangélico.

Num mundo cada vez mais reduzido a propostas de sentido imanentizadas, sem perspetiva outra senão a da *morte como escatológica aniquilação*, todas

as propostas quer das ciências quer das religiões que reduzam todo o horizonte de sentido possível à imanência aumentam, imediata ou mediatamente, a tendência para o desespero.

Refleta-se bem: de que serve, em absoluto, viver, mesmo que com o maior dos conhecimentos mundanos ou das mundanas ritualizações, um qualquer número de anos, maior ou menor, se tudo vai terminar em dispersão atômica? Quem viver, mesmo, assim e perceber o que isto significa, imediatamente entra em desespero e, percebendo que *tudo é*, assim, de facto, *inútil*, sabe que a vida «nada vale», pondo esta imediatamente sob o arbítrio de uma vontade cuja inteligência não tem como apontar uma justificação válida para que a vida prossiga. Segue-se a morte, que pode ser na forma também física, com o suicídio, ou na forma espiritual, moral e política do ir-se vivendo sem sentido, por exemplo, transformando a vida sua e dos outros numa brincadeira em que tudo vale o mesmo, o que é dizer que nada vale realmente coisa alguma, por indiferenciação de valor.

Não é este, se bem que anedoticamente resumido, o retrato de boa parte do mundo em que vivemos?

Ora, religião e ciência nasceram com a finalidade de ser veículos de sentido, sentido humano. E, para nós, seres humanos, não há sentido que não seja humano. Outros, sem a tradução do «logos» humano, do ponto de vista lógico, mesmo que tenham o equivalente a uma existência algures, constituem algo que, sem tal tradução, nunca será por nós tocado, haurido. Note-se que, em termos cristãos, há um corolário espantoso para este tema: é que a encarnação de Deus, em Cristo, é a suprema tradução de algo, de outro modo misterioso, em «logos» humano, de tal forma plena que coincide com a carne que nos constitui.

Quer isto dizer que religião e ciência poderiam e deveriam ser fatores de esperança, abrindo perspectivas de possibilidade de saber infinito, *só possível se a vida não terminar na dispersão atômica*. Com esta esperança, a angústia, não desaparecendo, ganha um propósito, um fim, passa a coincidir com a vida humana não como ato desesperado, mas como vocação, vocação que é caminho. Esta é a ciência de um Platão, de um Aristóteles, de um Agostinho, de um Tomás, mas também de um Pasteur, de um Heisenberg ou de um Lemaître. As religiões e as ciências como atos éticos e políticos têm a grandeza dos seres humanos que as põem em prática.

A dignidade da vida humana

Se a dignidade da vida humana for entendida como um princípio será necessariamente respeitada, sem exceções. Se se perceber que, no limite, o desrespeito por tal dignidade, se universalizado, implica a *aniquilação da mesma humanidade* – é isto que a sua forma de princípio implica negativamente –, imediatamente se ergue tal dignidade como algo que nunca pode ser desrespeitado, violado.

Se se entender a dignidade humana como valor, qualquer avaliador pode emitir um juízo e poderemos, no limite, ter tantas valorações da dignidade humana quantas as pessoas existentes em cada dado momento. Lembre-se o que resultou da reavaliação da dignidade humana efetuada por Hitler em *Mein Kampf*.

Se há algo que atenua a usura da angústia sobre o ser humano, tal é a *presença de princípios como eixos de indicação de possibilidades de ação ontologicamente positiva*.

A dignidade humana como princípio implica que isso que sou é algo que partilho universal e necessariamente com todos os outros seres humanos; nisso, não sou mais ou menos do que *cada um deles*, do que *todos* eles. E, assim, para o sempre do ato do mundo. No meio da angústia de se ser no tempo, que pode ser mais consolador do que esta noção, do que este sentido? Note-se que a tradição religiosa cristã deste sentido é a comum filiação num mesmo pai divino criador.

Não se trata de um mero consolo psicológico, mas da realidade de se saber que *somos todos tão pessoas como todas as outras*. Se se tiver este sentido, como compatibilizar tal com o desespero? Alguém em desespero não pode colher o sentido de uma comum humanidade, exceto num excecional, mas possível caso: que todos os outros estejam também em desespero. Mas, então, é a humanidade à beira do suicídio que aqui se nos depara.

A angústia é parte integrante da dignidade humana, porque, como vimos, no tempo, não há ser humano sem angústia.

A angústia marca precisamente a grandeza do ser humano como esse que sabe da sua finitude.

A esperança é o ato que aposta ativamente na superação da finitude, no sentido de uma possível infinita aproximação relativamente à infinita perfeição, a que chamamos Deus.

Em termos cristãos, toda a esperança depende da assunção plena da angústia de Cristo pelo próprio, no momento do cálice, em que o ato de Jesus *cria a esperança* ao coincidir com o beber o conteúdo do cálice. O preço da esperança é a angústia e estas, em seus atos, são diretamente proporcionais: *infinita esperança implica infinita angústia*. Infinita angústia, para poder ser vivida, implica infinita esperança. Há que beber o cálice e é quando este é bebido que a dignidade humana se revela em todo o seu esplendor.

A civilização do amor

Na sua plenitude, a civilização do amor é do âmbito da esperança e apenas. A civilização do amor, para poder ser possível, implicaria, em termos cristãos, que o mandamento de Cristo – que implica os outros vetustos dez anteriores – fosse universalmente concretizado. Tal, não sendo impossível – e a possibilidade é sempre da ordem do metafísico, logo do teórico –, é de uma extrema dificuldade, improbabilidade. Para que se realize, é necessário que todos pratiquem o bem de uma forma universal. Historicamente, para os cristãos, tal apenas sucedeu no âmbito da Sagrada Família.

Encontramos, na nossa tradição, em significativa convergência, o sentido platónico do bem-comum, que tem precisamente a mesma exigência de universalidade e a mesma expectativa de cumprimento improvável: é o que erradamente é chamado de utopia platónica.⁶

Ora, fora do âmbito do amor neste sentido pleno, *não pode não* haver angústia. Como a nossa civilização, bem como todas as outras de sempre, não cumprem o requisito implicado pelo mandamento de Cristo, não são civilizações de amor – em seu sentido pleno –, logo, são civilizações de angústia, pela razão acima pensada. Se esta angústia for vivida num ambiente

⁶ Ver nossos estudos: *Estudos platónicos*, em: http://www.lusosofia.net/textos/20140702-americo_pereira_2014_obras_5.pdf, *Eros e Sophia. Estudos platónicos II*, em: http://www.lusosofia.net/textos/20151006-pereira_americo_2015_eros_sophia_1.pdf, e «Thomas More, discípulo de Platão?», em http://www.lusosofia.net/textos/20161216-pereira_americo_2016_thomas_more.pdf.

antropológico – e também ético, político, religioso ou cosmológico – de tipo imanentista, não há como fugir à absoluta ausência de sentido final para a realidade humana, o que, mais cedo ou mais tarde, leva ao surgimento do desespero, em tantas formas diferenciadas quantos os seres humanos implicados. Nada mais pessoal do que a angústia e o desespero, negativamente, ou do que o amor e a esperança, positivamente.

Perante o habitual triste espetáculo que é maioritariamente veiculado pelos *media*, compete aos educadores chamar a atenção para o que sucede de bom e de bem, que é efetivamente muito mais e é o que mantém, de facto, o mundo sendo, medíocre, mas «salvável», digamos assim. Compete, também e talvez fundamentalmente, dar o exemplo, sendo em seu ato ético e político, logo, em sua mesma antropologia própria, aquilo que se pode denominar verdadeiramente como «uma pessoa de bem»; isto é, uma pessoa cujo ato é sempre um ato de bem, pelo menos tanto quanto as humanas forças pessoais permitem. O que nunca deve acontecer é o educador ser um ato que desminta isso que é o fundamento de uma civilização do amor.

A pessoa humana

A pessoa humana, se realizada segundo o querer possibilitador de Deus, nunca seria um ato de angústia, muito menos um ato de desespero. Ser pessoa, no limite, em termos cristãos, é ser como Deus; todavia, limitadamente. Ora, Deus é essencial e substancialmente amor. Então, em termos cristãos, ser pessoa é ser um ato de amor: é assim com Cristo, assim com Maria, assim com o esquecido José.

Só se é verdadeiramente pessoa quando se ama e quando se ama tendencialmente como Deus ama: universalmente. Assim, no ato de relação que constitui a pessoa em termos cristãos, é o amor que é a essência e a substância de tal ato.

No que a pessoa humana finita é, em seu ato próprio e irreduzível, na dimensão histórica, a angústia é a medida da ausência de amor em sentido pleno. Amor que é ato da própria pessoa. A sua falta significa que o amor que não criamos por meio de nosso ato é a medida da angústia que somos. No limite, incapazes de amar, desesperamos.

Esta dimensão propriamente humana da pessoa como relação de amor ajuda a compreender a humanidade de Cristo, em sua plenitude humana: mas também permite compreender que a angústia em Cristo é especial,

pois não depende da sua falta de amor, mas apenas do necessário silêncio do Pai, que, no momento do desenlace do drama, parece não amar o Filho, porque não lhe responde. Ora, bem pelo contrário: dá a resposta mais importante que se pode dar, única, ao salvaguardar a plena autonomia de decisão de Cristo.

Nesta situação, encontramos não um modelo de irracional aplicação imediata, como se fôssemos Deus, mas o modelo do que deve ser o relacionamento entre as pessoas, nomeadamente entre docentes e discentes, pois, nele é-nos dado o paradigma do que deve ser a ação do que detém poder sobre quem detém esse mesmo poder: amor, na forma do respeito pelo absoluto da sua liberdade. Em amor, a pessoa que ama, acompanha, ampara, mas não se substitui ao outro. Muitos dos problemas que encontramos dependem deste desrespeito pela autonomia da pessoa, pela pessoa como autonomia. É que, se eliminamos a autonomia da pessoa, eliminamos a pessoa. Historicamente, tal pode comprovar-se através do que sucedeu, por exemplo, nos campos de morte nazis.

Construir a fraternidade

A fraternidade, irmandade, filadélfia, constrói-se com pessoas e através e apenas através do ato de amor em sentido universal. Se não houver amor, no sentido indicado, não há irmandade, seja em que dimensão for, mesmo entre apenas duas pessoas, se não houver amor em sentido universal, não pode haver uma fraternidade universal, que é o que o cristianismo, em última análise, propõe, sem impor (foi pela imposição que muito se perdeu: a imposição de algo é violência; mesmo que seja algo bom, é, ainda, violência e o amor é incompatível com a violência).

O Reino de Deus é uma fraternidade de amor universal com Deus, diretamente; a Cidade de Deus, de Agostinho, é, em termos de possibilidade, quer o mesmo que o Reino de Deus, escatológica, portanto, quer uma remotíssima possibilidade de realização do mandamento de Cristo já aqui, na dimensão histórica, assim, anulando a divisão de Eva e Adão entre ambos e para com Deus. Remotíssima, sublinhamos, mas possível, também sublinhamos.

Compete ao educador continuamente lembrar que é esta a forma máxima da comunidade cristã, seja ela imperfeitamente realizada no mundo, tendencialmente perfeitamente realizada no mundo, perfeitamente realizada

como acreditamos ser o caso da Sagrada Família, ou, ainda perfeitamente realizável no mundo, perfeitamente realizada em Deus. De esta última possibilidade, convém lembrar que de cada vez que se ama, se realiza o bem, se entra em comunhão com Deus, o que significa, neste contexto, o estabelecimento efêmero de uma relação de fraternidade com esse que se ama no mundo, mas também com Deus no ato de amor ao que se ama no mundo. Não se trata de amar o mundo esquecendo Deus, mas de servir a Deus amando o mundo: o serviço a Deus é o amor ao mundo pelo bem do mundo, não como forma de incensar Deus, o que raia a blasfêmia, pois Deus de nada necessita, muito menos de vazios ritos. O rito que Deus quer é o do amor: é este o que perfuma a ação humana e que toca a divina “narina”.

Viver juntos

«Viver juntos», dito sem mais, aplica-se a qualquer coisa que viva e que se junte a outra. É claro que o que se quer pôr como base de entendimento é a possibilidade da chamada coexistência. Mas esta, em termos humanos e, sobretudo, em termos cristãos, implica precisamente como finalidade, sem a qual nada faz sentido, que o «viver-se com» seja da ordem da fraternidade, de que já tratámos.

Para se viver como ato fraterno não bastam formas de pertença de tipo de conjugação exterior, mormente por aliança relativa aos chamados interesses. O sentido fraterno do viver junto só se torna verdadeiramente humano, digno do que é próprio da humanidade por diferença fundamental própria relativamente a quaisquer outras entidades biológicas, se for alicerçado sobre e se tiver como fim o bem-comum.

Sem este alicerce e finalidade, as associações humanas, quaisquer que sejam, serão sempre meras formas algorítmicas de agregação de indivíduos que prosseguem interesses próprios. Apenas o bem-comum é o ato final e medial que constitui a forma de unidade interior ao grupo que vive junto, pois é o bem-comum que constitui a unidade própria de tal grupo. Nunca se consegue o bem-comum por somatório de interesses individuais.

O bem-comum é logicamente anterior ao bem de cada um dos indivíduos que nele vive e que nele convive com os demais. É exatamente a vida conjunta segundo o bem-comum que faz de nós pessoas, isto é, seres de relação livre e autónoma com outros em tudo semelhantes, em sua diferença própria.

O que é que isto implica necessariamente? Implica que cada um possa ser o melhor que lhe é possível, mas na relação com todos os outros, quer dizer, que possa ser o melhor possível individualmente na relação com o melhor possível de cada um e de todos os outros. Só assim se é pessoa. Na relação segundo o bem-comum, todo o bem próprio de cada um e de todos os outros é, também, meu bem, próprio através da relação. E, assim, reciprocamente no todo do universo humano que vive em conjunto.

Sem este modo de viver junto, o que temos é um conjunto de conviventes que não vive segundo o modo do bem-comum, mas segundo modos alternativos, de que o mais comum é a competição, em que cada um é potencial e efetivo predador dos bens próprios possíveis para os outros.

Deste modo, a aliança que há que estabelecer, em termos cristãos, é a aliança segundo o bem universal. Se assim não for, não há aliança cristã, mas apenas uma forma contratualista sempre passível de ser anulada ou pervertida a capricho por parte de quem detiver o poder de violência a cada momento. É esta a situação comum da história da humanidade como um todo. Foi isto que Cristo, a nível político, pretendeu modificar radicalmente, instituindo um reino de amor, reino do bem-comum. O modelo cristão é o da Sagrada Família, em que o bem-comum imperava e em que a autoridade competia sempre a quem sabia como governar.

A família, comunidade de amor

Este título, brevemente, rigorosamente, diz tudo o que há a dizer acerca da família: esta ou é uma comunidade de amor ou não é coisa alguma. O que distingue o sentido cristão de família de um sentido meramente sociológico ou sociopolítico descritivo, em que qualquer coisa pode ser uma família, é precisamente a família como, não o lugar, mas o *ato* do amor.

Seja qual for a definição sociológica ou ideológica do que é uma família, seja qual for o tempo histórico em que tal é feito, se nesse agregado de seres humanos – e é de seres humanos, não é de cães, gatos e tartarugas ou hamsters – não existir como vínculo o ato de amor, tal coisa não é uma família. É, mesmo, um mero agregado de seres humanos que habitam um mesmo espaço e tempo, mas que, não se amando, não podem constituir uma família.

Assim, quando se diz estultamente que «naquela família» o pai bate na mãe, ou o filho bate no pai, ou os pais negligenciam os filhos, não se está a falar de

uma família, mas do tal agregado de seres humanos que coabitam, mas não se amam, não podendo, assim, constituir uma família.

É que «constituir uma família» não é o mesmo que se casar, juntar, curtir ou outra coisa qualquer, tendo ou não tendo progénie. Isto é a anedotização do que é a relação humana nobilíssima que é a constituição de uma família. Repetimos: família é uma comunidade de pessoas em que há um vínculo de amor que as une indefetivelmente.

De facto, é o mesmo que bem-comum. E é-o aplicado quer a agregados de menor tamanho quer a agregados de maior tamanho. Note-se que, podendo passar por um casamento, por um casamento/matrimónio cristão, tal não é obrigatório; bem como esta mesma passagem por um ato formal não constitui automaticamente uma família, se não houver amor. Aliás, se não houver amor, o ato matrimonial cristão é inexistente como tal, é nulo.

Há família quando uma senhora recolhe umas crianças de rua e faz de sua mãe e elas fazem de seus filhos, em amor, com amor. Há família quando um neto recolhe em seu lar os avós e os trata como seu pai, numa fase em que eles retornam a um estado de necessidade de amor e carinho, vivendo em recíproco amor. Há amor quando um casal trata com amor os seus filhos e estes tratam com amor os seus pais; há família, se se tratam com amor uns aos outros. Há família numa instituição religiosa em que todos os que aí residem dela fazem um lar, vivendo amorosamente para o bem-comum da instituição, concretizado na pessoa, em cada pessoa, em todas as pessoas. Menos que isto, não é família, mas uma sua mera aproximação.

Estes exemplos são bastantes para se perceber o que é realmente uma família substantivamente entendida. A razão pela qual a Sagrada Família é mesmo uma família não é por ser sagrada, como se a sacralidade operasse magicamente, mas porque foi o ato de mútuo amor entre aqueles três seres humanos que a constituiu como tal, na perfeição da sua possibilidade.

E, em termos cristãos, o modelo último de família é a própria Santíssima Trindade, em que, paradigmaticamente, é o amor em ato infinito que é Deus como forma de amor entre pessoas. É este modelo de perfeição que deve orientar a ação do cristão e a sua proposta transformadora para o mundo, todo ele, não apenas o cristão.

De nada serve a desculpa preguiçosa de que a realidade mundana não é assim e de que a realidade mundana é muito complexa, o que, de facto, é mesmo, ou não seria a realidade mundana que é.

É exatamente porque a realidade está afetada por formas perversas de vida pseudo-familiar que é necessário renovar a grandeza da proposta cristã, por mais incompreendida que inicialmente possa ser. No entanto, se não se acreditar que é o amor que, em última análise, é o bom fermento para o bem do mundo, mais vale que se deixe de se afirmar uma pertença cristã, dado que cristianismo sem a referência ao amor não passa de uma fraude.

O projeto de vida

Até que ponto a lógica projetual é a melhor para definir o que é a possibilidade humana pessoal, na relação com a possível finalidade de cada pessoa?

Um projeto é apenas uma forma genérica de «estar lançado para a frente»? Se assim for, pode ser apenas algo como uma vida de escravo, em que se segue uma inércia ético-política inicial, que nos empurra definitivamente pelo resto de uma vida que não é, neste caso, bem «nossa»; é mais a inércia que vive em nós do que nós propriamente vivermos algo que possa ser considerado uma vida pessoal, nossa.

Se o projeto for algo como o que é um projeto de engenharia, estamos perante algo de semelhante, pois o que prevê antecipadamente é mesmo para se fazer, ou não vale a pena haver projeto. Se este estiver constantemente a ser alterado, também deixa de ser um projeto propriamente dito, para passar a ser um constante remendo de si próprio: quem é que quer passar por tal ponte ou habitar tal edifício?

Parece estarmos situados entre algo de tipo anárquico-mecânico e algo comparável a um velho plano quinquenal dos tempos de Estaline.

Não nos parece que seja exatamente um projeto isso de que cada ser humano carece, mas, sim, da descoberta do que é a sua *vocação própria*, que é um composto entre isso que são as suas capacidades próprias, sempre limitadas, e isso que é o que é capaz de discernir como *o que quer*, não fazer da sua vida, como se houvesse outra vida que não a sua escolha, *mas criar como sua vida*. Além de mais, tal discernimento, que implica um conhecimento profundo de si próprio, tem de ter em consideração o que já foi dito acerca do bem-comum, e tem de ser capaz de perceber que apenas poderá ter uma vida humanamente digna se for capaz de a inserir como ato próprio no todo do bem-comum.

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

Pergunta-se se as nossas crianças – pois é aí que tem de se começar – são treinadas para este conhecimento próprio, discernimento e capacidade efetiva de escolha. Se não e, na verdade, são muito poucas as que o praticarão, que sentido faz falar-se-lhes de «projeto»?

Por outro lado, a nossa experiência de mais de quarenta anos de ensino ensinou-nos que, cada vez mais, as crianças e os jovens são arredados de um treino de liberdade por autoconhecimento e discernimento, de modo a tornar-se apenas meros servos de oligarquias que delas se servem para benefício próprio, tendo a escola passado de um laboratório de liberdade para uma oficina de escravidão.

Assim sendo, compete ao educador de EMRC laborar no sentido do treino intelectual, moral, político e religioso – como corolário possível – das crianças e jovens no sentido do discernimento do que podem ser e do que querem ser. Se a tal quiserem chamar «projeto», é irrelevante, desde que a tal corresponda efetivamente a realização da capacidade de cada pessoa como criadora livre da sua vida e do seu humano destino.

A liberdade

No que diz respeito à liberdade, há que ter em conta que os sentidos correntes que lhe são adstritos, e que são em miríade, escapam ao que de fundamental está em causa na noção. Se não se perceber que a liberdade é, em seu ato, sempre um absoluto, nunca se consegue quer ser livre quer ajudar outros a perceber nocionalmente o que a liberdade é ou, mesmo, ajudá-los a ser livres.

A condição humana como de entidade finita em ato, logo, imperfeita, ainda que infinitamente aperfeiçoável, implica que de tal condição faça parte como próprio e integrante tudo o que precisamente isso de ter uma condição consigo transporta. Como é evidente, a condição condiciona. Tal significa que não há ser humano que não seja condicionado, o que faz de todas as ideias libertárias algo de néscio, ao quererem um ser humano que teria de existir sem condição ou poderia evoluir para uma tal realidade. Tal não é possível.

Assim sendo, não há liberdade sem que se esteja em condição. No entanto, é a liberdade que é a grande condição do ser humano: sem liberdade não há ser humano. Quer isto dizer que cada ato em que o ser humano escolhe, mesmo que exteriormente infinitamente condicionado, é um ato em que a

liberdade é possível ou não é um possível ato próprio de um ser humano, de uma pessoa.

A condição da liberdade, como muito bem percebeu Santo Agostinho, é a possibilidade de escolha. Repare-se que não se comete o círculo vicioso – mais exatamente uma petição de princípio – de se dizer que é «a possibilidade de se escolher livremente». A possibilidade de escolha é a raiz de toda a liberdade, pois, por infinitos que sejam os constrangimentos, é sempre possível ao ser humano escolher ignorando-os. Que psicossociologicamente tal não seja frequente – se é que tal pode ser alguma vez demonstrado – não significa coisa alguma do ponto de vista da transcendentalidade em causa, apenas mostra como a realidade histórica se dá. Mas a realidade histórica depende das condições transcendentais da escolha e não o contrário. O caso de São Maximiliano Kolbe é de tal um bom exemplo: nos campos de morte funcionou em grande parte a lógica mundana da resposta pavloviana às condicionantes postas pelos nazis, mas, em muitos casos, tal não aconteceu, sendo as escolhas realizadas contra todos os condicionalismos. Muitas vezes, tal foi pago a preço da vida.

Mas é este o preço a pagar pela possibilidade da liberdade, como se mostra com o próprio Cristo.

Ora, em termos cristãos, a liberdade não é apenas o uso qualquer do livre-arbítrio, mas este uso segundo o exemplo paradigmático de Cristo, que usa a sua liberdade em prol do bem e do bem universal. Assim sendo, e desde Agostinho, a liberdade cristã é o ato em que a possibilidade de escolha dada pelo livre-arbítrio é posta ao serviço do bem e do bem-comum.

No sentido cristão, e seguindo o exemplo de Cristo, não há propriamente condicionamentos à liberdade: há uma condição de possibilidade de liberdade em relação com a condição de finitude humana, mas o ato de liberdade é sempre um absoluto, como se vê no caso das tentações de Cristo, propositadamente entregues ao próprio Diabo, como manifestação máxima de força condicionadora e que recebem de Cristo um reiterado, simples e pacífico: *Não*.

No entanto, o paradigma máximo da liberdade encontra-se na cena do cálice, em que Cristo se encontra no foco da máxima possibilidade quer para a humanidade, sua e que de si depende, mas também para a divindade: pois, que Deus era esse que cobardemente se eximisse ao ato necessário para anular a morte? Aqui, o silêncio de Deus, de que tantos têm medo, fala mais

alto, como marca do sentido do absoluto da liberdade como indistinguível do próprio ato de bem que é posto como possibilidade e que ou é realizado ou não é realizado. E nada ou ninguém pode escolher por Emmanuel. E quando decide, a liberdade ganha foros de divindade humana e de humana divindade. Mas, em termos cristãos, é sempre assim. Voltamos a Maximiliano Kolbe e a todos os que representa, por exemplo os pecadores Schindler e Sousa Mendes, perfeitos em seus atos de liberdade, se bem que imperfeitos como homens, como todos nós, aliás.

Ser verdadeiro

O padrão de verdade em termos cristãos, é definido pelo próprio Cristo, quando põe como modelo de verdade a simplicidade da afirmação ou «Sim» ou «Não», sendo o mais maligno (Mt 5, 37).

Padrão difícil de se seguir nos dias de hoje em que o cinzentismo dos compromissos predomina. Confundindo a natural complexidade matizada da imensidade da combinatoria do real com a clareza dos princípios sobre que se ergue, muitas pessoas pensam e vivem como se não houvesse distinção possível no real. Ora, o real, mesmo em sua complexidade, é apenas possível por causa da diferença que tudo distingue como *indivíduo* de e num *mesmo mundo*.

A verdade é a distinção própria do que é, como é, dita por nós. É verdade não o que se pensa que é, não a narrativa que se constrói para obter poder, mas tudo o que acerta no sentido que ergue o real.

Às verdades fáceis, que são as de ordem lógica e matemática, pois são o que são e não têm dimensão psicológica – por isso são universalmente compartilháveis, objetivamente, como se costuma dizer –, temos de juntar as verdades vividas, como as das sensações, dos sentimentos, do amor. Todas estas são compartilháveis objetivamente e é nelas que reside a possibilidade quer do equívoco, de que não podemos escapar, quer da mentira, de que podemos e devemos escapar, sob pena de tornar a vida humana num caos e o caos é morte.

Nunca saberemos o que é o ato de outrem quando prova, por exemplo, aquele chocolate: pela sensibilidade, somos incomunicáveis. Nela, também não conseguimos mentir, simplesmente porque não há como saber se o que se reporta é ou não verdadeiro, dada a tal incomunicabilidade. Já se pode mentir quanto aos efeitos: «gostei imenso», dizemos, quando

detestámos. Aqui, é a própria mentira que é isso que se comunica, não o efeito ou a sensação.

Mas é na relação de poder connosco próprios e com os outros que a mentira é potente. O caso da mentira anterior é um possível exemplo. *Mentimos para criar um mundo em que possamos imperar*, dado que o mundo em que a nossa mentira não existir é um mundo em que temos de viver como o que somos e tal não nos interessa. Por tal, para construir esse mesmo mundo império nosso, mentimos sobre os nossos gostos, sobre os nossos amores, sobre parte do que somos.

O resultado é um *mundo pervertido* em que o que é o real efetivo e o que é o real posto pelas nossas afirmações se desencontram, assim se cavando um fosso, que é ontológico, entre o real do mundo – que deveria ser a nossa verdade – e a nossa mentira, mundo pronto a colapsar assim que o último pilar lógico que estabeleça a relação entre o que é e o que se diz colapsar. Exemplo claro deste modo da mentira é o ato matrimonial em que se está com reserva de pensamento. Por isso é inexistente como tal. A mentira não é apenas diabólica, é aniquiladora de mundo e de vida humana.

Ser solidário

Ao cristão não se lhe pede para ser solidário. A solidariedade é o substituto fraco do que em termos cristãos é o *imperativo da caridade*, amor oblato de Deus, designação primeira da sua misericórdia, que antecede qualquer mal, que, em primeira instância, se consubstancia em nada menos do que a criação do mundo e, em última análise, na encarnação, morte e ressurreição de Jesus. Chamar a isto «solidariedade» é muito curto e é trocar um termo glorioso por um termo burocrático. Não se entende a preferência.

Como cristãos, não há que ter medo de usar o termo caridade, mesmo que este tenha sido pervertido pelo uso: aniquile-se o uso, não o termo que não tem culpa e é sinónimo ativo do próprio Deus em si mesmo, na Trindade, e em sua ação, quer na Trindade quer na relação com o criado.

Então, há que promover a virtude que mais nos aproxima de Deus em sua mesma essência de criador e que é a virtude do *dar por amor de esse a quem se dá*, sem mais, sem que a outra mão saiba, sem que se publicite, apenas pelo bem de dar. A recompensa encontra-se imediatamente, a nível pessoal de quem dá, no prazer espiritual de dar. Mas, mesmo que tal prazer

não ocorra, dar é mostrar que se é suficientemente grande para poder partilhar o que se é com os outros. É participar da grandeza criadora divina. Dar é criar, pois é promover a possibilidade de bem dos outros. Universalmente realizado tal ato, estaríamos imediatamente na cidade de Deus, cidade da caridade.

Solidárias são as pedras da calçada, o cristão é caridade em ato ou não é, de todo, cristão.

O perdão

O perdão é próprio de seres espirituais livres e fortes, não determinados por lógicas mecânicas de retribuição que replicam ética e politicamente o que é o princípio newtoniano de ação-reação. O que distingue o ser humano das bestas é que estas são fundamentalmente reativas, ao passo que o ser humano é fundamentalmente capaz de não ser reativo, mas livremente ativo. A reação anula sempre a liberdade porque faz depender o ato do re-agente de isso a que reage. O ser livre nunca reage, antes age após se distanciar dos atos anteriores, passíveis de provocar reação. Sempre que o ser humano age por reação nega a sua humanidade no que esta tem de mais nobre e torna-se indistinto de uma besta, isto é, de um animal irracional. O modelo reativo é propriamente pavloviano, digno dos cães de Pavlov; indigno de seres que nascem capazes de racionalidade.

Em termos cristãos, em que o ser humano é pessoa analogamente semelhante a Deus, a reação é um insulto ao estatuto com que Deus criou tal ser. *Do cristão, reclama-se sempre ação, nunca reação.* O cristão é, por definição própria, ativo, tão ativo quanto Cristo, agente por excelência.

O perdão permite a eliminação da relação negativa entre o ofensor e o ofendido. Implica que se viva num regime de realidade e não de ilusão, dado que não é possível perdoar uma ofensa ilusória ou pedir perdão se se estiver na ilusão de não ter cometido ofensa alguma. O perdão é, assim, sempre do âmbito do ontológico. É um ato profundamente ético, pois nasce e realiza-se na interioridade de quem perdoa; profundamente político, pois tem como objeto o terceiro que ofendeu, mesmo que esse terceiro seja algo de comparável a um nosso próprio heterónimo.

A repristinação da relação operada pelo perdão tem como efeito a possibilidade da continuidade da relação entre os implicados no ato, perdoador

e perdoado; mas pode ter como consequência a própria possibilidade de vida do perdoado – não sendo morto – e, do lado do perdoador, um sentido de grandeza que se obtém apenas quando se é suficientemente grande em termos humanos ao ponto de anular o mal feito, na dimensão da sua memória, por vezes excruciantemente dolorosa.

O perdão é sempre da ordem da recriação de possibilidades, ontologicamente assume como bom todo o ser humano em sua possibilidade, dando oportunidade ao possível bem de ser passado a ato. É esta a matriz do perdão em sentido divino, que, este, é sempre ato de criação, de caridade divina que, porque Deus ama infinitamente o finito, é capaz de sempre acolher o mais ínfimo bem presente no mais perverso dos seres humanos. Nesse bem, ainda presença de Deus, Deus reconhece-se.

Cumpra ao ser humano, mormente ao cristão, perceber tal presença divina e agir em conformidade. Sem perdão, dado que somos todos ocasionais poetas de erro e dolo, não é possível haver humanidade.

Deus é amor

Este é o tema central de todo o ensino de EMRC: ser Deus e ser Amor é o mesmo. Ser Deus e ser Caridade é o mesmo. Ser Deus e agir no sentido do bem é o mesmo. A Santíssima Trindade é Amor. O Amor é a Santíssima Trindade. Deus é o ato de absoluto bem como ato de dom do bem que se é em oblação pelo bem dos que se ama. Deus ou é isto ou é mais um boneco inventado pela imaginação humana.

Ora, como é que se pode entender o que é Deus como Amor se se vive num ambiente em que o amor não existe e, se existe, quando existe, é ofuscado por todo um conjunto de sucedâneos, tão ferozes na concorrência com o amor e uns com os outros como ineficientes na substituição efetiva do amor?

O amor é um ato, não é uma paixão.

Uma paixão, sendo centrípeta, nunca é amor: a paixão é por mim sofrida e pode terminar comigo a querer possuir o outro como forma de *minha* satisfação do que essa paixão em mim despertou como carência; neste caso, faço do outro meu escravo, no que é precisamente a negação antitética do que é o ato de amor.

Se não tiver esta consequência, a paixão nada mais é do que uma passageira afeição própria de alguém tipicamente espectador, não ator, não agente.

O amor, em Deus como em nós, é sempre criador: ao amar, ao fazer o bem, ao praticar o bem para o outro, estou a criar possibilidades próprias suas. Não se confunda o que acabou de ser afirmado com «fazer pelo outro o que deve ser por ele feito»: não, para tal basta perceber a já invocada cena do cálice da Paixão de Cristo. Não há substituição: há outorga de ato que permite o ato do outro, em suprema liberdade.

Tal pode ir de dar a mama ao bebé com fome, ao meu ou ao teu – ou mesmo, como em *As vinhas da ira*, dar a mama, tornada inútil por morte do bebé, a quem está quase morto de fome. É o bem operado objetivamente pelo ato de caridade que constitui o ato de amor, quer como realização quer como efeito.

Mais uma vez, o cristão encontra em Maria o melhor humanamente real em termos de exemplo de caridade: a Maria que dá de mamar ao bebé Emmanuel; a Maria que impõe a justiça ao jovem Jesus nas Bodas de Caná; a Maria que permanece qual diamantina sentinela perto da cruz em que o Filho se vai morrendo; a Maria que recebe em seu colo o cadáver do Filho ao qual não há colo humano que desperte; a Maria que, por ser tão perfeita caridade, por reconhecida caridade do Filho, é reclamada por este para a sua presença, ela que nunca o abandonou.

É este o amor cristão, é esta a matriz do Deus como amor, esse que nunca nos abandona, mesmo quando temos de beber o cálice da amargura, algo que Deus não pode fazer por nós sem nos aniquilar.

Jesus, um homem para os outros

O elemento diferenciador absoluto do cristianismo é Jesus. Consequentemente, o elemento diferenciador absoluto paradigmático da vida de cada cristão é Jesus. Não se trata de uma «figura», de um «personagem», não se pode, sequer, reduzi-lo a uma função, por exemplo, a função messiânica ou outra qualquer parcial. Jesus, o Cristo, é uma pessoa. É um ser humano concreto, uma realidade histórica concreta, tão concreta quanto qualquer outra realidade histórica; e não é como realidade histórica que Jesus se diferencia das demais.

A sua diferença própria, essa em que o cristão acredita e, se não se acredita em tal, não se é cristão, é que, nesta sua mesma pessoa humana se encontra a realização do perfeito amor de Deus para com a criação e os seres humanos, na forma da encarnação.

Cristo não é um anjo de Deus incarnado, é Deus incarnado, o que é radicalmente diferente. A perfeição divina ganha forma humana, na perfeição humana, sem que se tornem contraditórias.

Todavia, é isso a que se chama o pecado que é a marca da contraditoriedade da ação humana com o dom divino como possibilidade de perfeição. A encarnação é a mostraçãõ de como se pode ser perfeito *como humano*, em ato. Ironicamente, poder-se-ia dizer que é preciso ser-se Deus para se ser perfeito como ser humano. Não é exato, mas a história humana infelizmente aguenta bem a ironia.

Os atos fundamentais da vida de Jesus têm de estar presentes numa reflexão que se faça com os jovens acerca do que é isto de se ser cristão. E não tem de ser uma reflexão para crentes, apenas para crentes.

Os grandes atos da maioridade de Jesus, em que se anuncia precisamente o que é o «evangelho», a «boa nova», definem não apenas o que é a sua pessoa, mas determinam o que é o cerne substantivo do cristianismo não como mera forma cultural e civilizacional, mas como forma de vida própria de quem dá o seu assentimento a Jesus como Deus feito homem, como paradigma único para a ação humana.

A religião cristã é este ato de amor a Jesus, o Cristo. Sem este ato, não passa de mais uma variação pagã, transvestida de cristã.

Toda a ação de Jesus, desde a sua pregação, aos seus milagres, à sua paixão, morte e ressurreição é anúncio de uma nova vida, de um novo reino, que é, porque é «de Deus», *de misericórdia*.

É a grandeza infinita da misericórdia isso que faz de Deus propriamente Deus e não mais um qualquer senhor, mais ou menos, transcendente, mas sempre redutível a uma construção «demasiado humana», crítica que é pertinente e que remonta aos velhos pré-socráticos (Xenófanes). É pela infinita capacidade não apenas de perdoar, que é um dos infinitos atos de misericórdia possíveis, mas de *dar*, que o amor de Deus se define. É o infinito *dom* divino, na forma de possibilidade de ser, que manifesta o que é a radical diferença entre os

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

pequenos poderes e o poder infinito em ato – ato infinito como tal – de Deus, que se opõe absolutamente ao nada.

É esta grandeza ontológica infinita em ato que é o paradigma da vida, de que a vida que podemos perceber é apenas uma concretização.

É este Jesus, Deus de infinita bondade, que sempre quer o bem e nunca o mal, que deve ser manifestado aos jovens. Ao contrário do que comumente se pensa, é o bem que é atrativo, não o mal. É a má apresentação do bem que faz deste invisível, logo, não atraente. O bem, em seu ato, provoca amor pelo bem. Por alguma razão diz o povo que «o diabo foge da cruz», não vá o bem que manifesta atraí-lo.

As origens

Não é sem importância semântica pensar-se que um dos pais da cosmologia e cosmogonia científicas contemporâneas é um sacerdote católico, Monsenhor Lemaître. A chamada teoria do «big bang» em nada se opõe ao modo cristão de ver a criação pois não labora no mesmo nível ontológico. Muitas vezes a questão da comparação é posta segundo o contraste entre linguagem supostamente científica – quando o é efetivamente – e linguagem mítica. Ora, não é nesta oposição, aliás, a muitos níveis errônea, que a questão se joga.

Não é, pois, por uma questão de «género literário» que narrativa cosmológico-cosmogónica científica e narrativa religiosa judaico-cristã eventualmente se opõem, mas por uma questão muito mais profunda e que diz respeito à dimensão de horizonte ontológico em que se trabalha.

As ciências pós-humeanas e pós-kantianas escolheram afirmar que não há dimensão ontológica propriamente metafísica. Assim, apenas o que é do âmbito do físico passa a poder fazer parte das suas narrativas. A questão do lugar de disciplinas fundamentais como a lógica e a matemática, nenhuma delas física em termos de conteúdos, é ignorada. Deus é combatido porque não se enquadra quer no âmbito claramente definido – assim pensam – do físico quer no claramente ignorado do lógico-matemático. Deus é da ordem do metafísico e esta ordem é declarada como inexistente.

Ora, reside aqui precisamente o lugar da diferença radical entre as narrativas, científica e religiosa: a científica-cientificista, positivista, é antimetafísica, a religiosa necessita da parte metafísica para poder ser.

Mas reside aqui também a possibilidade de coexistência semântica não-ideológica (dado que ideologicamente se pode tentar impedir de se pensar qualquer coisa), pois a narrativa científica-cientificista é uma narrativa física e nela se contém ou, então, deixa de ser científica segundo os seus próprios padrões epistemológicos. A narrativa religiosa trabalha quer ao nível físico, que corresponde ao que chama «criado», quer ao nível metafísico, que corresponde ao que chama «criador».

É assim e assim deve ser: se a narrativa religiosa perder a dimensão metafísica passa a ser apenas mais uma narrativa física, eventualmente mítica apenas; se a narrativa científica-cientificista ganhar uma dimensão metafísica – como, por vezes, parece desesperada por obter – deixa de obedecer aos parâmetros epistemológicos a que se obriga.

No entanto, a coexistência científica dos âmbitos físico e metafísico existiu durante muitos séculos, tendo como seu grande primeiro sistematizador Aristóteles, na sequência do trabalho quer do mestre Platão, quer de grandes cientistas anteriores de soberba inteligência, que o Estagirita, com grande rigor científico, cita bastas vezes em suas obras.

Deste modo, o fundamental é fazer perceber que nenhuma das visões é exclusivista, nenhuma tem o direito de se impor às custas da outra, nenhuma é «dona» da verdade, que é sempre, neste âmbito, da ordem da aproximação assintótica, como, aliás, a contemporânea ciência pós-Planck, Einstein, Bohr e Heisenberg bem sabe.

A dignidade das crianças

A dignidade das crianças, como dignidade humana que é, obedece aos mesmos exatos princípios que norteiam a dignidade humana. Neste âmbito, nada há a acrescentar. Uma criança é um ser humano completo e integral. Não há exceções para as crianças porque não há exceções para qualquer ser humano. É tempo de se deixar de olhar para as crianças como seres humanos de «menor valor» humano. Desde a concepção, um ser humano é um ser humano e deve ser tratado como tal. Qualquer diferenciação ontológica entre seres humanos abre o caminho para a total perversão do sentido da dignidade humana. *Depois da concepção, não há modo ontologicamente válido de distinguir ontologicamente os seres humanos.* Toda a distinção operada é ética e política e responsabiliza quem a toma, como responsabilizou Hitler e seus semelhantes em tirania.

Valores e ética cristã / Princípios

Sobre este tema, já se refletiu na parte inicial deste estudo.

Ética e economia

Se a ética não é apenas um adjetival adorno da ação humana – e é assim que ela é habitualmente apresentada –,⁷ mas é a própria ação humana *em ato*, isto é, tudo o que é movimento próprio de cada pessoa, no sentido de movimento qualquer por si de alguma forma querido, então, a economia não é algo de paralelo à ética, isto é, à ação humana, mas é parte integrante da ação humana.

O que se busca não é uma ética para a economia, o que não faz sentido; nem uma economia ética, o que também não faz sentido, *mas uma economia que seja ação humana no sentido do bem* e, em termos de determinação cristã, do bem-comum, porque de outro não pode ser em termos cristãos.

É uma economia para o bem-comum o que está em causa. É uma ética em que a sua parte de ação económica seja sempre ato em prol do bem-comum que está em causa. É isto que é preciso promover, porque é isto que não existe e a sua não-existência é o *que existe* como causa de todos os males de origem económica, isto é, de origem ética como atos que deveriam promover o bem-comum e não o promovem, promovendo o bem de tiranos, de oligarquias ou de maiorias, nunca de *todos*.

Ora, a mensagem de Cristo é a da realidade da possibilidade de uma cidade de bem para todos. Assim o queiram. E é neste querer que a questão se situa, pois a grande maioria das pessoas não quer o bem para todas, preferindo o bem para si própria e para aqueles com quem constitui uma qualquer forma de oligarquia, maior ou menor, mais ou menos poderosa.

Infelizmente, é este o retrato do mundo histórico em que sempre se viveu e vive ainda, em que, em vez de amorosamente se pôr o ato de cada um e de todos ao serviço de cada um e de todos, se vive numa dinâmica e numa cínica de autêntica depredação, em que o bem possível para terceiros é

⁷ Ver nosso estudo: «Ética e política: essência e relação», in *Itinerarium. Revista quadrimestral de cultura*, Montariol, Editorial Franciscana, Ano LIV, N 191, Maio-Agosto 2008, pp. 209-231.

apropriado por quem a tal não tem natural direito. Tal significa, sempre, um clima de guerra, que é a forma humana da depredação.

Como forma de ação no sentido do bem-comum, o labor de cada pessoa, o seu trabalho é uma forma de se recriar permanentemente como pessoa, logo, é uma forma de libertação pelo estatuto ativo de irrevogável autoria-própria que assume, forma mais alta que a liberdade pode assumir e assume.

Deste modo, o trabalho não é uma pena, um castigo, mas o meio necessário para a criação de cada pessoa e de todas as pessoas, em mútua prestação litúrgica, mutuamente criadora, porque mutuamente possibilitadora de autocriação.

Neste sentido, o trabalho humano nunca é escravizante. A escravatura, assumida ela a forma que assumir, é sempre uma forma perversa de utilização da capacidade laboral da pessoa, que não deve ser confundida com trabalho. Não há «trabalho escravo», há pessoas escravizadas que são postas em movimento qualquer ao serviço alienante do bem de terceiros *que parasitam tais pessoas*, no que é quer a negação do reconhecimento da pessoa do outro quer do bem-comum, pois quer o parasitismo humano quer a depredação humana são com este último incompatíveis.

De salientar, ainda, que, numa qualquer cidade, sociedade, se houver um governo que cuide do bem-comum, haverá sempre o que fazer para quem quiser contribuir para tal bem-comum. A sua ausência concreta, isto é, a ausência concreta de postos de trabalho para todos, significa imediatamente que não há governo no sentido do bem-comum. Quanto às desculpas, são tão variadas quanto de tal é capaz a imaginação das tiranias e oligarquias.

Política, ética e religião

A sequência deveria ser *ética, política e religião*, dado que é no seio da atividade ética, isto é, do ato próprio do agente humano, que quer a política quer a religião nascem. Sobre ética já se discorreu. A política, fiel ao seu étimo helénico, é o ato da «polis», da cidade. Assim sendo, é política toda a ação que é posta no domínio do que transcende a pura esfera interior humana e em que convergem todos os atos de semelhante transcendência.

O que a política *não* é é apenas a arte de governar ou a interação de agentes em torno da obtenção e da aplicação do poder sobre terceiros. Política não é

sinónimo de poder de uns seres humanos sobre outros: esta é apenas uma das suas facetas, bastante medíocre, aliás.

Podemos, assim, entender que a política em seu ato perfeito seria sinónimo de bem-comum. Mas também seria sinónimo de cidade como bem-comum. Quando não o é, assume sempre foros de tirania, quando muito diluída em oligarquia, que é o sistema em que nenhum dos candidatos a tirano consegue a hegemonia tendo, por tal, de conviver com semelhantes.

Mas, então, a política estende-se desde a sua célula mínima, que é o convívio entre dois seres humanos – veja-se como no *Génesis* tal surge de forma definitivamente paradigmática em muitos de seus aspetos determinantes na relação entre Adão e Eva, relação fundadora da política para toda a humanidade –, até à sua célula máxima que seria o todo da humanidade presente em cada dado momento. A mal-formada «aldeia global» é disto uma amostra, se bem que anedótica.

As relações políticas, que se dividem estruturalmente em quatro grandes possibilidades, aplicam-se a todas as células, que começam com a dual e terminam na universal. São, então, estas quatro as formas possíveis: 1. bem-comum, em que é o bem universal que conta; 2. tirania, em que é apenas o bem do tirano que conta; 3. oligarquia, em que é apenas o bem dos oligarcas que conta; 4. bem do maior número, em que o bem ou os bens das minorias não contam.

A opção do cristão que se queira digno desta designação é apenas uma: a primeira, o bem-comum, semelhança mundana do Reino de Deus; incompleta, porque finita em ato – e no tempo –, mas no bom caminho de uma assintótica aproximação a tal mesmo Reino.

Todas as formas de organização política e de instituições políticas, incluindo o Direito, só são compatíveis com o desiderato cristão se funcionarem como ancilares do bem-comum. Se o não fizerem, não passam de formas pagãs, há muito ultrapassadas quer pela mensagem de Cristo quer por uma imensa reflexão que a partir dela – em conjugação com o sentido metafísico do bem platónico⁸ – se operou.

⁸ Ver nossos trabalhos: *Estudos Platónicos* in: http://www.lusosofia.net/textos/20140702-americo_pereira_2014_obras_5.pdf e *Eros e Sophia. Estudos Platónicos II* in http://www.lusosofia.net/textos/20151006-pereira_americo_2015_eros_sophia_1.pdf.

As religiões

Ao contrário do que se costuma muitas vezes dizer, a experiência religiosa não é excêntrica relativamente ao restante da experiência humana. A experiência religiosa não pertence a e não constrói uma humanidade diferente da matriz comum humana, não se refere a seres especiais ou especialmente dotados, não se contrapõe a outras formas de experiência: é mais uma de entre elas, especial no que é como todas as outras são especiais no que são. São todas humanas, são todas diferentes, mesmo de pessoa para pessoa, mesmo sequencialmente na mesma pessoa.⁹

E as experiências são todas irrepetíveis e incomunicáveis, mesmo as científicas de que erradamente se diz que se podem repetir. O que se pode repetir é a aplicação dos protocolos metodológicos, nunca os passos concretos, que são todos absolutos em seu ato próprio.

A ser verdade a experiência que Newton teve ao ver cair a famosa maçã, tal ato é em si mesmo irrepetível, como irrepetível é o ato da experiência de Galileu sobre a queda dos graves na torre Pizza. Outros fizeram outras em condições protocolarmente semelhantes. Quer isto dizer que, para que se possa construir ciência, é preciso acreditar na veracidade dos protocolos que relatam as experiências, sem o que todos teríamos que andar sistematicamente a procurar repetir os tais passos protocolares semelhantes.

Ora, a mesma originalidade e incomunicabilidade próprias comuns a todas as experiências aplicam-se à experiência religiosa. Dizer que é irrepetível, é entrar nos domínios do epistemologicamente inútil, por evidente. E não há outro critério de verificabilidade que não passe pela suposta repetição.

Isto implica que aquilo que se considera experiência religiosa tenha de ser respeitado no que é. Qualquer seja. O não respeito pelo carácter de possível realidade deste tipo de experiência imediatamente autoriza a que não se respeite tal mesmo carácter em qualquer tipo de experiência, dado que são todas inverificáveis, por irrepetibilidade. É, aliás, a pedra de toque e de escândalo que Descartes lança para o mundo epistemológico e que permanece sem

⁹ Ver nosso artigo «Fenomenologia da experiência religiosa» in http://www.lusosofia.net/textos/americo_pereira_fenomenologia_experiencia_religiosa.pdf.

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

resolução melhor do que a que ele encontrou, até aos dias de hoje. A resposta tinha sido encontrada por Agostinho, no sítio de que Descartes retirou a sua literal inspiração e reside precisamente na fé.

É preciso acreditar na bondade do real, em todas as suas formas de manifestação, para, depois, procurar ajuizar da sua valia ou, mais precisamente, grandeza ontológica.

A única verdadeira pedra de toque para a resolução desta questão reside na *grandeza ontológica* de isso que é o objeto da experiência religiosa: que é isso que se me manifesta como o absoluto ontológico – dado que é o que metafisicamente está em causa na religião – um ato absolutamente infinito em sentido positivo ou o último modelo de telemóvel?

Este último tem boas hipóteses de suportar a relação com os seus fiéis durante muito pouco tempo, muito pouco ato; ato, dado que estamos a trabalhar com a intimidade original da ação humana, lugar ontológico também da relação religiosa.

Por último, refira-se que *toda a religião*, salvo uma que teoricamente consistisse numa absoluta autolatria, como relação do ente ético com uma forma de transcendência qualquer – Deus, por exemplo –, *é essencial e substancialmente política*. Toda a religião é assembleia, pelo menos no seu sentido mínimo de relação entre apenas dois entes racionais, por exemplo, entre mim e Deus.

A paz universal

A paz universal é consequência positiva da ação ética e política (religiosa, porventura) dos seres humanos no sentido do bem-comum.

A noção comum de guerra não ajuda a erradicação desta. Enquanto se pensar que a guerra é algo que acontece entre países, nações, povos ou outras quaisquer referências abstratas como estas, nunca se compreenderá o que verdadeiramente está em causa e, deste modo, nunca se poderá aniquilar a guerra, sem o que não é possível a paz.

De facto, a paz é muito mais do que a ausência de guerra, sobretudo porque a paz não é definível por relação seja com o que for: é tudo o mais que pode ser definido por relação com a paz, pois é esta que é o dado absoluto. Tal compreende-se se se atentar a que não há propriamente graus de paz, mas há graus de guerra.

A paz é um estado de perfeição das relações humanas segundo o amor, segundo a caridade, em termos cristãos.

Quando se diz que Deus é Paz – e este poderia ser um novo transcendental divino – não se está a dizer que o é parcialmente. É-o absolutamente. A Santíssima Trindade é o absoluto de paz da perfeita relação do amor entre pessoas. E é isto que define a paz. Define-o deste modo em termos cristãos, mas define-o segundo um mesmo sentido geral em termos platónicos, como se pode ver no «Livro II» da sua *República*.

A paz é, então, o *ato, nunca o valor*, que coincide com a perfeita harmonia da ação humana por amor do bem universal da humanidade. Sem que assim seja, não é possível a paz. Este ato é um absoluto que não conhece graus. Por tal, a humanidade nunca conheceu a paz, pois nunca conheceu tal ato como necessariamente definido.

O que vulgarmente passa por paz não é mais do que formalização diversa de apaziguamento da violência, efémera, retornando, mais cedo ou mais tarde, sempre, a atualização das dinâmicas de guerra, estas, sim, atualizadas sempre de forma diferente, apresentando, deste modo, graduação. Não é raro falar-se em «escalada da guerra» ou em «intensificação da guerra», sendo que estes mesmos termos aplicados à paz seriam simplesmente ridículos.

Mas o que é fundamentalmente a guerra? A humanidade de sempre tem assistido a literalmente imensas formas de despoletar concreto de guerras. No entanto, não se deve confundir este despoletar ou os supostos motivos ou razões com a própria guerra, com o ato de guerra.¹⁰

O ato de guerra não é, sequer, uma categoria primeiramente política, mas *ética* pois depende sempre e só da decisão de alguém de pôr a existência de alguém em causa – pode ser a sua própria, o que faz do suicídio um ato de guerra do próprio contra o próprio –, levando tal decisão à prática.

É neste ato que todas as guerras começam, quaisquer que sejam os motivos invocados. Aliás, depois de realizado o ato de guerra que pode iniciar uma sucessão possivelmente infinda de outros atos de guerra, qualquer motivo pode ser invocado, dado que, para o caso, é irrelevante: a guerra está

¹⁰ Ver nosso estudo: «Acto de guerra: essência ética e manifestação política», em http://www.lusosofia.net/textos/pereira_americo_acto_de_guerra.pdf.

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

lançada, ganha dinâmica própria e movimento próprio, que pode assumir uma complexidade humanamente incontrolável e que pode, em último caso, levar ao extermínio da humanidade. Note-se que, teoricamente, qualquer primeiro ato de guerra pode ter este efeito trágico. Nunca se sabe, e se alguém diz que sabe é simplesmente estulto.

Dizia a sabedoria antiga que se pode sempre saber como uma guerra começou, mas que nunca se pode saber como é que a mesma vai acabar. Para os céticos meditemos fica a nota da frustração de Hitler próximo do fim da guerra que desencadeou e que, para ele estranhamente, perdeu.

Não há remédio para a guerra, pois não há remédio para as vidas destruídas, diminuídas e vilipendiadas.

Neste âmbito, as ideias de tipo romântico são, também elas, violentas, pois, desprezando o carácter trágico da guerra, aumentam o menosprezo pelas vítimas e os danos da própria guerra: não, não fica tudo bem no fim; não, não há justificação alguma para o sofrimento e morte dos inocentes; não, não devemos adjudicar a Deus o fazer, depois do mal que operámos ou consentimos, o bem que não fizemos. A guerra é infernal, diabólica e é a suprema blasfémia da criatura para com a bondade da obra do Criador.

Se o mundo da paz é dos que amam, dos que não são violentos, dos inocentes, dos puros de coração, tal não significa que lhes vamos exigir que, quando vítimas de um ato de guerra, dele gozem como quem goza de um ato de amor. Tal também é blasfemo, pois põe ao mesmo nível a maldade do violento e do seu ato sobre o inocente e o ato de bem divino: é deste último que se deve gozar. Quanto à violência, deve ser eliminada liminarmente, sem o que a guerra continuará sempre.

Não, não é a mesma coisa, não está ao mesmo nível ético e político, porque não está ao mesmo nível ontológico, a ação de ataque sobre o inocente que constitui o ato de guerra e qualquer ato que o inocente implemente como ato de defesa a que tem direito apenas por ter sido atacado: *é o absoluto do ataque que imediatamente confere o direito de defesa*, não uma lei qualquer, que até pode ter sido feita pelo atacante.

Como pode a vítima do ato de guerra defender-se? Dado o ataque, pode defender-se *como puder*. Toda a responsabilidade por toda a ação quer do próprio ato de guerra primeiro quer do que tal desencadeia é exclusiva do atacante, pois, sem o seu ataque, que constitui, pela sua novidade, um absoluto, nunca haveria sequência alguma.

Quanto aos atos de guerra que imediatamente aniquilam as suas vítimas inocentes, tal nunca deveria ter acontecido, o que tem o terrível, mas indesmentível, significado de que, do ponto de vista das vítimas inocentes, quem assim as vitimiza nunca deveria ter existido.

É um assunto mesmo muito sério este o da guerra, incompatível com trivialidades mundanas próprias de um mundo que permanentemente vive em guerra e que com tal vida se compraz, sempre na expectativa de, através da guerra, poder usurpar parte do bem que compete a terceiros como seu direito ontológico próprio, mormente a vida.

A guerra nunca deveria existir e quem aposta na sua existência deve ter a inteligência mínima para perceber que se alista num movimento que é o da própria morte a prazo, da sua própria morte a prazo, pois tal é a lógica da guerra.

Maria, na sua grandeza de Mulher fértil e criadora de sentido – gerou e pariu o Deus-homem – é a Princesa da Paz: a guerra é própria para impotentes, para inférteis, para adoradores de cemitérios. Que a paz esteja com eles.

A religião como modo de habitar e transformar o mundo

A religião – consubstanciada nas religiões – permite algo de insubstituível do ponto de vista da ontologia humana, isto é, da antropologia, entendida como a atualidade própria do ser humano, dos seres humanos. A religião permite viver Deus como dom total e o mundo no absoluto da atualidade do presente. É este absoluto que constitui realmente o que é o sagrado. Há muitas formas de sagrado. No entanto, cada ser humano dá assentimento sacral a isso que considera ser o absoluto ontológico. É em redor deste absoluto ontológico – seu eixo do mundo – que todo o sentido que constitui a sua existência como algo de significativo, com sentido, se constitui.

É este sagrado que é efetivamente o seu «deus». Há, assim, deste ponto de vista, muitos deuses e estamos por eles rodeados, sem que tal comumente percebamos. No entanto, para quem vive essa relação, essa relação é a sua religião. E é-o mesmo que oficialmente diga professar outra. É onde está o seu coração que está o seu deus.

Estas formas de religiosidade sempre foram as mais comuns e continuam a sê-lo. Se há algo que não falta nos tempos que correm é religiosidade e vidas

«Entre a angústia e a esperança»: uma leitura das condições da existência...

religiosas. Não é na existência de religiosidade que reside o problema, mas na *realidade ontológica do objeto* que constitui o eixo de sentido.

O eixo de sentido em torno do qual se constitui quer a vida humana quer, mais profundamente, a sua própria possibilidade, tem mesmo a função que se lhe atribui, isto é, serve mesmo como amarração absoluta de cada pessoa à vida, ao ser, à existência. Se tal eixo for efêmero, tudo o que permite é também efêmero, tão efêmero quanto ele.

Não é por capricho ou necessidade que alguém como Santo Agostinho insiste em que isso que é o metafórico porto da felicidade não pode ser do âmbito do temporal, do mutável, do efêmero, pois, se assim for, que felicidade é essa que vem com prazo de validade?

Note-se que o que está em causa é a angústia e a esperança. Que esperança pode haver num suposto absoluto sagrado que, afinal, é temporal, finito? Esperar o quê, nestas condições, senão a morte na forma da aniquilação?

O eixo sagrado de Job, esse que lhe permite resistir a tudo, mesmo a um falso deus carrasco que se lhe revela em sobretortura, é precisamente a presença no mais fundo de seu ser de uma intuição que lhe dá algo que, em sua mesma bondade, não muda, cuja promessa se manifesta eterna. É Deus e não apenas Job quem tem de se mostrar à altura de tal presença, de tal promessa.¹¹

É esta a razão pela qual devemos a Job o sentido humano da esperança. Sem a matriz Job, não há esperança. Mas a matriz Job implica a posição humana da bondade própria do ser humano como émulo de Deus.

Ora, em termos cristãos – e já judaicos –, foi para tal que Deus criou a humanidade, para habitar com ele o jardim das delícias, não para ceder à besta rastejante e, depois, feito o mal, se esconder de tudo, renegando a alma através do assentimento ao mal e o corpo como intrinsecamente mau, no que é a total rejeição da bondade criadora e plenamente boa e bela de Deus.

É este habitar que a religião é, como forma superior de o ser humano ser, vizinho paradisíaco do divino, de Deus, para os cristãos.

¹¹ Ver nosso estudo: *A crise do bem. Reflexão sobre Job e o sofrimento*, em http://www.lusosofia.net/textos/20150213-pereira_americo_2014_crise_do_bem.pdf.

E eu, em que vizinhança, em que «paroikia» habito: moro próximo do jardim perfumado pelo bem do Deus do bem ou habito no pântano do meu pecado?

É apenas na proximidade a Deus que a angústia da distância pode ser minorada, até que, na vitória da esperança, perante Deus, toda a angústia cesse. Ao infinito da angústia humana segundo o tempo responde a infinita misericórdia de Deus, segundo a eternidade.

É esta angústia e esta esperança que distinguem o cristão.

O mais é nada.

A família no contexto atual: interpelações à visão cristã da vida

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO (*)

O objetivo desta reflexão é apresentar elementos principais da visão cristã do matrimónio e da família, tendo como referência dimensões e questões da realidade que se vai vivendo hoje em dia. Estruturo esta reflexão em cinco pontos principais, começando em cada um deles por apresentar brevemente aspetos da situação atual, para, num segundo momento, sublinhar interpelações que, a partir daí, se colocam à visão cristã da vida.

1. A família como instituição humana fundamental e a importância de um olhar positivo e de esperança sobre os problemas e desafios atuais

1.1. Começo por uma observação de ordem global que nos convida, igualmente, a assumir uma atitude global na maneira de encarar os problemas e tarefas existentes neste domínio. A realidade da família, melhor dito, das “famílias” – aqui o plural é mesmo necessário, porque sempre houve, continua a haver, e, hoje em dia, isso é ainda mais perceptível! – várias formas de realização da família, que nos aparece sempre em configurações com a sua marca cultural e sujeita às transformações que se vão verificando no evoluir da sociedade¹. É bem conhecido que a realidade familiar, no nosso

(*) Doutor em Teologia pela Universidade de Münster, Alemanha, com a tese “Igreja e comunidade política numa perspectiva ecuménica” e Professor Catedrático da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Leigo, casado e pai de família.

¹ Cf. H. KRAMER, *Wandel im Ethos von Ehe, Treue und Scheidung*, in *Stimmen der Zeit* 215 (1997) 33-37; S. ADROLHER BIOSCA, *Família o famílias?*, in *Sal Terrae* 104 (2016) 71-82; A. SALGADO RUIZ, *Diversidad y unidad: estructura, funciones y fortalezas de la familia*, in *Sal Terrae* 103 (2015) 471-484, part. 473 ss; S. ROSS – L. CAHILL – E. BORGMAN – S. NADAR, *Editorial*, in *Concilium* 365 (2016) 175 s.; R. C. FORNASIER, *Linhas para uma hermenêutica do fenómeno familiar em contexto social e eclesial*, in *Revista Eclesiástica Brasileira* 76, nº 301 (2016) 305 ss.

espaço ocidental pelo menos, tem vindo a ser sujeita nas últimas décadas a profundas mudanças, é atravessada por questionamentos de vária ordem que a ameaçam na sua estabilidade, transporta consigo sinais vários de precariedade, com consequências – umas manifestas, outras ainda imprevisíveis – para a precariedade do sujeito nas nossas sociedades ditas desenvolvidas². Lembro sucintamente apenas alguns desses questionamentos e mudanças, aliás de nós bem conhecidos, e que levam, correntemente e numa generalização por vezes excessiva, a falar-se de “crise” da família:

- dentro do movimento mais amplo de “desinstitucionalização” da sociedade, a tendência a desvalorizar a dimensão institucional do matrimónio e da família (por exemplo, o facto bem conhecido de muitos jovens preferirem viver em “união de facto” a contraírem mesmo um matrimónio civil);
- a pretensão de fazer equivaler à instituição familiar relações afetivas não apoiadas no vínculo matrimonial, com duração e grau de compromisso variáveis e sem contar, forçosamente, com a distinção e a complementaridade dos sexos;
- fenómenos de desestruturação da realidade familiar (matrimónios que se desfazem...), com todas as consequências que daí advêm para os cônjuges e os filhos;
- o peso de fatores ideológicos, potenciados pelas mensagens veiculadas quotidianamente pelos meios de comunicação social, que parecem marcar de forma crescente o ambiente cultural que nos envolve (desde um relativismo que valoriza sobretudo o momento presente em detrimento de valores tradicionalmente assentes a um entendimento individualista da vida e da relação entre pessoas ou a um laicismo que ignora intencionalmente a instituição “família”, com visíveis consequências a nível cultural, político, legislativo, económico, fiscal...);

² Cf. G. ANGELINI, *La famille affective. Difficultés systémiques du rapport familial dans les sociétés complexes*, in *Lumen Vitae* 60 (2005) 409 s. e 412 ss; R. MION, *La famiglia oggi in Italia. Elementi critici e opportunità educative per comunicare la fede*, in *Catechesi* 80, 5 (2010-2011) 47 s.; G. ROUTHIER, *Le rôle de la famille dans la formation chrétienne*, in *Lumen Vitae* 60 (2005) 454.

- enfim, questões de ordem antropológica básica que condicionam os caminhos da realização pessoal e questionam o sentido do viver humano no seu conjunto³.

1.2. A consciência cristã não menospreza, muito menos ignora as mudanças e os questionamentos que se colocam, bem como os limites e fragilidades que afetam a realidade familiar. Mas, reconhecendo sem hesitações a importância fundamental da família, é interpelada a evitar juízos sumários, que acabam por ser demasiado generalizadores e simplistas e não captam a realidade na sua diversidade e ambivalência. Também não é adequado cair-se em meros saudosismos de um passado com frequência falsamente “idealizado”, nem assumir simplesmente atitudes pessimistas, como se os cristãos, em razão da sua visão da vida, tivessem de ser “profetas da desgraça”. Pelo contrário, a atitude básica global a assumir, a partir de uma atitude humana e cristãmente amadurecida, consiste, antes de mais, em procurar perceber bem a realidade e saber vê-la nos seus sinais positivos, desafios e tarefas, encarando-a sobretudo como interpelação a um novo olhar, marcado pela serenidade humana e pela esperança cristã.

a) Desde logo, isso significa ser-se capaz de fazer um discernimento lúcido sobre as diversas mudanças acontecidas ou em curso. Há que aprender a distinguir entre o que são mudanças condicionadas pela normal e inevitável evolução social e cultural e o que constitui objetiva perda ou diminuição do sentido dos valores, degradação da qualidade de vida na plenitude dos seus aspetos. Ter uma consciência mais apurada da historicidade da realidade familiar⁴, com as suas diversas manifestações como instituição humana que é, não só nos ajuda a saber fazer esse discernimento como nos torna capazes de valorizar aquilo que nas famílias, não obstante todas as suas dificuldades e fragilidades, se traduz em realidades positivas, bens a acolher, oportunidades que somos chamados a desenvolver. Basta pensar na relação homem-mulher,

³ Cf. F. VIDAL, *Preparación al matrimonio: el modelo de capacidades*, in *Sal Terrae* 104 (2016) 454-456. Para uma visão de conjunto, e entre muitos outros contributos possíveis, cf. M. E. LEANDRO, *Configurações e dinâmicas familiares*, in H. R. PINTO - J. M. SARDICA (Coord.), *Família. Essência e multidisciplinaridade*, Lisboa 2016, 196-212; J. NUNES, *Teologia da Família*, in *IB.*, 58-60; J. GONZÁLEZ-ANLEO, *La familia española y la educación de los hijos*, I, in *Vida Nueva* nº 2525, 1 de Julio de 2006, 23-30, e II, in *Vida Nueva* nº 2526, 8 de Julio de 2006, 23-30; A. SCHAWAN, *Zur Situation von Ehe und Familie*, in *Stimmen der Zeit* 209 (1991) 172-180.

⁴ Cf. H. KRAMER, *Wandel im Ethos*, 30.

no relacionamento pais-filhos, na maior sensibilidade às várias formas de violência doméstica, etc., para se ter de reconhecer que houve importantes saltos qualitativos neste domínio.

b) De resto, é um facto, empiricamente comprovado por inquéritos vários, que, apesar de todos os sinais e questionamentos referidos, a família continua a ser valorizada pelos jovens como a instituição em que eles mais confiam, ao mesmo tempo que, de um modo geral, são reconhecidas as vantagens, tanto para os pais como para os filhos, da existência de famílias estáveis assentes no casamento. Perdura maioritariamente a convicção de que a família é a comunidade de vida mais fundamental da experiência humana, estrutura básica, insubstituível da sociedade, célula de vivência do amor e do acolhimento da vida, lugar básico de tolerância, de respeito mútuo, de aceitação da diferença, de solidariedade nos momentos difíceis da vida⁵.

c) Por outro lado, há indícios e sinais, ainda que porventura dispersos e contraditados por outros, de uma crescente tomada de consciência de como a erosão da família vai destruindo aspetos fundamentais do nosso viver em comum, da nossa busca e do nosso anseio de felicidade, da indispensável solidariedade em momentos difíceis da vida. A procura e a realização de um novo casamento, após o fracasso do primeiro, não pode ser lida simplesmente como desvalorização da família, como recusa geral do matrimónio. Pelo contrário, mesmo reconhecendo que estão aqui envolvidos critérios valorativos e opções de ordem pessoal, social, psíquica e ética típicos da modernidade, sinaliza-se, antes, desse modo “o significado e a particular valorização” do matrimónio⁶.

d) Ultrapassando pessimismos estéreis, a visão cristã da vida acolhe, pois, estes dados como interpelação a um olhar positivo sobre a família e seu futuro, como desafio à afirmação das nossas convicções mais profundas e ao testemunho da esperança cristã, na consciência de que está aqui um problema civilizacional que tem profundas consequências para o presente e o futuro da humanidade. A consciência de que a família é núcleo básico e estruturante da sociedade, lugar privilegiado para a formação da personalidade, fator determinante para a qualidade da vida humana em diversos aspetos,

⁵ Cf. I. ESPINAR FELLMANN, *Famílias reconstituídas: retos y fortalezas*, in *Sal Terrae* 104 (2016) 932 s.; M. E. LEANDRO, *Configurações e dinâmicas familiares*, 212; M. B. da CRUZ, *Por uma Política de Família*, in H. R. PINTO - J. M. SARDICA (Coord.), *Família. Essência e multidisciplinaridade*, 158.

⁶ Cf. H. KRAMER, *Wandel im Ethos*, 37.

obriga-nos a um novo olhar sobre a realidade da família e a saber valorizar tudo o que de bom existe nas famílias, mesmo naquelas que não se situam num contexto crente ou não correspondem ao “ideal” cristão. “É preciso ter a convicção de que há em toda a família, qualquer que seja o seu estado, uma tal riqueza de laços, de valores, de realidades positivas, que pelo menos algum elemento subsiste sempre sobre o qual é possível apoiar-se para se pôr a caminho”⁷.

2. A família como expressão singular da vocação humana para o amor e o anúncio do Evangelho da família

2.1. O matrimónio e a família são essa instituição fundamental porque se apresentam como caminho privilegiado de realização pessoal na vivência do amor. É sabido que, a partir dos inícios do século XX, o casamento por amor se foi tornando um valor em si, reconhecido progressivamente como tal na sociedade. O casamento começou a deixar de ser visto como um mero contrato entre pessoas em ordem a uma vida em comum – tarefa aliás ainda não acabada, mesmo em termos eclesiais –, mas lugar de encontro pessoal, em todas as dimensões da vida humana (emocional, de relacionamento erótico e sexual entre pessoas, espiritual, etc.)⁸. Na forma como se encaram os papéis de cada elemento do casal passou a valorizar-se mais o reconhecimento da individualidade de cada um, o respeito mútuo, o diálogo e a franqueza, a conceção de uma relação a dois como uma relação de partilha e não de posse.

Mesmo que a realidade quotidiana se apresente frequentemente com sinais de sentido contrário (desde a separação conflituosa à violência doméstica), a perspetiva ética que predomina indiscutivelmente no ideal matrimonial e familiar assenta na qualidade da relação pessoal, na atenção entre parceiros, na dedicação mútua, na capacidade de escuta e de diálogo, na disponibilidade para dar e receber em todos os âmbitos da vida, bem como na disposição de perceber, enfrentar e trabalhar conflitos e deceções, sobretudo no âmbito

⁷ F. BOUSQUET, *Le discours chrétien sur la famille: une parole d'espérance et non de jugement...*, in *Catéchèse* 133 (1993) 55. Cf. G. ROUTHIER, *Le rôle de la famille*, 457.

⁸ Cf. M. KAISER, *Warum dürfen wiederverheirate Geschiedene (nicht) zu den Sakramenten zugelassen werden?*, in *Stimmen der Zeit* 211 (1993) 744 ss; P. HÜNERMANN, *Das Sakrament der Ehe. Eine dogmatische Lektüre von Amoris laetitia*, in *Theologische Quartalschrift* 196 (2016) 313 ss.; J. SCHAWENEDER, *Vom Zweckvertrag zur Lebensgemeinschaft. Das Leitbild der christlichen Ehe*, in *Theologisch-praktische Quartalschrift* 144 (1996) 15-27; M. C. MASSÉ GARCÍA, *Ser comunidad de vida y amor: vida sexual y natalidad*, in *Sal Terrae* 104 (2016) 543-556.

pessoal⁹. “É uma união que tem todas as características duma boa amizade: busca do bem do outro, reciprocidade, intimidade, ternura, estabilidade e uma semelhança entre os amigos que se vai construindo com a vida partilhada”¹⁰.

A procura e o acolhimento desta dimensão afetiva-pessoal como núcleo da realidade matrimonial e familiar traz consigo, naturalmente, um contexto vivencial de maior exigência, o que tem inevitavelmente os seus riscos: “Está concludentemente comprovado que, em razão das crescentes exigências psíquicas relativamente ao casamento e pelas pretensões afetivo-emocionais elevadas colocadas ao parceiro, se chega à separação desta comunidade. ‘Quanto mais a instituição casamento se afasta da força normativa do controle social, tanto mais marcam modelos de posicionamento e de necessidade individuais a configuração da vida conjugal’”¹¹.

Embora não sendo o único, este é um elemento fundamental para se entender que a família atual se apresente mais frágil, sem dúvida também mais autêntica. No meio de todas as fragilidades e equívocos, esta realidade do amor vivido por pessoas é sinal de humanidade.

2.2. É neste contexto que o anúncio cristão do Evangelho da família é chamado a assumir particular importância como contributo, à luz da fé, para a verdade e qualidade do viver humano pessoal e social. É um anúncio que supera uma mera visão moralista ou um simples objetivo de doutrinação, mas se apresenta, antes e decisivamente, como memória amadurecida, proposta credível e promessa esperançosa de uma realidade humana chamada a ser consistente e feliz. Sublinho, em síntese, seis aspetos principais.

a) O matrimónio e a família apresentam-se, antes de mais e radicalmente, como uma realidade boa da criação (Gn 1,1-2,4a e Gn 2,4b-3,24). Somos reportados ao amor criador de Deus e seu plano para a humanidade: o ser humano é homem e mulher, chamados a viver em relação e comunhão, pelo que a condição criatural da humanidade pode ser caracterizada como vocação para o encontro, a relação, a comunhão. A família constituída a partir do casal humano constitui “a primeira forma de comunhão entre pessoas”¹².

⁹ Cf. H. KRAMER, *Wandel im Ethos*, 36.

¹⁰ *Amoris Laetitia*, n.º 123.

¹¹ H. KRAMER, *Wandel im Ethos*, 37. Cf. também 41. Cf. ainda G. ANGELINI, *La famille affective*, 409-422.

¹² *Gaudium et Spes*, n.º 12.

Desta visão básica resulta o reconhecimento da consistência própria do matrimónio, mesmo antes de ser uma realidade sacramental na perspectiva cristã. A família como realidade humana, constituída a partir da relação e união do homem e da mulher, vale por si, não precisa da “etiqueta cristã” para ter consistência, valor e qualidade humanos e para que lhe devamos prestar toda a atenção e dar todo o cuidado.

b) A sexualidade é uma realidade constitutiva do ser humano como ser criado por Deus, faz parte dessa realidade boa da criação. À luz do relato bíblico, a dessacralização e desmitologização da sexualidade que aqui se constitui implica a sua valorização positiva, integrando-a no projeto de Deus para os seres humanos, como dom de si na vivência do amor, como expressão desse amor.

Somos a partir daqui obrigados – uma tarefa ainda pendente em muitas situações – a analisar e a rever o discurso eclesial sobre a sexualidade, que, muitas vezes, tem sido feito ou é socialmente percebido como um discurso de proibições que desqualificam e não ajudam a viver o dom e a alegria do amor. Referindo-se a S. Tomás e tendo em conta a *Amoris Laetitia*, escreve Walter Kasper: “Numa perspetiva global ele avalia as paixões como forças dadas ao ser humano pelo Criador. Sexualidade e erotismo são dons positivos que tiram o ser humano para fora de si mesmo, abrem-no para a parceria bem como para o serviço da continuação da família, do povo e do género humano. *Cum grano salis* pode-se dizer: ‘Amoris laetitia’ distancia-se de uma visão negativa, agostiniana, da sexualidade e adere à visão tomista afirmativa da criação”¹³.

c) O anúncio cristão do matrimónio e da família sublinha a nuclearidade do amor na existência humana. O que acontece no matrimónio é, sem dúvida, a forma mais comum, mas também a mais densa e qualificada da vocação humana para o amor (o que não quer dizer, obviamente, que só no matrimónio a pessoa realize a sua vocação para o amor). Concretiza-se aí, nas diversas dimensões que constituem o ser humano, o que o amor significa e é chamado a realizar. É na doação de si, no amor concretamente vivido na relação com o outro/os outros, que o ser humano encontra o caminho da

¹³ W. KASPER, “*Amoris laetitia*”: *Bruch oder Aufbruch?*, in *Stimmen der Zeit* 234 (2016) 725. Cf. *Amoris Laetitia*, n.ºs 142 ss. Cf. ainda H. KOCH, *Amoris Laetitia. Eine Erläuterung*, in *Stimmen der Zeit* 234 (2016) 368; H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change avec des familles qui changent*, in *Lumen Vitae* 60 (2005) 369.

sua mais plena realização, é no amor a Deus e ao próximo que, à luz do Evangelho de Jesus, está o cerne da existência plenamente realizada, está o caminho da salvação¹⁴.

d) A sacramentalidade do matrimónio cristão enraíza-se precisamente aqui, ou seja, na vivência do amor humano como expressão de comunhão e realização pessoais e como sinal privilegiado do amor de Deus pela humanidade. Na visão cristã, o matrimónio insere-se neste amplo arco do amor a Deus e ao próximo, e a comunhão de vida e de amor que nele se realiza é sinal vivo e privilegiado, metáfora e gramática do amor de Deus pelo mundo e pela humanidade. A metáfora matrimonial bíblica serve para exprimir de forma particular a fidelidade, a ternura e o amor indefetíveis de Deus, não obstante as fragilidades, debilidades e contradições humanas¹⁵.

Nesta ordem de ideias, a dimensão sacramental do matrimónio cristão torna visível e explícito que a relação matrimonial é reconhecida como imagem, dom e promessa do amor de Deus e é firmada nesse amor, cuja expressão culminante se pode ler na Páscoa de Jesus e no amor de Cristo pela sua Igreja. “Neste sentido – escreve K. Lehmann –, é o matrimónio sacramento: uma realidade terrena que é, ao mesmo tempo, símbolo real da misericórdia de Jesus Cristo. A partir daqui torna-se inteligível que o casamento é participação do sacramento originário da fé cristã, a saber, a revelação do amor de Deus em Jesus Cristo mediante a sua Igreja. O sacramento do matrimónio é ‘desmembramento’, ‘concentração’ e ‘concreção’ do sacramento originário Jesus Cristo-Igreja. Por isso, é também compreensível por que razão o matrimónio cristão é chamado *ecclesiola*, uma ‘Igreja em miniatura’, ou ‘Igreja doméstica’”¹⁶.

Esta consciência de que o mistério do amor de Deus e de Cristo se espelha no sacramento do matrimónio não pode conduzir, no entanto, a idealizações que pouco têm a ver com a realidade ou a conceções metafísicas e jurídicas

¹⁴ Cf. *Gaudium et Spes*, nº 24; *Redemptor Hominis*, nº 10; *Familiaris Consortio*, nº 63. Cf. ainda W. KASPER, *Unicidad y universalidad de Jesucristo*, in A. VARGAS-MACHUCA (ed.), *Jesucristo en la historia y en la fe. Semana Internacional de Teología*, Salamanca 1977, 278 s.; M. KEHL, *Hinführung zum Glauben*, *Topos-Taschenbücher* 235, Mainz 1995, 71 s.

¹⁵ Cf. K. LEHMANN, *O matrimónio cristão como sacramento*, in *Communio* 14 (1997) 113-121; W. KASPER, *Zur Theologie der christlichen Ehe*, *Topos-Taschenbücher* 112, Mainz 2/1981; ID., *O Evangelho da família*, Prior Velho 2014; P. HÜNERMANN, *Das Sakrament der Ehe*, 299-317; U. BAUMANN, *Unsere Liebe in Gottes Liebe festmachen. Ehe als Sakrament*, in *Theologisch-praktische Quartalschrift* 144 (1996) 5-13.

¹⁶ K. LEHMANN, *O matrimónio cristão*, 118 s.

que ignoram a real historicidade do viver humano e o carácter processual da vida matrimonial e familiar. Adverte com lucidez o Papa Francisco: “Todavia, convém não confundir planos diferentes: não se deve atirar para cima de duas pessoas limitadas o peso tremendo de ter que reproduzir perfeitamente a união que existe entre Cristo e a sua Igreja, porque o matrimónio como sinal implica ‘um processo dinâmico, que avança gradualmente com a progressiva integração dos dons de Deus’”¹⁷.

e) Na visão cristã, a realidade quotidiana do matrimónio e da família é assumida no dom da salvação anunciado e trazido por Jesus. “Em parte alguma é uma realidade humana tão profundamente penetrada pela graça como no sacramento do matrimónio. Ele é, por natureza, o mais terreno dos sacramentos. E o casamento não fica, deste modo, falsamente transfigurado. Ele deve ser aceite na sua inteira sobriedade. Resplandece nele a ‘separação das águas’, realizada pela cruz e pela ressurreição. E, assim, o sacramento dá ao matrimónio, sem renegar o seu carácter terreno e corpóreo, uma nova transparência ao Criador”¹⁸.

O matrimónio emerge, assim, como sacramento da vida quotidiana. Outros sacramentos podem, devem ser ditos “sacramentos da vida quotidiana” (em particular o batismo e a eucaristia...). Mas o matrimónio diz isso de forma mais expressiva, englobante: é a vida total da pessoa e a relação total e permanente entre duas pessoas que está aqui envolvida. É toda uma história de vida que é e é chamada a ser, em todo um futuro imprevisível a construir, sacramento. Matrimónio como sacramento é um processo dinâmico como é dinâmico todo o viver humano e o caminho contínuo de ser cristão¹⁹.

Por isso, quando os cristãos são convidados e se dispõem a “casar no Senhor” – cf. 1 Cor 7, 39 – trata-se de acolher, à luz do batismo, este dom e esta promessa dentro do caminho de seguimento de Jesus e seu anúncio do Reino de Deus. Como todos os sacramentos, o matrimónio cristão só faz sentido dentro de um contexto de fé e a partir da fé. Manifesta-se deste modo o núcleo daquilo que os cristãos acreditam, ou seja, que o amor e a fidelidade humanos adquirem “a sua última profundidade e expressão de sentido à luz do amor e da fidelidade de Deus em Jesus Cristo”²⁰.

¹⁷ *Amoris Laetitia*, nº 122. Cf. H. KOCH, *Amoris Laetitia*, 367 s.

¹⁸ K. LEHMANN, *O matrimónio cristão*, 121.

¹⁹ Cf. K. LEHMANN, *O matrimónio cristão*, 120; W. KASPER, “*Amoris laetitia*”, 725

²⁰ U. BAUMANN, *Unsere Liebe*, 11.

f) Em síntese, o anúncio cristão do Evangelho da família tem de encontrar formas de linguagem, atitudes de vida e gestos de compreensão que tornem perceptível que não se trata de uma lei a cumprir, mas de um dom a acolher, uma possibilidade de dar sentido à vida, uma promessa de esperança, alegria, futuro. Desde logo e por exemplo, lembrando que se está verdadeiramente diante de uma “vocação” humana, a acolher livremente na fé (nunca é nem será “evidente” a opção pelo matrimônio cristão)²¹. Por outro lado, deixando claro que todos os aspetos jurídico-institucionais, por mais indispensáveis que sejam, têm por base e só fazem sentido se suportados pelo amor vivido em entrega, doação, capacidade de sacrifício. Ou ainda, tornando manifesto que, no meio e apesar de todas as nossas fraquezas, limites, contradições, o amor de Deus nunca nos abandona, está sempre a acompanhar-nos nos caminhos da vida. Enfim, nunca perdendo a noção de que é um tesouro guardado em vasos de barro e tendo bem consciência de que a dimensão histórico-processual da vida matrimonial e familiar atravessa todas as suas camadas e dimensões, todos os momentos de uma vida que, em todas as suas vicissitudes, não é programável definitivamente de antemão.

3. O matrimônio e a família sob a tentação e a ameaça do compromisso a prazo: interpelações à proposta cristã da fidelidade e da indissolubilidade

3.1. O sonho humano de viver um verdadeiro amor, realizador da pessoa e caminho feliz ao longo do tempo, atravessa a existência de cada pessoa, crente ou não, que se dispõe a casar e a constituir família. Por princípio e como ideal a realizar, a família assenta na decisão de duas pessoas que esperam construir em conjunto uma vida de fidelidade mútua, durável no tempo, marcada pela estabilidade e pela paz, capaz de ser sustentáculo daqueles que brotarem dessa decisão de amor. Embora hoje em dia se possa ter ampliado e banalizado de algum modo a ideia de que “uma pessoa casa-se, e logo se vê...”, predomina como ponto de partida a convicção e o desejo, partilhados mesmo por não cristãos, de que um casamento com possibilidade de ser feliz é aquele que se realiza por toda a vida, baseado num projeto estável de partilhar e construir juntos toda a existência. “Sejamos sinceros – escreve o Papa Francisco – na leitura dos sinais da realidade: quem está enamorado não projeta que essa

²¹ Cf. *Amoris Laetitia*, n° 72.

relação possa ser apenas por um certo tempo; quem vive intensamente a alegria de se casar não está a pensar em algo de passageiro; aqueles que acompanham a celebração duma união cheia de amor, embora frágil, esperam que possa perdurar no tempo; os filhos querem não só que os seus pais se amem, mas também que sejam fiéis e permaneçam sempre juntos. Estes e outros sinais mostram que, na própria natureza do amor conjugal, existe a abertura ao definitivo. A união, que se cristaliza na promessa matrimonial para sempre, é mais do que uma formalidade social ou uma tradição, porque se radica nas inclinações espontâneas da pessoa humana”²².

Todos sabemos que se apresentam muitos obstáculos e dificuldades a esta visão básica e a este ideal humanos num ambiente social e cultural onde o sentido e a capacidade do compromisso durável não são suficientemente valorizados, são até problemáticos e problematizados. Nos processos de transformação antropológica, social e cultural que temos vindo a viver, a historicidade do viver humano emerge agora com toda a sua força, tanto na consciência das pessoas como no modo de olhar para a realidade. A relação com o tempo modificou-se pela intensificação do presente e pela dificuldade em projetar-se num futuro fluído e mutável. De resto, num mundo em mutação acelerada, onde se tem renovada consciência da imprevisibilidade do futuro, a confiança não vai de si, o receio dos compromissos definitivos associa-se ao medo do fracasso e do engano. Torna-se necessário um suplemento de confiança para encetar uma trajetória sob o horizonte de um futuro sempre aberto, um futuro prolongado pela maior longevidade da vida. Apesar da valorização que se faz do matrimónio e da família, o contraste entre o ideal cristão e a realidade experimentada por muitas pessoas e casais é grande, e o dissentimento nesta matéria tornou-se hoje “mais aberto, mais claro e mais uma questão de princípio”²³.

3.2. Neste contexto e seus desafios, a proposta cristã fala da fidelidade e indissolubilidade como dom e tarefa, como valores primordiais a acolher e a procurar viver, como projeto a realizar e esperança a cumprir. Não estamos simplesmente diante de uma lei a respeitar ou de um contrato a cumprir. Trata-se de apontar um horizonte de vida que se propõe (muitas vezes, contra a corrente) na convicção de que passa por aqui um elemento básico de felicidade humana. Há vários momentos a salientar aqui.

²² *Amoris Laetitia*, n° 123.

²³ Cf. H. KOCH, *Amoris Laetitia*, 364 s.

a) A visão cristã da vida insiste, a tempo e a contratempo, que o verdadeiro amor pede permanência, durabilidade, horizontes ilimitados. “A indissolubilidade do matrimónio não é uma expectativa normativa que fosse imposta de fora ao amor através de uma lei ou de uma simbólica sacramental; ela é, antes, uma exigência que cada amor genuíno e autêntico coloca a si mesmo. Ela está propriamente fundada naquilo que o amor quer e ao que o amor está orientado ao longo de uma vida, se quiser ser fiel a si mesmo”. E prossegue o mesmo autor: “A primeira e fundamental razão, pela qual o matrimónio é na sua essência uma comunidade que aponta para toda a vida, indissolúvel, que exige uma tomada de decisão irrevogável dos parceiros um para com o outro, é por isso reconhecível claramente: o matrimónio é expressão da unidade pessoal mais íntima de dois seres humanos, que mutuamente se querem respeitar e reconhecer no seu ser pessoa. As características do amor matrimonial, a sua exclusividade, o carácter total e a sua tendência para uma duração ao longo da vida bem como a exigência de fidelidade conjugal são consequência da essência do matrimónio como comunidade de vida pessoal”²⁴.

b) No anúncio da fidelidade e da indissolubilidade a visão cristã da vida fala de uma promessa de fidelidade humana colocada intencionalmente sob a benevolência amorosa de Deus. Ao comprometer-se desta forma, a pessoa sabe que com o seu consentimento pessoal e livre, com o seu abandono confiante na palavra do outro, sem garantia humana de cumprimento, chega aos limites das suas últimas possibilidades (o “sim” ilimitado e incondicional tem também algo a ver com o Mistério que nós chamamos “Deus”)²⁵. O matrimónio exige a coragem de uma pessoa se abandonar na confiança da palavra afirmativa do outro, sem garantia de cumprimento. A celebração eclesial do matrimónio quer dar apoio a esta confiança na fé no Deus de Jesus Cristo e na comunhão com aqueles que escolheram colocar esta fé como base da sua vida.

Com esta visão, está-se a sublinhar, mais uma vez, que não estamos diante de uma mera lei a cumprir, mas de uma promessa a acolher, de uma esperança a viver na certeza de que o amor de Deus nos acompanha quotidianamente. Não estamos, pois, perante um discurso moralizante, mas

²⁴ E. SCHOCKENHOFF, *Die Unauflöslichkeit der Ehe und die zivilen Zweitehen von Getauften*, in *Stimmen der Zeit* 234 (2016) 101 s.; S. DEMEL, *Warum die Zulassung einer zweiten Ehe glaubwürdiger ist. Zum Problem der wiederverheirateten Geschiedenen*, in *Stimmen der Zeit* 229 (2011) 367.

face a um discurso de fé, que acolhe as interpelações de Deus como “Boa-Nova” que induz a uma confiança ativa e a um comportamento marcado pela caridade. “Não é um discurso ideal – sublinha F. Bousquet –, mas uma palavra concreta de salvação”²⁶.

c) No anúncio da proposta cristã e na busca da sua vivência é indispensável, pois, não cair numa visão idealista, imaginando um qualquer caminho idílico, imune a dificuldades e crises, mas assumir uma atitude realista, consciente de que se trata de um projeto de vida que exige perseverança, persistência, um projeto que colocamos, com confiança, nas mãos de Deus: somos interpelados a olhar as dificuldades e incertezas da vida como momentos de crescimento e de interpelação à maturidade humana e crente. A família “ideal” ou “idealizada” não existe: a vida familiar é, por vezes, um lugar de vulnerabilidade partilhada, de fragilidades a aceitar, de necessidade de perdão mútuo. Há um caminho a percorrer, e a consciência disso impede os cristãos de caírem num qualquer “triumfalismo do discurso”²⁷.

d) A consciência de que há algo de valioso a propor não deve diminuir, antes deve apurar o sentido da solidariedade cristã com as esperanças e as dificuldades de todos os outros homens e mulheres. Por mais que as situações concretas vividas pelas pessoas tragam consigo elementos de contradição ao ideal cristão proposto e desejado, a primeira atitude dos cristãos não pode deixar de ser um esforço de compreensão dos condicionamentos e limites que possam estar envolvidos nessas mesmas situações, dos dramas reais e acontecimentos dolorosos vividos pelas pessoas. A necessária solidariedade cristã passa certamente por ajudas concretas, tendo por base uma indispensável sensibilidade ao realismo da vida e acolhendo a normalidade inevitável de conflitos e tensões matrimoniais e familiares que têm de ser expressos de forma aberta entre as pessoas envolvidas e enfrentados da forma mais adequada possível²⁸.

De resto, a visão cristã do matrimónio não ignora (não pode ignorar) a sua real historicidade. O amor como relação entre duas pessoas numa história partilhada de vida pode morrer. O matrimónio cristão é indissolúvel, mas não é indestrutível. O sentido fundamental da afirmação da indissolubilidade

²⁵ Cf. K. LEHMANN, *O matrimónio cristão*, 115.

²⁶ F. BOUSQUET, *Le discours chrétien sur la famille*, 53.

²⁷ F. BOUSQUET, *Le discours chrétien sur la famille*, 48.

²⁸ Cf. H. KRAMER, *Wandel im Ethos*, 41 s.

passará mais pela compreensão de que não é uma realidade disponível ao sabor do arbítrio humano do que pela sua conversão/tradução imediata em categorias metafísicas e jurídicas, com todas as consequências que isso acarreta²⁹.

4. A complexidade e as fragilidades da vida familiar como apelo a uma pastoral familiar renovada, acolhedora, misericordiosa

4.1. Vários dos aspetos mencionados até aqui chamaram já a atenção para elementos estruturais, fatores conjunturais, circunstâncias socioculturais que condicionam ou até favorecem a complexidade e as fragilidades da vida familiar. As transformações em curso – sejam elas de ordem económica, social ou cultural – trazem consigo novos desafios que ameaçam fragilizar a qualidade da vida familiar e, em última análise, a sua consistência: o simples avanço tecnológico em termos de comunicação traz novos desafios e preocupações aos estilos de vida familiar; as dificuldades de diálogo são acrescidas pela sensação e realidade da falta de tempo para esse diálogo; as múltiplas alternativas de lazer tanto podem aproximar como dispersar as relações familiares; os apelos vitais dominantes vão no sentido do individualismo, dificultando a dimensão da generosidade, da doação, da capacidade de sacrifício e de entrega. Estamos perante uma tarefa nuclear que a sociedade em geral e a Igreja em particular não podem deixar de enfrentar, sob pena de se falhar em algo decisivo em ordem à construção de um mundo mais humano, em liberdade, justiça, amor e paz.

²⁹ Cf., para um amplo conjunto de questões aqui envolvidas, E. SCHOCKENHOFF, *Die Unauflöslichkeit der Ehe*, 99-114; SABINE DEMEL, *Warum die Zulassung*, 363-377; J. MASIÁ CLAVEL, *Promesa, acuerdo y símbolo en la unión esponsal*, in *Perspectiva Teológica* 47, n° 131 (2015) 37-54; A. GRILLO, *Indissolubilité du lien conjugal et échec du mariage. Pour une théorie de l'indisponibilité du lien*, in *Recherches de Science Religieuse* 102 (2014) 449-461; L. MENUZ, *Os divorciados recasados são excluídos da Igreja?*, in *Brotéria* 152 (2001) 507-513; M. KAISER, *Warum dürfen wiederverheiratete Geschiedene*, 741-751; B. PRIMETSHOFER, *Umfang und Grenzen der Unauflöslichkeit der Ehe*, in *Theologisch-praktische Quartalschrift* 160 (2012) 284-290; F. HOFFMANN-KLEIN, *Unauflöschliche Ehe und wiederverheiratete Geschiedene*, in *Stimmen der Zeit* 233 (2015) 161-172; G. ANGELINI, *Indissolubile: in che senso?*, in *Il Regno – Attualità* 6 (1206), 15.06.2015, 413-419; X. LACROIX, *Indissolubilité et pardon: contribution au débat sur les baptisés divorcés et remariés*, in *Nouvelle Revue Théologique* 137 (2015) 388-405; B. PETRA, *Sull'accoglienza dei divorziati risposati*, in *Il Regno – Documenti*, n° 11 (1168), 1.6.2014, 369-378; A. BEZZOLO, *Fede dei nubendi e forma del consenso. Due questioni aperte nella teologia del matrimonio*, in *Teologia* 40 (2015) 212-249.

Sem dúvida que o caminho de muitas famílias é marcado pela alegria do amor, pela fraternidade e solidariedade concretamente vividas, pelo testemunho de experiências e realizações felizes. Mas não faltam situações marcadas por dificuldades de vária ordem, desde questões de sobrevivência económica à inserção social, aos processos educativos, etc. E não faltam igualmente situações difíceis surgidas pelas circunstâncias da rutura dos laços conjugais e familiares, com todas as suas consequências.

4.2. Na consciência da importância social e eclesial do que aqui está em causa, emerge a pergunta pelo que os cristãos e as comunidades cristãs podem e devem fazer neste campo muito amplo da pastoral da família. Desde logo e basicamente, importa renovar e potenciar a convicção – nem sempre presente como elemento vivo de consciência em termos individuais e comunitários – de que o serviço à família (às famílias) se apresenta como dimensão essencial de qualquer comunidade cristã. Como sublinhou João Paulo II, a família é “a primeira e mais importante” das múltiplas estradas ao longo das quais o ser humano é chamado a caminhar³⁰. A família não pode deixar de ser, pois, lugar privilegiado de atenção da comunidade cristã, a pastoral familiar tem de ser encarada na sua importância, na sua urgência e na prioridade que merece. Uma prioridade que passa por planos de ação, mas sobretudo pede uma visão de longo prazo, uma nova sensibilidade, um novo olhar, uma mudança de atitudes traduzida em iniciativas coerentes e decisões concretas. A pastoral familiar encontra-se sob o desafio de uma profunda renovação, certamente a partir do muito e bom que já existe em muitos lugares, mas com um espírito aberto a novos horizontes, caminhos, atitudes.

a) Numa pastoral familiar em processo de renovação, a primeira tarefa é indiscutivelmente a necessidade de analisar o modo como a Igreja – em termos de conteúdo e de linguagem – propõe a visão cristã do matrimónio e da família. Trata-se de verificar com toda a verdade se a Igreja consegue fazer ecoar na consciência das pessoas, sobretudo dos jovens, “a compreensão católica do matrimónio e da família em toda a sua beleza e acompanhá-los neste caminho”³¹.

³⁰ JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias Gratissimam Sane* (1994), in https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1994/documents/hf_jp-ii_let_02021994_families.html, nº 2 (consulta a 25.1.2017).

³¹ W. KASPER, “*Amoris laetitia*”, 730 s. Cf. ainda L. MARTÍNEZ SAAVEDRA, *L'Exhortation Amoris laetitia. Un tournant magisterial*, in *Spiritus* 224 (2016) 343-360; A. O. MORAES,

Nessa análise, uma saudável autocrítica é indispensável. É o Papa Francisco que nos lembra que “devemos ser humildes e realistas, para reconhecer que, às vezes, a nossa maneira de apresentar as convicções cristãs e a forma como tratamos as pessoas ajudaram a provocar aquilo de que hoje nos lamentamos, pelo que nos convém uma salutar reação de autocrítica”³². Há que ultrapassar um discurso teórico e abstrato, marcado muitas vezes por pessimismos e negações, sem relação profunda e perceptível com os problemas reais das pessoas³³. A pastoral familiar “deve fazer experimentar que o Evangelho da família é resposta às expectativas mais profundas da pessoa humana: a sua dignidade e plena realização na reciprocidade, na comunhão e na fecundidade. Não se trata apenas de apresentar uma normativa, mas de propor valores, correspondendo à necessidade deles que se constata hoje, mesmo nos países mais secularizados”³⁴.

Nesse sentido a pastoral familiar tem de ser atravessada em todas as suas expressões por um olhar positivo e de esperança sobre a vida conjugal e familiar, preocupando-se em ajudar a reconhecer e a fazer crescer os valores fundamentais que estruturam uma vida familiar minimamente feliz: o amor conjugal e familiar traduzido em sinais de confiança, doação, gratidão, perdão, cuidado mútuo, alegria, sensibilidade ao outro, paz³⁵. Ajudar a conservar e a fazer crescer esta alegria e a reconhecer os valores atrativos da vida familiar é fundamental.

b) A lei básica de toda a pastoral familiar tem de ser o acompanhamento nos diversos tempos, situações e circunstâncias do caminho conjugal e familiar. Na tarefa deste acompanhamento pastoral, a busca de novos caminhos, sobretudo

Desafios e perspectivas à Pastoral Familiar a partir da Amoris Laetitia, in *Atualidade Teológica* 20, nº 54 (2016) 580-598; H. DERROITTE, *Avec les familles, pastorale et catéchèse en pleine restructuration*, in *Lumen Vitae* 70 (2015) 143-155.

³² *Amoris Laetitia*, nº 36.

³³ “Outras vezes, apresentámos um ideal teológico do matrimónio demasiado abstrato, construído quase artificialmente, distante da situação concreta e das possibilidades efetivas das famílias tais como são”: *Amoris Laetitia*, nº 36. Nesse sentido, “*Amoris Laetitia*” acentua a importância de uma “gradualidade na pastoral”: cf. *Amoris Laetitia*, nºs 293-295. Cf. também *Evangelii Gaudium*, nº 44. Cf. ainda W. KASPER, “*Amoris laetitia*”, 725; H. KOCH, *Amoris Laetitia*, 369; D. BOGNER, *Was meint und wobei hilft “Gradualität”? Eine Begriffsklärung zur Familiensynode 2015*, in *Stimmen der Zeit* 233 (2015) 446-454; A. SPADARO, *Struttura e significato dell’Esortazione apostolica post-sinodale di Papa Francesco*, in *La Civiltà Cattolica* 167, nº 3980 (2016) 124 s.

³⁴ *Amoris Laetitia*, nº 201.

³⁵ Cf. F. VIDAL, *Preparación al matrimonio*, 452; A. SPADARO, “*Amoris laetitia*”. *Struttura e significato*, 105.

no que se refere à preparação para o casamento, no acompanhamento dos jovens casais, na formação da fé associada aos sacramentos da iniciação cristã, etc., pede criatividade, disponibilidade, generosidade e entusiasmo. De novo, o Papa Francisco convida-nos a fazer autocrítica: “Também não fizemos um bom acompanhamento dos jovens casais nos seus primeiros anos, com propostas adaptadas aos seus horários, às suas linguagens, às suas preocupações mais concretas”³⁶. Não obstante as fragilidades estruturais e pessoais das nossas comunidades cristãs “em fim de cristandade”, as comunidades eclesiais têm de se perguntar com espírito criativo como é que – através dos seus agentes pastorais, dos grupos existentes, dos cristãos mais velhos e porventura mais disponíveis – podem ser um espaço de inspiração, de apoio, de encorajamento, de cuidado e ternura para os casais e as famílias³⁷.

c) Tanto nos seus objetivos como nas formas de proceder, trata-se, neste acompanhamento, de deixar de considerar a família apenas ou sobretudo como “objeto” da ação pastoral da Igreja e de procurar, antes, fazer dela “sujeito” na vida da Igreja³⁸. Isso supõe, obviamente, todo um trabalho amplo e um caminho continuado de amadurecimento e formação, tanto em termos humanos como cristãos³⁹. Mas torna-se indispensável, desde logo e nesse mesmo processo, ouvir atentamente as famílias com as suas próprias experiências, fazer o esforço de captar como vivem e sentem as transformações em curso (nas relações entre as pessoas; nas dificuldades dos processos educativos; nos problemas de ordem económica, etc.) e proporcionar-lhes uma capacidade de palavra e de intervenção em tudo o que lhes diz respeito. No fim de contas, trata-se de escutar na sua importância como elemento fundamental de discernimento evangélico e pastoral – como aliás lembra a *Familiaris Consortio*, nº 5 – o “sentido da fé” dos crentes⁴⁰. Estamos aqui perante um dado básico de existência cristã e de expressão da fé, até agora muito pouco reconhecido na sua importância.

³⁶ *Amoris Laetitia*, nº 36.

³⁷ Cf. P. GUERRERO RODRÍGUEZ, “*Llegó donde él y, ao verlo, se conmovió*” (Lc 10, 33). *Cuidar das famílias feridas*, in *Sal Terrae* 104 (2016) 630 s. Cf. *Amoris Laetitia*, nº 52; *Evangelii Gaudium*, nº 169.

³⁸ Cf. H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change*, 367-383.

³⁹ Cf. *Amoris Laetitia*, nº 200.

⁴⁰ Cf. F.-X. AMHERDT, *Divorciés-remariés: comme les orthodoxes?*, in *Lumen Vitae* 70 (2015) 207 s.; S. DELERE - A. ROTH - R. ROTH, *Neue Formen des Hörens in der katholischen Kirche. Ergebnisse eines landübergreifenden, empirischen Forschungsprojekts zur Familiensynode 2015*, in *Stimmen der Zeit* 233 (2015) 599-610; K. HILPERT, *Moral doktrin*

d) Descobrir e concretizar de forma criativa as modalidades várias de relacionamento possível das comunidades cristãs com as famílias é tarefa pastoral prioritária: desde a celebração dos sacramentos da iniciação à catequese, desde os horários a questões de organização prática, desde serviços de ajuda na educação e formação das crianças e jovens, sobretudo de famílias em maiores dificuldades, às propostas juvenis, etc. A comunidade cristã deve sentir como interpelação a tarefa de ser e de se tornar um lugar onde as famílias se encontram, dialogam, partilham experiências de vivência humana e de fé, ajudam em percursos de crescimento e em situações de dificuldade. Emerge assim a possibilidade e apresenta-se a necessidade de a comunidade cristã se entender e realizar como “comunidade de famílias”. Esse caminho terá consequências a diversos níveis, também na organização e no governo das comunidades: “Se se quer que, no novo contexto de sociedades dinâmicas, os casais e as famílias participem na vida eclesial, é preciso uma transformação de fundo no próprio governo comunitário das paróquias e no papel que as famílias têm nela”⁴¹.

e) Centrada embora sob o horizonte último da família cristã, a pastoral familiar é interpelada a saber valorizar o que significa em termos humanos a simples realidade do matrimónio e da família e entende a sua tarefa como serviço às pessoas e às famílias independentemente da sua situação em termos de vivência crente. Na prática isto significa que a pastoral familiar, sem deixar de o propor nas condições adequadas⁴², não se pode deixar afunilar, todavia, pelo objetivo imediato do casamento cristão. Ajudar a um possível casamento humanamente rico, aberto a uma vivência honesta e profunda do amor, mesmo que não sacramental, é um contributo fundamental do Evangelho e da Igreja para a sociedade e a construção humana do mundo. Ou seja, por mais que o matrimónio cristão, celebrado na Igreja, deva ser reconhecido no seu significado e valor, não pode ser uma prioridade a qualquer preço nem o objetivo que tudo absorve.

*oder Moral der Wahrnehmung “im Kontext der Evangelisierung”?. Bemerkungen zur bevorstehenden Bischofssynode, in Stimmen der Zeit 232 (2014) 448-457; Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, O *sensus fidei* na vida da Igreja, in http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20140610_sensus-fidei_po.html (consulta a 18.1.2017).*

⁴¹ F. VIDAL, *Preparación al matrimonio*, 464.

⁴² “A tibieza, qualquer forma de relativismo ou um excessivo respeito na hora de propor o sacramento seriam uma falta de fidelidade ao Evangelho e também uma falta de amor da Igreja pelos próprios jovens”: *Amoris Laetitia*, n.º 307.

Nesta ordem de ideias, a pastoral familiar tem de alargar conscientemente o seu olhar para além do arco das famílias que procuram ser cristãs. Propor encontros de famílias nas comunidades cristãs, independentemente de serem praticantes ou não, pode ser um dos caminhos. Do mesmo modo serão sempre importantes todas as propostas de formação atentas às diversas dimensões que envolvem e condicionam a vida familiar. Igualmente merece particular atenção o apoio às famílias na sua tarefa educativa global (até em relação com os percursos escolares!). Enfim, seria de todo desejável que, nas nossas comunidades, houvesse um grupo de pessoas (ou, pelo menos, uma pessoa) que pudessem estar disponíveis e particularmente atentas (na ajuda à perceção das situações concretas ou em tarefas de acolhimento, por exemplo) à realidade da família, às famílias em geral do seu próprio contexto. “Ajuda institucional em ordem a ajudar a resolver problemas no casamento e na família deve ser posta à disposição pela Igreja católica com perspectivas abertas, também nos tempos atuais em que o dinheiro se tornou escasso”⁴³.

f) Face à complexidade da vida e seus problemas quotidianos, face às fragilidades que ameaçam o amor conjugal e familiar, face às situações difíceis ou sem saída perceptível a curto prazo, face às famílias feridas que buscam caminhos de reconstrução, a pastoral familiar tem de se procurar concretizar sob sinais credíveis de amor, acolhimento e misericórdia⁴⁴. A misericórdia não é um “detergente suave”, antes abre-nos os olhos para o que, numa situação, é

⁴³ H. KRAMER, *Wandel im Ethos*, 42.

⁴⁴ “As nossas comunidades serão capazes de permanecer vivas e dinâmicas na obra da nova evangelização na medida em que a ‘conversão pastoral’, que estamos chamados a viver, for plasmada dia após dia pela força renovadora da misericórdia. Não limitemos a sua ação; não entristecemos o Espírito que indica sempre novas sendas a percorrer para levar a todos o Evangelho da salvação”: FRANCISCO, *Carta Apostólica Misericordia et Misera* (20.11.2016), nº 5, in https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html (consulta a 25.1.2017). Cf. A. O. MORAES, *Desafios e perspectivas*, 590 ss; P. GUERRERO RODRÍGUEZ, “*Llegó donde él y, ao verlo, se conmovió*”, 627-638; G. L. BRENNA, *Matrimonio e misericordia*, in *La Civiltà Cattolica* 167, nº 3982 (2016) 321-330; M. E. PIAT, *Avec les familles, priorité à la proximité et à la miséricorde*, in *Lumen Vitae* 70 (2015) 233-239; A. V. AMARANTE, “*La strada dell’amore misericordioso*” (MV 10), *criterio teologico-pastorale*, in *Rassegna di Teologia* 57 (2016) 181-196; G. KUZMA, *O sentir da ternura: o Sínodo sobre a família e suas implicações teológicas e pastorais*, in *Perspectiva Teológica* 47, nº 131 (2015) 13-36; TH. LAUBACH, *Der Papst und die Moral. Vom Vorrang des Evangeliums und seiner Praxis*, in *Stimmen der Zeit* 237 (2015) 523-534, part. 530-532.

verdadeiramente justo e corresponde ao bem⁴⁵. Colocar as famílias no centro da ação pastoral passa cada vez mais por uma particular atenção e sensibilidade às famílias em situação de dificuldade, imperfeitas ou em disformidade relativamente aos critérios que a visão cristã propõe e procura viver.

Todos sabemos que se vive neste momento um “compasso de espera”, que pede ser ultrapassado por um discernimento pastoral ativo, efetivo e corajoso, no qual as famílias cristãs têm também um papel a desempenhar. A Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* trouxe aqui, no dizer do Cardeal Walter Kasper, uma “mudança de paradigma”, que não muda a doutrina anterior, mas a coloca num contexto mais amplo: “Assim – escreve – ‘Amoris Laetitia’ não muda um jota na doutrina da Igreja, e no entanto muda tudo”⁴⁶. Perceber isso como dom de testemunho cristão e tarefa de discernimento evangélico⁴⁷ é o desafio que está colocado nas nossas mãos.

A reflexão que vai sendo feita, a nível de teologia e de magistério, embora não sem tensões e contradições, dá-nos já alguns indicativos de pensamento e de ação que apontam para uma nova consciência nesse sentido e que a ação pastoral da Igreja, em geral, e a pastoral familiar, em particular, não podem ignorar. Assim, por exemplo, é-nos lembrado que a misericórdia de Deus é acolhimento sem condições e que a Igreja não pode deixar de ser uma mãe no meio da fragilidade, capaz de dar primazia à hospitalidade incondicional⁴⁸. É-nos sublinhado também que, no seguimento de Jesus, só há um caminho: “O caminho da Igreja é o de não condenar eternamente ninguém; derramar a misericórdia de Deus sobre todas as pessoas que a pedem com coração sincero [...]. Porque a caridade verdadeira é sempre imerecida, incondicional e gratuita”⁴⁹. É-nos recordado que, às vezes, nos custa muito “dar lugar, na pastoral, ao amor incondicional de Deus”⁵⁰, esquecendo que Deus nos ama primeiro. É-nos proposto que, em vez de cairmos facilmente numa atitude

⁴⁵ W. KASPER, “*Amoris Laetitia*”, 726 s.

⁴⁶ W. KASPER, “*Amoris Laetitia*”, 725 s.

⁴⁷ M. SIEVERNICH, *Von der Kunst persönlicher und pastoraler “Unterscheidung” im Kontext der Familie*, in Theologische Quartalschrift 196 (2016) 355-370; A. SPADARO - L. J. CAMELI, *La sfida del discernimento in “Amoris Laetitia”*, in La Civiltà Cattolica 167, n° 3985 (2016) 3-16; N. SARTHOU-LAJUS - É. GRIEU, *Un appel au discernement personnel et pastoral*, in Études n° 4228 (2016) 4-7.

⁴⁸ *Amoris Laetitia*, n° 308. Cf. *Evangelii Gaudium*, n° 45. Cf. A. O. MORAES, *Desafios e perspectivas*, 592.

⁴⁹ *Amoris Laetitia*, n° 296. Cf. também n° 306.

⁵⁰ *Amoris Laetitia*, n° 311.

moralista e legalista, procuremos inclinar-nos sobre a realidade sofrida e vivida das famílias de hoje ⁵¹, anunciar uma palavra de fé, de esperança e de amor, num acompanhamento aberto à consideração concreta das “possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se constroem dia após dia” [...] ⁵². Enfim, dentro da “lógica da misericórdia pastoral” ⁵³, é-nos pedida a capacidade de perceber com fina sensibilidade os concretos dramas humanos, as dificuldades reais das pessoas, respeitar as consciências no seu caminho de descoberta e de decisão ⁵⁴ e saber deixar a Deus, que sempre nos precede em tudo o que é dedicação amorosa ao outro, o que verdadeiramente só a Deus pertence.

5. A família ao serviço da vida e da humanização do mundo: o desafio da doação num horizonte de universalidade

5.1. A família define-se nuclearmente como lugar primordial e insubstituível de serviço à vida, e essa é a razão básica de toda a sua importância crucial para o viver humano individual e coletivo. Se essa missão tem o seu ponto de partida e como tarefa primordial a cooperação com o amor de Deus Criador ⁵⁵, na verdade ela concretiza-se como serviço à vida nas suas mais amplas e profundas dimensões. A geração e a educação são, entre as várias formas de serviço à vida, certamente “as mais imediatas, próprias e insubstituíveis”, mas, de facto, “cada acto de amor verdadeiro para com o ser humano testemunha e aperfeiçoa a fecundidade espiritual da família, porque é obediência ao profundo dinamismo interior do amor como doação de si aos outros” ⁵⁶.

Trata-se, antes de mais, de querer e acolher, responsabilmente, a vida que nasce e fazer tudo, dentro do possível, para que ela cresça em equilíbrio, harmonia e num processo de desenvolvimento integral. Servir a vida pede respeito pelo outro na sua diferença: desde o direito do outro a existir como é

⁵¹ *Amoris Laetitia*, nº 79. Cf. ainda *Amoris Laetitia*, nºs 305-306.

⁵² *Amoris Laetitia*, nº 308. Cf. ainda *Amoris Laetitia*, nºs 293-295. Cf. F.-X. AMHERDT, *Divorcés-remariés*, 204 s.

⁵³ *Amoris Laetitia*, nºs 307 e 308.

⁵⁴ Cf. *Amoris Laetitia*, nºs 303, 305 e 312. Cf. ainda A. SPADARO - L. J. CAMELI, *La sfida del discernimento*, 6 s.; H. KOCH, *Amoris Laetitia*, 370; G. L. BRENNAN, *Matrimonio e misericordia*, 322.

⁵⁵ *Familiaris Consortio*, nº 28.

⁵⁶ *Familiaris Consortio*, nº 41. Cf. ainda nº 44. Cf. também U. NOTHELLE-WILDFEUER, *Familienrealitäten und Familienbilder – Schnittpunkte zwischen moderner Gesellschaft und Amoris laetitia?*, in *Theologische Quartalschrift* 196 (2016) 340 ss.

na diferença dos filhos às situações diferenciadas em termos de atitudes e de idades. Servir a vida traduz-se também na capacidade de generosamente ir ao encontro das outras famílias e seus filhos, na educação humana, na proposta da fé, na ajuda em situações de dificuldade e necessidade.

Na construção da família que cada um é chamado a fazer, na atenção às condições estruturais e sociais que a envolvem, nem sempre ressalta de forma inequívoca o reconhecimento da centralidade e do valor da vida como o contributo maior que as famílias são chamadas a dar, como expressão de uma dignidade humana que só desse modo pode ser reconhecida e promovida. A família é lugar nevrálgico de esperança de melhor humanidade. Na sua diversidade e nas suas fragilidades embora, por ela passa decisivamente a realização das pessoas e a humanização do mundo.

5.2. Olhar para a família e valorizá-la como serviço à vida traz consigo, na perspectiva cristã, algumas exigências e tarefas prioritárias.

a) Desde logo importa ter bem presente que se trata de acolher plenamente a vida humana em todas as suas dimensões, na consciência de uma dignidade que pede profundo respeito e com uma sensibilidade apurada, num tempo e em circunstâncias socioculturais que tendem a favorecer outras prioridades (desde a atenção prestada a realidades que se absolutizam independentemente dos milhões que se gastam ao cuidado dos animais considerado como fim prioritário em termos de razões de viver). Os problemas reais que se levantam no acolhimento da vida desde a concepção até à morte não podem ser escamoteados na sua complexidade, e a visão cristã da vida não nos dispensa, antes exige que coloquemos os critérios evangélicos como orientação última que possibilita saber olhar com o amor misericordioso de Deus para as situações concretas e encontrar a força profética que brota de uma fé amadurecida. E mesmo quando o dramático das situações concretas nos deixa sem uma resposta pronta e fácil, o critério orientador fundamental permanece como agulhão à nossa consciência, lembrando que cada ser humano é fruto do amor único de Deus.

b) Não é por acaso que o Evangelho de João sintetiza a missão de Jesus como estando ao serviço da vida: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Qualquer espiritualização demasiado rápida desta palavra evangélica corre o risco de não captar na sua totalidade o sentido da vida, morte e ressurreição de Jesus.

É certo que está sempre em causa a integralidade de um serviço que vai desde uma educação humana consistente ao testemunho da fé como valor fundamental de existência que se deseja propor e transmitir. Mas se o reconhecimento do valor da vida na família passa certamente por múltiplas situações comuns, muitas vezes é atravessado por circunstâncias e interpelações que questionam bem fundo a consciência cristã que temos no que respeita a uma “plenitude de vida”: na atenção a um filho ou filha incapacitados, a pessoas doentes, aos mais velhos dependentes dos outros, a pessoas em situação de grave debilidade ou necessidade.

Só pode servir-se a vida na plenitude do que tal significa com uma grande capacidade de entrega e doação. Ajudar a crescer na capacidade de doação é uma das possibilidades e necessidades nucleares da realidade familiar, explicitando a vocação profunda de todo o ser humano ao dom de si, à doação aos outros⁵⁷. “A família é a primeira e fundamental escola de sociabilidade. Enquanto comunidade de amor encontra no dom de si a lei que a guia e a faz crescer”⁵⁸. Ela é um dos lugares privilegiados onde somos chamados a aprender e se aprende a viver a “lei da ‘gratuidade’”⁵⁹.

c) A visão cristã da vida insiste, pois, em que a família é lugar primordial de humanização, o lugar essencial onde se aprende a ser pessoa na relação com os outros e com o mundo que nos rodeia, num contexto de respeito, diálogo, justiça e amor. “Deste modo – sublinha a *Familiaris Consortio* – a família [...] constitui o lugar natural e o instrumento mais eficaz de humanização e de personalização da sociedade. Colabora de um modo original e profundo na construção do mundo, tornando possível uma vida autenticamente humana, guardando e transmitindo em particular as virtudes e ‘os valores’”⁶⁰. É na família que pode emergir como experiência básica o sentido duma fraternidade universal enquanto projeto de Deus para a humanidade. A família é não só o espaço, mas o tempo oportuno para a vivência dos grandes e estruturantes valores da humanidade: o diálogo, o respeito mútuo, a solidariedade, um

⁵⁷ “A família é um sinal da esperança de que no nosso mundo a preocupação egoística não tem a primeira e a última palavra”: TH. CASEY, *La forza della famiglia*, in *La Civiltà Cattolica* 167, n° 3987-3988 (2016) 270. Cf. ainda G. DE SIMONE - F. MIANO, *La famiglia luogo di umanizzazione. Nel sogno di Dio il sogno di una pienezza di umanità*, in *Rassegna di Teologia* 56 (2015) 357-368; P. ESCARTÍN CELAYA, *La familia, lugar de formación de la conciencia para un mundo solidario*, in *Scripta Fulgentina* 4, n° 8 (1994) 73-87.

⁵⁸ *Familiaris Consortio*, n° 37

⁵⁹ Cf. *Familiaris Consortio*, n° 43.

⁶⁰ *Familiaris Consortio*, n° 43.

estilo de vida simples e austero, o reconhecimento da individualidade de cada um, a tolerância, a aceitação da diferença, o perdão.

É nesta ampla perspectiva que a família cristã – ou melhor, a família que procura viver sob a luz e o impulso do Evangelho de Jesus – encontra o sentido, o valor e os dinamismos fundamentais da sua existência, permitindo que ela seja e se torne “Igreja doméstica”. Sob “o paradigma da graça e da esperança”⁶¹ que se enraíza no plano de Deus para a humanidade, este horizonte de plenitude escatológica, que aponta para o sentido final do mundo e da história, não desvaloriza nada do que quotidianamente se vai construindo no amor, mas dá-nos força para caminhar com esperança e determinação no meio das dificuldades e fragilidades que se manifestam no nosso viver histórico.

⁶¹ A expressão e o sentido por ela veiculado são retirados do documento do diálogo internacional católico-anglicano sobre Maria: COMMISSION INTERNATIONALE ANGLICANE-CATHOLIQUE ROMAINE, *Marie: grâce et espérance dans le Christ. Rapport de la Commission internationale anglicane-catholique romaine (ARCIC)*, in *La Documentation Catholique* n° 2341 (2005) 752-785.

Educar contra a indiferença
A melhor ponte é aquela que,
independentemente de quem a constrói,
serve para ser atravessada

MICAEL PEREIRA (*)

O facto de eu estar a escrever este texto é a prova de como quando estamos disponíveis para nos abirmos aos outros, mesmo quando sabemos que isso nos coloca perigosamente fora de pé, deslocados do nosso ambiente habitual, acabamos por enriquecer o nosso caminho e por dar mais sentido ao papel que cada um de nós pode ter na sociedade em que vivemos. Este texto é uma versão não totalmente fiel, mas o mais aproximada possível, seguindo o guião que tinha para esse momento mas que não respeitei na íntegra, da minha intervenção na conferência organizada pelo Secretariado Nacional da Educação Cristã no Seminário de Vilar, no Porto, a 11 de fevereiro, e que se destinava à formação de professores de Educação Moral e Religiosa Católica, durante a qual falei durante uma hora sobre como, na minha perspetiva de jornalista mas também de cidadão e de pai, a educação dos nossos filhos deve ajudar a combater o sentimento de indiferença em que as pessoas estão cada vez mais mergulhadas, não só em Portugal mas na maioria das sociedades democráticas do mundo ocidental, e onde nos cabe – ou deveria caber – a responsabilidade de decidirmos que futuro queremos para os que hão de vir depois de nós.

No auditório do Seminário de Vilar, pedi um microfone sem fios e sentei-me em cima da mesa, para poder falar de modo mais informal. E comecei a

(*) Licenciado em Estudos Portuguesas pela Universidade Nova de Lisboa. Jornalista do Seminário Expresso desde 2006.

contar como fui surpreendido pelo Rodolfo Silva. Há mais de 20 anos que não falávamos. O Rodolfo é professor de Educação Moral e Religiosa Católica no Colégio de Nossa Senhora do Rosário, no Porto, e também é advogado. Foi ele que me telefonou a convidar para participar na conferência. Disse-me que seria interessante o programa incluir um jornalista que refletisse sobre que desafios deveriam ser colocados à escola no contexto da dignidade da vida humana, o tema escolhido para aquela formação de professores. Não tive coragem naquele primeiro telefonema de lhe perguntar porque se tinha lembrado de mim para isso. Foi numa segunda chamada, poucos dias depois, que lhe pus essa questão. “Foi uma intuição”, disse-me ele. E foi essa intuição que eu quis respeitar.

Ao jantar, falei com as minhas filhas sobre o convite. Tenho duas filhas, a Alice, de 14 anos, e a Anita, de oito. Contei-lhes que tinha recebido um convite para falar numa conferência perante mais de 300 professores de religião e moral.

– E sobre o que é que vais falar, papá? – Quis saber a Alice.

– Não sei. Para descobrir isso terei de vos falar primeiro de como conheci o Rodolfo, a pessoa que me fez o convite.

Eu era adolescente ainda, deveria ter uns 18 anos e estava prestes a entrar na universidade. Foi num retiro em Vila Viçosa, no verão. A minha irmã estava envolvida nas atividades da Ordem dos Redentoristas e eu, que há muito estava afastado da Igreja e não tinha nada para fazer, juntei-me a ela para essa semana de retiro, curioso com a experiência e numa altura que andava a ler o Evangelho Segundo Jesus Cristo, o livro de Saramago que tanta polémica levantou entre os católicos. O Rodolfo fazia parte dos Redentoristas e era um rapaz inspirador. Sentia-se a sua bondade e a sua vontade de chegar aos outros, de compreendê-los. Nessa semana descobri coisas importantes, de modo inesperado. Havia um padre missionário espanhol, José Miguel, com quem acabei por me confessar durante um passeio pelo campo, ao final da tarde. Nessa época, eu lutava com um sentimento de culpa em relação à minha mãe, pelo facto de ter optado, quando tinha 10 anos, por viver com o meu pai, algum tempo depois de eles se terem separado. José Miguel olhou-me nos olhos e falou como um irmão: “Fizeste o que podias, eras uma criança. Eu amo-te.” Chorei.

Nessa época, além da luta com o meu sentimento de culpa, eu vivia um medo existencial. Tinha medo de perder a sensibilidade assim que entrasse na vida

adulta, de deixar de ter a capacidade de ser sensível ao mundo à minha volta. Eu não sabia que iria tornar-me jornalista. Nem que aquilo que eu chamava de sensibilidade, essa capacidade em bruto que existe nos nossos corações, iria ser transformado dentro de mim numa espécie de resistência. Olhando agora para trás, resistir à indiferença passou a ser o mote não declarado, não verbalizado, não enunciado, da minha vida.

Voltando à mesa de jantar com as minhas filhas, a quem não contei tudo isto, só uma parte. Perguntei então à mais nova, a Anita:

- Tu que já tiveste aulas de religião e moral, lembras-te de alguma coisa? Alguma coisa que tenham ensinado? Alguma história que tenhas ouvido?
- Só me recordo de duas palavras: Jesus e Deus. E de me mandarem fazer desenhos!

A Anita era pequena quanto teve essas aulas, isso foi no primeiro ou no segundo ano do ensino básico, mas era a mesma criança que de manhã ou à tarde, quando a ia buscar ou levar de carro, me falava às vezes da angústia que tinha por saber que toda a gente à sua volta ia morrer. E chorava. Era uma menina sensível. Não seria por falta de sensibilidade que não iria reter algo de importante. Jesus e Deus. Jesus e Deus. Jesus e Deus. Duas palavras. Mais nada. Eu acho triste, vocês não acham?

Naquele já longínquo verão de 1991 ou 1992, no meio do meu passeio no campo com o padre José Miguel, perguntei-lhe:

- Se Deus é amor e se Jesus diz “amai-vos uns aos outros”, por que precisamos de Deus ou de Jesus? Por que não nos amamos, simplesmente, uns aos outros?

José Miguel respondeu:

- Há os que precisam de Jesus e os que não precisam. Nós tentamos ajudar os que precisam dele.

Durante algum tempo mantive alguma ligação à Igreja, talvez durante um ou dois anos, através dos Redentoristas. Mas depois desisti. Chateia-me muito a Igreja, a instituição, a sua história terrível ao longo dos séculos, toda a sua cartilha de preconceitos e a sua atração pelo poder. Mas sempre reconheci que há valores bons que são passados às crianças pela doutrina da Igreja. A tolerância e a compreensão, a responsabilidade, a solidariedade. As minhas filhas andaram durante algum tempo num colégio franciscano em Lisboa. E há

Educar contra a indiferença. A melhor ponte é aquela que...

três anos entraram para os escuteiros. Quis que tivessem incutido o espírito de entreajuda, de serem parte ativa de uma organização em sociedade.

Estou, na verdade, muito preocupado com as minhas filhas. E com os filhos dos outros pais que têm as idades delas. Estou ainda mais preocupado connosco, pais e professores, e com a forma como vamos ter de lutar agora e nos anos que nos restam.

Reparem como as coisas estão, pegando apenas no nosso exemplo comum, o jornalismo e a Igreja. O jornalismo, tal como a Igreja Católica, está a perder adeptos. A perder pessoas interessadas. Mas como é isso possível? Nunca gastámos tanto tempo e tanta energia como agora em fazer o que fazemos. Nós nos jornais temos a inquietação das notícias. Vocês que exercitam a doutrina da Igreja têm a inquietação da fé. Mas para que é que isso serve? Nós, jornalistas, estamos cada vez mais submersos numa avalanche de notícias. Vocês, parece-me, estão encharcados na fé. Notícias sobre quê? Fé em quê? Há uma grande falta de foco. Eu noto isso, pelo menos, no jornalismo. Vamos a todas. Fazemos tudo. Falamos sobre tudo com o mesmo peso, a mesma conta e a mesma medida. Esse é o paradoxo da indiferença. Quanto mais nos tentam estimular por todos os lados, menos estímulo sentimos. A informação em excesso não ajuda as pessoas a compreenderem melhor o mundo e as outras pessoas à sua volta. Eu arriscaria dizer que talvez se passe o mesmo em relação à doutrina da Igreja.

– Diz-me, Anita, de que é que te lembras das tuas aulas de religião e moral?

– Jesus e Deus.

Jesus e Deus. Jesus e Deus. Jesus e Deus. Apenas duas palavras.

A nossa vida em comunidade enfrenta neste momento riscos muito sérios de desabar. A sombra da guerra rodeia-nos e vai acabar por cobrir a Europa outra vez. Ainda esta semana Mikhail Gorbachev, o antigo líder da União Soviética, publicava um artigo sobre isso. Os sinais acumulam-se. Aproximamo-nos de um icebergue e dentro do navio a banda continua a tocar. Por que é que isto está a acontecer? Primeiro, por causa da enorme e crescente desigualdade social, que leva as pessoas a escolherem líderes populistas e preguiçosos porque deixaram de acreditar na capacidade das instituições democráticas em

garantir o equilíbrio da vida em sociedade. E, em segundo lugar, por causa do manto de indiferença que nos cobre a todos. Tornámo-nos indiferentes ao sofrimento dos outros e estamos a transmitir isso aos nossos filhos. Tenho consciência absoluta do que estou a dizer porque tenho pensado muito sobre estes dois fenómenos.

A desigualdade social e a indiferença são irmãs do mesmo mal. Isso inquieta-me. Há vários anos que passei a fazer um esforço duplo. No meu trabalho tento escrever apenas artigos que estejam de alguma forma relacionados com os alicerces da democracia. Expor os podres dos poderosos, dos que mandam. No passado o meu desejo era escrever sobre os pobres e os desapossados mas acabei por dedicar os meus últimos anos a escrever sobre as elites. Descobri que ao escrever sobre as elites estou a fazê-lo em nome dos pobres, ainda que de forma não declarada. (Não deixa de ser alarmante o facto de uma boa parte destas elites que exercem o poder serem educadas em escolas católicas. O que é que estará a falhar aí?)

Mas é em casa que acho que o meu esforço é fundamental. Quero quebrar a bolha de indiferença que a maioria dos pais tem cultivado para os seus filhos. Não vemos televisão em casa. Mas todos os dias falamos sobre coisas graves que estão a acontecer ou que aconteceram no passado. A minha filha mais nova, com os seus oito anos, sabe como os judeus morreram nos crematórios. Não quero proteger as minhas filhas de nada. Quero prepará-las.

É nisso que talvez a educação cristã pode dar um grande contributo. E para isso basta ouvir o Papa Francisco. Ele, parece-me a mim que estou de fora, está a indicar o caminho. Não só a vocês, que têm uma ligação mais íntima à Igreja, mas a nós, agnósticos, ateus e pagãos. Eu e os meus amigos ateus falamos sobre o Papa Francisco em casa. É um tema de conversa à mesa. E o que me parece que o Papa Francisco anda a dizer-vos é simples: menos obsessão com a doutrina. Adaptem-se. Pensem pela vossa cabeça. Olhem para as pessoas. Olhem pelas pessoas.

Os vossos alunos provavelmente não sabem nada de profundo uns sobre os outros, sobre as angústias e dificuldades que os seus colegas passam com as suas famílias ou com eles próprios. Tenho pensado nisto. Regresso ao meu passeio com o padre José Miguel:

Educar contra a indiferença. A melhor ponte é aquela que...

– Há os que, para amarem o próximo como a si mesmos, precisam de Jesus e há os que não precisam para serem homens bons.

Parece-me que o Papa está a dizer para nos aproximarmos, os que não precisam de Jesus e os que precisam dele. Será que o caminho é os homens amarem a Jesus para entenderem que se devem amar uns aos outros? Ou será que o caminho é os homens – vocês, nós – abrirem os corações uns aos outros e, nesse caminho, poderem encontrar Jesus?

Menos obsessão com a doutrina. Mais obsessão com as pessoas. Com as suas vidas, as suas angústias. E isso vale para a relação entre pais e filhos, para a forma como os pais devem educar os filhos.

Diz o Papa na sua exortação apostólica *Amoris Laetitia*: “A grande questão não é onde está fisicamente o filho, com quem está neste momento, mas onde se encontra em sentido existencial, onde está posicionado do ponto de vista das suas convicções, dos seus objectivos, dos seus desejos, do seu projecto de vida. Por isso, eis as perguntas que faço aos pais: “Procuramos compreender onde os filhos verdadeiramente estão no seu caminho? Sabemos onde está realmente a sua alma? E, sobretudo, queremos sabê-lo?” (...) “A educação envolve a tarefa de promover liberdades responsáveis, que, nas encruzilhadas, saibam optar com sensatez e inteligência; pessoas que compreendam sem reservas que a sua vida e a vida da sua comunidade estão nas suas mãos e que esta liberdade é um dom imenso.”

Nessa exortação, o Papa recorda o que foi dito no concílio Vaticano II: “A própria dignidade humana exige que cada um proceda segundo a própria consciência e por livre adesão, ou seja, movido e induzido pessoalmente desde dentro”.

Eu acho que há coisas muito boas e fundamentais que a Igreja pode ensinar aos jovens. Ajudá-los a sentir que o mundo não deve ser um lugar de estímulos imediatos, claro. E ajudá-los a entenderem o sofrimento humano, a olharem para o lado com o coração nas mãos. Mas, para ser absolutamente sincero, eu gostava que vocês fossem mais longe do que isso e escutassem o que o Papa Francisco diz na sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: “Não é função do Papa oferecer uma análise detalhada e completa da realidade contemporânea, mas animo todas as comunidades a «uma capacidade sempre

vigilante de estudar os sinais dos tempos». Trata-se duma responsabilidade grave, pois algumas realidades hodiernas, se não encontrarem boas soluções, podem desencadear processos de desumanização tais que será difícil depois retroceder. É preciso esclarecer o que pode ser um fruto do Reino e também o que atenta contra o projecto de Deus. Isto implica não só reconhecer e interpretar as moções do espírito bom e do espírito mau, mas também – e aqui está o ponto decisivo – escolher as do espírito bom e rejeitar as do espírito mau.”

Peço-vos, como jornalista, pai e cidadão, a vocês que são professores, que, de forma consciente e fazendo uso das vossas forças, lutem ativamente contra a progressão do populismo na Europa e contra o que isso significa contra a dignidade humana. Em *Evangelii Gaudium*, o Papa fala claramente do que está em causa: “A necessidade de resolver as causas estruturais da pobreza não pode esperar; e não apenas por uma exigência pragmática de obter resultados e ordenar a sociedade, mas também para a curar duma mazela que a torna frágil e indigna e que só poderá levá-la a novas crises. Os planos de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, deveriam considerar-se apenas como respostas provisórias. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais.” (...) “Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo. Longe de mim propor um populismo irresponsável, mas a economia não pode mais recorrer a remédios que são um novo veneno, como quando se pretende aumentar a rentabilidade reduzindo o mercado de trabalho e criando assim novos excluídos.” (...) “Qualquer comunidade da Igreja, na medida em que pretender subsistir tranquila sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade e haja a inclusão de todos, correrá também o risco da sua dissolução, mesmo que fale de temas sociais ou critique os Governos. Facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual, dissimulado em práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios.”

Educar contra a indiferença. A melhor ponte é aquela que...

Eu sei, e vocês sabem, que para se ter coragem é preciso sentir medo. Quem faz atos ousados sem ter medo ou é louco ou é, no mínimo, insensato. Muitas vezes, em situações concretas, eu descubro que tenho medo e muitas vezes, nessas situações concretas, duvido que tenha coragem para ultrapassar o meu medo. Medo de falhar, medo de perder. Mas tenho-me surpreendido a mim próprio. Sejam corajosos. Deus espera isso de vocês. Mas sobretudo o mundo, o mundo das pessoas, o mundo dos que nascem todos os dias, precisa disso de vocês.

Nobreza na Educação: caminhos virtuosos no (re)conhecimento da dignidade humana

HELENA MARUJO (*)

*– O que queres ser quando fores grande?
– Quero ser uma alma boa e um coração compassivo
e que acolhe. Quero ser fonte de vida para os outros e
para o planeta. Quero caminhar no bem e reconhecer
o belo. Quero ser feliz com a pessoa que sou e
uma ponte para a felicidade de outros. Quero saber
perdoar e rir intensamente. Faça o que fizer, quero ser
tremendamente humano.*

A educação contém em si a promessa de justiça e paridade, de alcance universal. Afirma a igualdade moral de todas as pessoas. É, em si mesma, nobre.

Deveria por isso ser redundante falar de educação virtuosa ou positiva. Mas a redundância ou pleonismo é apenas aparente. Algures no caminho a escola desnorteou-se, de tal maneira que é hoje uma urgência falar numa educação virtuosa, onde voltemos ao verdadeiro encontro com o outro e a sua alteridade – porque esse é o terreno último da virtude.

(*) Doutorada em Psicologia, na especialidade de Psicoterapia e Aconselhamento Educacional, pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Professora auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Professora Convidada na North-Western University da África do Sul e na St. Joseph University de Macau.

Neste tempo neoliberal em que se abraçam as virtudes do mercado, e somos testemunhas e culpados da exposição voluntária da pessoa à servidão ao seu *Eu* – que faz dos outros um prolongamento próprio¹ – precisamos de repensar a virtuosidade humana – essa mescla rica de qualidades positivas que estão por detrás da ação moral. Mais que nunca, essa presença precisa ser corajosa e fazer-se neste contexto sistémico tão omnipresente e saliente que são as escolas, e onde é muitas vezes mais fácil medicar crianças do que amá-las².

Revisitar os objetivos da educação

Por quê e para quê educar hoje?

A cultura ocidental vive muito enamorada da ideia de pessoa individual como origem da razão³. Isto implica ter a mente singular como elemento primário e fulcral, e as relações como secundárias. Educa-se para o próprio sucesso, para o exclusivo caminho. Educa-se para a não-relação. Enamoramo-nos também do sistema educativo como processo cartesiano. Separamos o aluno ignorante do professor conhecedor; dividimos as ciências para aprendermos de forma insulada os conteúdos; afastamo-nos da vida para a preparar para ela. Na escola, a filosofia não se liga com a matemática nem com a geografia, e estas não se relacionam com o inglês. O aluno da fila da frente não se deve relacionar

¹ Han, B. (2012). *A Agonia de Eros*. Lisboa: Relógio D'Água.

² Knoop, H. K. (2011). *Education in 2025: How Positive Psychology can Re-vitalize Education*. In: Donaldson, S., Csikszentmihalyi, M. & Nakamura, J. (eds), *Applied Positive Psychology: Improving Everyday Life, Schools, Work, Health, and Society*. New York: Routledge.

Lopez, S. J., & Calderon, V. (2011). The Gallup Student Poll: Measuring and promoting what is right with students. In S. I. Donaldson, M. Csikszentmihalyi, & J. Nakamura (Eds.), *Applied positive psychology: Improving everyday life, schools, work, health, and society* (pp. 117–134). New York, NY: Routledge.

Marujo, H. Á. (2011). Positive psychology, a science of strengths and virtues: beyond pathology and medication. *Revista de Psicologia da Criança e Adolescente*, 3 (8), pp.127-145.

Marujo, H. Á. (2012). A educação como caminho de felicidade: Práticas e teorias da ciência do bem-estar. *Cadernos de Educação de Infância*, 95, pp.57-68. Acedido em 23 de fevereiro de 2017 de <http://apei.pt/edicoes/cei/index.php?ide=1229&sort=2012>

Marujo, H. Á. (2016). Pensar Positivo: que possibilidades e desafios nos gera? *Jornal Médico de Família*, IV (3), 12-15. Retirado em 15 de Julho de 2016 de http://www.apmgf.pt/ficheiros/JMF_IV_3/index.html

³ Gergen, K. J. (2009). *Relational Being: Beyond Self and Community*. Oxford: Oxford University Press.

com o da fila seguinte. Com medo da anomia, a ressonância da educação deve ficar-se pela apatia que marca tantas almas boas dentro das escolas.

Deixámos de ver pessoas: temos escolas, culturas, docentes, discentes, funcionários... Nessa abstração, tão cara à ciência, desperdiçámos a unicidade de cada encontro – de criaturas, de ideias, de diferenças, de forças e fragilidades, de conhecimentos e experiências, de emoções e de sonhos – e as convergências que aí brotam e nos ajudam na construção do novo, e nos ajudam na travessia.

A escola é hoje a maior fábrica de futuros vazios, suspensos, indefinidos. Ao prepararmos os estudantes (ou alunos, palavra mais próxima da sua passividade) para pouco mais que o mundo do trabalho – veja-se o paradoxo de o fazer num tempo árido de empregos – exaurimos o sentido desta escola-produção.

É tempo por isso de a resgatar (de novo?) para outros propósitos mais altos e nobres, como o de educar em humanidade.

Perdemos – ou matámos – a beleza de ter como ponto de partida o lugar do “não saber”. Assim ficou moribunda a curiosidade, alicerce-mestre da aprendizagem e da vida, que nasce connosco para nos preservar.

A linguagem dos factos silenciou todas as outras linguagens. Entre as mais tristemente perdidas estão três essências soberanas: a escola como espaço em que se *afetiva*; a escola como espaço em que se *virtualiza*; e a escola como espaço em que se *felicita*. O compromisso afetivo-relacional, o palco de virtuosidades e a promoção da felicidade são três narrativas polarizadoras e polémicas na escola de hoje, mas em si mesmas merecem ter um regaço no novo paradigma escolar. Porque são talvez boas formas de mergulhar na interioridade profunda do ensino contemporâneo, e devolvem à educação formal o papel de salvar um mundo corrupto, desmoralizado e desesperançado, fez-nos sentido a criação destes neologismos, pois muito futuro se encerra uma palavra nova.

A escola que *afetiva*: olhar a educação pela esfera relacional

Continuamos a adotar, muitas vezes de forma acrítica, uma visão da educação como a emergência de uma inteligência interna individual, separada e repartida – e quanto mais individualizada melhor – negligenciando que o que se atinge, de aprendizagens, transformações pessoais, formas de entender a

vida e a viver, atinge-se em *conjunto*. O que acontece numa sala de aula, numa sala de reuniões... são processos de interdependência. Serão tantas vezes acontecimentos de micro-amor, essa arte singular da humanidade e condição de possibilidade infinita.

Ficou para trás o mito de que os alunos e professores bem-sucedidos conseguem o êxito pela virtude dos talentos individuais. As mentes sociais, e as formas sustentáveis de “ser-em-relação”, são a melhor configuração para a escola futurista. A participação da pessoa na consciência social e afetiva que a comporta requer linguagem, e práticas dialógicas, as mesmas que são geradas nas relações e nas comunidades que compomos. Quantas turmas são hoje, ainda, comunidades? Que emoções são permitidas – até desejadas e estimuladas – e que emoções são silenciadas? Com que profundidade e verdade nos entregamos nas aulas – não apenas às matérias pedagógicas, mas às outras pessoas e relações que com elas estabelecemos? Como é esperada a participação? Onde estão os sinais de vida dentro de uma sala? Quando ajudamos a passar do Ego ao Eco?

Creio que ninguém duvida que gostar de um professor ou professora assegura um bom passaporte para a motivação pelas matérias a aprender. É um exemplo de pedagogia relacional e afetiva em ação, que vai bem para além de uma educação centrada no currículo ou centrada no aluno. Uma orientação relacional convida ambas a estarem presentes. E ao trazer a relação, trazemos inevitavelmente a emoção. Com ela, emergimos na bênção e na ferida que encerram, essa dinâmica dança que nos lembra que não há relações verdadeiras e profundas sem essa dualidade – do bom e do mau⁴. Como dizia Fernando Savater há poucos dias (El País, 4 de março de 2017, sobre “Mundo Feliz”), no Editorial, não há amor sem espinha.

São emergentes as novas práticas que têm subjacente a ideia de educação e aprendizagem como uma criação comum. Que olham como o objetivo primeiro da educação aumentar o potencial de participação nos processos relacionais. De que me serve o conhecimento científico se for só meu e para meu uso estrito?

Num tempo do virtual, do tecnológico e do excesso informativo, seremos salvos se a sala de aulas for um terreno comum para tratar das preocupações do mundo, onde a humanidade, o otimismo face ao futuro e, portanto, a vida,

⁴ Bruni, L. (2010). *A ferida do outro*. Abridged: Cidade Nova.

entram⁵. A sala de aula deve trazer e dar voz a todas as redes que ultrapassam essa mesma sala. Quem participa, quando e como?

A educação deveria ser uma forma de empoderar o outro, e não de restringir a sua liberdade nem neutralizar a sua vontade. O poder docente não tem necessidade de assumir a forma de coerção. Quanto mais poderoso é o próprio poder, mais opera em segredo e em descrição⁶.

Por todo o lado gritam as necessidades de colaboração, coconstrução, coletividade, rede, coordenação de diferenças⁷. Atentemos ao que está a mudar no mundo das organizações laborais (não escolares) e perceberemos a busca de estruturas mais achatadas e menos hierarquizadas, de lideranças partilhadas, apreciativas e de especialistas em imprevisibilidade e caos, com aumento de equipas híbridas e com fertilização teórica cruzada para resolver problemas complexos, em direção a uma *Felicitas Publica*/Felicidade Pública⁸. E para motivar as pessoas. Pois. A motivação é uma palavra-chave no mundo educativo. E o que encerra? Emoção que dá impulso.

A excelência na educação – expressão tão em voga – deverá transformar-se em excelência nos afetos e nas relações – conosco mesmo; com os outros seres vivos; com o planeta.

Cabe por isso, neste *afetivar*, listar as características dos bens relacionais. Porque disso se trata quando entendemos a escola sobretudo como um espaço afetivo-relacional, onde estes Bens Relacionais⁹ são tapete da aprendizagem. E o que são estes bens? a) genuínos (não instrumentais); b) são personalizados (a identidade faz diferença); c) dependem da motivação (as razões por detrás de um encontro são essenciais para o valor e a existência dos bens relacionais); d) não podem ser desfrutados em solidão; e) não podem

⁵ Neto, L. M., Marujo, H. Á. & Perloiro, F. (1999). *Educar para o optimismo. Guia para pais e outros educadores*. Lisboa: Editorial Presença.

⁶ Han, B. (2012). *A Agonia de Eros*. Lisboa: Relógio D'Água.

⁷ Marujo, H. Á., & Neto, L. M. (2014). *Felicitas Publica* and community well-being: nourishing relational goods through dialogic conversations between deprived and privileged populations. *Journal of Psychology in Africa*, 24 (1), 102-114.

⁸ Marujo, H. Á., Neto, L.M., Caetano, A., e Rivero, C. (2007). Revolução positiva: Psicologia Positiva e práticas apreciativas em contextos organizacionais. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 13(1), 115-136.

⁹ Gui, B. (2005). *From Transactions to Encounters: The Joint Generation of Relational Goods and Conventional Values*. In *Economics and Social Interaction*, by B. Gui & R. Sugden (Eds.). Cambridge: Cambridge University Press.

Gui, B. & Stanca, L. (2010). Happiness and Relational Goods: Well-being and Interpersonal Relations in the Economic Sphere, *International Review of Economics*, 57, p. 106-107.

ser produzidos, consumidos ou adquiridos por uma única pessoa; e f) são o lado afetivo, expressivo, comunicativo, das relações interpessoais.

Dependem da relação recíproca com os outros e não existem em processos unilaterais – e falta tanta reciprocidade nas salas de aula atuais! – e são apreciados se forem partilhados.

Creio que são um pano de fundo incontornável para repensar hoje a educação escolar formal.

E é no seio destes bens essenciais que brota a virtude.

A escola que *virtualiza*: o retorno às virtudes

Não tem sido fácil estudar as virtudes fora de um contexto religioso. Este é um pântano complexo para a ciência, que sempre teve a ilusão de ser neutra. Sempre teve medo de se pegar nas virtudes. Veja-se o exemplo dos estudos da educação para a paz, que teve que crescer ao lado do sistema científico, ou de áreas como a gratidão ou o perdão, com tão pouco acolhimento da ciência.

Educar como seguir o voo, ajudar a levantar asas, a planar sozinho.

Mas é neste regresso ao tema da virtuosidade – não apenas das pessoas individuais, de novo, mas dos sistemas humanos – que também repensamos a escola.

Num mundo da hipervisibilidade, o que luz é a antivirtude. E como aquilo a que damos atenção – tal como aquilo que medimos – cresce, precisamos de voltar ao sossego contemplativo para repensar que virtudes estamos a fazer crescer ou a aniquilar no sistema de ensino. A escola não pode ser um offshore moral.

Os estudos da educação positiva – pese embora muitas resistências e inimigos – têm ganho valor de uma nova língua franca. Os estudos e associações internacionais nesta área têm sublinhado o valor de algumas virtudes e forças de carácter, ajudando a dar um quadro conceptual a uma área ainda nebulosa. Sabedoria, Amor e Coragem, Humanidade, Temperança, Justiça e Transcendência, desdobram-se em 24 forças de ação que tornam operacional este modelo. São apenas um guia, uma lanterna, mas ajudam-nos a reformular a aprendizagem estritamente cognitiva e a questionar que seres

humanos estamos a ajudar a edificar, e quais as qualidades positivas que estamos todos a coconstruir. Porque uma sociedade virtuosa se faz no nutrir coletivo – professores para alunos, alunos para professores, funcionários para alunos, alunos para alunos, etc. – destas qualidades de que nos orgulhamos enquanto humanos. Quando há virtude expressa há menos tédio, há menos cansaço, há mais esperança e vontade de ser bom e dar o melhor, o passo passa a ser de dança com a vida e uns com os outros – porque nos elevamos mutuamente.

De sublinhar que a esperança (ter metas e objetivos, ter motivação e acreditar que se tem capacidade para os atingir – the will – e saber construir os passos para lá chegar – the way), em si mesma tem sido uma virtude profundamente estudada na sua relação com a educação, e mostra uma relação intensa com o sucesso académico e com o bem-estar, bem como confirma a possibilidade de ser treinada e desenvolvida nas crianças desde tenra idade¹⁰. Uma escola baseada nos dons e nas forças virtuosas é uma escola que interliga felicidade e sucesso.

A escola que felicita: coconstruir condições de felicidade

Gosto de descrever o professor como um felicitador – aquele que cria condições de felicidade. Rui Grácio¹¹ definiu educação com base na raiz etimológica de três vocábulos: a) Emancipar (tirar a mão de cima); b) Promover (pôr em ação) e c) Provocar (estimular a ter voz). Todos parecem fazer sentido na escola-comunidade, na escola-colaboração, na escola com lideranças

¹⁰ Day, L., Hanson, K., Maltby, J., Proctor, C., & Wood, A. (2010). Hope uniquely predicts objective academic achievement above intelligence, personality, and previous academic achievement. *Journal of Research in Personality*, 44, 550-553.

Gallagher, M. W., & Lopez, S. J. (2008). *Hope, self-efficacy, and academic success in college students*. Poster presented at the annual convention of the American Psychological Association. Boston, MA.

Lopez, S. J., & Louis, M. C. (2009). The principles of strengths-based education. *Journal of College and Character*, 10, 1-8.

Marques, S. C., Lopez, S. J., & Pais-Ribeiro, J. L. (2011). "Building Hope for the Future" – A program to foster strengths in middle-school students. *Journal of Happiness Studies*, 12, 139-152.

Marques, S. C., Pais-Ribeiro, J. L., & Lopez, S. J. (2011). The role of positive psychology constructs in predicting mental health and academic achievement in children and adolescents: A two-year longitudinal study. *Journal of Happiness Studies*. doi:10.1007/s10902-010-9244-4.

¹¹ Grácio, R. (1966). *Rui Grácio: Uma Pedagogia da Emancipação*. Citado por Maria Ângela Montenegro Miguel Instituto de Inovação Educaional, 2001. Retirado em 14 de Fevereiro 2017 de http://centrorecursos.movimentoescolamoderna.pt/dt/1_1_2_pedag_aut_ref/112_10_ruigracio_pedagoemancipacao_mmiguel.pdf

partilhadas para aprender e ensinar. A elas juntava a capacidade de fazer feliz, no sentido da etimologia latina da palavra: *felicitas* significa fé, fertilidade, fecundidade, virtuosidade.

Aprender coisas novas, ter o prazer de se sentir competente, poder usar de autonomia na aprendizagem, não deveriam servir o propósito de nos fazer sentir emoções positivas e dar sentido ao que somos, percebendo-nos num projeto fértil maior que nós mesmos? As emoções, apesar e além da sua subjetividade, contam mesmo¹²!

A inquestionabilidade da felicidade está aí quando pensamos nesse sentido para a vida, ou quando perguntamos a um pai ou a uma mãe o que mais desejam para um filho ou filha. Junto com a saúde, vem invariavelmente a felicidade. Ou quando perguntamos a alguém que tem filhos o que hoje já o/a fez feliz, lá vêm as narrativas sobre os filhos – e os seus sorrisos, ou abraços, ou vitórias, ou palavras – a relembrar o que realmente importa.

Alguns modelos de felicidade, perspetivados na singularidade de cada um, defendem que precisamos de autoaceitação, autonomia, propósito, relações positivas, crescimento pessoal e domínio sobre o ambiente para termos bem-estar¹³. De que forma estaremos, então, a promover a felicidade na escola? Que autonomia têm os nossos alunos? Quão cuidadosos somos com a qualidade das relações interpessoais nas salas de aulas, nos recreios, nos refeitórios? Como ajudamos a construir um sentido de vida, desde tenra idade, levando os mais jovens a apropriarem-se de uma visão do mundo em que são seus atores e transformadores, para o bem comum? Como lhes espelhamos a sua identidade – através do que dizemos deles e de como os fazemos sentir consigo mesmos – por forma a que se apreciem e aceitem, individual e coletivamente? Como os fazemos sentir controlo sobre as suas existências, e escolher ações que lhes permitam alinhar as práticas com os seus valores? Não será que,

¹² Huebner, E. S. (2010). Feelings count: Conceptualizing and measuring students' happiness in schools. *Communiqué*, 39(4), 13.

¹³ Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069-1081. doi:10.1037/0022-3514.57.6.1069

Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727.

Ryff, C.D., y Singer, B. (1998). The contours of positive human health. *Psychological Inquiry*, 9, 1-28.

Ryff, C. D., & Singer, B. H. (2008). Know thyself and become what you are: A eudaimonic approach to psychological well-being. *Journal of Happiness Studies*, 9, 13-39. doi:10.1007/s10902-006-9019-0

por exemplo, a polimedicação de medicamentos psicotrópicos na infância e juventude – um dos mais graves problemas das sociedades desenvolvidas – transmite aos mais novos precisamente o contrário do que a felicidade precisa? Sentem-se sem controlo sobre a vida. São diagnosticados como tendo uma doença psicológica, que lhes muda a identidade para doentes e vulneráveis, lhes tira a autonomia – quantas crianças não querem tomar a medicação para a hiperatividade, por causa dos efeitos secundários que sentem, mas são obrigadas pelos adultos? –, lhes limita o sentido de domínio sobre o meio – precisam de um medicamento para gerir o seu próprio comportamento... –, interfere com o seu desenvolvimento pessoal – mumifica-os emocionalmente, distancia-os da realidade – e com o propósito dos seus dias.

A teoria da autodeterminação de Ryan e Deci¹⁴, que também tem servido para fundamentar a visão científica sobre a felicidade e a motivação, diz-nos que as três grandes necessidades psicológicas dos seres humanos são: a) sentir-se competente; b) ter autonomia; e c) estar em relação com outros. E aqui estamos de novo, em clara circularidade, a voltar às relações. Quando numa escola a preocupação dos seus elementos é a sobrevivência – seja a económica, da parte dos adultos, seja a física ou emocional das crianças e jovens, por exemplo perante o *bullying* – a atenção está dispersa do essencial e a felicidade dificilmente é possível. E o pensamento crítico, colaborativo, criativo focado no cuidar, também.

Essa fragmentação vem ainda por outra via, limitando as hipóteses de felicidade: pelo peso dado aos resultados.

Há modelos teóricos sobre a felicidade que defendem também a relevância do sucesso no atingir das metas de vida para se florescer como pessoa¹⁵. A questão que se coloca é quando o sucesso, o resultado, a nota, o produto final, se transforma no único e mais importante instrumento de valoração da pessoa. Teve boa nota? É *bom* aluno. E será *boa* pessoa?

O resultado, esse resultado, qualifica toda a identidade, deixando de ser apenas, como deveria, um seu efeito e não o seu centro. Deixámos que o

¹⁴ Ryan, R. M., and Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual Review of Psychology*, 52, 141–166. doi:10.1146/annurev.psych.52.1.141

¹⁵ Seligman, M. E. P. (2011). *Flourish: A Visionary New Understanding of Happiness. and Well-being*. New York: Free Press.

produto final mercantilizasse todo o ensino. Quantos pais perguntam aos filhos como, onde e com quem foram felizes na escola durante o dia? Ou o que aprenderam de mais relevante, fascinante, divertido, útil? Quantos não reduzem a conversa ao resultado final (“Vais ter teste? Já estudaste? Que nota tiveste?”), perdendo a grandeza do processo? Quantos professores não fazem o mesmo todos os dias nas escolas? O convite – ou pressão – para o estudo reduz-se à previsão da nota, raramente à beleza, relevância, utilidade, interesse, fascínio, do que é aprendido. Como se motiva assim, ou como nos automotivamos desta forma?

A sobreprodução, o sobrerendimento e a sobrecomunicação estão a pôr-nos imunes ao melhor da vida e a fazer-nos obesos de infelicidades.

No vértice da educação: o sentido

Há fundamentalmente 3 fontes de sentido nos quais as pessoas se apoiam para construir uma vida pessoal e profissional com propósito:

1. Relações emocionalmente intensas com os outros (relações de amor/ressonância/vinculação/pertença/partilha/segurança);
2. Atividades profissionais, escolares e de lazer; e
3. Convicções associadas a sistemas de ideias (valores, sentido de coerência).¹⁶

A doença paradigmática da escola da nossa época é falhar a construção deste sentido. Mais que uma visão sobre a vida profissional que um dia os nossos alunos terão – nem conseguimos imaginar quais serão as profissões do futuro – precisamos de alicerçar a escola numa mundivisão aberta de gentes comprometidas com os outros e com um propósito. A espiritualidade entra por isso nesta equação, trazendo a fé, a religiosidade, a fraternidade e outras transcendências para a ordem do dia, ajudando assim cada um a descobrir o seu lugar de serviço no mundo. O sentido da vida, num momento pandémico

¹⁶ Fredrickson, B. (2009). *Positivity: Groundbreaking Research Reveals How to Embrace the Hidden Strength of Positive Emotions, Overcome Negativity, and Thrive*. New York: Crown Books.

Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2013). Attachment orientations and meaning in life. In J. Hicks & C. Routledge (Eds.), *The experience of meaning in life: Classical perspectives, emerging themes, and controversies*. New York: Springer.

de depressão psicológica, não se trata de uma vaga reivindicação, mas de uma urgência social.

Por isso a escola é hoje convocada a rever-se, metamorfosear-se, regenerar-se. Para que as pessoas, cada pessoa, se torne no melhor que deve e pode ser; para que o mundo ganhe asas de esperança e utopia. Para que seja uma verdadeira oficina de humanidade.

“Estudar não é consumir ideias, mas criá-las e recriá-las”

Paulo Freire

Viver o teu tempo de morrer: uma responsabilidade e um privilégio humano!¹

FILIPPE ALMEIDA (*)

A morte sempre desafiou o homem: provocou os filósofos, estimulou sociólogos, arrebatou os teólogos, inspirou os poetas, selou amores impossíveis, derrotou sonhos, aniquilou projetos, construiu medos, consagrou os heróis, angustiou as sociedades, atormentou médicos. A todos se impôs como incontornável. Ao velho como ao novo, a *morte* impõe-se como certa. Para alguns, poucos, desejada como próxima, para outros, a maioria, desejada distante, muito distante. Mas, a todos, sem exceção, chegará.

Num universo que conheceu o seu Big Bang há cerca de 15 mil milhões de anos, a morte continua a ser, porventura, o único absoluto. E neste universo, o homem, que parece ter emergido há 5 milhões de anos, é o único ser vivo que tem consciência da sua finitude e, por isso, da inevitabilidade da morte. Morrer não é um direito, mas uma necessidade. E é esta consciência que marca indelevelmente a trincheira entre o homem e o animal. O homem que gasta tempo com os seus mortos e o animal que, a contrário, não tem necessidade de olhar os seus mortos.

Mas, não é uma morte em abstrato, enquanto degradação biológica que irrompe do cumprimento de um programa genético, que aqui queremos

¹ Texto incluindo fragmentos já publicados em anteriores artigos.

(*) Médico pediatra e diretor do Departamento de Educação e Simulação Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Assistente Hospitalar de Pediatria no Centro Hospitalar de São João e especialista em Pediatria e em Cuidados Intensivos Pediátricos pela Ordem dos Médicos. Foi escolhido, em 2015, pelo Papa Francisco para integrar a Academia Pontifícia para a Vida (APV) na qualidade de consultor.

Viver o teu tempo de morrer: uma responsabilidade e um privilégio...

trazer à colação. De facto, a morte, enquanto realidade concreta, não existe. Existe o corpo que morre. Existo eu e existes tu que havemos de morrer. E é exatamente desta consciência da minha própria morte e da tua morte, de ti com quem partilho a amizade dos dias, que se solta a angústia e a incerteza. Para Lévinas, “a morte é o mais desconhecido de todos os desconhecidos. Ela é mesmo desconhecida de modo totalmente diferente de todo o desconhecido”. Perante o enigma que a morte encerra, a fragilidade do homem acrescenta-se e ergue-se a interrogação fundamental sobre o sentido da sua existência.

Paradoxalmente, apesar deste determinismo biológico de uma morte que se exhibe como a certeza mais certa da economia humana, sempre nos consideramos imortais, não surpreendendo pois o adiamento sistemático do estudo e da reflexão que lhe há de ser alocada. Pela angústia que prevemos para a sua experiência, pelo desconforto que se vive nos meandros desta reflexão, pela imortalidade que sempre nos vamos atribuindo, permitimo-nos quotidianamente deixar surpreender pela ocorrência da morte, pela sua efetiva proximidade quando uma doença fatal a ela nos amarra definitivamente.

Não é fácil este diálogo com a morte do outro. Dificuldade naturalmente acrescida pela “dificuldade” que tenho em dialogar com a minha própria morte. Sendo um tempo “irrenunciável” de finitude humana, ela não é o nada. Ela é ainda um tempo de finalidade, de absoluta totalidade.

Colocarmo-nos no patamar do nada é quase uma impossibilidade só ultrapassada na demanda de um discurso filosófico. Mas, nas leiras que quotidianamente trabalhamos, talvez consigamos compreender que a morte não é necessariamente a experiência do nada.

Por tal, é necessário não só morrer, mas morrer bem!

E, neste preenchimento transbordante de cada história individual que com a sua própria morte ganha solidez, impõe-se um exercício especialíssimo de uma medicina que há de entender não apenas as ferramentas de que dispõe, mas o sentido e a finalidade da sua ação. Dedicada ao ser humano, a medicina reconhece-lhe, na sua dignidade intrínseca, uma capacidade reflexiva, uma aptidão para escolher livremente, uma competência para *dar* e para *receber* amor. Sim, para dar e para receber amor.

Cada ser humano, ao longo da sua vida, é um ser em relação, dependente de outros seres humanos da comunidade a que pertence. Dependência que se

agiganta quando a morte se avizinha e nos limita as capacidades individuais. Mesmo que algumas capacidades possam estar transitória ou definitivamente diminuídas, a dignidade intrínseca que nos constitui não se abate. Qualquer indivíduo que esteja mais vulnerável por doença, incapacidade ou idade, fica afetado nas suas funções cognitivas mas é ainda membro da comunidade humana da qual fica mais dependente. Mas, dependência não reduz dignidade, apenas acrescenta exigência ao respeito que lhe é devido. Não se perde dignidade quando se perde vitalidade. Face a “mais vulnerabilidade” teremos de saber responder com a mais elevada expressão de solidariedade.

Pautado por uma postura de cuidar, o médico vê no doente agonizante excelente oportunidade para concretizar esta missão de servir. Marcado por uma experiência limite de fragilidade e de vulnerabilidade, o doente moribundo clama por um acompanhamento singular: o que lhe assegura o respeito pela sua dignidade, sem lhe apressar nem atrasar o passo desta caminhada que antevê como próximo o fim. *E este acompanhamento singular é-lhe absolutamente devido.* Assistir o doente no seu tempo de morrer, intensamente vivido no caleidoscópio da dor e do sofrimento, do ser e do tempo, da angústia e do medo, do enigma e da incerteza, é obrigação médica indeclinável, tarefa de elevada nobreza ainda que carente de reconhecida mediatização!

Impreparados que estão, curricularmente, para acompanhar os doentes que avançam rapidamente para a sua morte, os profissionais de saúde devem assumir como responsabilidade pessoal a sua preparação para esta tão nobre tarefa.

E a primeira noção que se lhes pede é a consciência de que a morte que se nos impõe não é a derrota profissional, não é a página para esconder, não é o tempo do nada. O tempo de morrer é, porventura, o tempo mais intimista da vida, o tempo mais exigente de quem o experimenta e, por tal, o tempo mais exigente de quantos têm o privilégio de o partilhar. Repito, naturalmente, o privilégio de o partilhar! É o tempo que reclama dos profissionais de saúde um “olhar” singular, capaz de reconhecer no “cuidar” o sinal mais forte de uma medicina verdadeiramente especial: repetindo João Lobo Antunes, a “medicina da última verdade, do conforto do espírito, do alívio prudente do sofrimento... da preservação tenaz da dignidade”. Portanto, uma valência de vitória, não de derrota; não uma valência destinada a apoiar aqueles a quem a medicina já nada tem para oferecer, mas uma

Viver o teu tempo de morrer: uma responsabilidade e um privilégio...

valência talhada para apoiar aqueles a quem a medicina tanto ainda tem para oferecer!

Estamos imersos nesta, não nova, mas vetusta especialidade médica, agora batizada de “Medicina de Acompanhamento” ou de “Cuidados Paliativos”. E os profissionais de saúde têm aqui uma excelente oportunidade de concretizar a mais nobre das suas missões: estar, estar com, tornar-se presente, assim disponível para. Nos cuidados paliativos concretiza-se, porque se entende claramente, a capital importância da Presença, da Presença da Pessoa do profissional de saúde junto do doente.

O doente dos cuidados paliativos, sabemos-lo bem, não é o velho, é a pessoa que tem uma doença grave, incurável, evolutiva e em avançado estado de evolução! O que é radicalmente distinto do doente que não tem solução. O doente necessitado de cuidados paliativos é, sim, o que não tem solução terapêutica curativa da sua patologia fatal. Mas o doente a quem os cuidados paliativos se dirigem tem uma fortíssima necessidade de uma terapêutica vigorosa, tão intensiva como intensivas são as técnicas indispensáveis aos doentes agudos dos cuidados intensivos. Apenas o sentido desta intensidade terapêutica é outro: ele visa o mais completo bem-estar do doente, o conforto, um eficaz tratamento da dor, um enérgico acompanhamento pessoal e personalizado, consubstanciado numa forte proximidade familiar, não computadorizado portanto, uma atenção desmesurada ao seu sofrimento; ele visa tornar real um relacionamento verdadeiramente humano que faça privilegiar a minha presença em detrimento da técnica que, sendo indispensável, ficará seguramente num patamar de segunda ordem. Faz d’“ele” (doente!) uma verdadeira prioridade relativamente ao “eu” (profissional). Reclama para a humanização dos cuidados o sentido mais forte do meu mister.

É o sentido ético desta intensidade terapêutica exigível neste patamar da assistência médica que nos remete facilmente à prioridade do “cuidar” devidamente integrado no plano terapêutico, à atenção ao modelo “virtuoso” para o meu agir e ao sentido da beneficência como resposta maior à vulnerabilidade que nos é proposto por uma bioética de matriz europeia.

O modelo centrado no “cuidar” apela mais facilmente aos valores dos doentes, eivando a relação “profissional de saúde – doente” de uma intencionalidade personalista que desaguará, certamente, numa superação efetiva de um redutor tecnicismo.

E ser “virtuoso” no meu agir coloca-me na esteira de uma permanente procura individual de fazer o bem, centrando claramente a relação ética nos seus agentes, pedindo não só ao profissional de saúde que seja bom (um bom médico, um bom enfermeiro!), como solicitando ao doente que seja igualmente bom (um bom doente!).

E numa ética que se quer humana e humanizadora, o respeito pela dignidade do ser humano é *mais exigente* que aquele que é devido à sua autonomia, antecedendo-o claramente. Este respeito refere-se não só ao valor intrínseco de cada indivíduo como ao valor intersubjetivo de cada ser humano no seu encontro com o outro. E alerta-nos para a imprescindível atenção à vulnerabilidade. Reclamando particular dedicação para com os mais vulneráveis, este exercício atento à compaixão deixa ainda bem claro não pretender procurar a perfeição nem a imortalidade da vida, antes reconhecer a finitude e o sofrimento como inerentes ao ser humano.

Não vejo modelos de reflexão mais oportunos para os desafios éticos suscitados pela temática que aqui nos detém. Porque “Cuidar” é exatamente a tónica central nesta intenção assistencial.

E qual é o perfil desta assistência médica do moribundo? *O que se confina ao exercício das boas práticas médicas, pautado não pelos mínimos éticos a que a lei nos obriga, mas pelos máximos éticos para que somos convidados.* Por inspiração ética, o que persegue o bem do doente, que lhe assegura o respeito pelo que é, não pelo que já não é.

O doente que respira o seu tempo de morrer tem pois direito a uma assistência específica, ativa.

1. Que respeite esta sua condição de caminheiro inexorável de uma morte próxima;
2. Que avalie e que responda corretamente, portanto de forma adequada e eficaz, às suas necessidades, de natureza física, mas também de índole afetiva, familiar, social e espiritual;
3. Que assegure espaço de privacidade para a vivência intimista da finalização da sua vida;
4. Que abra portas ao silêncio, lugar de íntima e poderosa comunicação, no caminhar sereno ou tumultuoso para a morte;
5. Que mate as dores físicas, com terapêuticas eficazes;

6. Que crie vias terapêuticas efetivas de aproximação ao sofrimento;
7. Que recuse o abandono humano e institucional a que tantas vezes são sujeitos, possibilitando-lhe morrer junto da sua família e/ou dos amigos, no ambiente hospitalar ou no seu domicílio, com dignidade e não subjugado a uma tecnologia cega e feroz, cumprindo interesses comerciais ou quejando;
8. Que garanta as boas práticas médicas, nomeadamente a dispensa de água, glicose e analgesia, como o respeito pelas suas decisões;
9. *Que recuse as más práticas médicas*, nomeadamente:
 - a privação de uma medicina paliativa, tantas vezes exclusivamente solicitada para doentes oncológicos;
 - o abandono do doente no processo de tomada das decisões, em nome de uma feroz independência e distanciamento que desagua numa autonomia de recorte ético duvidoso;
 - a instrumentalização do relacionamento profissional de saúde-doente terminal, regulado maximamente por desígnios economicistas.
10. Que franqueie as portas da instituição à ressocialização da morte;
11. Que conceda o direito a morrer em paz.

Caros colegas, medicalizar a morte é compreensível no contexto da medicalização da vida. Porque tratamos apenas os vivos, é neste patamar que conseguiremos intervir ambicionando afastar a necessidade dos pedidos de eutanásia.

Apesar da doçura que o seu étimo grego *euthanasia* reclama para a morte temos universalmente presente a noção de que eutanásia significa a morte voluntária realizada a pedido, com intervenção ativa, determinada e deliberada de uma pessoa sobre outra que a solicitou.

“Matem-me, por favor”, “desejo morrer”, “acabem com a minha vida, não aguento mais”, “ponham fim a este sofrimento insuportável” são um grito que se ouve a quem está doente, gravemente doente, e que, por tal, não infreqüentemente suscita inusitada compaixão a quem os ouve.

E a primeira questão que se levanta à minha reflexão é esta: O que é que alimenta a eutanásia: a sedução da morte ou a amargura da vida? A amargura vivida ou mesmo a amargura esperada?

Alguns estudos apontam não só para a experimentação real como para os receios fundados da dor insuportável na fase final da vida, como para a apreensão sobre uma hipotética perda de autonomia ou de controlo das suas funções corporais. Serão estes, medos reais ou sustentados primariamente na insegurança que relevam perante a probabilidade de, nas condições atrás referidas, não serem devidamente atendidos, devidamente acompanhados.

Grande parte dos doentes que reclamam a eutanásia fazem-no já na lonjura de um percurso de doença grave, crónica, mostrada incurável, irreversível portanto. Na distância de um trajeto fraturante da vida nas suas vertentes física, psíquica, familiar, social, espiritual.

E vale a pena determo-nos um pouco nesta dimensão do acompanhamento do doente com doença crónica, grave, incurável, mais ou menos próximo da sua morte. Doentes frequentemente portadores de patologias complexas, desfigurantes ou incapacitantes da sua atividade física ou consciência. Doentes que sentem a dor física mas também, não menos intensa nem frequentemente, o sofrimento, a dor psíquica, quantas vezes a dor social ou familiar.

Para a primeira, a dor física, dispõem os médicos, hoje, de poderosos meios farmacológicos e/ou tecnológicos, capazes de aniquilar eficazmente este sinal de alarme, que nos interessa e é útil até à sua consciencialização, absolutamente inútil depois de soado o alarme. E é inaceitável que, hoje, possa não ser ofertado aos doentes o melhor esquema analgésico para silenciar eficazmente este radar biológico. A dor ativa reduz a nossa vitalidade, a ação da nossa consciência, a nossa capacidade de decisão, fragiliza o nosso poder de iniciativa, vulnerabiliza a nossa resiliência, subjuga a nossa liberdade. Na mira da oportunidade de realização do ser humano, é portanto abjeta a experiência permanente da dor.

Para tratar do sofrimento, expressão radical da vulnerabilidade, dispõem os profissionais de saúde de um outro sentido terapêutico: o trilho da humanização.

Trilho que clama por uma proximidade humana que se objetiva no cruzamento do olhar, na partilha de um especial tempo de viver, que culmina na autenticidade de um “encontro”. Trilho de humanização que, por tal, pede que seja percorrido por ambos os atores.

Viver o teu tempo de morrer: uma responsabilidade e um privilégio...

Mas um trilho que quer, ainda, ser oportunidade para um percurso de espiritualidade, reclamando para tal a abertura do profissional de saúde para esta dimensão profunda do seu doente que lhe permitirá sentir-se não apenas “algo” mas “Alguém”.

Um trilho que cumpra, também, as necessidades nutritivas de uma presença familiar não controlada por uma cronometria dos tempos de visita mas incentivada por um reconhecimento pelos profissionais de saúde da sua *valia terapêutica*; de uma presença familiar que saiba reconhecer no seu doente, o seu valor como pessoa que é mas também enquanto membro de uma casa que o não dispensa, fazendo-lhe sentir-lhe: “é bom que tu existas!”

Não implementar estratégias terapêuticas que respondam adequadamente à provocação da dor, ao repto do sofrimento, à emergência da espiritualidade, à imerecida dessocialização, é seguramente condenar os nossos doentes graves à experiência do vazio, à partilha do nada, à consciência da preterição, à angústia do desamor, ao desespero de uma vida que não tem mais forças para, sozinha, assim abandonada, encontrar o seu sentido...

Se não nos libertarem da dor física, se nos impuserem um sofrimento enquistado, se nos matarem socialmente, se nos fizerem morrer afetivamente, como poderemos aguentar viver? Não parece ser difícil desejar, assim, não viver. E não será o encantamento da morte que me pode incentivar a desejá-la, mas o horror de uma vida dolorosa a tentação para ensaiar uma fuga. Fuga que, tantas vezes, encontrará na procura *da morte da vida* a única possibilidade de *matar “esta” vida*. Sim, o doente quererá apenas matar “esta” vida insuportável.

E não me surpreende em absoluto que alguém, assim transformado em algo, admita querer desistir.

Surpreende-me, sim, é que eu, profissional de saúde, concidadão, não seja capaz de entender este mecanismo eutanasiante do qual sou, pelo erro do meu agir, não pequeno responsável. Responsável por uma decisão indigna, porque injusta e inumana.

Se Hipócrates valoriza o primado do “non nocere”, a ética inspira-me consistentemente à prática da beneficência. Devo então agir facilitando a realização do “bem” do meu doente, do meu familiar, do meu amigo, na

descoberta de uma alteridade que dele me não distancia, pelo contrário, me aproxima, recusando fazê-lo *solitário*, dele me tornando *solidário*.

A minha atenção ao ser “dolente” que tenho em mãos, nos diversos patamares biológico, afetivo, psicológico, sociofamiliar e espiritual, criando veredas de ternura, rasgando espaços de presença, franqueando as portas da amizade, cavará trincheiras profiláticas do desencanto, matará o *desejo de morrer* e será oportunidade, quem sabe, para nascer a *aceitação do morrer*, quando a morte se perfila já aos nossos olhos. Desejar morrer é recusar viver, é negar a vida. Aceitar morrer, na vivência deste tempo, é desejar viver, é aceitar a vida.

Não tenho dúvidas: é na reflexão sobre a vida e sobre os nossos comportamentos que a problemática da reflexão sobre a eutanásia urge ser colocada.

A segunda questão que emerge nesta abordagem temática prende-se com a autonomia individual e o seu exercício.

Sou livre para decidir sobre o meu modo de viver, sou livre para decidir sobre o meu modo de morrer. Nas sociedades tecnocráticas, a morte natural é, talvez, indecorosa, ditatorial porque se impõe à revelia da minha autonomia. A morte a pedido surge, assim, como a afirmação da autonomia.

Esta é a leitura epidérmica, legalista, de uma autonomia que se impôs literalmente ao paternalismo de antanho.

A ética hodierna questiona o exercício libertário da autonomia, referindo-o antes, de forma exigente, à oportunidade que tenho para o desenvolvimento harmonioso da minha pessoa, isto é, à oportunidade que me é conferida para me decidir na procura do meu bem, do meu ser feliz e da possibilidade de o ser com os outros. A premissa afirmativa do *quero* deverá enfrentar, sempre, a interrogação *posso? devo?*

Questiono, naturalmente, o rigor ético de um exercício de autonomia que, visando a própria vida – suporte “*sine qua non*” para o exercício deste princípio nuclear de Beauchamp e Childress – aniquila de forma irreparável este “absoluto direito”.

Particularmente quando sabemos que as condições de decisão estão, modo geral, condicionadas pela tensão humana do desencanto com a vida. A depressão é patologia não rara em quem se desgastou intensamente

Viver o teu tempo de morrer: uma responsabilidade e um privilégio...

no consumo da própria doença. E, nestas circunstâncias, o estreitamento da consciência inerente, a carga emocionalmente negativa que tonaliza o quotidiano do doente, retiram a liberdade exigível à licitude de uma decisão ética. Estados anímicos de transitoriedade são vividos como realidade. Quantas vezes ouvimos ao doente: “sou o farrapo que estou!”, transpondo para o seu “ser” o que não ultrapassou a importância temporal de um “estar”.

Mais difícil é a aceitação desta autonomia, quando visa fragilizar, condicionar em absoluto um bem particularmente superior: a minha Vida. Para uns, inviolável. Para os cristãos, sagrada. Para outros, um bem indisponível!

Não sou proprietário da minha vida. Acolho a vida que há em mim, dela sou fiel e atento depositário. Mais que um seu administrador ou gestor, da Vida sou, essencialmente, O seu cuidador.

Pelo que as minhas decisões que sobre ela impendem devem respeitar a sua superior dignidade, suporte da minha própria dignidade.

Bem complexa ainda é a repercussão prática de uma decisão no sentido da eutanásia: quem tem de a cumprir? os concidadãos? os profissionais de saúde? qual o espaço para a liberdade de consciência individual? e o exercício da sua própria autonomia, concatenada que está aos valores individuais e profissionais?

Não quero, não posso, não devo ser o abafador que Torga nos dá a conhecer nos seus Contos da Montanha. Sequer na intenção, quanto mais na tentativa de concretização deste ofício!

Estamos situados num quiasma ético, numa real tensão humana. A eutanásia, despoletada pelo caos da doença, frutifica numa tríade desordenada: a subalternização do valor da dignidade humana, o incumprimento da beneficência que me está cometida, o exercício de uma autonomia desajustada.

Respeitada a dignidade e a integridade humanas, cumprida a beneficência, atenta a virtude, acautelada a vulnerabilidade, a autonomia ordenar-se-á, então, facilmente, na pegada do “bem” não do “bom”.

E esta dinâmica é passível de acontecer no exercício de uma medicina especialíssima que é a medicina de acompanhamento.

Não a que me coloca no lugar do doente, descentrando-o de si e remetendo-o para um terceiro plano, mas colocando-me na sua companhia, a seu lado, partilhando tempos, espaços, afetos, viver.

Um exercício intensivo de uma medicina que busca não a intensidade tecnológica mas a intensidade de uma relação humana preñhe de dignidade.

Um exercício de uma medicina que permita ao *velho homem doente* **sem sentido** descobrir-se como *novo homem doente*, **capaz de descobrir o sentido para a sua vida**.

Um exercício de uma medicina com capacidade para escutar e fazer a aproximação ao doente com compaixão.

Um exercício de uma medicina que se não envergonha de falar do amor nem da morte como um tempo da vida.

Um exercício de uma medicina capaz de respeitar os sentidos da horizontalidade e da verticalidade da vida humana, vendo na sua síntese a única possibilidade de realização da pessoa.

Vou terminar.

Os médicos e quantos agem nos terrenos paradoxalmente áridos e fecundantes da saúde e da doença, têm de ser profissionais e pessoas de exceção.

Científica, técnica e humanamente muito bem preparados, habilitados a dar resposta aos desafios do Homem doente.

Sabendo o que é viver na sua complexidade biológica, perscrutar a vida no seu mais denso mistério.

Têm de saber o que é a alegria e o que é o sofrimento, mas têm de saber algo sobre o que todos nada sabem: têm de saber o que é morrer.

Têm de saber desbravar, na profundidade do ser humano que são, o pulsar de uma espiritualidade imanente, motor de vida, inspiração de sentido, condição de sobrevivência no patamar da autenticidade.

E esta tarefa não é fácil. Se os livros científicos nos evidenciam de forma extasiante a construção biológica do ser humano a partir desse Big Bang milenar, pouco ou nada nos dizem sobre o viver e sobre a construção e a partilha do amor.

Viver o teu tempo de morrer: uma responsabilidade e um privilégio...

Em cada doente vencido pela sua doença mortal está uma pessoa invencível na esteira da sua cultura, da sua história, das suas emoções, dos seus afetos, da sua memória, da sua espiritualidade. E é a esta pessoa, que assim se não verga pela mortífera doença, que nos obrigamos a disponibilizar uma belíssima medicina de acompanhamento, de conforto, de aniquilação da dor mas de palição do sofrimento, perante o desapegar do corpo que lentamente se impõe.

É minha tarefa ajudar o meu doente, “*usque ad occasum*”, a fazer do seu tempo de morrer e da sua morte um registo biográfico pessoal não envergonhado, mas de grande luminosidade.

O respeito pela dignidade do corpo e a(s) questão(ões) do aborto

BERTA CATALÃO (*)

Sou médica de família, casada e mãe de 3 filhos, cidadã deste mundo belo e complexo. Recebi o desafio para falar sobre o respeito pela dignidade da vida, sobre a problemática do aborto. Em relação a este tema não poderei deixar de pensar nas imagens e vídeos lindíssimos que a ciência nos pode mostrar sobre o crescimento fetal intrauterino. As ecografias e outros meios de imagem diagnóstica vieram trazer claro que desde muito precocemente o feto tem forma humana, tem o seu coração a funcionar pelas 6 semanas de gestação, mexe as mãos pelas 11 semanas. Como diz Jérôme Lejeune: “O pequeno filho do homem é um homem em pequeno”. Desde a concepção até ao parto a viagem é complexa e magnificamente bela. Duas células unem-se, uma feminina e outra masculina, o óvulo e o espermatozoide respetivamente e o caminho começa até ao nascimento. Este percurso até ao nascimento poderá ser interrompido espontaneamente ou de forma voluntária e consciente, o mesmo que chamar-lhe Aborto. A ciência não deixa dúvida que desde a fecundação o património genético é único e irrepetível. Se o ser humano não começa na fecundação, então não começa nunca, pois de onde lhe viria nova informação genética?

«Ninguém deseja o aborto, mas há alguns casos em que a Igreja «tem» de permitir!» isto poderia ser um adolescente a falar. **«Será que não vê o sofrimento das pessoas?»**; **«Como é que pode continuar «agarrada» a umas leis e a umas regras e não cresce e evolui?»**. Eles tocam no

(*) Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, com especialidade de Medicina Geral e Familiar. Trabalha na USF 7 Fontes, em Braga, desde 2014 e é membro do Núcleo de Braga da Associação Nacional das USF (USFAN).

problema. O «nosso» problema! O problema da sociedade não é o aborto, ou a eutanásia, ou o divórcio... É o sofrimento. O homem e a mulher atuais não sabem lidar com o sofrimento. Não lhe encontram qualquer sentido. E quando ele vem, procuram a toda a força apagá-lo, quanto antes. A qualquer preço. Isto é natural, desde sempre. Desde o pecado original. Mas atualmente é mais forte. Porque a sociedade trocou Deus pela ciência. Espera que a ciência (e a medicina em concreto) lhe dê a felicidade. Não dizemos todos «o que é preciso é que haja saúde?».

Nós, como cristãos, sabemos que a ciência é boa, que o progresso científico e médico é fantástico. Que devemos cuidar da saúde (essa é a minha vocação: curar as pessoas, aliviar-lhes as dores). Mas não basta e é limitado. Uma pessoa sã não é necessariamente uma pessoa feliz.

O Papa Francisco citou o exemplo de uma mulher, muito bonita, que contava – como se fosse natural – que fez um aborto para preservar a beleza. “Estes são os ídolos que o levam para o caminho errado e não levam a lugar nenhum.”

Na minha consulta não é raro mulheres, novas e menos novas apresentarem-me as suas dúvidas e angústias em relação a gravidezes não desejadas. O problema é transversal a pobres e ricos, inteligentes ou menos inteligentes, trabalhadores ou desempregados. Quase todos os meses há uma mulher que me fala deste assunto. A maioria repensa e leva a gravidez a bom porto mas a outra minoria cede a pressões sociais, medos, dificuldades económicas, e por vezes apenas a um egoísmo disfarçado de “maternidade responsável”. Se são adolescentes há aqui um raciocínio imediato: gravidez adolescente equivale a acabar com todos os planos dessa miúda (sonhos, aspirações, diversão, etc.), o mesmo que infelicidade (pensam). E, instantaneamente, pensamos: *quem sou eu para «impor» a essa rapariga que seja infeliz para toda a sua vida* (quando há alternativas como o aborto).

Como explicar esta questão a um jovem? Primeiro, não está provado que essa infelicidade seja mesmo o resultado de levar a gravidez para a frente. Sobretudo, se toda a família se empenha. Família, amigos, escola, etc. Se todos nos empenhamos. Segundo, o aborto não é alternativa válida. É brincar ao «faz de conta». «Faz de conta que não engravidaste». «Faz de conta de que não aconteceu nada». A mentira não cura, pode adormecer, pode enganar, mas mais tarde ou mais cedo, vem ao de cima. Provocar um aborto deixa uma

marca profunda para a vida. Conheço algumas mulheres que o fizeram e se arrependeram e são hoje testemunhos positivos de que de facto o aborto nunca é alternativa. «A verdade vos fará livres» diz João 8, 32.

No livro («Eu abortei») há vários exemplos de pessoas que escolheram a via do aborto para resolver o seu problema. António refere que aquilo que o levou a aceitar a opção da namorada de abortar e não lhe pedir o contrário (e sabia que, se o fizesse, ela iria reconsiderar) foi uma frase que a mãe lhe repetira muitas vezes: «*se alguma vez engravidas uma rapariga, dá-me o maior desgosto da minha vida*». Foi determinante para uma ação que o irá acompanhar para sempre, um grito na sua consciência constante «Assassino», uma dor... Vai encontrar o perdão de Deus ao falar com um sacerdote e o seu olhar misericordioso. E, sobretudo, irá dizer várias vezes no seu testemunho: «*sabíamos (depois de termos feito o aborto) que poderíamos ter feito outra coisa, que havia outras opções*».

Há muitos casos de vida que nos surpreendem, que nos fazem pensar e, sobretudo, que nos fazem perceber que «há outras opções», que o aborto não é a única escolha. Opções libertadoras, embora envolvam sofrimento. Porque são opções verdadeiras, que respeitam a verdade objetiva das coisas.

Em relação ao aborto quais as dúvidas dos nossos educandos, dos nossos filhos? Dedicámo-lhes tempo para perceber verdadeiramente as suas inquietações? Onde vão eles encontrar informação nesta sociedade global? O que lhes queremos transmitir? Pais, professores, médicos, temos uma responsabilidade grande nesta matéria! Urge anteciparmos o tema e educar o coração dos jovens desde muito cedo.

Relembro o projeto “PROTEGE o TEU CORAÇÃO” (PTC), que tem como principal tarefa educar um carácter forte para viver uma sexualidade inteligente. Desde janeiro de 2009 a Associação Família e Sociedade representa em Portugal o programa PTC – *Protege tu Corazón*, programa de educação da sexualidade, baseado na formação do carácter. Programa Pioneiro em educação do carácter e sexualidade na América Latina e Europa desde 1993.

O desafio fica: como poderemos capacitar os adolescentes para o respeito pela dignidade do corpo de forma positiva e eficaz? Se aceitamos que se matem os mais fracos nas nossas famílias, como podemos pedir aos povos inimigos

que se não matem uns aos outros? Como diz Madre Teresa de Calcutá: “Eu sinto que o maior destruidor da paz no mundo de hoje é o abortamento, porque é uma guerra declarada contra a criança, a morte pura e simples de uma criança inocente, a eliminação da criança pela própria mãe. Se nós aceitamos que a mãe tenha direito de matar o seu próprio filho, como poderemos dizer aos outros para se não matarem entre si?”

Outro desafio é dar alegria e esperança ao mundo de hoje. Não a um mundo ideal mas a este nosso mundo complexo, cheio de feridas, tão necessitado da caridade. Por outras palavras: santificar a vida corrente de hoje, levando Cristo a todas as periferias existenciais, como nos recorda o Papa Francisco.

Mobilidade humana: sonhos de profeta, pergunta de Deus

IR. JULIETA DIAS, RSCM (*)

Agradeço o convite, mas temo não corresponder às expectativas. Vou limitar esta comunicação à minha leitura pessoal da Bíblia, pois não tive grande oportunidade de procurar bons autores sobre o assunto. Espero que provoque a releitura dos textos.

Antes de percorrer os textos bíblicos selecionados, que relatam o fenómeno da mobilidade, quis trazer à minha reflexão *sonhos de profetas* que apontam o mundo querido por Deus: Is 2, 1-5; 11, 1-9; Oseias 2, 18-22. Terminarei com a interrogação de Deus, desde o começo – Gn 4, 9 – ao fim da história – Mt 25, 31 ss: *Que fizeste do teu irmão?*

1. Sonhos de profetas

Isaías sonha que chegará o tempo em que Deus será o fundamento de toda a ação humana e não o ídolo dinheiro: *Acorrerão a Ele todas as gentes, virão muitos povos e dirão: «Vinde, subamos à montanha do Senhor. Ele nos ensinará os seus caminhos e nós andaremos pelas suas veredas. Ele julgará as nações, e dará as suas leis a muitos povos, os quais transformarão as suas espadas em relhas de arados, e as suas lanças, em foices. Uma nação não levantará a espada contra outra, e não se adestrarão mais para a guerra. Vinde, caminhemos à luz do Senhor»* (Cf. Is 2,1-5).

(*) Religiosa do Sagrado Coração de Maria. Estudou Teologia na Universidade Pontifícia de Salamanca e Ciência das Religiões na Universidade Lusófona, em Lisboa. Pertence à Comissão de Apoio às Vítimas de Tráfico de Pessoas.

Este profeta tem outro sonho sobre as relações humanas, a convivência fraterna: *Brotará um rebento do tronco de Jessé, e um renovo brotará das suas raízes. Sobre ele repousará o espírito do Senhor: espírito de sabedoria e de entendimento, espírito de conselho e de fortaleza, espírito de ciência e de temor do Senhor. Não julgará pelas aparências nem proferirá sentenças somente pelo que ouvir dizer; mas julgará os pobres com justiça e com equidade os humildes da terra. A justiça será o cinto dos seus rins e a lealdade circundará os seus flancos. Então o lobo habitará com o cordeiro e o leopardo deitar-se-á ao lado do cabrito; o novilho e o leão comerão juntos e um menino os conduzirá. A vaca pastará com o urso e as suas crias repousarão juntas; o leão comerá palha como o boi. A criancinha brincará na toca da víbora e o menino desmamado meterá a mão na toca da serpente. Não haverá dano nem destruição em todo o meu santo monte, porque a terra está cheia de conhecimento do Senhor, tal como as águas que cobrem a vastidão do mar.* (Cf. Is 11, 1-9).

Oseias também sonha com uma humanidade guiada por Deus, não por ídolos e, por isso, uma humanidade fraterna sem guerras, pois já não tem instrumentos bélicos: *Naquele dia, ela [a esposa] me chamará: «Meu marido» e nunca mais: «Meu Baal». Tirarei da sua boca os nomes de Baal, de modo que tais nomes não voltem a ser recordados. Farei em favor dela, naquele dia, uma aliança com os animais selvagens, com as aves do céu e com os répteis da terra; farei desaparecer da terra o arco, a espada e a guerra, e farei com que eles repousem em segurança. Então, te desposarei para sempre; esposar-te-ei conforme a justiça e o direito, com amor e misericórdia. Desposar-te-ei com fidelidade e tu conhecerás o Senhor. Naquele dia, oráculo do Senhor, Eu responderei aos céus e os céus responderão à terra* (Cf. Os 2, 18-23).

Perante estes sonhos, interrogo-me: hoje, num mundo de guerras que é o nosso, em que o deus Baal parece estar presente em todo o lado a comandar o nosso dia a dia; em que o Deus de Jesus Cristo é trocado pelos ídolos, pelas tentações que Jesus recusou. O ídolo que parece imperar, e abarca todos os outros, é a «economia que mata», como diz o Papa Francisco. Repito, hoje, neste nosso mundo, haverá quem se atreva a sonhar? Haverá, entre nós, quem alimente a convicção de que este mundo sonhado é possível e leve outros a torná-lo realidade? O Papa Francisco, sem dúvida! E quantas professoras e professores de educação católica nas escolas? Acredito que haja, até porque conheço alguns.

Que terão estes sonhos a ver com a mobilidade humana? O que nos diz a Bíblia?

2. Mobilidade humana ao longo da história bíblica

Lembro que, precisamente, a mobilidade humana faz parte da história bíblica desde o início, sem falar de que nenhum ser humano tem, neste mundo, morada permanente (Cf. 2Cor 5, 1-5), todos nós somos estrangeiros nesta terra.

Movermo-nos de um lado para o outro não tem de ser um mal para quem sai nem para quem acolhe, mesmo que as circunstâncias que a motivam sejam péssimas. Vai depender muito das *lentes* que temos e do lugar que escolhemos para ver o que se passa à nossa volta. Escolhi seis exemplos bíblicos em que as pessoas tiveram de se deslocar, de mudar para outras paragens, de entrar em mobilidade:

a. Saída do Paraíso (Gn 3)

Os capítulos 1 e 2 do Génesis – as duas narrativas da Criação – dizem que o casal Adão-Eva foi encarregado de cultivar e guardar o Jardim, o Paraíso. Tinham, apenas, uma ordem a respeitar: não tocar na árvore da vida nem na árvore do conhecimento.

O capítulo 3 conta que o casal transgrediu essa ordem: comeu da árvore do conhecimento. Conhecemos o texto e o resultado: foram expulsos do Paraíso para que não fizessem o mesmo com o fruto da árvore da vida: *Eis que o ser humano, quanto ao conhecimento do bem e do mal, se tornou como um de nós. Agora é preciso que ele não estenda a mão para se apoderar também do fruto da árvore da Vida e, comendo dele, viva para sempre* (Gn 3, 22).

Adão [*terra*] e Eva [*vida*], ao serem expulsos do Paraíso, tiveram de entrar no mundo terreno e “aceitar” uma vida mortal, suportando dolorosamente dois fardos: trabalhar para se sustentar, *comer o pão com o suor do rosto* e tornarem-se pais, *dar à luz na dor*.

No entanto, a tomada de consciência do sofrimento, que o *conhecimento do bem e do mal* nos impõe, longe de nos diminuir, pode fazer de nós seres humanos capazes de provocar saltos civilizacionais de grande qualidade, como pode levar-nos à desumanização, à destruição.

b. Saída de Abrão da sua terra natal (Gn 12-13)

Abrão sentiu o apelo à mobilidade: sai da tua terra e vai para outra para te tornares o pai de um povo. Se queres evoluir, se queres dar mais qualidade à tua vida, sai donde estás e vai. Todos sabemos a história de Abrão até se tornar Abraão, *pai de uma grande multidão* (Gn 17, 4-5). Saiu de Ur, sua terra natal, e foi para Canaã. Daqui, a fome obrigou-o a sair para entrar no Egito, onde adquiriu riqueza que levou, depois de muitas peripécias, para Canaã, terra da Promessa.

Na mobilidade, este homem encontra riqueza, respeito nos povos que atravessa e uma nova identidade, até muda de nome. Tornou-se o Patriarca de uma grande família, a realização do sonho que o fez sair de Ur e ficou conhecido como o Arameu errante (Dt 26,5).

c. Ida para o Egito (Gn 37-50)

A partir do capítulo 37, começa, de novo, a história da mobilidade da família de Abraão para o Egito, provocada pelo desentendimento entre irmãos. Os mais velhos não veem com bons olhos a ternura do pai Jacob para com o irmão mais novo, José, o sonhador. Intentam matá-lo, mas acabam por vendê-lo a uns mercadores que se dirigem para o Egito. José é traficado pelos irmãos e de novo, no Egito, pelos mercadores.

Aquilo que podia levar à destruição do ser humano, vendido como objeto, não respeitando a sua dignidade, veio, mais tarde, a tornar-se a salvação para os seus irmãos traficantes. Em tempo de crise, foi o traficador que aconselhou a deslocação dos traficantes e os acolheu para fugirem à fome. E lá, como estrangeiros, cresceram e contribuíram para o desenvolvimento local de tal modo que os egípcios os temeram pela força do seu trabalho.

O medo, muitas vezes, faz ditadores. Assim aconteceu. Os senhores da terra escravizaram esses estrangeiros, os hebreus, que não descansaram enquanto não entraram de novo em mobilidade.

Há traficados, há escravos, que não perdem nunca o sentido da sua dignidade, mesmo quando os outros a tentam espezinhar. Penso que é a capacidade de sonhar que dá força para resistir, para encontrar saídas, mesmo quando todas as portas se fecham. É o sonho que alimenta a esperança.

d. Saída do Egito (Êxodo)

Os hebreus não desistiram de sonhar, de sonhar com a realização da Promessa feita ao seu pai Abraão. É necessário que haja um visionário que arrisque pôr a sua vida em perigo em favor da libertação dos outros. E houve: Moisés.

Não me vou deter na saída deste grupo de escravos que, acreditando que esse visionário os levaria à realização da chegada à terra da Promessa, se transformou num povo, no Povo de Deus que os libertara da escravidão através do seu irmão Moisés, apesar das dificuldades que pareciam inultrapassáveis.

Durante a travessia do deserto, entre infidelidades e reencontros, entre desvios e aproximações, conseguiram realizar o sonho de se tornarem num povo livre, o povo libertado por Deus e que ficou conhecido como o *Povo de Deus*, que tinha a obrigação de acolher o estrangeiro: *Não oprimirás o estrangeiro porque fostes estrangeiros no Egito* (Ex 20, 8-10; 22, 20; 23, 9. 12; Lv 19, 33-34; Dt 10, 17-19; 24, 17-18; 27, 19).

e. Rute (Rute)

Uma família hebreia foi para um país estrangeiro para fugir à miséria. Os filhos por lá casaram com raparigas locais. Entretanto, o pai morreu e, depois, morreram os filhos sem deixarem descendência. Ficaram viúvas a mãe e as noras. Noemi, a mãe, quis regressar ao seu povo sem exigir que as noras a seguissem. Uma delas, a Rute, não a abandonou, saiu da sua terra e entrou num povo, que não era o seu, como ascendente de Jesus de Nazaré (Mt 1, 1-17).

A mobilidade destas duas mulheres, unidas pela amizade e pela dor, levou-as a enfrentar momentos difíceis, resistindo com coragem, sabedoria e lutando sempre por um trabalho justo. Sabemos o fecho da história...

f. Jesus (Mt 2, 13ss)

Como não podia deixar de ser, tinha de apontar mais um caso de mobilidade na Bíblia como refugiados, ou melhor, como exilados político-religiosos. Trata-se, sem dúvida, da Família de Nazaré: *José tomou o menino*

e sua mãe, durante a noite, e partiu para o Egito, onde permaneceram até à morte de Herodes.

De facto, a mobilidade humana pode ter muitas causas, pode ser desejada esperançosamente como pode ser provocada por catástrofes naturais ou maldade de outros seres humanos. Na grande maioria das vezes, os salvadores e os carrascos fazem parte das sociedades que recebem os estrangeiros. No entanto, quem for capaz de continuar a sonhar poderá encontrar o seu lugar no povo que o acolheu, mesmo no meio de muitas adversidades, como José, os hebreus e a Rute.

Apresentei estes 6 casos de mobilidade humana, narrados na Bíblia, de forma muito simples. Contado assim, até parece que é um fenómeno sem complicações. Pelo contrário, é um fenómeno muito complexo em termos económicos, culturais e sociais. Além disso, há que ter em conta a pessoa – o migrante –, o país de origem e o país de acolhimento. Não podemos esquecer também as ameaças e as oportunidades que a migração pode trazer. Cruzando todas estas variáveis, percebemos naturalmente que a grandeza da complexidade deste fenómeno merece a nossa atenção em todas estas vertentes e dimensões nada simples.

Então, que fazer e como fazer?

3. Interrogação de Deus, desde o começo ao fim da história: *Que fizeste do teu irmão?* (Gn 4, 9 e Mt 25, 31 ss)

A Bíblia coloca-nos uma interrogação que deve questionar e julgar o nosso agir: *Que fizeste do teu irmão?* Como olhaste para ele: um ser humano como tu ou um adversário que precisas vencer ou um inimigo que precisas de abater? Ou, ainda, um ser indiferente, junto do qual não podes perder tempo? Estou convencida que o grande pecado de nós católicos é o da indiferença. Muitas vezes, em nome de Deus, podemos olhar, podemos ver, mas passamos adiante porque o culto religioso nos chama. É quase impossível não trazer à nossa conversa o episódio do chamado bom samaritano, narrado por Lucas (10, 25-37).

Jesus conta esta parábola em resposta à pergunta: *que devo fazer para herdar a vida eterna*, que devo fazer para atingir a vida em abundância, em plenitude? Jesus responde, apresentando a atitude de três pessoas perante um pobre diabo caído na berma da estrada meio morto. Dois são “profissionais” da religião que o compromisso religioso não os deixa ajudar aquele ser humano

a refazer a sua vida. Para eles, em primeiro lugar, estava o culto a Deus. O terceiro, um samaritano, um herege com um coração compassivo, cheio de misericórdia, fez o que o seu coração pedia: aproximar-se da miséria daquele homem para o libertar dessa miséria. Só depois retomou o compromisso que o fez passar por esse caminho: os seus negócios.

Perante estas três atitudes, Jesus apenas diz: faz como aquele que agiu com misericórdia. Aliás, Ele já tinha dito aos seus discípulos, no contexto do *amor dos inimigos*, *sede misericordiosos como o vosso Pai celeste é misericordioso* (Lc 6, 36) que, na versão de Mateus, é *sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito* (Mt 5, 48). A perfeição está em sermos misericordiosos, em sermos como Deus, na nossa relação com os outros.

É esta atitude que nos abrirá as portas do Céu: vem, porque tive fome, frio, doença, prisão, tristeza, solidão, e tu ajudaste-me. Nem preciso de te perguntar o que fizeste do teu irmão, da tua irmã, porque senti no meu corpo a tua ação. Só terei necessidade de fazer essa pergunta a quem me virou as costas na minha miséria humana, mesmo que tenha sido para ir rezar...

Então, não precisamos de rezar? Claro que precisamos e muito para pedir ao Espírito Santo que nos dê o entendimento para vermos e a força necessária para agir. Não uma oração alienante, mas que seja o momento de ouvirmos a interrogação de Deus: *Que fizeste do teu irmão, da tua irmã?*

É fundamental, para nós cristãos, acreditar que os sonhos dos profetas são realizáveis, se colocarmos o nosso empenho nessa missão. E mais: a salvação de toda a humanidade será possível na medida em que o outro, a outra, qualquer ser humano seja, efetivamente, meu irmão, minha irmã, porque filhas e filhos do mesmo Pai que é Deus.

Da hostilidade à hospitalidade

ANDRÉ COSTA JORGE (*)

**“O amor pelo nosso país é uma coisa maravilhosa.
Mas por que deve o amor parar na fronteira?”**

Pablo Casals

Hostilidade e Hospitalidade são dois conceitos foneticamente semelhantes, mas que não podiam ser mais antitéticos. As constantes violações dos direitos humanos face aos refugiados levam-me, enquanto responsável pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), a fazer uma breve reflexão sobre a **hostilidade** exercida sobre estas pessoas e, em oposição, sobre a importância de trazer para o espaço público a ideia da **hospitalidade** como valor fundamental a defender e a colocar em ação nas nossas sociedades. A hospitalidade tem sido a bandeira sobre a qual se encontram várias dimensões do trabalho a favor das pessoas migrantes que o JRS desenvolve.

É importante, antes de mais, começar por refletir sobre o próprio conceito de *fronteiras*. Estas converteram-se em lugares de dor e morte, representando o conceito em si mesmo um duplo paradoxo. Por mais altas e reforçadas, as fronteiras não param o fluxo de migrantes. Os muros têm maior poder simbólico do que efetivo, mantêm a aparência de controlo, mas sabemos que as políticas de controlo são muito ineficazes. Sabemos, igualmente, que perante uma fronteira física ou simbólica, quem procura salvar a vida e obter proteção acaba por encontrar caminhos alternativos. As fronteiras serviram também para favorecer o negócio dos traficantes e passadores, apesar de a retórica que constrói a hostilidade querer transmitir a ideia contrária.

(*) Licenciado em Antropologia. Diretor-Geral do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) em Portugal desde 2008 e membro da Direção e do Conselho do JRS Europa desde 2013.

Perguntam-nos então, legitimamente, se devemos abrir as fronteiras. Esta questão levanta sempre medo e insegurança. Não há dúvidas que cabe ao estado o dever de controlar as suas fronteiras, mas cabe também aos estados o dever de respeitar e proteger os direitos humanos.

É por isso, essencial, que exijamos que qualquer medida de regulação da circulação de pessoas seja compatível com os direitos humanos e seja sujeita a um controlo legal, judicial e político que seja efetivo. É fundamental situar a questão também em termos de justiça social internacional.

Além da construção efetiva ou simbólica destas fronteiras e do endurecimento das suas políticas de controlo, temos vindo a assistir, igualmente, à construção da ideia de hostilidade face aos refugiados, através de discursos públicos e de práticas que estigmatizam e que se *autoalimentam*. Não é necessário elencar exemplos, porque todos somos testemunhas do que tem sido feito e dito na Europa e que tem contribuído para a indignação face a estas pessoas.

Por outro lado, e felizmente, temos assistido também a uma resposta social que envia sinais positivos de acolhimento e de solidariedade que, em parte, podem contribuir para que algumas políticas sejam mudadas.

Talvez a crise das pessoas refugiadas atual e, obviamente, a gravidade e a urgência de ações que em si encerra, nos possa levar a perceber que a mobilidade de pessoas, e não só causada pela guerra, venha a pautar o futuro do continente europeu. E que, com isso, virá uma inadiável urgência de replantar os princípios, valores e políticas que afetam esta realidade e sobre os quais a ideia europeia foi fundada.

É aqui que a tradição da hospitalidade surge e encontra o seu lugar. Aquele que pode parecer hoje um valor em desuso, renegado para segundo plano, tem mostrado serenamente que não está esquecido, através dos inúmeros gestos de pessoas e comunidades que abrem as portas de casa e os seus corações ao estrangeiro. Hospitalidade é alargar o conceito de “nós”. É o acolhimento do diferente de mim, é lembrarmo-nos que acolhemos porque fomos acolhidos pelos nossos pais, comunidade e sociedade. Perante o ideal de uma vida segura contra todos os riscos, a ideia de hospitalidade recorda-nos a nossa condição de dependentes e necessitados.

E esta é a primeira condição para a construção da hospitalidade: ligarmo-nos à nossa condição de seres vulneráveis e necessitados de cuidados sem

nos esquecermos de que precisamos do outro, dos outros, para viver. Não só individualmente, mas enquanto uma nação ou sociedade.

A segunda prende-se com o valor da hospitalidade enquanto expressão pública, através das leis e instituições. As práticas pessoais e comunitárias são o substrato para a construção da política pública. É urgente questionarmo-nos como se pode fazer a ponte entre estas iniciativas pessoais, comunitárias, locais e as responsabilidades públicas.

Fazendo esta ponte, a hospitalidade pode dissolver fronteiras.

Mercadoria humana: exploração oculta, invisibilidade das vítimas

IR. JÚLIA BACELAR, AESC (*)

Introdução-apresentação

Em primeiro lugar, agradeço o convite que me foi dirigido para participar neste painel, subordinado ao tema da **mobilidade humana**.

Pediram-me o meu testemunho sobre o trabalho que realizo dentro da minha Congregação Religiosa. Pertencço a uma Congregação Religiosa, Irmãs Adoradoras, que teve início no século XIX, em Madrid. A fundadora desta Congregação, hoje Santa Maria Micaela, era uma senhora com o título nobiliário de Viscondessa, grande amiga da rainha Isabel II, de Espanha. Como mulher do seu tempo, era muito devota do Santíssimo Sacramento, dedicando longas horas à adoração ao Santíssimo na sua paróquia de S. José, no centro da capital espanhola. O seu confessor, um jesuíta muito inteligente e sábio, aconselhava-a a visitar os doentes no hospital de S. João de Deus, em Madrid. Acompanhada por uma outra senhora aristocrata, experiente nesta atividade caritativa, pediu à Viscondessa que se ocupasse, principalmente, da secção onde estavam em convalescença as jovens e mulheres que sofriam doenças venéreas (o que hoje denominamos '*sexualmente transmissíveis*'); estas enfermidades eram uma das consequências da *vida má*... que as atirava para as ruas sórdidas, exploradas em contextos de exploração sexual altamente degradante. Um certo dia, numa dessas visitas ao hospital, a Viscondessa deparou-se com uma jovem, prostrada na cama, toda enrolada num xaile de

(*) Religiosa das Irmãs Adoradoras. Membro da Comissão de Apoio às Vítimas de Tráfico de Pessoas.

cachemira. Meteu conversa com a jovem; foi uma longa conversa... na qual aquela pobre rapariga foi relatando a sua dramática história de vida. O que desencadeou a narrativa foi a confrontação da Viscondessa ao ver o referido xaile de cachemira, o qual, (oh coincidência!) era idêntico ao que ela tinha comprado, fazia muito pouco tempo, em Paris; conhecia bem o seu elevado preço. Portanto, alguma coisa estava errada naquela triste estória. 'Como é que uma mulher prostituta, doente e abandonada, pode ter um xaile igual ao meu', questionava a Viscondessa.

Hoje identificamos esta história como tratando-se, claramente, do crime de **tráfico de pessoas**, na medida que ela inclui a venda, o sequestro, a exploração sexual e um longo etc. O encontro destas duas mulheres foi de tal ordem comovente que abalou a sensibilidade da Sra. Viscondessa. Este '*murro no estômago*' foi mesmo isso: um murro, a partir do qual o Espírito Santo iniciou nela uma reviravolta, e as coisas já não mais foram como antes. Por seu lado, o confessor, foi acompanhando todo este longo processo de conversão da própria Viscondessa, ao mesmo tempo que ela ia procurando formas de ajudar aquela *jovem do xaile*... e muitas outras, procurando dar-lhes um lugar digno e seguro onde pudessem ser acolhidas ao saírem do hospital. Simultaneamente, e sem deixar a sua grande devoção ao Santíssimo Sacramento (o *amado Santíssimo*, como ela dizia), M^a Micaela foi percebendo, pouco a pouco, que **a Eucaristia também tinha que sair à rua**... e ser **Pão** que se entrega e se come, se parte e reparte. No seu caso, mais especificamente, fazer-se "pão" que se entrega para a libertação das mulheres machucadas, vilipendiadas e tratadas como objeto de mercado e de prazer.

Dois anos mais tarde, em 1849, deixou tudo para trás (vida palaciana, luxos, coche e cavalos, vaidades e diversões, passeios, etc.) para ir viver, definitivamente, com as mulheres que, entretanto foram sendo acolhidas na Casa que ela abriu e financiava. Pouco a pouco foram-se agregando à Sra. Viscondessa outras senhoras, as quais, em 1856 fundaram a Congregação das (*Senhoras*) Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade, com uma missão: "mulheres consagradas a Deus que adoram a Eucaristia acompanhando outras mulheres que sobrevivem em contextos de exploração sexual e outras formas de violência". Muito resumidamente, este foi o início da minha Congregação, da qual fazem parte atualmente 992 Irmãs e está presente em 26 países dos 4 Continentes.

Estou aqui também em representação da Comissão de Apoio a Vítimas do Tráfico de Pessoas (CAVITP), da qual faço parte desde o seu início em 2007. Criada pela CIRP, esta Comissão formada maioritariamente por Religiosas, tem como objetivo principal a sensibilização e formação da Vida Consagrada sobre o fenómeno do Tráfico de Pessoas.

A realidade do Tráfico de Pessoas

- Atentado aos Direitos Humanos.

Antes de mais, é preciso afirmar de forma **inequívoca** que o Tráfico de Pessoas é um atentado aos Direitos Humanos, consagrados pela ONU desde 1948, os quais Portugal ratificou e adotou na sua legislação. Os Direitos Humanos são um património universal, no entanto, é preciso reclamar constantemente a sua defesa e a sua garantia. É nesta perspetiva que o crime do Tráfico de Pessoas tem de ser encarado, porque põe em causa os Direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa, dado que as vítimas ficam privadas da sua Liberdade (de escolha e de movimentos, etc.), da sua segurança e integridade, da sua identificação, e são feridas profundamente na sua Dignidade humana. O enfoque nesta perspetiva dos Direitos Humanos é o que dá a sustentabilidade na luta contra o absurdo deste fenómeno tal como hoje ele se configura. As vítimas do Tráfico Humano são submetidas a um apavorante silêncio e a um constrangedor estilo de sobrevivência, com vigilância apertada no meio deste xadrez criminoso.

O Tráfico de Pessoas é uma realidade que (quase) todos, hipocritamente, qualificam de vergonhosa, horrenda, degradante, intolerável, mas que, no entanto, aumenta de forma assustadora nos nossos dias, produzindo imensos lucros, tanto ou até mais que o tráfico de drogas e de armas. O Papa Bento XVI não teve pejo em qualificar o Tráfico de Pessoas como sendo **“um crime contra a humanidade.”** Por seu lado, o Papa Francisco tem afirmado, reiteradamente, que **‘esta é a mais grave ferida no corpo da Humanidade’**.

Na realidade, não é por falta de Declarações e Convenções, Protocolos e Recomendações, Planos e Diretivas, Leis e Decretos, proclamados e ratificados por muitos países, que os Direitos Humanos das vítimas não estão garantidos. Longe disso, tratando-se de um tema extremamente **escorregadio**, não é só com leis que ele se resolve; sendo elas absolutamente necessárias para punir e criminalizar os traficantes e todos quantos vivem à custa do *‘sangue, suor e lágrimas’* das vítimas, é imprescindível o empenho da sociedade no seu

todo, para, decididamente, pôr mãos à obra e travar esta calamidade que atinge milhões de pessoas. Não adianta nada *‘olhar para o outro lado’*; as declarações politicamente corretas, o levantar ondas de indignação e lamentos piedosos soam por vezes a oco, porque roçam a falta de consciência e compromisso. Inclusive, por vezes, até produz um efeito perverso: é **tranquilizante**, fazendo crer que o problema é dos outros, de regiões distantes, de gente pobre, de países atingidos por catástrofes e em conflitos e guerras. Bem pelo contrário, o Tráfico de Pessoas é um problema de todos e de todas; de uma forma ou de outra, ele atinge-nos por fora e por dentro.

Afortunadamente, em Portugal deu-se um significativo avanço legislativo, onde o Tráfico de Pessoas está penalizado desde 2013 no Código Penal. É, efetivamente, um crime conexo com outros crimes que lhe estão associados: sequestro, engano, maus tratos, violência de vária ordem, violação, e a sempre presente exploração da pessoa. A essência deste crime radica, fundamentalmente, na sua finalidade única e exclusiva: *o aproveitamento da **especial vulnerabilidade** das pessoas para as **explorar***. Consoante os continentes, as regiões e os países, esta situação de especial vulnerabilidade das vítimas, reveste formas distintas, as quais, são estudadas minuciosamente pelos traficantes. Estes aspetos geográficos (*geoestratégicos* do crime) não são aleatórios... antes pelo contrário, os meandros para a angariação das vítimas, são detalhados, controlados, *‘monitorizados’*, para que nada falhe. Nestes como noutros fenómenos do crime organizado, *‘o segredo é a alma do negócio’*. Só assim produz os efeitos desejáveis, ou seja, a rentabilidade da *“mercadoria humana”*.

- Vários tipos de tráfico(s)

As pessoas traficadas, mulheres, homens e, atualmente, jovens e crianças, são escravizadas de múltiplas formas. Existem várias finalidades na exploração a que elas estão sujeitas. Estas variam consoante os interesses dos traficantes, a demanda e a procura do *market human*. Em definitivo, tudo vai depender, em última análise, dos desejos dos consumidores da exploração sexual, principalmente, e da exploração laboral – na agricultura, no serviço doméstico e/ou na construção civil. Há ainda o tráfico para extração e posterior venda de órgãos humanos, as crianças para as adoções ilegais, os casamentos forçados, a mendicidade, a pequena criminalidade e furtos, as crianças soldados e exploradas no trabalho infantil e nas minas, entre outros.

- Realidade histórica

Oficialmente, a escravatura foi abolida há dois séculos; no entanto, segundo os expert nesta matéria, na atualidade os números são gritantes, ultrapassam o impensável.

Praticamente, desde o começo da história humana, conhecemos a escravatura como uma realidade milenar. Bastará ler a Bíblia, em Gen. 27,37, irmãos a venderem um irmão... As narrativas de exploração e escravatura sucedem-se naquele povo errante do Egito até à Babilónia. Continuando pelos tempos imperiais de Roma e outros, a escravatura foi sempre uma realidade muito presente, aprovada pela maioria e criticada por uns poucos. No século XV e em plena época dos descobrimentos e colonização das Américas, vemos como Portugal, e tantos outros países europeus, **sujaram as mãos**... no condenável comércio de escravos negros. Ficaram para '*memória futura*' nomes e vozes proféticas que se levantaram condenando esta terrível realidade. Lembramos apenas alguns: Montesinos, Bartolomeu de las Casas, S. Pedro Claver, entre outros. Se hoje nos envergonhamos destas **páginas negras** da história é sinal de que a civilização algo avançou.

- Algumas características do Tráfico de Pessoas na atualidade

Pelo (pouco) que hoje sabemos, estamos perante um **fenómeno trans-nacional**, que é **transversal** a todos os países. Como dizia o Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan, "*na prática, nenhum país está imune*".

O Tráfico de Pessoas está hoje bem mais facilitado devido, em grande parte, à **globalização** em que vivemos. É um facto: imensa gente viaja, livremente, pelas mais variadas razões: turismo, estudos, procura de melhoria de vida, etc. Sonhar, mobilizar-se para onde desejamos são direitos que nos assistem.

Como alguém qualificou, o Tráfico de Pessoas trata-se de um fenómeno **camaleónico**, ou seja, está em permanente mutação nas formas de atuar das suas redes mafiosas. O *modus operandi* altera-se constantemente: nos países de *origem* para capturar as vítimas, nos de *trânsito* para as transportar, nos de *destino* para as explorar. São manobras tenebrosas, cheias de "esquemas", onde por vezes a ingenuidade, a pobreza, os conflitos, e a sempre presente vulnerabilidade pessoal, familiar e social, são o excelente caldo de cultivo para seduzir e manobrar as vítimas.

Afortunadamente, a consciência social levou a que este fenómeno seja declarado crime. Porém, trata-se de um crime **volátil**. Quer isto dizer que, muito dificilmente se encontram as provas que com-**provem** os procedimentos a que as vítimas foram sujeitas, o qual dificulta e/ou impede conduzir todo e qualquer processo judicial.

Perante a debilidade das vítimas, submersas durante períodos mais ou menos longos em contextos de extrema violência, somando as ameaças de retaliações, as dívidas que entretanto lhes caíram em cima, a pressão das famílias, etc. tudo isto perturba-as de tal modo que, dificilmente, conseguem fazer um relato sereno, claro e exaustivo do itinerário criminoso que sofreram. Sem dúvida alguma, a denúncia que se pede às vítimas, seria uma *mais-valia* para os órgãos de polícia criminal, e viria a facilitar a necessária investigação para encontrar os autores dos crimes. Mas é perfeitamente compreensível a sua recusa em denunciar, dado o aturdimento que as domina.

As reduzidas condenações judiciais, dependem, em grande parte, da falta de provas com-**provadas**. As vítimas, por um lado têm medo de denunciar os traficantes, e por outro, elas próprias, na maior parte dos casos, desconhecem as negociatas por onde elas '*passaram*' de mão em mão, vendidas e revendidas, atravessando fronteiras e territórios desconhecidos, ao ponto de que elas próprias ignoram quem é quem... É um facto.

Importa repetir, uma e outra vez, que o Tráfico Humano é um fenómeno de **extrema complexidade**: acontece onde e quando menos se espera, e ninguém pode dizer que só acontece com os outros. Seguramente, dá-se na proximidade do nosso prédio, rua, bar, vilas e/ou cidades, paróquias e escolas. Não é nada fácil a sua identificação e a sua deteção. Mas que existe, existe... (*como las brujas...*). Daí a urgente necessidade de informação atempada e credível, de formação e partilha de conhecimentos de quem está no terreno e de quem se debruça na investigação.

A palavra de ordem é a **sensibilização**, para tomar consciência de quanto este drama nos rouça a nós próprios, desde todos os aspetos. Queiramos ou não, ninguém está isento. E o pior que nos pode acontecer é a **indiferença** reinante.

Aspetos novos no Tráfico de Pessoas

Importa destacar algumas modalidades atuais neste fenómeno. Apenas ponho em relevo algumas:

* **Crianças desacompanhadas.** É do conhecimento público as notícias recentes sobre milhares de crianças que pululam sozinhas pela Europa fora, e por Portugal também. Não se conhece muito bem os contornos desta situação dramática, mas poderá atribuir-se a que, eventualmente, serão órfãos das atuais guerras (Síria, Iraque, etc.), filhas de refugiados mortos na viagem, entre outras causas. Diversas organizações buscam soluções para este grave e preocupante problema. “São crianças, não escravos” foi o tema que o Papa Francisco escolheu para o Dia do Refugiado 2017.

* **Feminização** do fenómeno. Hoje a incidência do Tráfico de Pessoas recai numa elevada percentagem em mulheres. Elas são recrutadas para diversos fins, mas o maior número é para exploração sexual, e em menor percentagem para a laboral e/ou doméstica. Segundo descreve a ONU, na atualidade mais de 75% das pessoas traficadas são mulheres, destinadas à exploração sexual em 67% e 21% para a exploração laboral. Se há uns anos atrás o preço das mulheres traficadas ia diminuindo conforme a sua idade avançava, hoje, pelo contrário, dado que são traficadas ainda adolescentes, o seu preço vai subindo ao ritmo do crescimento e transformações do seu corpo; à medida que vão sendo ‘mulheres de corpo inteiro’ simultaneamente vão-se convertendo em **objetos consumíveis** mais apetecíveis e, naturalmente, muito mais lucrativos e rentáveis.

* **Problemáticas associadas.** Um dos aspetos que mais dificulta a identificação das vítimas do Tráfico de Pessoas é justamente ele não ser um fenómeno isolado.

* A **imigração irregular.** deparamo-nos hoje com a antiga questão de pessoas indocumentadas, em situação irregular, o que põe em causa a sua ‘legalidade’ de permanência e/ou residência no país. Esta situação tem modos e métodos, finalidades e objetivos completamente diferentes dos do Tráfico, embora tenha alguns aspetos comuns.

* O **alterne:** esta atividade tem uma designação mais soft – ‘**diversão noturna**’, bem como os/as acompanhantes de luxo; uns e outros podem ou não ter sido vítimas de tráfico. Por si só, a prostituição, mais ou menos forçada,

pode ou não estar relacionada com situação de tráfico. Sabe-se, no entanto, que este submundo é facilitador de contextos de exploração sexual.

* A **pobreza**: não se pode afirmar que a pobreza seja a causa do tráfico de pessoas; em exclusivo não é com certeza. Porém, muito embora a pobreza não explique nem justifique tudo, ela está na base de muitos itinerários destas vítimas que alimentaram sonhos de uma vida melhor. A pobreza não é de todo a única causa que desencadeia uma situação de tráfico. É costume ouvir-se dizer que “*os traficantes não recrutam pessoas nos condomínios fechados*”; eu diria que, recrutar talvez não, mas pode perfeitamente ser esse um dos muitos destinos da exploração das vítimas, sem dúvida alguma.

* A **mendicidade forçada**: mendigar não é crime, sejam crianças ou adultos. Diariamente somos confrontados com pessoas a pedir esmola na rua, à porta das igrejas, etc. Porém, nos últimos anos foi identificada esta prática levada a cabo sobretudo por menores como uma forma de exploração, ademais de estar claramente envolvida em situações criminosas. São crianças utilizadas pelas redes de tráfico, que se servem, por vezes, das próprias famílias destas crianças para as colocar nas ruas a pedir esmolas, que vão parar às mãos dos angariadores e seus intermediários.

* Os **sem-abrigo**: recentes investigações apontam a população dos “sem-abrigo” com vidas ao ar livre nas ruas e calçadas como um potencial alvo de traficantes que os utilizam para pequenos furtos e venda de drogas. Neste mundo obscuro do crime do Tráfico de Pessoas vale tudo. Mesmo tudo. Com o objetivo de obter lucros, muitos.

Onde e como se pode e deve intervir

Desde logo, sempre e em toda a parte. Como ficou dito, este fenómeno é **endémico** à sociedade; ele está entranhado no entramado social, de cima a baixo, da direita à esquerda, de Norte a Sul, nas famílias, nos grupos. De tal modo se banalizou a exploração que escraviza, que se perdeu quase por completo o sentido crítico e deu lugar à indiferença, fazendo parecer que é normal. Daí a necessidade imperiosa de agir, de forma individual e comunitária, em público e em privado, em rede e em parceria.

a) Prevenção: este é, porventura, o âmbito mais urgente e necessário para a intervenção no Tráfico de Pessoas e do qual ninguém está dispensado.

Desde logo, começando pelas escolas, os grupos de catequese e de jovens, nos centros de emprego, nos locais de desporto, entre outros. De salientar o importantíssimo papel e responsabilidade que os sacerdotes têm nas suas paróquias; é um lugar privilegiado, onde devem estar atentos, sensíveis e formados neste campo, para alertar e denunciar as possíveis e talvez prováveis situações de escravatura. Por outro lado, insistimos também na in/formação aos jovens seminaristas, a fim de que no futuro exercício das suas atividades pastorais tenham em conta este fenómeno.

b) Detecção: há lugares mais estratégicos do que outros para detetar as potenciais vítimas do Tráfico de Pessoas. Sem dúvida alguma, os profissionais que trabalham nos Centros de Saúde, nas urgências hospitalares, nas organizações, coletivos e associações dos bairros, nos bares noturnos, taxistas, entre outros. Recentemente em Portugal foram detetadas centenas de vítimas de exploração laboral na agricultura. Outro espaço que requer atenção é o serviço doméstico, dado tratar-se de espaços relativamente fechados, onde pode acontecer todo o tipo de abusos e exploração, tantas vezes sem horários nem salários justos.

c) Sinalização: para sinalizar uma potencial vítima é preciso conhecer os *indícios*. Foi criado pelo Governo um *Cartão de Sinalização* onde estão indicados alguns destes indícios, bem como outra informação pertinente. Detetada a potencial vítima, é uma obrigação sinalizá-la aos órgãos de polícia criminal a fim de que possa ser protegida e ter o acompanhamento necessário para a libertar da(s) rede(s).

d) Acolhimento: após a sinalização e posteriormente identificação como vítima de Tráfico de Pessoas, as vítimas podem usufruir do recurso de acolhimento, onde permanecem algum tempo para 'reflexão' e decidir serenamente um novo projeto de vida. Para tal, foram criados Centros de acolhimento para mulheres e homens, em distintos lugares do país. São espaços seguros, protegidos pela confidencialidade, onde as vítimas são acompanhadas e assessoradas para tomar decisões sobre o seu futuro. Recebem apoio psicológico, social, jurídico, e são atendidas nas suas necessidades básicas.

e) Reintegração social: esta situação acontece quando é reconhecido e concedido o *estatuto* de vítima de Tráfico de Pessoas. Nesse momento, a pessoa tem à sua frente um leque de possibilidades facilitadoras da sua

integração na sociedade, onde poderá ser favorecida no desenvolvimento das suas capacidades através da formação profissional, na procura de trabalho e habitação, tornando-se real a autonomia numa vida social normalizada.

f) Retorno voluntário: dá-se este retorno quando a pessoa que foi vítima do Tráfico de Pessoas decide regressar ao seu país de origem. O seu processo será sempre acompanhado, naturalmente, pelos órgãos competentes e, se for o caso, por ONGs que trabalham no terreno, tais como a OIM, o ACIDI, o JRS, a Cruz Vermelha, entre outras.

A nossa intervenção como Irmãs Adoradoras

Em primeiro lugar, convém dizer que a nossa Congregação Religiosa não tem em Portugal nenhum recurso específico para mulheres vítimas do Tráfico de Pessoas. Temos vários projetos de intervenção e acolhimento noutros países europeus, nomeadamente na vizinha Espanha, com quem articulamos respostas e colaboração a diversos níveis.

A nossa intervenção em Portugal visa atender, acompanhar e/ou acolher mulheres que vivem em contextos de prostituição e outras situações de especial vulnerabilidade. Neste sentido, dizemos que trabalhamos com **mulheres mosaico...** ou seja, mulheres que sofreram vários tipos de violência(s). Acontece muito frequentemente em Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica ou em Comunidade de Inserção acolhermos mulheres que foram vítimas dos mais diversos abusos: exploração sexual, maus tratos intrafamiliar desde a infância, exclusão social, exploração laboral, violação, maternidade precoce, incesto, entre outros.

Mais concretamente nesta área da exploração sexual (e porventura Tráfico de Pessoas), **atendemos** mulheres em Gabinetes Técnicos desde 1998, **contactamos** com elas nas estradas e ruas, nos clubes e nas pensões. No universo destes contactos, mais ou menos prolongados no tempo e na relação, temos em acompanhamento perto de mil mulheres que estão em contextos de exploração sexual e/ou prostituição forçada. Deste grupo, há um elevado número de mulheres estrangeiras em situação irregular. Muitas delas fazem os seus serviços sexuais em casas ditas de **diversão noturna**, de alterne e outros contextos relacionados com a prática da prostituição, que roça, em muitos casos, a situação de vítimas de Tráfico de Pessoas.

A nossa intervenção com as mulheres que atendemos e/ou acolhemos tem diversos vetores para atingir o objetivo:

- * Primeiramente, ajudá-las a passar de **vítimas** a **sobreviventes**. Esta mudança parece, à primeira vista, muito curta e pouco exigente, mas na realidade, a situação de exploração e violência provoca uma ferida tão profunda que muito dificilmente se cura de todo. Daí o estado de alerta permanente em que têm que viver, porque a qualquer momento pode aparecer uma ameaça, uma “tentação”, uma fragilidade e... um novo percalço.
- * Pretendemos também ajudá-las a compreender que, tendo sido convertidas num **objeto consumível**, de diversão, de exploração... em adiante, hão de tomar as rédeas da sua própria vida e tornar-se **protagonistas** da mesma. E fazê-lo com determinação, com liberdade e responsabilidade.

Para conseguir isto, desenvolvemos “**Estratégias pedagógicas**”, as quais baseiam-se na **Pedagogia do amor** que nos legou a fundadora da nossa Congregação Religiosa (Sta. M^a Micaela). Esta Pedagogia assenta em valores e princípios fundamentais orientadores:

- * Criar uma **relação de confiança**, de proximidade, “criar laços” (e, por vezes, *‘dar colo’*). Sem esta relação, séria e sincera, é praticamente inútil – em termos de eficácia – tudo o que se faz ou se lhes dá. Acreditamos que esta relação de ajuda é a melhor arma para combater a *alienação*, tanto por parte da vítima como por parte de quem a está a acompanhar. Em linguagem familiar, chamamos a isto; “*ajudar a limpar as gavetas do fundo*”. Desta relação de confiança, mais ou menos profunda, vai depender o sucesso da nossa intervenção.
- * Ajudar a **tomar consciência** das **feridas** na sua Dignidade: criada esta relação de confiança (“*de mulher p’ra mulher*” como dizia Santa M^a Micaela), estamos em condições de as ajudar a chamar as coisas pelos nomes: o(s) *crime(s)* são concretos, tais como o sequestro, a privação da liberdade, o roubo ou a falsificação da documentação que as torna inexistentes legalmente e sem identidade, a compra-venda de que foram alvo, o terem um dono, os maus tratos, violações, e um longo etecetera.

- * **Escuta:** na minha experiência e na nossa prática quotidiana, é-nos pedido frequentemente manter as “*conversas noite dentro...*” As noites são tramadas... para quem viveu dramas e tragédias. Esta escuta atenta e permanente, profunda e respeitadora, ajuda a **Erguer-se...** (este é o nome do Projeto que desenvolvemos em Coimbra). Ajudar a “*levantar a cabeça*”. No meu dia a dia, é impactante escutar os relatos de mulheres que foram violentadas na sua vulnerabilidade de modo aberrante, indescritível. Foram seduzidas, aliciadas, manipuladas, enganadas através de promessas fantasiosas... tantas vezes por parte de pessoas da família, amigos e/ou namorados. Tudo vale com o propósito de as tornar possíveis e passíveis de ser exploradas à posteriori.
- * **Parar:** mesmo com muitas resistências por vezes, é absolutamente necessário ajudar a parar. Sendo isto fundamental para o comum dos mortais, no caso das vítimas do Tráfico de Pessoas é de extraordinária relevância: parar para decidir, para sonhar de novo – um novo projeto de Vida. Pessoalmente, considero um privilégio poder partilhar a vida destas mulheres sobreviventes, resilientes, heroínas da vida. E fazê-lo, dia após dia, noite após noite, na partilha da mesa e do sofá, do estendal e do fogão...

Em todo este processo de acompanhamento e de **Libertação**, como dizemos internamente, é fundamental o apoio das nossas Equipas Técnicas; com estes elementos partilhamos a missão de ajudar a “erguer”... a sarar feridas na dignidade e colaborar no empowerment.

Concluindo...

A luta contra o Tráfico de Pessoas é, aparentemente, uma batalha perdida, dada a complexidade deste fenómeno e os meandros escorregadios em que ele se desenvolve.

Sendo isto verdade, resta-nos deixar de estar do lado do problema e pormo-nos, *decidida e sofredamente*, do lado da solução.

A nossa indiferença, cumplicidade, distração ou silêncio, favorecem a persistência destas novas escravaturas. Como dizia Martin Luther King, “*Não me assusta a violência dos maus; o que me assusta é o silêncio dos bons*” (se é que os bons somos nós).

O Papa Francisco insistiu que se praticasse a “*misericórdia ativa*”: sofrer com... num sentido bíblico, quando “*se nos comovem as entranhas...*” Foi isso o que fez o (bom) samaritano: **desceu da cavalgadura...** e carregou com a dor de quem estava caído e abandonado.

Está sempre diante de nós e para nós, o desafiador e gritante: “*Eu vi a opressão do meu Povo, eu ouvi o seu clamor...*”

Finalizo utilizando a imagem bíblica de David e Golias; este com uma simples **fisga** queria matar o gigante Golias. E matou mesmo! E como foi possível? – Porque David, primeiramente, **acreditou** que era **possível** fazê-lo. Segundo, teve a inteligência de acertar no alvo. Tanto acertou que o atingiu e matou. Portanto, é neste acreditar no possível... que reside a luta titânica contra um fenómeno que se mexe e mexe com tudo e com todos.

Todo o Homem é maior que o seu erro

CLÁUDIA ASSIS TEIXEIRA (*)

Aceito sempre falar sobre as pessoas presas. Sinto que é como se se abrissem as portas das cadeias e todos nós entrássemos, de coração aberto, para tentar compreender melhor o que se passa com aquelas pessoas.

Eu pertenço à Foste Visitar-me (www.fostevisitarme.pt), uma associação de visitantes de reclusos cuja missão é sermos capazes de estabelecer relações de proximidade e confiança com as pessoas presas, ajudando-as a encontrar um sentido para o tempo de reclusão.

A Foste Visitar-me foi legalmente constituída em 2007 mas a sua história é uns anos mais antiga. Foi o concretizar do sonho de alguns dos primeiros visitantes dos quais menciono, prestando-lhe a minha homenagem, o Carlos Coelho, que durante quase cinco anos visitou sozinho a cadeia de Sta. Cruz do Bispo.

Atualmente somos cerca de 30 voluntários e vamos, todos os sábados de manhã, a três cadeias do distrito do Porto. Temos ainda alguns outros projetos, como sejam, o Clube de Leitura “Eu Sou Pessoa” em Custóias e que acabou de festejar cinco anos, o Clube de Leitura “Livres com Livros” no Estabelecimento Prisional anexo à PJ e uma horta na Unidade Livre de Drogas de Santa Cruz do Bispo masculino, onde os reclusos cultivam produtos que depois vão consumir e onde aprendem na prática a ser capazes de esperar por uma coisa que desejam.

A nossa inspiração foi, desde sempre, Jesus e o versículo de Mateus 25-36, “Estive preso e foste visitar-me”.

(*) Presidente da associação Foste Visitar-me – Associação de Visitadores de Reclusos.

Ao meu lado, no clube de Leitura em Custóias, estava sempre sentado o Paulo. É um homem calmo, sempre pronto ajudar os outros. O seu apoio tem sido especialmente importante para um rapazito de 20 anos, quase analfabeto e completamente perdido. A outra voluntária e eu perguntávamo-nos muitas vezes o que teria ele feito para estar ali (nós nunca lhes perguntamos nada sobre as razões porque estão na cadeia) e achávamos que era, de certeza, um crime de colarinho branco. Pois não era... Por um mero acaso, soubemos que ele tinha morto quatro pessoas...

Todo o homem é maior que o seu erro e uma forma de não respeitar as pessoas que visitamos é vê-las de uma forma parcial, preconceituosa, é julgá-las. Todos têm de ser encarados na sua inteira verdade e no reconhecimento de quem são.

Temos de ter a certeza que nós não somos nem melhores nem piores do que eles, aliás, já S.^{to} Agostinho dizia que não existe um pecado que um homem tenha cometido que um outro não possa vir a cometer.

O recluso é muito desconfiado, se pressente que vamos ter com eles, com uma atitude paternalista, armados que nós somos os bonzinhos e eles os maus, está tudo estragado.

Não nos podemos, também, esquecer que o nosso olhar é transparente, transmite o que nos vai na alma, se não o acolhermos como o nosso irmão que ele realmente é, se não estivermos com ele de igual para igual, se a nossa visita não for um encontro de frágeis, a nossa missão é, com certeza, uma missão falhada.

Como diz a nossa Carta do Visitador:

Estive preso e foste visitar-me, sempre que me trataste acima de tudo como pessoa, evitando rotular-me de delinquente e malfeitor, distinguindo aquilo que eu sou ou posso vir a ser, daquilo que eu fiz ou possa vir a fazer.

A grande maioria das pessoas presas nas nossas cadeias provêm de estratos sociais baixos, com baixo nível de formação, muitos foram crianças mal-amadas, com histórias de vida muito complicadas. Estão metidos numa espiral de exclusão da qual é muito difícil sair: não têm trabalho, não têm para onde ir, os amigos são, a maior parte das vezes, pontuais e circunstanciais.

São estas pessoas que nós visitamos, para lhes oferecer a nossa presença gratuita, para os escutarmos, para os tratarmos com dignidade, para lhes oferecermos a nossa amizade, para os ajudar a ter confiança nos outros e a saber estar em relação. Queremos que eles acreditem que, para nós, eles não são um número, são, como disse o Papa Francisco em Lesbos, pessoas com nome, rostos e com história...

Há alguns reclusos que nos dizem que só o simples facto de não os tratarmos pelo número muda tudo...

Lembro-me do João, um rapazito muito tímido e ao mesmo tempo muito revoltado com a situação que estava a viver. Ameaçava toda a gente e não queria falar com ninguém. Perguntei-lhe como se chamava, comecei a tratá-lo pelo nome e perguntei-lhe se queria conversar. Acedeu e começou a contar-me a sua história, uma história de desamor e abandono... No fim da conversa estava muito mais calmo. Passou a vir ter connosco todos os sábados...

Quando entramos naquelas casas, quando nos fazemos próximos de algum recluso, é como se lhe disséssemos: tu és alguém para mim. Damos-lhe um sinal de que ele é uma pessoa que vale a pena, que ele não está perdido, que é uma pessoa que se pode reconstruir.

Uma das necessidades vitais do ser humano é amar e ser amado mas muitos daqueles que se cruzam connosco nunca foram verdadeiramente amados.

E quem nunca foi amado, é mais frágil, não aprendeu a amar por isso não pode amar.

Nós queremos que eles façam a experiência do amor, nós queremos ser o amigo que chega quando todos os outros se foram embora, ou mesmo o amigo que eles nunca tiveram.

Recordo o Michel, um recluso estrangeiro preso em Custóias, muito cético relativamente à vida e a todas as pessoas. Um dia levámos-lhe um dvd de um filme que ele tinha interesse em ver. O Michel observou atentamente o dvd e perguntou se o tínhamos levado expressamente para ele. Quando confirmamos, ficou com lágrimas nos olhos. Há mais de 5 anos, dizia ele, que ninguém tinha um gesto de amor por ele, que ninguém lhe fazia sentir que era uma pessoa que valia a pena.

Num sábado, dia de visita, um recluso pediu-me se lhe trazia em determinado livro na semana seguinte. Eu procurei o livro mas não o encontrei. Quando lho disse, ele respondeu-me: não faz mal, porque o que é importante é que, durante a semana, alguém pensou em mim.

Quando entro naquelas casas, agradeço sempre o facto de ser amada. Porque é isto que realmente me diferencia, nos diferencia, da maioria das pessoas que ali estão presas: a experiência de ser amados.

Em Mateus 9, 1-9 fala-se da cura do paralítico: “Filho, tem confiança” diz Jesus. Levanta-te e anda! Muitos reclusos são parecidos com o paralítico. Eles têm consciência da sua marginalidade mas sozinhos não são capazes de mudar. Aceitam a sua situação sem tentar modificá-la. Acham que para eles já não dá, que nunca mais vão conseguir, que já não vale a pena. Lamentam-se, infantilizam-se, a culpa nunca é deles, é sempre dos outros. (Como diz o Papa Francisco, este culpar os outros torna-se um falso alívio). Vão sempre pelo caminho mais fácil, e para conseguirem o que querem, manipulam.

O visitador tem aqui um papel muito importante pois nós podemos dizer ao recluso, coragem, põe-te a caminho, eu estou aqui para te ajudar. E esta palavra no momento certo pode fazer a diferença. Porque foi encorajado, o recluso põe-se a caminho...

Mas ninguém se põe a caminho se não tiver alguém que acredite nele, se não tiver alguém que se interesse por ele, que confie nele.

E quando se está preso, nós sabemos que a Esperança vai desaparecendo pouco a pouco e a confiança não existe, mesmo que às vezes pareça que existe em excesso.

Por isso nós, visitadores, se queremos ajudar a que o tempo de reclusão não seja um interregno na vida deles, se queremos ajudá-los a quererem encontrar um sentido para o tempo em que estão presos temos de ser imperativamente mensageiros de Esperança e de Confiança.

Perguntámos a um ex-recluso o que é que, para ele, tinha sido mais importante nas nossas visitas. Indubitavelmente a Confiança que depositámos nele. Explicava: toda a sociedade desconfia do recluso mas, segundo ele, o mais grave é que os reclusos desconfiam de toda a gente. O facto de irmos lá semana após semana, conversando com eles, escutando-os encorajando-os,

responsabilizando-os, não os tratando como coitadinhos, etc. fez com que ele começasse a ter confiança nos outros e consequentemente confiança nele próprio. Só quando comecei a confiar em mim, dizia ele, consegui olhar-me, em verdade, consegui assumir a minha história... E foi este, sem dúvida, o primeiro passo para, cá fora, conseguir encontrar o caminho certo...

Um dos temas que discutimos periodicamente é qual é objetivo das nossas visitas e a propósito tenho uma história fantástica:

Um sábado, antes de entrarmos, conversava com um dos visitantes sobre os objetivos da nossa ida à cadeia. Ele considerava que o objetivo principal era a reintegração do recluso e eu argumentava que não poderíamos ter um objetivo tão ambicioso e com tantas variáveis que não dependiam de nós. Eu, menos ambiciosa, achava, e acho, que o nosso objetivo é simplesmente estar com eles, é fazê-los sentir que eles são amados, que são nossos irmãos. Proporcionar-lhes umas horas diferentes. Ele, desculpa não é assim, isso é pouco de mais; se for só isso eu prefiro ficar em casa e proporcionar uma manhã de sábado diferente à minha mulher. A conversa acabou porque entramos na cadeia. Entretanto enquanto íamos pelos corredores veio um recluso, do nada, ter com o ele dizer-lhe que nunca mais se iria esquecer das conversas que tinham tido, que tinha sido muito importante para ele, etc., etc.

Depois destes anos todos de caminho com os reclusos aprendemos que o tempo deles não é o nosso tempo, que nós podemos ajudar, nós podemos encorajar, mas o resultado destes nossos encontros não está nas nossas mãos... Temos de ser humildes suficientemente para não esperar gratidão e fortes suficientemente para acreditar no poder curativo do nosso olhar, do nosso aperto de mão, da nossa palavra, da relação que fomos capazes de criar...

Agora para acabar só mais uma história pequenina que aconteceu hoje durante a nossa visita. Na cadeia de Custóias temos de preencher uns papéis em cada local onde vamos. Normalmente pedimos aos reclusos para o fazerem. Um deles, no sítio onde se deve pôr o nome da associação escreveu "Fomos Visitados". Nós ficamos orgulhosos com este engano porque ele escreveu o que sentia que nós fazemos!

ENCONTRO NACIONAL DE CATEQUESE

Santarém, 9-12 de abril de 2017

Comunidade e Família na educação cristã

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO (*)

1. Introdução

Estruturo esta reflexão em duas partes principais. Na primeira pergunto-me de que modo os critérios da identidade e missão de uma comunidade eclesial se devem traduzir e concretizar como suporte efetivo da tarefa educativa numa perspetiva cristã. Na segunda parte procuro explicitar alguns desafios pastorais que se colocam à tarefa de repensar criativamente a articulação comunidade cristã/famílias ao serviço da educação cristã. Começo, no entanto, por três notas introdutórias que ajudem a clarificar o objeto preciso e os limites desta reflexão.

1.1. Um tema complexo

Tenho consciência de que o tema proposto é tão amplo e complexo que não me é possível abordar todos os aspetos importantes, alguns até objeto de alguma divergência de opiniões. Um especialista nesta área falava, há uns anos, de diversos paradoxos e confusões presentes no domínio comunidade/ /catequese/família¹. Tendo em atenção as reflexões feitas no documento de trabalho publicado pela Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina

(*) Doutor em Teologia pela Universidade de Münster, Alemanha, com a tese "Igreja e comunidade política numa perspetiva ecuménica" e Professor Catedrático da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Leigo, casado e pai de família.

¹ Cf. H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change avec des familles qui changent*, in *Lumen Vitae* 60 (2005) 369 ss.

da Fé², não tenho qualquer pretensão de dizer coisas novas. De resto, creio que o mais difícil aqui não reside em ter novas ideias para a situação que estamos a viver. A maior dificuldade está em ir às raízes mais profundas das questões, perceber com lucidez onde e como devemos tomar decisões com a responsabilidade que nos cabe na hora presente, sabendo que os frutos só podem vir a longo prazo.

1.2. Comunidade – Família – Educação Cristã: três realidades em mudança e objeto de discussão

Anoto, em segundo lugar, que as três expressões/realidades presentes no título desta reflexão – comunidade, família, educação cristã – não são tão unívocas e identificáveis como poderia parecer à primeira vista. Isto, claro, se não queremos permanecer no campo teórico-ideal dos princípios, mas se procuramos captar tanto quanto possível a realidade concreta na nossa situação (sempre também algo diversificada conforme os lugares e as experiências de cada um).

“Comunidade” – entende-se aqui, obviamente, comunidade cristã – é uma realidade marcada neste momento e no nosso contexto eclesial por alguns aspetos que não podem ser ignorados. Sendo, e não podendo deixar de ser, lugar primordial de experiência cristã, vivem-se nela atualmente algumas situações problemáticas, conhecidas de todos: prática dominical inconsistente, envelhecimento dos chamados “praticantes”, diminuta corresponsabilidade por parte da maior parte desses praticantes, indiferença de muitos, hesitações e problemas diversos na liderança pastoral. Repensar e renovar os laços entre as comunidades cristãs e as famílias de hoje é tarefa que não pode ignorar o desafio colocado por essa erosão que se sente em muitas das nossas comunidades (centradas sobre si mesmas e pouco capazes de darem sinais de verdadeira renovação).

A “família” – lugar-charneira de educação cristã – é hoje atravessada por transformações profundas, por expressões de precariedade afetiva e institucional, por perdas de significado e por limites incontornáveis no seu raio de ação, por falta de convicções dos seus membros. Se é certo que a família

² COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ E DOCTRINA DA FÉ, *Catequese: a alegria do encontro com Jesus Cristo (Documento de trabalho)* (documento disponível em vários sítios da internet, entre eles: <http://matrizdechaves.pt/wp-content/uploads/2016/05/Documento-de-trabalho-da-Catequese-CEP.pdf>, consulta confirmada a 21.4.2017). Citado, a seguir, *Catequese*.

está cada vez mais envolvida, positivamente, pela necessidade de atender a diversos outros lugares de possível interpelação crente, ela sente-se ao mesmo tempo fortemente condicionada pela contradição quotidiana entre o que se julga dever propor e os sinais que vêm do ambiente que nos circunda. A família, tida como indispensável e, apesar de tudo, revalorizada teoricamente, sente-se, por fatores endógenos e exógenos, fragilizada na sua capacidade educativa, em geral, e cristã, em particular.

“Educação cristã”, enfim, não é, nas atuais circunstâncias de um mundo crescentemente secularizado, pluralizado e “hiperindividualizado”, também uma tarefa linearmente delimitada nos seus parâmetros e modalidades. Não se trata já, como todos sabemos, de transmitir algo que é aceite mais ou menos pacificamente, mas de suscitar uma opção de liberdade, de crescer na percepção do que importa como sentido humano da vida, de ampliar o olhar para os vários agentes e meios educativos possíveis (não apenas a família nem a comunidade cristã).

1.3. Num mundo em mudança, a exigência de uma atitude permanente de renovação, conversão, reforma

O que acabo de referir não obedece a uma visão pessimista, derrotista, sem esperança. Pelo contrário, apenas sinto que estamos num momento em que temos de tomar consciência mais apurada de que o mundo mudou/está continuamente a mudar – vivemos um contexto antropológico, social, cultural, religioso de profunda mudança – e que nos são pedidas, na fidelidade ao Evangelho de Jesus e sob o impulso da esperança cristã, algumas orientações básicas urgentes. Enumero sucintamente quatro aspetos:

- 1) Os caminhos do futuro pedem uma nova configuração (melhor talvez: novas configurações) do ser cristão e do viver em Igreja. “A situação de cristandade não volta. É uma imagem nova de cristão que emerge, livre e esclarecido, que vive a fé como dom e missão”³. É imperioso estarmos mental e espiritualmente preparados para esta situação de não retorno, para um mundo plural de opções e caminhos de vida personalizados e diversificados.
- 2) No que respeita a muitas representações religiosas, ideias teológicas, práticas eclesiais, é fundamental superarmos modos de pensar

³ *Catequese*, nº 10.

culturalmente desfasados ou simplesmente abstratos na sua afirmação de princípios, para termos uma percepção bem viva da historicidade que marca todo o viver humano e o caminhar na fé. Tanto a *Evangelii Gaudium* como a *Amoris Laetitia* são um incentivo a esta tomada de consciência da historicidade como exigência de atenção ao real, capacidade de mudança, abertura ao futuro⁴.

- 3) É importante também tomar nota de que estamos numa fronteira antropológica de consequências imprevisíveis. Se o paradigma de uma “verdadeira” e “autêntica” humanidade como contexto referencial para o anúncio do Evangelho de Jesus não pode ser posto em causa, a verdade é que emergem nas culturas contemporâneas dúvidas e hesitações sobre o que é verdadeiramente humano (na relação homem/natureza, homem/mulher, homem/animal, homem/máquina, no que respeita à identidade corporal, etc.) e há mesmo quem, ideologicamente, propugne uma relativização e superação do humano pelo assim designado “transhumanismo”⁵. Ou seja: temos de nos perguntar com nova profundidade como a educação cristã é, à luz do Evangelho e na consciência das interpelações do futuro, caminho de verdadeira humanidade⁶.
- 4) Cinquenta anos depois do Concílio, sentimo-nos diante da mesma tarefa, então delineada, de nos perguntarmos como é que o Evangelho pode ser anunciado com credibilidade aos homens e mulheres de hoje e de percebermos como urge colocarmo-nos num dinamismo de renovação permanente⁷, capaz de ir encontrando respostas mais adequadas numa situação social e cultural de grande exigência. Ao estabelecer, na *Evangelii Gaudium*, uma íntima ligação entre evangelização e reforma, o Papa Francisco retoma um tópico conciliar essencial e aponta para um novo ponto de partida nesta consciência de indispensável renovação, sem o que se corre o risco de estiolamento do dinamismo evangelizador e de esclerose das instituições eclesiais,

⁴ Cf. *Amoris Laetitia*, nº 163; *Evangelii Gaudium*, nº 31. Cf. ainda G. ROUTHIER, *Les accents ecclésiologiques du pontificat du pape François. Une mise en oeuvre originale de Lumen gentium*, in *Atualidade Teológica* 20, fasc. 54 (2016) 560.

⁵ Cf. R. LACROIX, *Éditorial*, in *Lumen Vitae* 71 (2016) 366.

⁶ Cf. J. MOLINARIO, *L'anthropologie de la catéchèse après la fin du consensus humaniste*, in *Lumen Vitae* 71 (2016) 369-387, aqui particularmente 370. Cf. ainda B. CHOLVY, *L'anthropologie chrétienne, une ressource pour aujourd'hui?*, in *Lumen Vitae* 71 (2016) 403-414.

⁷ Cf. *Catequese*, nº 8.

ameaçadas pela tentação da autopreservação⁸. A renovação, a conversão e a reforma são condição de credibilidade do anúncio do Evangelho, de uma “Igreja em saída”, com o sonho missionário de chegar a todos: sem dúvida, não na perspectiva de uma totalidade numérico-quantitativa, mas em termos de critérios e atitudes de vida capazes de interpelar qualquer pessoa, deixar um rasto de Deus e de possível abertura ao seu Mistério.

2. A identidade e missão de uma comunidade eclesial face aos desafios da tarefa educativa em perspectiva cristã

Colocar a questão da relação comunidade cristã/famílias e sua tarefa educativa é perguntarmo-nos como é que a comunidade cristã pode ser, na vivência da sua identidade e missão, suporte efetivo e atuante em termos educativos.

2.1. Em que medida somos, na verdade, “comunidades cristãs”?

A primeira questão a colocar, ainda que básica, é a de saber em que medida as nossas comunidades deixam transparecer na atitude dos cristãos comuns e no seu modo de agir os traços fundamentais da sua identidade e missão⁹. Um caminho irrecusável nesse sentido é a verificação do grau de consciência existente relativamente às dimensões ou funções fundamentais que estruturam a identidade e missão de qualquer comunidade cristã: anúncio e testemunho do Evangelho pela palavra e pela vida; celebração da fé no culto e nos sacramentos; serviço fraterno e diaconia como vivência do amor cristão no interior da comunidade e para fora. O Papa Bento XVI expressou-o de forma lapidar na *Deus Caritas Est*: “A natureza íntima da Igreja exprime-se num tríptico dever: anúncio da Palavra de Deus (*kerygma-martyria*), celebração dos Sacramentos (*leiturgia*), serviço da caridade (*diakonia*). São deveres que se reclamam mutuamente, não podendo um ser separado dos outros. Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência”¹⁰.

⁸ Cf. *Evangelium Gaudium*, n.ºs 25-33; *Catequese*, n.º 15. Cf. CH. THEOBALD, *L'exhortation apostolique Evangelii gaudium. Esquisse d'une interpretation originale de Vatican II*, in *Revue théologique de Louvain* 46 (2015) 321-340, particularmente 327 ss; G. ROUTHIER, *Les accents ecclésiologiques*, 560.

⁹ Cf. *Catequese*, n.ºs 27 e 28.

¹⁰ *Deus Caritas Est*, n.º 25.

Por mais que isto seja bem conhecido e ainda que haja porventura outros modos de organizar pastoralmente as tarefas eclesiais¹¹, estamos perante o núcleo irrenunciável da identidade e missão de uma comunidade cristã enquanto expressão qualificada da presença de Cristo na sua Igreja. Onde esta consciência não existe de modo minimamente consistente e operativo, estamos diante de formas deficitárias, estruturalmente diminuídas, de uma comunidade cristã. Em causa está, pois e antes de mais, a necessidade de examinar em que medida estas três dimensões são percebidas como tarefa de toda a comunidade e responsabilidade de cada cristão, mesmo que haja pessoas com responsabilidade global e sectorial específicas, e isso como condição para que a Igreja possa ser “comunidade que acolhe, educa e testemunha a fé”¹².

Sem dúvida, a realidade quotidiana diz-nos que há aqui deficiências e desequilíbrios graves, com enormes consequências para a relação comunidade-famílias na perspetiva da educação cristã. Mais ainda: temos de nos interrogar com lucidez sobre a verdade e a credibilidade daquilo que designamos por “comunidade cristã”. “Que designa a comunidade cristã? Os praticantes dominicais regulares? Em quê a comunidade enquanto agrupamento de cristãos é interpelada pelo despertar religioso em família? Como é que ela apoia as famílias? A imagem da comunidade que se opõe à visão individualista e privatizada da religião dos pais não é talvez senão uma simples abstração, uma vez que as assembleias nas paróquias são muitas vezes anónimas”¹³.

As realidades comunitárias – é sabido – são formadas por núcleos em diferente relação com o centro: em termos de consciência, de prática vivencial, de sentido da corresponsabilidade, etc. A pergunta pelo núcleo vital de uma paróquia, pela sua consistência e qualidade como comunidade de fé é, pois, determinante. “Aberta a toda a gente, a paróquia necessita de grupos que sejam fermento a levedar a massa”¹⁴. É esse tecido comunitário assente num núcleo fundamental e constituído por uma rede de grupos/associações/comunidades mais pequenas (de base e de vida) que poderá ser foco acolhedor, iluminador e inspirador de vivência crente, impulso de humanização das pessoas e do seu estilo de vida, apoio e fortalecimento na

¹¹ Cf. E. BIEMI, *La prospettiva missionaria. Una chiave per la conversione della catechesi e della pastorale*, in *Catechesi* 84, 1 (2014-2015) 3-19, part. 15 ss.

¹² *Catequese*, nº 44.

¹³ H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change*, 378.

¹⁴ *Catequese*, nº 28.

resistência a pressões desumanizantes, ajuda a descobrir caminhos de fé na família e para além dela¹⁵. Reconheço que é difícil introduzir e fomentar este tipo de mentalidade, de consciência eclesial e de atitude espiritual no normal funcionamento das nossas atuais comunidades, mas o caminho do futuro só pode ser este.

2.2. Da centralidade do anúncio e testemunho do Evangelho à exigência de uma pluralidade de caminhos de iniciação e formação da fé

Como todos sabemos, na vida de uma comunidade cristã, o decisivo, individual e comunitariamente, como indicativos transparentes e credíveis de existência cristã, passa pelos sinais que ressaltam do modo quotidiano de viver¹⁶. Mas a consciência disso não diminui, antes acentua a importância da tarefa de projetar, propor e procurar ir realizando um plano realista, mas coerente de anúncio da fé, de formação cristã aprofundada como proposta pastoral da comunidade. Trata-se, antes de mais, de valorizar e potenciar o que já existe: podemos e devemos perguntar-nos pela qualidade das homilias, da catequese, do trabalho com jovens, da formação de adultos, das iniciativas de espiritualidade, etc. Mas trata-se também de fazer um esforço renovado e criativo no sentido de progredir nos caminhos diversificados de formação cristã dirigida à comunidade¹⁷. Destaco sete dimensões a ter em conta nessas propostas de anúncio/formação:

- a) formação de qualidade: o mundo das representações religiosas precisa de uma refundação teológica e cultural exigente ¹⁸;
- b) formação permanente: cada vez mais urge a atenção a questões de atualidade sobre as quais importa, como cristãos, como pais, como educadores da fé, refletir e saber posicionar-se;

¹⁵ Cf. H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change*, 381 s.

¹⁶ Na *Amoris Laetitia*, nº 16, o Papa Francisco fala de uma “tarefa ‘artesanal’, pessoa a pessoa”. Cf. também nº 221. Cf. ainda A. RUIZ DE COPEGUI, *Catequese e comunidade cristã*, in *Perspectiva Teológica* 37 (2005) 315-336, part. 325 ss.

¹⁷ Cf. *Catequese*, nº 28.

¹⁸ Cf. A. FOSSION, *La nécessaire révision des représentations religieuses aujourd'hui*, in *Lumen Vitae* 65 (2010) 365-382 [tb. em *Selecciones de Teología* 51 (2012) 31-44]; A. TORRES QUEIRUGA, *El lenguaje religioso: desmitologización y cambio cultural*, in *Selecciones de Teología* 220 (2016) 303-309 [original: *A linguaxe relixiosa: desmitologización e cambio cultural*, in *Encrucillada* 198 (2016) 245-256].

- c) formação pessoalmente interiorizada: não se trata simplesmente de ouvir um ensino formal, mas é importante participar, perguntar, adquirir capacidades de pensamento e de linguagem;
- d) formação global: trata-se de prestar atenção aos diversos aspetos envolvidos em todo o viver crente: formação teológico-doutrinal, antropológica, pedagógica, espiritual...¹⁹;
- e) formação particularmente atenta a pessoas adultas, e de modo especial centrada nos agentes pastorais²⁰;
- f) formação aberta a todas as possibilidades de colaboração existentes: da responsabilidade da comunidade paroquial, de movimentos, de comunidades religiosas, etc.;
- g) formação particularmente vocacionada para o estudo da Bíblia e aberta a novas formas de encontro com a Palavra de Deus²¹: esta dimensão está no fim, mas poderia bem ser a primeira.

2.3. A necessidade de examinar com realismo e visão do futuro a tarefa catequética comunitária e seus meios pessoais

Pensar uma comunidade eclesial no seu todo como verdadeiro sujeito da tarefa catequética seria uma ideia abstrata, se não se traduzisse numa consciência da necessidade de pessoas que possam realizar de forma qualificada e eficaz essa tarefa. Certamente, o empenho e envolvimento que se exige de toda uma comunidade consciente dessa responsabilidade específica e inalienável na ajuda à educação cristã passa por muitos aspetos – espirituais, de apoio afetivo, logísticos, económicos, etc. –, mas não pode deixar de se considerar prioritária a valorização e a indispensável formação de agentes qualificados nesta área, que necessita cada vez mais de caminhos de formação multifacetados (de ordem teológica, exegética, antropológica, cultural, pedagógica, etc.)²². Nesse sentido alguns passos práticos são indispensáveis. Saliento apenas três aspetos.

Um primeiro ponto: a formação dos catequistas não pode ficar ao simples desejo e, porventura até, como ónus dependente da boa vontade de cada uma

¹⁹ Cf. *Catequese*, nº 44.

²⁰ Cf. *Catequese*, nºs 30 e 35.

²¹ Cf. *Catequese*, nº 20 e 36; *Evangelii Gaudium*, nºs 174 e 175. Cf. ainda F.-X. AMHERDT, *Animation biblique de la pastorale*, *Lumen Vitae* 71 (2016) 457-463, particularmente 461.

²² Cf. S. CURRÒ, *Les enjeux anthropologiques de la formation des catéchètes*, in *Lumen Vitae* 71 (2016) 416 s.

das pessoas, mas deve ter um suporte comunitário visível e perceptível, também em termos económicos. Será totalmente utópico pensar que uma comunidade cristã, obedecendo a um plano previamente elaborado e comunitariamente decidido, apoie financeiramente, dentro das suas possibilidades, a formação de catequistas bem qualificados nos diversos registos de formação que lhe são pedidos?

Um segundo aspeto a considerar tem a ver com a ausência de um ministério instituído de catequista, com tudo o que tal poderia significar de sinalização da importância eclesial da tarefa catequética, de responsabilização durável de pessoas, de desenvolvimento de competências, de interpelação à consciência comunitária neste domínio, de organização mais eficaz de um serviço nuclear. É, no mínimo, surpreendente que não exista ainda neste âmbito um “ministério instituído”, com tudo o que tal implica²³. Já há uns anos os bispos portugueses manifestaram-se conscientes desta questão: “Entre nós, deveremos dar novos passos na instituição dos ministérios de leitor e de acólito, mesmo a candidatos que não se destinam ao presbiterado nem ao diaconado. [...] Para além destes dois ministérios instituídos, e enquanto não vêm da Santa Sé as novas normas prometidas, poderemos cultivar alguns serviços permanentes da comunidade, exercidos por leigos e que são, por natureza, funções laicais, isto é, atribuições que decorrem da própria qualidade batismal. Alguns desses serviços permanentes poderão, um dia, desabrochar em ministérios instituídos. É-nos possível identificar, desde já, certas áreas onde esses serviços laicais se situam: a da catequese, a da pastoral sociocaritativa, a da música litúrgica, a do aco-lhimento, a da administração dos bens eclesiásticos. Em todas estas áreas poderão um dia surgir ministérios laicais instituídos, confirmando numa função aqueles que se preparam para esses serviços permanentes da comunidade e que estão dispostos a exercê-los de forma estável e duradoura”²⁴. A situação concreta atual está à vista de todos.

De tudo isto ressalta um terceiro aspeto a referir: a necessidade de examinar como acontece a liderança nas nossas comunidades, como se processa a tomada de decisões, designadamente em termos de opções

²³ Aludindo à Carta Apostólica *Ministeria Quaedam*, de 1972, o Sínodo dos Bispos sobre “A nova evangelização para a transmissão da fé cristã” (2012) lembrou que as Conferências Episcopais podem pedir à Santa Sé a instituição do ministério do catequista: *Transmettere la buona notizia. Proposizioni – Elenco finale*, in *Il Regno - Documenti*, 1.11.2012, n° 19 (1132) 597 (*Propositio* 29).

²⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Os cristãos leigos na comunhão e missão da Igreja em Portugal*, Lisboa 1989, n° 13, p. 18 (no original, em bold).

pastorais prioritárias. Sente-se frequentemente a falta de lideranças lúcidas, interpelativas, coerentes, mais abertas ao futuro do que voltadas para a simples manutenção do que existe. Os cristãos têm o direito e o dever de perguntarem por elementos básicos de condução das nossas comunidades: expressões de capacidade de liderança; respeito por critérios deontológicos no exercício do ministério ordenado; abertura efetiva à partilha de decisões; modos de comunicação interna; a existência, representatividade e capacidade de reflexão dos Conselhos Pastorais Paroquiais (se é que eles existem...).

Estão aqui muitas coisas importantes em jogo, designadamente a necessidade urgente de cortar o círculo vicioso existente à volta da menoridade laical. Mas é a própria relação comunidade/famílias que está aqui envolvida: “Se se quer que, no novo contexto de sociedades dinâmicas, os casais e as famílias participem na vida eclesial, é preciso uma transformação de fundo no próprio governo comunitário das paróquias e no papel que as famílias têm nela”²⁵.

2.5. Do risco da rotina à falta de qualidade na celebração da fé

A educação cristã como tarefa da comunidade e das famílias encontra na celebração da fé um momento nevrálgico sob diversos pontos de vista: como vivência de encontro com Deus e com os membros da comunidade; como expressão de uma dimensão essencial do viver humano (a dimensão celebrativa no âmbito da fé, ou seja, do sentido cristão da vida); como introdução progressiva no sentido do acontecimento cristão; como abertura do coração à ação de Deus nas nossas vidas. Por isso, não pode deixar de ser motivo de preocupação o que vai acontecendo muitas vezes neste domínio, onde de forma nem sempre consciente – tanto da parte dos cristãos como dos presbíteros – se desvaloriza praticamente de diversos modos (desde a rotina à falta de qualidade, desde o pouco cuidado na preparação ao modo como se celebra, desde a ausência de criatividade à falta de motivações afetivo-emotivas) o lugar da eucaristia nos processos de catequese e educação cristã. As consequências estão à vista: “Frequentemente, entre as novas gerações, a Eucaristia é entendida como uma obrigação sem gosto. De facto, quando falta o sentido da presença de Deus e a experiência do encontro na Eucaristia, esta torna-se um rito exterior. Por outro lado, a beleza,

²⁵ F. VIDAL, *Preparación al matrimonio*, in *Sal Terrae* 104 (2016) 464.

a participação e a dignidade da celebração nem sempre são suficientemente cuidadas, a linguagem litúrgica é pouco compreendida. Devemos portanto cuidar atentamente da mistagogia, do conhecimento vivencial dos ritos e símbolos, do silêncio, da linguagem e do canto que nos põem em comunicação com o mistério da presença de Cristo”²⁶.

Eu creio que estamos diante de um dos aspetos mais problemáticos da proposta da fé no momento presente. Explicá-lo pela diminuição do número de sacerdotes é demasiado curto.

2.6. A diaconia como caminho necessário de vivência e construção da fraternidade cristã

A experiência cristã tem como núcleo decisivo o amor ao próximo no seguimento de Jesus. Sem esta dimensão refletida e praticada não se chega ao essencial do Evangelho e, portanto, aos traços identificativos de uma comunidade cristã e a um elemento fundamental de toda a educação cristã. A atenção à diaconia, à dimensão do amor fraterno, é caminho indispensável de verdade e maturidade cristã, pois só assim é possível acolher existencialmente a necessária interação entre o amor a Deus e o amor ao próximo como núcleo do Evangelho: “Se na minha vida falta totalmente o contacto com Deus, posso ver no outro sempre e apenas o outro e não consigo reconhecer nele a imagem divina. Mas, se na minha vida negligencio completamente a atenção ao outro, importando-me apenas com ser ‘piedoso’ e cumprir os meus ‘deveres religiosos’, então definha também a relação com Deus. Neste caso, trata-se duma relação ‘correta’, mas sem amor. Só a minha disponibilidade para ir ao encontro do próximo e demonstrar-lhe amor é que me torna sensível também diante de Deus. Só o serviço ao próximo é que abre os meus olhos para aquilo que Deus faz por mim e para o modo como Ele me ama”²⁷.

Estamos perante um desafio enorme, certamente nunca plenamente respondido, que tem de atravessar a consciência e as estruturas do nosso viver pessoal e comunitário. Uma educação cristã – seja ao nível da catequese comunitária, seja ao nível da família – que não esteja suficientemente atenta a esta dimensão do viver crente, falha em algo de verdadeiramente fundamental.

²⁶ *Catequese*, nº 22.

²⁷ *Deus Caritas Est*, nº 18. Cf. também nº 20.

3. A tarefa de repensar criativamente a articulação comunidade cristã/famílias ao serviço da educação cristã

Quando se fala aqui de “repensar criativamente”, não significa que não haja já muita coisa valiosa neste domínio. Trata-se apenas de sublinhar que não só há, ainda e sempre, muito caminho a percorrer, mas também necessidade de novos impulsos, num movimento em sentido duplo: da comunidade em direção à família, ajudando-a a cumprir o seu papel; das famílias em direção à comunidade, impulsionando-a no sentido da sua renovação.

3.1. O serviço às famílias como orientação pastoral conscientemente assumida

O reconhecimento do lugar que a família ocupa/é chamada a ocupar nos caminhos de vida das pessoas tem de traduzir-se na consciência de que o serviço à família (às famílias) é dimensão essencial de qualquer comunidade cristã. Nas circunstâncias atuais de alguma fragilização das famílias, esta dimensão de serviço tem de ser reconsiderada e acentuada na importância, urgência e prioridade que merece: “Para favorecer uma educação integral, precisamos de ‘reavivar a aliança entre a família e a comunidade cristã’”²⁸.

Na busca dos caminhos possíveis de apoio à missão educativa das famílias, importa, antes de mais, ter um novo olhar, marcado por uma esperança realista, para a vida familiar tal como ela nos aparece hoje em dia. Isso significa perceber a pluralidade concreta que tece a realidade matrimonial e familiar e saber acolher tudo quanto de positivo emerge na vida das famílias, dispondo-nos a ajudá-las, numa justa perceção da “lei da gradualidade”²⁹, a irem percorrendo o seu caminho. Não obstante todos os males e deficiências que possam existir, há sempre em qualquer família elementos positivos de vivência humana que podem ser ponto de partida para saltos qualitativos em termos humanos e cristãos. “A força da família – salienta o Papa Francisco – ‘reside essencialmente na sua capacidade de amar e ensinar a amar. Por

²⁸ *Amoris Laetitia*, nº 279. Cf. G. CASAROTTO, *Famiglie e società: legami che Dio santifica e che ci costruiscono*, in *Catechesi* 85, 6 (2015-2016) 23 ss.

²⁹ Cf. *Amoris Laetitia*, nºs 293-295. Cf. também W. KASPER, “*Amoris laetitia*”: *Bruch oder Aufbruch?*, in *Stimmen der Zeit* 234 (2016) 725; H. KOCH, *Amoris Laetitia. Eine Erläuterung*, in *Stimmen der Zeit* 234 (2016) 369; D. BOGNER, *Was meint und wobei hilft “Gradualität”?* *Eine Begriffsklärung zur Familiensynode 2015*, in *Stimmen der Zeit* 233 (2015) 446-454.

muito ferida que possa estar uma família, ela pode sempre crescer a partir do amor”³⁰.

Esse novo olhar só pode acontecer se for precedido por uma saudável “autocrítica” relativamente aos nossos discursos, muitas vezes abstratos e idealistas, sobre o matrimónio e a família. Lembra também o Papa Francisco que “devemos ser humildes e realistas, para reconhecer que, às vezes, a nossa maneira de apresentar as convicções cristãs e a forma como tratamos as pessoas ajudaram a provocar aquilo de que hoje nos lamentamos, pelo que nos convém uma salutar reação de autocrítica”³¹. Há que ultrapassar um discurso teórico, marcado umas vezes por considerações idílicas, outras por pessimismos e negações, sem sintonia profunda e perceptível com os problemas reais das pessoas.

3.2. O horizonte de uma educação cristã como prioridade de uma pastoral familiar renovada, acolhedora, misericordiosa

Este novo olhar sobre a realidade familiar pede um exame profundo sobre a pastoral familiar, tanto a nível das paróquias como dos diversos movimentos, ou melhor, pede que se procure também novos caminhos de colaboração entre a comunidade paroquial e os movimentos associativos de cristãos, sejam eles mais diretamente vocacionados para a família ou centrados sobretudo em expressões de espiritualidade. Muita coisa de bom vai acontecendo neste domínio sem que, muitas vezes, nos demos conta disso ou o saibamos valorizar devidamente. Mas, não há dúvida também, precisamos aqui de dar novos impulsos, em termos de criatividade, disponibilidade, generosidade e entusiasmo, se queremos ajudar as famílias na sua tarefa educativa em sentido cristão.

É óbvio que tudo o que significa melhorar a qualidade na preparação para o matrimónio, no acompanhamento de novos casais, na ajuda ao discernimento vocacional dos mais jovens em relação com o matrimónio, na formação da fé associada aos sacramentos, etc., tem de ser pensado e se repercute em termos de uma melhor articulação comunidade-famílias ao serviço da educação cristã. Não obstante as fragilidades estruturais e pessoais existentes, as comunidades eclesiais têm de se perguntar, da forma mais alargada possível, como é que – através dos seus agentes pastorais, dos grupos existentes, dos cristãos mais velhos e porventura mais disponíveis,

³⁰ *Amoris Laetitia*, nº 53.

³¹ *Amoris Laetitia*, nº 36. Cf. ainda nºs 37 e 134.

etc. – podem ser um espaço de apoio, encorajamento, cuidado e ternura para com os casais e as famílias.

Nesta ordem de ideias, a pastoral familiar tem de alargar o seu olhar para além do arco das famílias que procuram explicitamente ser cristãs. Propor encontros de famílias nas comunidades cristãs, independentemente de serem praticantes ou não, pode ser um dos caminhos a concretizar. Do mesmo modo serão sempre importantes todas as propostas de formação atentas às diversas dimensões que envolvem e condicionam a vida familiar. Igualmente merece particular atenção o apoio às famílias na sua tarefa educativa global (até em relação com os percursos escolares!). Enfim, seria de todo desejável que, nas nossas comunidades, houvesse um grupo de pessoas (ou, pelo menos, uma pessoa) que pudessem estar disponíveis e particularmente atentas (na ajuda à perceção das situações concretas ou em tarefas de acolhimento, por exemplo) à realidade da família, às famílias em geral do seu próprio contexto. “Ajuda institucional em ordem a ajudar a resolver problemas no casamento e na família deve ser posta à disposição pela Igreja católica com perspectivas abertas, também nos tempos atuais em que o dinheiro se tornou escasso”³².

Face à complexidade da vida e seus problemas quotidianos, face às fragilidades que ameaçam o amor conjugal e familiar, face às situações difíceis ou sem saída perceptível a curto prazo, face às famílias feridas que buscam caminhos de reconstrução, a pastoral familiar tem de se concretizar sob sinais credíveis de amor, acolhimento e misericórdia³³. Não podemos adiar por mais tempo – seja por inércia, indiferença ou medo dos riscos – o nosso dever humano e cristão de pensar, decidir e agir.

3.3. A família como “sujeito” na vida de uma comunidade cristã

Uma comunidade cristã é constituída, em concreto, por pessoas que têm afinidades diversas, por uma rede diversificada de grupos, associações e movimentos, sobretudo por um conjunto de famílias. A ação pastoral poderá adquirir nova vitalidade se, tendo como ponto de referência um núcleo dinamizador e impulsionador, concentrarmos mais a nossa atenção nos

³² H. KRAMER, *Wandel im Ethos von Ehe, Treue und Scheidung*, in *Stimmen der Zeit* 215 (1997) 42.

³³ Cf. FRANCISCO, *Carta Apostólica Misericordia et misera* (20.11.2016), n° 5, in https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html (consulta a 15.3.2017).

caminhos que as pessoas e os grupos vão percorrendo nas suas específicas situações, espiritualidades, graus de compromisso, etc.

Neste contexto urge a tarefa de descobrir e concretizar modalidades várias de relacionamento possível das comunidades cristãs em relação com as famílias: desde a celebração dos sacramentos da iniciação à catequese comunitária, desde a determinação de horários e outras questões de organização prática aos serviços de ajuda na educação e formação das crianças e jovens, sobretudo de famílias em maiores dificuldades. Uma comunidade cristã tem de procurar ser um lugar onde as famílias se encontram, dialogam, partilham experiências de vivência humana e de fé, ajudam em percursos de crescimento e em situações de dificuldade, também em termos económicos. Só desse modo poderá realizar-se de forma existencialmente mais perceptível como “comunidade de famílias”.

Por aí passa a possibilidade de a família não ser vista apenas ou sobretudo como “objeto” da ação pastoral da Igreja, mas antes se tornar verdadeiramente “sujeito” na vida da comunidade³⁴. Para isso é indispensável ouvir atenta e profundamente as famílias com as suas próprias experiências, perceber os seus problemas, as suas possibilidades, as suas aspirações, fazer o esforço de captar como vivem e sentem as transformações em curso (nas relações entre as pessoas; nas dificuldades dos processos educativos; nos problemas económicos, etc.). Essa escuta como condição primeira de um autêntico diálogo é caminho necessário para que as famílias adquiram capacidade de palavra e de intervenção em tudo o que lhes diz respeito. Afinal, trata-se de escutar o sentido da fé dos crentes como elemento fundamental de discernimento evangélico e pastoral³⁵.

Estamos aqui perante um dado básico de existência cristã e de expressão da fé, até agora muito pouco reconhecido na sua importância existencial e prática. Há na intencionalidade mais profunda da visão eclesial do Papa Francisco a consciência de que, nos vários níveis de realização eclesial e de existência cristã, é importante despertar o sentido da “autoridade” própria no testemunho da fé que cabe a cada um desses níveis (desde as Igrejas locais às comunidades cristãs locais, desde os episcopados locais aos

³⁴ Cf. *Amoris Laetitia*, n° 290

³⁵ Cf. *Lumen Gentium*, n° 12; *Familiaris Consortio*, n° 5. Cf. ainda COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *O sensus fidei na vida da Igreja*, in http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20140610_sensus-fidei_po.html (consulta a 18.3.2017)

pastores e aos fiéis leigos, desde as famílias a cada um dos crentes na sua própria situação)³⁶. Só assim se pode ser “sujeito” da própria história de fé, no exercício de uma responsabilidade inalienável em termos de consciência crente e de participação amadurecida nas indispensáveis decisões a tomar.

3.4. A dimensão crucial do acolhimento e de acompanhamento

O nó górdio de toda a pastoral familiar é o acolhimento e o acompanhamento. Esta é a pergunta básica que cada comunidade tem de fazer, examinando em concreto as possibilidades existentes, avaliando os meios pessoais de que dispõe. A disponibilização de pessoas que, em nome da comunidade, se entreguem a esta tarefa (de acolhimento, de acompanhamento, de estudo, de formação, etc.) é fulcral. A abertura de espírito que manifestem nesse acolhimento e acompanhamento, independentemente do grau de proximidade efetiva das pessoas à comunidade cristã, é um elemento nuclear de credibilidade e de serviço ao anúncio do Evangelho.

Hoje, face à pluralidade das situações familiares e às dificuldades socioculturais que se apresentam ao anúncio do Evangelho da família, o desafio maior ao testemunho cristão e à missão eclesial consistirá na capacidade de encontrar as pessoas e dialogar com elas onde elas se situam, de saber estar presentes nas realidades quotidianas, de favorecer a criação de redes de grupos ou células de base constituídas por famílias ou pessoas interessadas em procurar sentido para as suas vidas³⁷. A Igreja constrói-se e reconstrói-se a partir desses lugares de experiência cristã feita de acolhimento do outro, de abertura à presença de Deus na nossa história, de escuta da novidade e surpresa do Evangelho, de entejuda e de oração.

Nesse pano de fundo, é determinante o acolhimento incondicional dos pais, o tomar a sério a sua situação, as suas esperanças e as suas questões. “A paróquia transforma o próprio quadro de referência ao fazer-se companheira de caminho na vida para seguir a Cristo segundo o ritmo e a possibilidade de cada um e abandonando a tentação do moralismo, do juízo e da homologação no modo de compreender a vida familiar. A busca religiosa que é dirigida às comunidades cristãs deve encontrar propostas de fé que acompanhem a encontrar Cristo e os seus discípulos. A comunidade não está empenhada

³⁶ Cf. G. ROUTHIER, *Les accents ecclésiologiques*, 549-563.

³⁷ Cf. H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change*, 380 ss.

na defesa de uma instituição, mas torna-se o sinal da presença de Cristo no mundo e na sociedade”³⁸.

3.5. Abertura de espírito a uma renovação constante da tarefa catequética

É neste contexto de uma nova relação comunidade-famílias que se vai colocando e tem de colocar todo o processo de renovação em curso da tarefa catequética, na abertura a novas formas de catequese e de experiência cristã. Não é um processo simples ou linear, muito menos de soluções definitivas e de sucesso a curto prazo. Desde logo porque muda tanta coisa em tão pouco tempo que nos é pedida abertura de espírito e capacidade de discernimento em termos mentais, espirituais, pastorais. De qualquer forma, o sentido principal do caminho a percorrer parece bem perceptível quando se fala da necessidade de passar do modelo escolar para um modelo catecumenal de catequese³⁹, quando se concretizam processos vários de envolvimento dos pais e da comunidade na tarefa catequética, quando se acentua a indispensável relação comunidade/catequese, sobretudo – creio eu – quando se cria e fomenta uma atitude consciente da importância do papel da comunidade e de abertura a caminhos criativos que o futuro nos venha a pedir.

Todos estamos de acordo em que o esforço e a capacidade de envolver o mais possível os pais na tarefa da educação da fé é a prioridade das prioridades, pois há um modo de testemunhar a fé que só se pode fazer a partir da vivência quotidiana, com tudo o que isso representa ⁴⁰. Mas este caminho não pode ser absolutizado em abstrato, sem atenção à realidade concreta (as possibilidades tanto das famílias como das comunidades). E não pode ignorar-se que a catequese na família e pela família seria também empobrecedora e incompleta se não se abrisse à pluralidade e riqueza de testemunhas e testemunhos que tecem a experiência real cristã, se não tivesse em conta a pluralidade

³⁸ G. CASAROTTO, *Famiglie e società*, 24.

³⁹ Cf., *Catequese*, nºs 14 e 15. Cf. também *Evangelii Gaudium*, nºs 163-166. Para uma visão mais ampla da tarefa em causa cf. H. DERROITTE, *Le forme della catechesi comunitaria. Fondamenti, frutti, valutazioni*, in *Catechesi* 84, 1 (2014-2015) 20-36; G. CASAROTTO, *Prospettive ed esperienze di conversione missionaria della catechesi e della pastorale*, in *Catechesi* 84, 1 (2014-2015) 37-43.

⁴⁰ Cf. A. ROMANO, *Genitori e iniziazione cristiana dei figli. Dal contributo esterno alla corresponsabilità piena nella comunità*, in *Catechesi* 83,2 (2013-2014) 13-28, particularmente 25 ss. Cf. igualmente *Catequese*, nº 34.

de situações e circunstâncias que tanto podem fechar como abrir corações à pergunta pelo Mistério de Deus.

Reconhecido isto, nunca é demasiado insistir na importância que tem a inserção na vida da comunidade por parte das crianças, dos jovens, das famílias. A participação em experiências cristãs diversas em contexto comunitário, marcadas por qualidade humana e sentido de fraternidade cristã, adquire aqui um significado decisivo. “No meu sentir, o que a Igreja perdeu de mais importante na secularização do século XX, é a fraternidade, isto é, esta consciência de que a fé não é assunto de relação individual com o ‘bom Deus’, mas que a relação com os irmãos e as irmãs constitui o mais autêntico dos ‘laboratórios do Evangelho’, o mais forte dos ‘reveladores’ de autenticidade da nossa relação com o Deus de Jesus Cristo. As mal denominadas ‘comunidades cristãs’ tornaram-se progressivamente anónimas e transformaram-se em lugares de oferta-procura de serviços religiosos, fortemente centrados, como se sabe, na herança ritual”⁴¹. “Aos cristãos de todas as comunidades do mundo – escreve o Papa Francisco – quero pedir-lhes de modo especial um testemunho de comunhão fraterna, que se torne fascinante e resplandecente. Que todos possam admirar como vos preocupais uns pelos outros, como mutuamente vos encorajais, animais e ajudais: «Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros» (Jo 13, 35)”⁴².

Sabemos bem que isto vai contra a tendência individualista, hiperindividualista, que marca muita coisa nos nossos atuais estilos de vida. Mas esse é o desafio que temos de enfrentar com sabedoria, paciência e determinação. Se é indiscutivelmente importante procurar oferecer às pessoas atividades catequéticas pontuais que tenham em conta a sua situação familiar, não será menos decisivo o esforço de inserção de toda a família na vida da comunidade, a capacidade progressiva de inscrever os caminhos de aprendizagem vivencial do ser cristão no conjunto das atividades e na organização duma comunidade cristã⁴³.

Naturalmente que isto supõe abertura a múltiplas iniciativas, possibilidades e preocupações: desde a necessidade de figuras diferenciadas de catequistas à

⁴¹ D. LALIBERTÉ, *Famille et catéchèse: poser la question autrement?*, in *Lumen Vitae* 70 (2015) 184.

⁴² *Evangelii Gaudium*, n.º 99.

⁴³ Cf. D. LALIBERTÉ, *Famille et catéchèse*, 188. Cf. também M. Dal SANTO, *Il rinnovamento dell'iniziazione cristiana nella diocesi di Milano*, in *Catechesi* 85, 6 (2015-2016) 27-40.

existência de pontos de encontro, de momentos de experiência cristã que liguem catequese e vivência eclesial; desde a importância reconhecida à dimensão simbólico-afetiva-emotiva (não estamos no âmbito da mera transmissão de verdades ou do simples discurso racional) à criação de espaços de diálogo com as famílias, promovendo encontros laboratoriais que ajudem a ler o Evangelho em relação com a vivência concreta familiar; desde o incentivo a momentos familiares domésticos que prolonguem aquilo que se propõe a nível catequético à proposta de encontros fraternais (diferentes da eucaristia dominical) que mostrem algo do que significa o estilo cristão de vida; desde a participação ativa em pequenos gestos de prática cristã ao envolvimento em grupos de compromisso caritativo ou de promoção humana, capazes de sinalizar e de potenciar a responsabilidade sociopolítica a partir da fé, a abertura ao mundo e aos desafios socioculturais que se apresentam ao ser cristão.

3.6. Algumas acentuações no caminho de uma educação cristã

Em todo este caminho, a percorrer a nível pessoal, familiar e comunitário, importa atender a alguns pontos nucleares que orientam e qualificam a educação cristã. Saliento, a concluir, quatro aspetos.

A educação cristã tem como convicção fundamental a certeza confiante de que a primeira e última palavra pertence sempre, só pode pertencer ao Mistério de Deus no seu amor para conosco e para cada homem e mulher que veio e vem a este mundo. Isso vale sempre, mesmo que não tenhamos certezas quanto ao modo mais adequado de agir, mesmo que se tenha de ir para além do Código de Direito Canónico, mesmo que alguns se escandalizem “em nome da religião” (isso já aconteceu no tempo de Jesus!), mesmo que isso questione hábitos e mentalidades adquiridos por nós há muitos anos. Deus precede-nos sempre e nunca é demais precaver-mos contra todas as formas de “neopelagianismo”⁴⁴.

Importa nunca esquecer que educação cristã é ensinar a fazer caminho⁴⁵, e isso só pode acontecer no respeito profundo pela liberdade e responsabilidade das pessoas nos percursos da própria vida. Trata-se de promover liberdades responsáveis, que, nas encruzilhadas e nas veredas da vida, saibam optar com

⁴⁴ Cf. S. CURRÒ, *Les enjeux anthropologiques*, 424 s. Cf. ainda *Evangelium Gaudium*, nº 94.

⁴⁵ *Catequese*, nº 12.

sensatez, inteligência e honestidade pelo melhor caminho. “O que interessa acima de tudo é gerar no filho, com muito amor, processos de amadurecimento da sua liberdade, de preparação, de crescimento integral, de cultivo da autêntica autonomia. Só assim este filho terá em si mesmo os elementos de que precisa para saber defender-se e agir com inteligência e cautela em circunstâncias difíceis”⁴⁶.

Educação cristã só tem sentido e credibilidade como ajuda na busca de realização de verdadeira humanidade à luz do Evangelho, é afirmação de esperança e apelo à coragem de querer ser feliz, na certeza de que é esse o interesse de Deus pelos seres humanos⁴⁷. Trata-se de ajudar a perceber existencialmente que a proposta do Evangelho como inspiração de um modo de viver, como profecia de uma esperança a realizar, como provocação a encontrar o outro no amor e na doação, como caminho de reconciliação consigo mesmo e com o que nos rodeia, é essa possibilidade de uma humanidade mais feliz.

Finalmente, no seu caminho e na sua tarefa educativa, as famílias precisam de acompanhantes “samaritanos”, não tanto de “juízes” ou de “moralistas” detentores da verdade. Todos somos interpelados a não pôr nas famílias e sua tarefa educativa mais pesos do que aqueles que já têm⁴⁸. Só nessa atitude, de grande abertura de coração, sensível às esperanças e dificuldades, às promessas e aos dramas do quotidiano, é que a comunidade cristã e cada um de nós será capaz de ajudar as famílias na tarefa de uma educação cristã. É no quotidiano com toda a sua densidade que descobrimos os sinais e as interpelações do verdadeiro Deus em que acreditamos, pois não há encontro com Deus à margem da história real da nossa vida e da nossa relação com o outro/os outros. Por isso, se são indispensáveis tempos e formas específicos de oração, é essencial aprender a rezar na vida e a vida na abertura sincera de coração ao que Deus nos vai pedindo.

⁴⁶ *Amoris Laetitia*, n° 261.

⁴⁷ Cf. H. DERROITTE, *Une catéchèse qui change*, 379; S. CURRÒ, *Les enjeux anthropologiques*, 421 ss.

⁴⁸ Cf. *Amoris Laetitia*, n° 246.

O catequista, discípulo que acompanha

P. TIAGO MIGUEL FIALHO NETO (*)

Introdução

O catequista, discípulo que acompanha, é uma expressão feliz para designar as novas configurações que o tempo presente exige à identidade do catequista. A visão tradicional do catequista, confinada ao múnus docente, que o trata como mestre ou professor, numa posição elevada face aos demais, tem como consequência uma desarticulação evangélica capaz de atrair e de consentir aproximações entre o seu percurso espiritual e o dos demais discípulos de Cristo. Falar do catequista como discípulo é colocar a questão da coerência entre a mensagem que tem por missão anunciar e a sua própria condição de crente. Por outro lado, supõe pensar, concretamente, o que é ser discípulo hoje e que modelos se adequam ao atual contexto sociocultural.

Esta intervenção está estruturada em três partes que, fundamentalmente, seguem três limiares da fé: a fé humana, a fé do discípulo e a fé do apóstolo. Na primeira parte procura-se, a partir da consideração de que não é possível viver sem fé, apresentar os fundamentos de uma fé discipular que tem por base o *kerigma*. A partir das aporias bíblicas do discipulado pode-se vislumbrar não só a coexistência de vários tipos de discípulos, como o caráter inacabado e imperfeito de qualquer modelo. A segunda parte está pensada como uma viagem fora do mapa, vinculada à situação presente do cristianismo, como ponto de figuração de um discipulado vivido na noite da fé.

Finalmente, a terceira parte apresenta uma pedagogia apostólica do acompanhamento, compreendendo a figura do catequista como estando ao serviço do nascimento da fé. Na sua base inspiradora estão as narrativas

(*) Licenciado em Teologia em Licenciatura Canónica em Teologia Pastoral, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Presbítero na Diocese de Lisboa. Secretariado da Catequese no Patriarcado de Lisboa.

bíblicas dos discípulos de Emaús (Lc 24, 13-35) e do encontro do Diácono Filipe com o eunuco (At 8, 26-40), que se procuram articular com a proposta presente na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* relativa a uma «transformação missionária da Igreja»¹.

A imagem do catequista, como discípulo que acompanha, aqui apresentada, considera-se como um exercício exploratório, baseado numa maneira de proceder inspirada em Jesus Cristo, com implicações que podem, futuramente, ser concretizadas nos diversos âmbitos catequéticos e eclesiais.

1. Encontrar o «passador» de Nazaré

O encontro com Jesus de Nazaré constitui o ponto nevrálgico de todo o discipulado. É como que o seu centro vital, coração ou núcleo gravitacional. Este encontro é o porto de abrigo aonde se regressa nas vias inversas das estradas e travessias; constitui, ao mesmo tempo, a presença habitada do caminhante como fonte inexaurível de sentido, inclusive pela descoberta das etapas que este encontro faz passar. No contexto da reflexão pastoral hodierna², Jesus é apresentado como *passador*, termo que designa a «pessoa que leva, que faz passar alguém ou alguma coisa, de um país para outro, de forma clandestina e ilegal»³. O *passador* é, fundamentalmente, aquele que faz passar

¹ Cf. FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», em *Acta Apostolicae Sedis*, vol. 105:12, Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana 2013, 1019-1137, n. 19-49.

² Refere-se aqui concretamente a perspectiva enunciada pela denominada Pastoral de Gestação. O catequeta André Fossion caracteriza-a da seguinte forma: É uma pastoral «que ajuda a fazer jorrar o novo nos momentos de crise, ou seja a momentos de suspensão ou de corte que apelam a um tempo de discernimento, de decisão e de invenção». André FOSSION, *Dieu désirable: Proposition de la foi et initiation* (Pédagogie catéchétique), Bruxelles; Montréal: Lumen Vitae; Novalis 22010, p. 169. Como obras fundamentais veja-se: Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Une nouvelle chance pour l'Évangile: Vers une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Éditions de l'Atelier 2005.; Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Passeurs d'Évangile: Autour d'une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Éditions de l'Atelier 2008.

³ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (eds.), «Passador», *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* 2. Cf. Philippe BACQ, «Ouverture», in Ph. BACQ – Ch. THEOBALD (dir.), *Passeurs d'Évangile*, 14. A figura do *passador*, normalmente conhecido como contrabandista, é bem conhecida nos meios fronteiriços, tanto do passado como do presente. «O contrabandista [...] vive nas aldeias que se localizam junto da fronteira e conhece como ninguém os caminhos que o levam até ao seu sustento. As distâncias percorridas são enormes, mas o contrabandista não se deixa vencer pelos caminhos nem pelo peso da carga. Nas noites em que sai demonstra bem a sua capacidade física e o seu cariz heroico, astuto e aventureiro». Delfina Ermelinda Pinheiro Campanha BAPTISTA, «Caminhos do Contrabando».

e acompanha no caminho, conduzindo ao destino desejado. Trata-se de alguém experimentado, que conhece e antecipa os perigos. No grupo de caminhantes ou nos que vão de barco, as imagens de guia e de barqueiro são eloquentes para expressar a força do adjetivo *passador*, aplicado ao evangelizador. Ele faz passar os outros, passando também ele, a outras terras e a outras margens. No âmbito da pastoral de gestação, o qualificativo *passador* aplica-se, em primeiro lugar a Jesus, pelo conjunto de relações significativas que gera com aqueles que encontra no seu caminho e pelos limiares que os faz passar⁴.

1.1. *Confiar na bondade da vida*

O teólogo Christoph Theobald estrutura a dinâmica do encontro com Jesus referindo-se a três *limiares* ou passagens. O primeiro limiar conduz-nos a acreditar na bondade da vida. Encontrar-se com Jesus implica reconhecer, em primeiro lugar, que pela sua forma de viver e estar em relação com os outros, Jesus é *passador* de uma «bondade radical da existência»⁵. Diante das forças do mal, o Evangelho aparece como uma nova de bondade universal, que preenche toda a vida e lhe dá sentido. O encontro com Jesus desperta uma confiança basilar que sustenta o caminho dos que se encontram com Ele e os faz avançar sem medo. Encontrar-se com Jesus é ser-se gerado na confiança. O caminho do discípulo inicia-se por esta experiência fundamental que se pode apelidar de «cicatriz da confiança». A cura pela confiança pode ser geradora do discipulado, como se constata nos encontros extraordinários de Jesus com aqueles que transportam feridas abertas pelo passado, onde simplesmente se faz ecoar a linguagem da fé humana: «A tua fé te salvou»⁶. Esta abertura evangélica à fé, semeada na vida simplesmente humana, testemunha, segundo Theobald, que viver e crer na bondade da vida se

Vejam-se, por exemplo, os modelos de negócio relacionados com as redes de introdução clandestina de migrantes e tráfico de pessoas na zona do Mediterrâneo: http://www.consilium.europa.eu/press-releases-pdf/2016/6/47244642926_pt.pdf

⁴ Philippe BACQ, «Ouvverture», em Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Passeurs d'Évangile: Autour d'une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Éditions de l'Atelier 2008, 5-14, p. 4.

⁵ Ibid., 7.

⁶ Típicas dos Evangelhos sinóticos, as narrativas referem-se a pessoas que, geralmente, aparecem e saem de cena. Veja-se, por exemplo: a cura da mulher com hemorragia (Mt 9,22); a cura do cego de Jericó (Mc 10,40;), a pecadora arrependida (Lc 7,36), o leproso curado e agradecido (Lc 17,5).

identificam, pois «a vida é relação significativa e a sua gestação está sempre suspensa de um *evento* imprevisível, a saber, o nascimento da *fé* e da capacidade de cada um fazer confiança»⁷.

Este primeiro limiar relaciona-se com o primeiro momento do processo crente, caracterizado pelo Diretório Geral da Catequese, como um *interesse pelo Evangelho*, ou seja, «aquele primeiro movimento do espírito humano para a *fé*»⁸. Atualmente, este *initio fidei* é compreendido na linha de um *affectus fidei*, a dimensão afetiva da *fé*, que se pode traduzir por um apego fascinante do crente ao seu Senhor e que está na base do processo da *fé*⁹.

Jesus realiza uma hermenêutica dos «sinais dos tempos» que implica uma saída de si mesmo em relação aos outros, deixando-se encontrar e comover, com afeto e de maneira hospitaleira¹⁰, por uma *fé* completamente humana. Os que se apresentam no Seu caminho «falam de Deus»¹¹, são «sinais dos tempos», ou *kairos* favorável para «se deixar ver a partir do que é diferente»¹², para um interesse gratuito, não pré-determinado, tornado momento gestacional da existência, nas circunstâncias históricas e humanas em que se realiza.

1.2. Acreditar como discípulo

O limiar de uma *fé* simplesmente humana deixa em aberto a possibilidade de se manifestar um interesse pela pessoa de Jesus de Nazaré, que suscite o desejo de uma identificação com Ele. Os evangelhos relatam como Jesus

⁷ Christoph THEOBALD, «L'Évangile et l'Église», em Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Passeurs d'Évangile. Autour d'une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Les Éditions de l'Atelier 2008, 17-40, p. 21.

⁸ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório Geral da Catequese*, Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã 1998, n. 56.

⁹ Cf. Pierangelo SEQUERI, *Il Dio affidabile. Saggio di teologia fondamentale*, Brescia: Queriniana 2008, pp. 478-482; 521-526. A este propósito escreve José Frazão Correia: «A experiência da *fé* não pode negligenciar este modo afetivo de sermos tocados e impressionados por aquilo a que reconhecemos valor». José FRAZÃO CORREIA, *A fé vive de afeto. Variações sobre um tema vital*, Lisboa: Paulinas 2014, p. 19.

¹⁰ O conceito de «santidade *hospitaleira*», desenvolvido por Christoph Theobald, refere-se à absoluta credibilidade de Jesus, uma forma de vida que corresponde de maneira absoluta à própria santidade de Deus. Cf. Christoph THEOBALD, *Le christianisme comme style: Une manière de faire de la théologie en postmodernité*, vol. 1, Paris: Cerf 2007, pp. 59-85.

¹¹ Cf. Christoph THEOBALD, *El estilo de la vida cristiana*, Salamanca: Ediciones Sígueme 2016, p. 79.

¹² Elmar SALMANN, *A vitalidade de benção*, Braga: Editorial Apostolado da Oração 2017, p. 27.

fundou à sua volta uma comunidade de seguidores. A originalidade principal desta comunidade reside no facto de ser Jesus quem toma a iniciativa de chamar alguns, como discípulos, para que o sigam e «andem juntamente com ele» (Jo 6, 66)¹³. Seguir Jesus implica uma relação especial com Ele que se caracteriza em «aprender de Jesus» (Mt 11, 29) e «acreditar nele» (Mt 11, 29); realidades que acontecem num estilo de agir incomum que apresenta Jesus como «profeta da relação e da amizade»¹⁴.

O típico desta relação é estabelecer uma reciprocidade entre Mestre e discípulo que tem como consequência direta a conversão do discípulo, manifestada numa negação de si próprio em favor do Reino e numa imitação do Mestre, que significará, na linguagem de Paulo, uma configuração com a morte e ressurreição de Cristo¹⁵.

No hoje da nossa fé, os relatos evangélicos e as personagens que os habitam constituem um convite a «entrar na escola do Nazareno, a entrar com Ele num processo de maturação até se identificar com Ele»¹⁶. De facto, quem acede a um fascínio pela pessoa de Cristo, a partir de uma confiança basilar, pode chegar a acreditar como discípulo, descobrindo a fé cristã como um chamamento a entrar num processo de seguimento de Jesus e, simultaneamente, a adquirir a sua forma. Todavia, este não é um processo linear, mesmo no contexto dos textos do Novo Testamento. Acreditar como discípulo implica oscilações e certezas, desvios e caminhos acertados, avanços e retrocessos, momentos de grande luz, mas também de obscuridade e nevoeiro. Os traços deste caminho vacilante do discípulo estão bem retratados nos Evangelhos. O tecido narrativo apresenta uma situação inicial de seguimento incondicional de Jesus por parte dos que

¹³ Cf. Mc 1, 17; 2, 14; 3, 13; Mt 4, 19; Lc 9, 59; Jo 1, 43). No Novo Testamento, o substantivo μαθητης aparece 261 vezes maioritariamente nos Evangelhos e nos Atos (Mateus 72, Marcos 46, Lucas 37, João 78, Atos 28), designando substancialmente alguém que se encontra em relação de discípulo com outra pessoa e é instruído por ela. Nas escolas rabínicas de leitura e interpretação da *Torah* ou nas escolas gregas de filosofia entrava-se livremente e por decisão própria na escola do mestre, tornando-se seu discípulo. No caso dos discípulos de Jesus a vocação é que decide a entrada, sendo Ele quem toma a iniciativa de chamar a que O sigam. Cf. D. MULLER, «Seguimiento», *Diccionario Teológico del Nuevo Testamento* 4, 178.

¹⁴ José Tolentino MENDONÇA, *Nenhum caminho será longo. Para uma teologia da amizade*, Prior Velho: Paulinas 2012, p. 66.

¹⁵ Cf. 1 Cor 11, 1; 2 Cor 4, 10s.

¹⁶ Christoph THEOBALD, «C'est aujourd'hui le moment favorable. Pour un diagnostic théologique du temps présent», em Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Une nouvelle chance pour l'Évangile. Vers une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Les Éditions de l'Atelier 2004, 47-72, p. 69.

são chamados, passando progressivamente a uma situação de incompreensão e resistência, que se resolve à luz da experiência pascal.

No Evangelho de Marcos, o chamamento dos primeiros discípulos junto ao mar da Galileia (cf. Mc 1, 16-19) é completado com a constituição do grupo dos Doze (cf. Mc 3, 13-19) e com o seu envio (cf. Mc 6, 7-13). De forma global, vemos como numa primeira fase coexiste um discipulado comunitário e entusiasmado, que acompanha Jesus em todos os momentos, testemunhando o que Ele diz e faz e colaborando com Ele no serviço do Reino¹⁷. Esta imagem perfeita dos discípulos, porém, vai-se desvanecendo à medida que surgem obstáculos no caminho, revelando uma incompreensão da identidade de Jesus a quem seguem.

O episódio de Cesareia de Filipe (Mc 8, 27-30), narrado pelo Evangelho, abre o pano para o segundo ato da intriga do chamamento. Agora, os discípulos são chamados, no quadro da paixão e no horizonte da Páscoa, a descobrir a autêntica identidade de Jesus e as novas condições do discipulado, isto é, a nascer de novo como discípulos. A pergunta de Jesus «E vós, quem dizeis que Eu sou?» e a resposta de Pedro: «Tu és o Messias» (Mc 8, 29) abre espaço a um novo quadro relacional de mútua gestação que, no quadro da paixão, origina novas identidades. Jesus é o Filho do homem rejeitado, entregue, morto e ressuscitado e os discípulos põem-se atrás d'Ele no caminho (cf. Mc 8, 33).

As reações dos discípulos face aos anúncios da paixão dão conta de um desajuste entre a ideia que tinham da pessoa de Jesus e do significado de ser seu discípulo, e a nova perspectiva anunciada por Jesus. Este processo de desconstrução, marcado pelo escândalo e incompreensão, é reconfigurado em termos identitários pela apresentação de uma nova imagem do discípulo que Jesus realiza nos seus ensinamentos: «Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Na verdade, quem quiser salvar a sua vida, há de perdê-la» (Mc 8, 34-35: cf. Mc 9, 35. 10, 42-45).

Até à Páscoa, os discípulos não conseguem melhorar a sua própria imagem, que se vai tornando progressivamente mais negativa, a ponto de abandonarem Jesus no momento decisivo da paixão. A par disto, os Evangelhos relatam o aparecimento de outras personagens, de carácter secundário, que vão sendo

¹⁷ Para uma visão mais completa desta primeira etapa do chamamento dos discípulos neste evangelho veja-se: Santiago GUIJARRO, *El camino del discípulo. Seguir a Jesús según el evangelio de Marcos* (Nueva Alianza 230), Salamanca: Sígueme 2015, pp. 13-55.

apresentadas, como modelos de autêntico discipulado, em contraponto com as oscilações, escândalo e fracasso do grupo dos Doze¹⁸.

Globalmente, os Evangelhos refletem as complexidades da vida discipular, não pretendendo apresentar nem um modelo acabado de discípulo, refletido numa personagem, nem condensar esse modelo no conjunto dos discípulos. Eles refletem as ambiguidades próprias do ser discípulo e abrem ao leitor a possibilidade de ir atrás de Jesus, aprendendo a acreditar e (des)acreditar como discípulo¹⁹. A incredulidade originária que a passo a passo se abre à fé, manifestada pelos discípulos aquando das aparições do ressuscitado permite encontrar um ponto de ancoragem a partir do qual se correlacione a passagem pós-pascal do discipulado, refletida nas narrativas evangélicas, e o contexto cultural contemporâneo. Esta passagem não se fará, porém, sem antes percorrermos a via kerigmática, fundamento e sustento de todo o discipulado.

1.3. O kerigma, fundamento e sustento do discipulado

A vida da fé como discipulado de Cristo tem origem no encontro com a pessoa de Jesus Cristo que «dá à vida um novo horizonte e um rumo decisivo»²⁰. O Directório Geral da Catequese sustenta a conexão íntima entre fé, encontro pessoal com Jesus e discipulado, ao afirmar: «A fé é um encontro pessoal com Jesus Cristo, é tornar-se seu discípulo»²¹. A consideração da fé como horizonte gestacional do discipulado, enquanto realidade que proporciona o encontro com Cristo e faz nascer discípulos, parece sugerir uma perspetiva adequada para se repensar a questão do nascimento da fé. A fé de um novo cristão é sempre um acontecimento de graça e não é fruto da nossa ação ou resultado dos nossos esforços. Ainda que a fé não se transmita sem nós, não nos é dada a capacidade de a fazer nascer. O nosso trabalho, escreve André Fossion, é «velar pelas condições que a tornem possível, compreensível, praticável, desejável»²².

¹⁸ De entre estas destacam-se: A mulher sirofenícia (Mc 7, 24-30); O cego Bartimeu (Mc 10, 46-52); A mulher que ungiu Jesus (Mc 14, 3-9) e as mulheres que vão ao sepulcro (Mc 15 -16).

¹⁹ Cf. GUIJARRO, *El camino del discípulo. Seguir a Jesús según el evangelio de Marcos*, 124-125.

²⁰ PAPA BENTO XVI, *Carta Encíclica (Deus é amor)*, Lisboa: Paulinas 2006, n. 1.

²¹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório Geral da Catequese*, n. 53.

²² André FOSSION, «Évangéliser de manière évangélique. Petite grammaire spirituelle pour une pastorale d'engendrement», em Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Passeurs d'Évangile: Autour d'une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Éditions de l'Atelier 2008, 57-72, p. 62.

Segundo esta perspetiva, pode dizer-se que acreditar significa tomar lugar entre os discípulos e permanecer sempre nesta condição. Ser discípulo é uma espécie de «pilar» a partir do qual se estrutura toda a vida cristã. Ser discípulo é deixar-se tocar existencialmente no encontro com Jesus Cristo e consentir que na comunhão com Ele se passa a sentidos reconfigurados da existência. No centro deste encontro gerador da fé e do discipulado está o *kerigma*, aquele anúncio principal e primordial da pessoa de Jesus que faz nascer a fé.

Se, tradicionalmente, o *kerigma* constitui o momento inicial do acesso à fé, sendo parte integrante do processo de gestação de uma confiança basilar na vida e porta aberta a um desejo de seguimento de Cristo, como seu discípulo, ele é parte integrante e fundamento da vida discipular em todas as suas etapas. Se atendermos ao próprio facto das narrativas evangélicas expressarem as contradições do seguimento pós-pascal de Jesus, só é possível avançar na vida como discípulo, ainda que com limitações, a partir e no aprofundamento continuado do encontro com Cristo ressuscitado. O sentido qualitativo do *kerigma* constitui parte integrante da perspetiva evangelizadora preconizada pela Exortação *Evangelii Gaudium*, como se pode ler:

«Ao designar-se como *primeiro* este anúncio, não significa que o mesmo se situa no início e que, em seguida, se esquece ou substitui por outros conteúdos que o superam; é o primeiro em sentido qualitativo, porque é o anúncio principal, aquele que sempre se tem de voltar a ouvir de diferentes maneiras»²³.

O percurso de fé do discípulo reclama uma predisposição para ouvir o *kerigma*. Em todos os momentos da sua história é chamado a escutar as palavras luminosas do mistério pascal: «Jesus Cristo ama-te, deu a sua vida para te salvar, e agora vive contigo todos os dias para te iluminar, fortalecer, libertar»²⁴.

No contexto de se abordar a condição do catequista como discípulo é necessário recordar que a primeira missão do catequista não é «fazer discípulos», mas ser discípulo e viver como tal. Neste sentido, é fundamental que na vida do catequista ressoem como dirigidas a si próprio as palavras do

²³ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», 165.

²⁴ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», 164.

kerigma: O Senhor Jesus ressuscitou, o Senhor Jesus ama-me, por mim deu a sua vida; ressuscitado e vivo, está ao meu lado e interessa-Se por mim todos os dias²⁵. Estas palavras ecoam na vida do catequista como uma atualização do momento vocacional em que o Senhor o chamou a segui-l'O. Como escreve o Directório, «o chamamento pessoal de Jesus Cristo e a relação com Ele são o verdadeiro motor da ação do catequista. É deste conhecimento amoroso de Cristo que jorra o desejo de anunciá-l'O»²⁶. Por essa razão, não se pode ser mestre e pedagogo da fé, «se não se é discípulo convicto e fiel a Cristo na Sua Igreja»²⁷. Tornar-se discípulo implica uma configuração atualizante com Cristo que leva a pensar, julgar, viver e relacionar-se como Ele²⁸. O objetivo fundamental do primeiro anúncio não se situa, primeiramente, na ordem da *fides quae* (ainda que compreenda o conteúdo tão essencial ao catequista), mas na perspetiva da *fides qua*, ou seja, de uma «relação natural entre a fé e a vida quotidiana»²⁹ que conduza ao envolvimento confiante da pessoa num sim existencial de adesão a Cristo.

A consideração do *kerigma* como fundamento da vida do catequista-discípulo convoca o nosso pensamento a equacionar as condições atuais de acesso à fé, por parte dos crentes adultos, e a considerar os catequistas como parte integrante dos que buscam Deus em tempos de incerteza e de mudança.

2. Ser discípulo na transição

O percurso de fé dos discípulos revela como acreditar também é percorrer a via inversa da fé, caminhando da certeza para a incerteza, da luz para a escuridão, da firmeza para o tateamento. A hipótese aberta pela desconcertante e fracassada experiência espiritual do grupo dos doze lança uma clara luz sobre o contexto em que, hoje, somos chamados a viver a fé. Na nova situação cultural que vive o Cristianismo, em que as sociedades se emanciparam da sua herança religiosa, a fé vive uma situação de transição. Entre o crepúsculo do que morre e se despede, e a aurora do que nasce e chega de novo, há uma oportunidade para se descobrir a raiz da própria fé,

²⁵ Cf. FRANCISCI PP., «Homilia do Papa Francisco no Jubileu dos Catequistas», <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20160925_omelia-giubileo-catechisti.html>.

²⁶ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório Geral da Catequese*, n. 231.

²⁷ *Ibid.*, n. 142.

²⁸ Cf. *Ibid.*, n. 53.

²⁹ Elmar SALMANN, *Presenza di Spirito. Il cristianesimo come stile di pensiero e di vita*, Assisi (PG): Cittadella 2011, p. 8.

compreendida como realidade imensamente pobre, desprovida dos antigos apoios, seguranças ou roupagens socioculturais. Hoje, brilha para os crentes o mesmo reflexo dramático do escândalo do discípulo: «o Filho do Homem tem de sofrer muito e ser rejeitado»³⁰. Numa compreensão atual deste dito de Jesus está a personalidade corporativa do seu corpo eclesial, cuja situação é descrita por E. Salmann como «uma minoria desprovida de brilho especial». «Encontramo-nos, por assim dizer, no momento do render da guarda: a cada passo nos espreita uma refutação. A cada passo vemos estilhaçar-se aquilo em que, por vezes, ainda nos apoiamos»³¹. Neste contexto cultural e religioso, é conveniente procurar, na exemplaridade desconcertante da experiência discipular bíblica, ícones que para nós sejam inspiradores. Buscá-los em personagens secundárias ou misteriosas, neste caso em Nicodemos e no Discípulo amado, pode corresponder ao exercício que se intenta.

2.1. O ícone de Nicodemos

A hipótese levantada pelos próprios Evangelhos de procurar modelos da fé e do discipulado no conjunto das personagens secundárias coincide, até certo ponto, com o papel secundário que o Cristianismo exerce nas nossas sociedades, como acabámos de descrever. Assim, procura-se, agora, apresentar o itinerário discipular de Nicodemos, narrado no Evangelho de João, apresentando-o como inspirador dos momentos de transição. Este itinerário articula-se nas três etapas seguintes: a) o encontro inicial com Jesus; b) a defesa de Jesus e c) a participação com José de Arimateia no embalsamento do corpo de Jesus e na sua sepultura.

a) Procurar Jesus de noite (Jo 3, 1-21)

O encontro inicial de Nicodemos com Jesus, descrito pelo Evangelho de João, começa por referir que ele «veio ter com Jesus de noite» (Jo 3, 2). Aceita-se como dado comum que o carácter noturno deste encontro é explicitado mais adiante pelo próprio Evangelho, quando refere que Nicodemos acompanha José de Arimateia (cf. Jo 19, 38). Aparentemente, no quadro cronológico da narrativa, Nicodemos não tinha nada a temer, pois a hostilidade dos judeus para com Jesus não tinha sido ainda declarada³². A noite adquire,

³⁰ Mc 8, 29.

³¹ SALMANN, *A vitalidade de benção*, 34.

³² Cf. 4, 1-3. Cf. AUWERS, JEAN-MARIE, «La nuit de Nicodème (Jean 3, 2; 19, 39) ou l'ombre du langage», *Revue Biblique* 97, 3-4 (1990) 481-503, p. 490.

neste contexto, um significado que é explicitado num dado cronológico fornecido por João, ao referir que «Se fazia noite» (cf. Jo 13, 30) quando Judas abandona a ceia. Traduz-se, assim, o simbolismo da noite no quarto Evangelho: a presença do mal, o poder das trevas, o perigo, a oposição à luz e a ausência daquele que é a luz do mundo³³. No fundo, a noite, por oposição à luz, é sinónimo de ausência da fé. Ainda que a vinda de Nicodemos durante a noite possa dar a entender o seu desejo de aproximação à luz, o permanecer na noite, inclusive pelo desaparecimento da cena evangélica, releva a ambiguidade da sua fé e da situação em que a vive. Como tomou a decisão de se aproximar de Jesus e voltará a aparecer na narrativa, esta primeira referência narrativa não permite dizer a última palavra sobre a figura de Nicodemos.

b) Ao lado do Mestre (Jo 7, 45-52)

O contexto da segunda aparição de Nicodemos na narrativa é de uma contestação a Jesus por parte do povo e das autoridades. Alguns diziam que ele era um «homem de bem», outros objetavam que estava a «desencaminhar o povo». Entre as classes dirigentes, Nicodemos é mencionado como um dos fariseus que defende Jesus³⁴. Quando os fariseus questionam os guardas por não terem trazido Jesus, Nicodemos intervém em sua defesa: «Porventura permite a nossa Lei julgar um homem, sem antes o ouvir e sem averiguar o que ele anda a fazer?» (Jo 7, 51).

Se à primeira vista as palavras de Nicodemos não sugerem a sua fé, mas apenas o escudar-se numa defesa legal de Jesus, o contexto em que elas são proferidas permite outra interpretação. A perícopes abre com os sacerdotes e fariseus a colocar a seguinte questão: «Porventura acreditou nele algum dos chefes, ou dos fariseus?» (Jo 7, 48). Nicodemos, que pode ser identificado com ambos os predados, chefe e fariseu, intervém, defendendo Jesus. Esta atitude, ainda que do ponto de vista da defesa possa ser superficial, é apresentada, contextualmente, como uma indicação de fé. No entanto, os sinais da fé de Nicodemos permanecerão confusos até ao final da narrativa. Ainda que seja rotulado de Galileu e, por isso, um adepto natural de Jesus, a ambiguidade circundará este personagem até à cena da sepultura³⁵.

³³ Cf. Jo 3, 19-21; Jo 9, 4-5.

³⁴ Cf. Jo 7, 50-51.

³⁵ Jouette M. BASSLER, «Mixed Signals: Nicodemus in the Fourth Gospel», *Journal of Biblical Literature* 108, 4 (1989) 635-646, p. 640.

c) A sepultura (Jo 19, 38-42)

Nicodemos aparece pela última vez no Evangelho, ao lado de José de Arimateia, na cena da sepultura de Jesus. José domina a cena. É ele que vai ter com Pilatos, pede-lhe o corpo de Jesus e, com a ajuda de Nicodemos, preparam o corpo e colocam-no no túmulo. Nicodemos é quem traz uma «mistura de perto de cem libras de mirra e aloés» (Jo 19, 39). O motivo pelo qual Nicodemos é incorporado nesta cena não é claro. No entanto, talvez o narrador tenha querido colocar gratuitamente esta figura para a retirar da ambiguidade que a circunda³⁶.

A cena evangélica marca uma passagem na existência crente de Nicodemos. Previamente associado às autoridades judaicas e aos fariseus, aqui aparece na companhia de José de Arimateia. Ao contrário dos Evangelhos Sinóticos, onde se destacam as suas qualidades positivas, José de Arimateia é descrito no quarto Evangelho como uma personagem ambígua, pois «era discípulo de Jesus, mas secretamente por medo das autoridades judaicas» (Jo 19, 38)³⁷. À primeira vista, o medo parece relevar uma fé inadequada, na medida em que parece existir uma preferência pela reputação humana em detrimento do reconhecimento de uma opção pública por Jesus. Contudo, o facto de José de Arimateia se dirigir publicamente a Pilatos para lhe pedir o corpo de Jesus, revela que o medo se transformou em confissão de fé pública. E se o «medo dos judeus» compromete a fé de José e de Nicodemos, ela não é muito distinta da do resto dos discípulos que, depois da crucificação, têm as portas fechadas «por medo dos judeus» (Jo 20, 19). Por outro lado, a precisão de que na primeira vez, Nicodemos tinha ido ter com Jesus «de noite» supõe que não seja o caso presente, visto que Jesus é colocado no túmulo antes do início do sábado, que começa com o cair da noite. No Calvário, o fariseu torna pública a sua fé, coisa que já tinha feito José de Arimateia quando pediu o corpo de Jesus³⁸. A análise da cena funerária de Jesus mostra a acentuação convicta das suas disposições, visto que tomara abertamente o partido do Galileu³⁹.

José e Nicodemos não agem aqui como coveiros, mas como discípulos que estão de luto pelo seu mestre, a cujo corpo prestam as honras devidas. A quantidade de aromas trazida por Nicodemos é impressionante: mais de trinta

³⁶ Cf. *Ibid.*, 641.

³⁷ Cf. Mc 15,43; Lc 23,50.

³⁸ AUWERS, JEAN-MARIE, «La nuit de Nicodème (Jean 3, 2; 19, 39) ou l'ombre du langage», 493.

³⁹ Cf. Jo 7, 52.

e dois quilos⁴⁰. Os comentadores unanimemente ficam impressionados com a quantidade de espécies aromáticas, contudo divergem quanto à interpretação. Será um sinal de amor e de honra, para um digno Rei dos Judeus? Se assim for, a dignidade real de Cristo, discutida ao longo do seu processo, é agora confirmada, antes da sua colocação no túmulo. Por outro lado, o perfume é para João o meio de exprimir a vitória de Jesus sobre a morte⁴¹.

2.2. O ícone do discípulo amado

O Evangelho de João faz aparecer o *misterioso* discípulo amado no contexto da «hora» de Jesus, isto é, no momento em que se inicia a sua paixão, mais precisamente no episódio da ceia. A crítica literária tem apontado para o carácter misterioso deste discípulo, inclusive pela incapacidade de determinar a sua autêntica identidade. Ele condensa em si uma personalidade polissémica, podendo designar tanto o Apóstolo João, como o evangelista e autor redacional do evangelho, ou ainda, um discípulo tipo e modelo de todos os discípulos⁴². O discípulo amado é símbolo que condensa em si a realização do perfeito discipulado e todos aqueles que acreditam em Cristo. De facto, o que se vive entre Jesus e esse discípulo é uma concretização modelar do ensinamento de Jesus sobre o seguimento no quarto evangelho, condensado na alegoria da videira e dos ramos (cf. Jo 15, 1-11). O corpo textual apresenta, de forma plástica, a dinâmica da relação do discípulo com Jesus, articulada em três movimentos: permanecer em Jesus (vv. 1-5a), as consequências de permanecer e não permanecer em Jesus (vv. 5b-8) e permanecer no amor de Jesus (vv. 9-11)⁴³.

Permanecer em Jesus é um convite que atravessa todo o quarto evangelho para designar a novidade da relação que Jesus estabelece com os seus discípulos. No contexto pascal em que é apresentada a alegoria, sobretudo com base nas profecias da traição de Judas e das negações de Pedro, mostra-se que a união-permanência com Jesus ainda não é perfeita. Ela aponta o trilho do verdadeiro discípulo, ainda que aguarde o conhecimento e a fé autêntica

⁴⁰ Cf. Dennis D. SYLVA, «Nicodemus and His Spices (John 19.39)», *New Testament Studies* 34, 1 (1988) 148-151.

⁴¹ D. MOLLAT, *Saint Jean, maître spirituel*, Paris: Beauchesne 1976, p. 103.

⁴² Cf. Raymond E. BROWN, *Giovanni: commento al vangelo spirituale*, Assisi: Cittadella 2010, pp. CXI-CXXXI.

⁴³ Cf. Francis J. MOLONEY, *El evangelio de Juan*, Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino 2005, p. 430.

para se realizar. Assim, permanecer na palavra de Jesus e ser verdadeiramente seu discípulo (cf. Jo 8, 31) não consiste apenas em ouvir a sua palavra e entusiasmar-se com ela, mas permanecer na palavra que se escuta, fazer dela morada, alimento e vida. Aliás, esta permanência em Jesus implica a própria permanência de Jesus nos seus discípulos. A união dos discípulos com Jesus e de Jesus com eles expressa numa dupla coincidência permanente – «permanecei em mim e Eu permanecerei em vós» (Jo 15,4) – designa a estrutura própria do discipulado, feita de amizade, intimidade, conhecimento mútuo, morada conjunta, estabilidade relacional.

É mediante esta permanência recíproca que se apresentam os traços característicos dos discípulos autênticos, isto é, em dar muito fruto (cf. Jo 15, 5b). Certos de que sem Jesus nada podem fazer, o estar com Ele, é garantia de uma vida fecunda e abundante. Os frutos são expressão da relação dos discípulos com Jesus, na medida em que constituem o prolongamento de uma única missão partilhada por ambos, cuja finalidade é a glorificação do Pai (cf. Jo 15, 8)⁴⁴.

O terceiro movimento da alegoria concretiza os frutos que os discípulos são chamados a dar. Pela sua união a Jesus, os seus seguidores encarnam um estilo de vida determinado pelo modo de agir do Mestre, pela sua forma de se relacionar com o Pai e com os outros, expressos no cumprimento dos mandamentos, sobretudo no mandamento novo do amor. Permanecer no amor de Jesus significa realizar frutos de amor coincidentes com a forma como Jesus amou, concretizado na entrega da vida pelos amigos, no amor mútuo e no serviço fraterno (cf. Jo 13,14. 15, 12-17).

Face aos limites próprios do discipulado, manifestados no conjunto dos evangelhos, a figura do discípulo amado condensa em si a superação dos limites e imperfeições de fé e de amor inerentes ao caminho discipular, personificando a concretização do significado do permanecer em Jesus. Este discípulo aparece no Evangelho de João no contexto de três cenas pertencentes ao *kerigma* primitivo. No decorrer da ceia, ele fala com Pedro (cf. Jo 13, 23). Está presente com Maria, mãe de Jesus, junto à cruz (cf. Jo 19,26). Finalmente, é ele que introduz Pedro no túmulo vazio (cf. Jo 20,8). Acrescenta-se, ainda, uma quarta cena, a aparição aos discípulos junto ao mar (cf. Jo 21).

⁴⁴ Cf. BROWN, *Giovanni*, 821.

a) Na ceia (Jo 13, 21-25)

No decorrer da ceia, quando Jesus anuncia que um dos seus discípulos o vai entregar, Pedro faz sinal ao discípulo amado para que lhe pergunte a quem se refere. Diz-se que o discípulo amado estava reclinado no peito de Jesus. Esta posição manifesta a intimidade entre Cristo e o discípulo. A este respeito Orígenes comenta que o discípulo «estava recostado no seio do Verbo, do mesmo modo que este está no seio do Pai»⁴⁵. No discípulo amado encontra-se uma realização da alegoria da videira e dos ramos⁴⁶. Ele está unido a Jesus e o seu aparecimento como discípulo amado manifesta os frutos dessa união, por oposição ao discípulo traidor (Jo 13, 22).

b) Na cruz (Jo 19, 25-27)

No monte Calvário, o discípulo amado ocupa um lugar privilegiado junto ao mestre crucificado. Este episódio manifesta claramente a intimidade e confiança de Jesus para com aquele discípulo. Juntamente com ele estão algumas mulheres, entre as quais a mãe de Jesus, que são testemunho de autêntico discipulado na hora decisiva. Se, por um lado, a confiança no discípulo amado leva Jesus a confiar-lhe a sua mãe, tornando-o seu irmão, por outro lado, a mãe e o discípulo formam o núcleo primitivo da nova família de Deus, instaurada por Cristo que congrega tanto judeus como gentios⁴⁷. A verdade da alegoria da videira e dos ramos é atestada uma vez mais porque o discípulo amado não sucumbe no tempo da provação e demonstra níveis de fidelidade autêntica.

c) No túmulo vazio (Jo 20, 1-9)

As narrativas da manhã de páscoa, junto ao túmulo, colocam em relevo a figura do discípulo amado, ao destacar a assertividade da sua fé e a rapidez em reconhecer o Ressuscitado. Depois da notícia do roubo do Senhor comunicada por Madalena, Pedro e o discípulo amado, aqui identificado como «o outro discípulo», correm ao sepulcro. O texto sublinha o caráter extraordinário e peculiar deste discípulo. Diz-se que chegou primeiro, querendo expressar com

⁴⁵ ORIGENES, *Commentaire sur saint Jean*, vol. 5 (Sources chrétiennes 385), Paris: Cerf 1992, pp. 300-301.

⁴⁶ Cf. Ramón MORENO JIMÉNEZ, *El discípulo de Jesus según el evangelio de San Juan*, Granada 1972, p. 26.

⁴⁷ Cf. BROWN, *Giovanni*, 1148-1150.

isso, que a maior velocidade em chegar ao túmulo é sinal de um especial amor pelo mestre. Também se refere que ao entrar no túmulo, «viu e acreditou» (Jo 20,8). Não só se sublinha a perfeição da fé deste discípulo face a Pedro, que ainda não tinha entendido a escritura, segundo a qual Jesus deveria ressuscitar dos mortos (cf. Jo 20, 9), como é apresentado por oposição a Tomé, como protótipo e realização da bem-aventurança da fé: «felizes os que acreditam sem terem visto» (Jo 20, 29)⁴⁸.

d) Junto ao mar (Jo 21, 1-14)

A aparição de Jesus junto ao mar de Tiberíades narrada no capítulo 21 do Evangelho de João menciona a presença do discípulo amado ao lado de Pedro. O texto realça que este discípulo é o primeiro a reconhecer o Senhor (cf. Jo 21,7). A rapidez em identificar a presença do ressuscitado é motivada por um amor maior que todos os outros. Porque é amado e ama Jesus de forma incondicional, este discípulo atesta a chegada do mestre. Como um ramo unido à videira, este discípulo produz o fruto do testemunho (cf. Jo 21, 24). O discípulo amado é apresentado a todos os discípulos de Cristo, inclusive a Pedro, como modelo de autêntico seguimento.

2.3. Narrativas abertas para os discípulos de hoje

Os caminhos discipulares percorridos nas entrelinhas cruzadas das histórias de Nicodemos e do discípulo amado abrem perspetivas para a vivência da fé em tempos de mudança e transição. No momento em que tudo parecia perdido, e onde a proximidade com o crucificado poderia comprometer toda a vida, a fé de Nicodemos torna-se audaciosa e manifesta-se publicamente. No momento em que todos abandonam o mestre, o discípulo amado revela grande coragem e perfeição no seguimento. Os relatos convergem no sentido de validar Nicodemos como discípulo autêntico. A adesão clandestina, ainda que não seja expressão adequada da fé, mostra, pelo exemplo de Nicodemos, que ela pode um dia tornar-se adulta. Na escuridão da noite esconde-se uma fé, que um dia sairá do anonimato e da escuridão, para chegar à luz. A expressão da exemplaridade do discípulo amado como seguidor é atestada em cada momento da sua aparição nos relatos. A sua permanência na noite de Jesus anuncia a luz e a claridade da sua fé, manifestada na manhã da ressurreição.

⁴⁸ Cf. *Ibid.*, 1262-1263.

Nicodemos e o discípulo amado são expressão de uma fé comunitária, vivida no tempo da redação do relato evangélico. Por isso mesmo, os seus percursos de fé constituem lugares abertos onde cada leitor individual e a comunidade no seu todo se podem rever. Por detrás de Nicodemos, vemos uma comunidade que se vê expulsa da sinagoga e experimenta ainda a dor de viver a sua fé entre caminhos incertos⁴⁹. Se a marginalidade marca a vida da comunidade cristã primitiva, não a marca como uma fatalidade, mas como condição de «estar no mundo, sem ser do mundo» (cf. Jo 17, 14-16), aberta à luz que a noite do sepulcro anuncia. Por detrás do discípulo amado, vemos uma comunidade semeada aos pés da cruz que é chamada a viver no amor. Face aos desafios de uma estruturação institucional, representados na figura de Pedro e na rede que comporta uma grande quantidade de peixes, a comunidade cristã é chamada a ser uma comunidade amada. O caminho do discípulo amado é expressão de um grau místico e profético de viver a fé que encarna a própria presença do mestre e que abre o sentido correto de viver na história. De facto, como escreve Salmann: «Deixar-se agarrar de maneira acolhedora e atenta pela essência e pelo centro do Cristianismo é algo que não pode dar-se sem um pequeno toque de mística»⁵⁰. É ela que abre a porta ao mistério profundo do discipulado compreendido como caminho amoroso.

Estas figuras bíblicas lançam pontes para o existir cristão hodierno em termos de discipulado nos seguintes aspetos: o caminho crente começa a fortalecer-se mediante o encontro pessoal com Jesus Cristo, manifestado em múltiplas formas de estar unido a Ele; ser crente implica uma procura de Deus no meio de uma situação religiosa plural; ser discípulo é viver unido ao Mestre na fé e no amor; consiste em arriscar com confiança, acendendo candeias de fé na noite escura; as consequências do discipulado implicam a tomada de iniciativa na ação, na interpretação dos sinais em colaboração com Aquele que se segue rumo ao apostolado; finalmente, ser discípulo significa participar da solidão de Deus neste mundo e oferecer-se para lhe fazer companhia na procura do homem, e oferecer-se a cada pessoa para lhe fazer companhia na procura de Deus.

⁴⁹ MOLONEY, *El evangelio de Juan*, 34.

⁵⁰ SALMANN, *A vitalidade de benção*, 37.

3. Ser discípulo numa Igreja que acompanha

O percurso apaixonante dos discípulos de Jesus Cristo, apresentado pelos Evangelhos, permite compreender que a sua apresentação textual, proveniente de uma comunidade de discípulos, tem como finalidade conduzir outros à experiência do seguimento de Jesus. Neste ponto passa-se ao terceiro limiar da fé, ou seja, à constituição da identidade de apóstolo. Trata-se, segundo Theobald, de um nível de intimidade com Jesus que leva a uma identificação com Ele, «na sua identidade de pastor»⁵¹. Ser apóstolo/enviado é a objetivação simbólica de ser discípulo/crente cuja correlação se estabelece no encontro com Cristo ressuscitado⁵².

A experiência desconcertante da vida discipular, de que as narrativas evangélicas fazem eco, lança uma nova luz sobre a identidade do discípulo que atravessa o terceiro limiar da fé, vendo-o como *pastor* e *passador* de uma experiência realmente vivida, de uma fé radicalmente testemunhada. É a esta luz que se pode compreender o próprio mistério do catequista como companheiro de estrada, no contexto da atual transição cultural e eclesial.

3.1. Transportamos uma pequena candeia artesanal

«A estrada», de Cormac McCarthy, relata a história de amor entre um pai e um filho, que caminham juntos, na estrada. Assim se descreve a primeira noite:

«Quando regressou, o rapaz ainda estava a dormir. Retirou o oleado azul que o cobria, dobrou-o e levou-o até ao carrinho de supermercado e guardou-o e regressou com pratos e alguns bolos de milho num saco de plástico e uma garrafa de plástico contendo xarope de bordo. Abriu no chão o pequeno oleado que usava à laia de mesa e dispôs em cima tudo o que trouxera do carrinho e tirou a pistola do cinto e pousou-a na lona e depois ficou ali parado, a ver o rapaz dormir. Durante a noite este tirara a máscara, que estava agora oculta algures entre os cobertores. O homem contemplava-o e olhava através das árvores, na direção da estrada. Aquele lugar não era seguro. Podiam vê-los da estrada, agora que o dia nascera. O rapaz virou-se nos cobertores. Depois abriu os olhos. Olá, papá, disse:

⁵¹ THEOBALD, «C'est aujourd'hui le moment favorable. Pour un diagnostic théologique du temps présent», 70-71.

⁵² Cf. SEQUERI, *Il Dio affidabile. Saggio di teologia fondamentale*, 574-575.

- Estou aqui mesmo.
- Eu sei»⁵³.

Após a catástrofe, num cenário de destruição, onde tudo é preenchido pela sombra, pintado de cinza e de negro; no meio do mais profundo silêncio inundado pelo crepúsculo, emerge a estrada como lugar de esperança no futuro. O pai caminha com o seu filho, velando sempre por ele, em busca de um lugar melhor. Ele não conhece a estrada, mas sabe que tem de caminhar por ela, pegando na mão do rapaz. No meio desta enorme escuridão, descobrem óleo «para a pequena candeia artesanal, para lhes iluminar os longos crepúsculos cinzentos, as longas alvoradas cinzentas»⁵⁴. Esta pequena luz ilumina-os a cada passo. Com ela podem ler histórias, «velhas histórias de coragem e justiça»⁵⁵, e enfrentar o mundo das trevas. Não sabem para onde vão, nem o que virá no futuro. Têm-se um ao outro, juntamente com o fogo que transportam, numa estrada por ninguém percorrida, mas cuja regra é apenas uma: nunca olhar para trás.

A história do caminho percorrido por este pai com o seu filho pode constituir uma parábola inspiradora para todos os educadores que desejam fazer caminho com os outros. Ela retrata algo daquilo que sentimos quando nos propomos educar. Nos mais diversos âmbitos educativos parece que caminhamos à deriva, no fim de um mundo que já não existe, do qual apenas restam os destroços. Hoje em dia qualquer educador não está em condições de dizer «Eu conheço a estrada» e tenho todas as soluções. De um modo global, deixámos de contar as nossas histórias e consideramo-las desajustadas às novas gerações, mas também desconhecemos a forma como elas regulam os seus códigos de vida. Todavia queremos fazer-nos à estrada e construir candeias artesanais que nos permitam enfrentar a noite. O pai do relato não é um pai perfeito, mas é um pai presente. Ele não abandona o filho nem renuncia a indicar um rumo a seguir.

A paisagem da fé cristã tem sido frequentemente apresentada com os tons cinzentos do mundo narrado no livro «A estrada». A catástrofe também atinge a Igreja e deixa à vista as marcas da destruição. No entanto, à semelhança daquele pai, muitos reconhecem que é possível dirigir-se para o sul, ou seja, consentir que há uma estrada de oportunidade por onde se pode caminhar

⁵³ Comac MCCARTHY, *A estrada*, Lisboa: Relógio d'Água 2007, p. 12.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid., 33.

com os outros, agarrando a sua mão⁵⁶. Fazer nascer a esperança no caminho significa fabricar candeias que transportem o fogo que temos em nós, nunca renunciando a apontar caminhos, a anunciar estações de «saída» e a empenhar os outros na construção da sua própria existência.

Acompanhar os outros, como pais e mães, significa considerar cada pessoa no que tem de mais único e irrepetível, individuando gestos, personalizando caminhos, deixando que as luzes se acendam, cozendo à mão de modo artesanal, em fina filigrana, os traços da sua vida reconstruída.

3.2. Uma Igreja que acompanha

As passagens e reconfigurações que vivemos como comunidade humana desafiam profundamente a Igreja e convidam-na, no seu todo, a deixar-se gerar pelo encontro com a pessoa de Jesus Cristo. A Igreja-discípula e mãe da comunidade dos discípulos é chamada a nascer permanentemente como tal, a partir da relação com o seu mestre. A sua génese, no coração da história e dos acontecimentos, brota do encontro transformador com o *passador* de Nazaré. O tornar credível o Evangelho e o seu anúncio é possível mediante um determinado estilo de ser e de fazer ou maneira de proceder que encarnam a harmonia concordante entre fundo e forma, do dizer e do agir, do fundamento de uma identidade e da sua manifestação que tem por base o seguimento ou imitação da maneira de estar em relação, de pensar e de agir do próprio Jesus. De forma surpreendente, em cada momento e com cada pessoa, Ele desperta a vida e a confiança, aponta caminhos e oferece o dom da graça⁵⁷.

O atual contexto cultural reclama um olhar sobre a história europeia do segundo milénio que valorize os traços da presença do cristianismo na sociedade: o mapa territorial, a orgânica das instituições, a cultura e as artes, o património espiritual, o enquadramento da vida das populações no seu conjunto, etc.. Este olhar debruça-se também para as transformações sociais, culturais e económicas, das últimas décadas, que criaram grandes afastamentos culturais entre esses traços de presença eclesial e a vida real das pessoas⁵⁸. O olhar aprofunda-se, mais ainda, quando se dá conta que o desabamento de algumas

⁵⁶ A Pastoral de Gestação preconiza uma atitude de confiança e esperança diante da catástrofe, segundo a parábola do furação e dos guardas florestais. Para uma interpretação desta parábola veja-se: Tiago NETO, *Hora de mudança na transmissão da Fé*, Prior Velho: Paulinas 2016, pp. 150-151.

⁵⁷ Cf. FOSSION, *Dieu désirable*, 9.

⁵⁸ Cf. THEOBALD, «L'Évangile et l'Église», 27.

das suas estruturas e maneiras de proceder tradicionais, não provocaram uma paralisação ou um abrandamento do dinamismo missionário. A época contemporânea caracteriza-se como um período missionário por excelência⁵⁹, desafiando cada cristão e comunidade a percorrer um duplo caminho: 1) tornar concreta a sua conversão missionária e 2) acompanhar com rigor e competência os dinamismos evangélicos que o Espírito faz nascer.

A conversão missionária da Igreja, caracterizada pela Exortação *Evangelii Gaudium* como uma «nova saída missionária»⁶⁰, constitui algo de essencial, performativo e programático para toda comunidade eclesial. No espírito do documento, a Igreja é entendida como comunidade dos discípulos missionários, dando a entender a relevância estrutural do discipulado na existência cristã, com as implicações espirituais e pastorais que essa condição comporta⁶¹. Na raiz do apostolado está o fundamento do próprio discipulado, ou seja, o encontro «com o amor de Deus em Cristo Jesus»⁶². O cristão compreende-se, assim, como discípulo missionário, não ao modo de duas faces da mesma moeda, mas como figurações e modalidades coincidentes e credíveis de uma única identidade, pois «em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário»⁶³.

A Igreja discípula-missionária em «saída» adota um determinado estilo de evangelizar, cujas dimensões se condensam em cinco verbos: primeirear, envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar. «A Igreja em saída é a comunidade de discípulos missionários que *primeireiam*, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam»⁶⁴.

Primeirear é tomar a iniciativa. Com este neologismo, o Papa propõe que a saída missionária se caracterize por um movimento de saída ao encontro de todos, particularmente dos excluídos e afastados. Envolver-se é descer à realidade de cada pessoa e de cada situação, desenvolvendo gestos e obras que encurtem distâncias e retirem os discípulos missionários da posição de meros espetadores. Acompanhar designa a atitude materna e paterna de quem permanece, com paciência e caridade, atento aos processos de transformação

⁵⁹ Cf. Tiago NETO, *Hora de mudança na transmissão da Fé*, Prior Velho: Paulinas 2016, pp. 83-104.

⁶⁰ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 20.

⁶¹ Vejam-se os capítulos II e V da Exortação intitulados «Tentações dos agentes pastorais» e «Evangelizadores com Espírito», respetivamente.

⁶² FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 120.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid., n. 64.

da humanidade. Frutificar engloba um discernimento evangélico das situações, em vista de uma correlação entre a mensagem cristã e a vida concreta das pessoas. Festejar significa transportar a alegria que vem de Deus, celebrando cada «vitória» e cada pequeno passo.

A composição deste tecido evangelizador dá forma à alegria missionária, cuja concretização, contempla necessariamente e sempre «o anúncio explícito de Jesus como Senhor»⁶⁵. A complementá-lo está a referência à modalidade da pregação informal que propõe o anúncio da Palavra de Deus, concentrado no anúncio fundamental do «amor pessoal de Deus que Se fez homem, entregou-Se a Si mesmo por nós e, vivo, oferece a Sua salvação e a Sua amizade»⁶⁶. Este anúncio acontece depois de um primeiro momento de «diálogo pessoal, no qual a outra pessoa se exprime e partilha as suas alegrias, as suas esperanças»⁶⁷. Na base deste tecido, como fundamento do dinamismo evangelizador, está a abertura permanente à ação de Deus. O evangelizador-discípulo-missionário abre-se, sem medo, à ação do Espírito Santo⁶⁸. A missão vive, necessariamente, do pulmão da oração e da purificação espiritual onde se atualiza a experiência pessoal da salvação. De facto, «o verdadeiro missionário, que não deixa jamais de ser discípulo, sabe que Jesus caminha com ele, fala com ele, respira com ele, trabalha com ele»⁶⁹. No coração do discípulo missionário há uma paixão por Jesus que o leva a falar-lhe dos homens e mulheres que encontra no seu caminho, e uma paixão pelo seu povo, onde descobre guardada a própria presença de Deus⁷⁰.

Pelo desenvolvimento que o tema do acompanhamento conhece no documento⁷¹, as etapas que compõem o estilo de uma Igreja em saída missionária, preconizam uma autêntica pedagogia de acompanhamento. Ela compreende uma dimensão *ad extra* que implica «acompanhar a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam»⁷². Tem, ainda, uma dimensão *ad intra* que passa por desenvolver pedagogias de acompanhamento espiritual, tanto ao nível do discernimento de pessoas

⁶⁵ Ibid., n. 110.

⁶⁶ Ibid., n. 128.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Cf. Ibid., n. 259.

⁶⁹ Ibid., n. 266.

⁷⁰ Cf. FRANCISCI PP., «Homilia do Papa Francisco na Santa Missa Crismal», www.vatic.va, <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20140417_omelia-crisma.html> [Acedido: 8 abril 2017].

⁷¹ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 169-173.

⁷² Ibid., n. 24.

e grupos⁷³, como do discernimento pastoral. Neste último caso, a vitalidade e dinâmica do cristianismo atual convidam a Igreja, como diz A. Fossion, a «acompanhar, ativamente, com discernimento e competência, os atuais processos de reconstrução e regeneração da fé»⁷⁴.

A pedagogia de acompanhamento é proposta, como desafio, a toda a Igreja, chamada a «iniciar os seus membros – sacerdotes, religiosos, leigos – nesta *arte do acompanhamento*»⁷⁵. A iniciação dos catequistas neste ser e saber-fazer que implica a arte de acompanhar, atualiza os dois movimentos inerentes à condição crente na contemporaneidade. O catequista concretiza a sua conversão missionária mediante o processo de ser acompanhado, o que implica processos de transformação humana e espiritual rumo à santidade, mediados por um discernimento eclesial, feito no Espírito. O catequista acompanha os outros, pondo em marcha a pedagogia de uma Igreja em «saída», mas também pela conexão que estabelece entre sua história pessoal e os percursos de fé daqueles que acompanha. É no crer dos que começam ou recomeçam que se aprende a forma como Deus fala aos homens e mulheres de hoje e se pressente alguma coisa sobre as possibilidades do nascimento da fé⁷⁶. Nas estradas que partem de Jerusalém a Emaús ou a Gaza encontramos o quadro para uma espiritualidade do catequista como discípulo que acompanha.

3.3. *Discípulos que se acompanham*

As narrativas bíblicas dos discípulos de Emaús (Lc 24, 13-35) e do encontro entre Filipe e o eunuco etíope (At 8, 26-39) têm sido apresentadas como referências estruturantes de uma pedagogia de acompanhamento⁷⁷. No final

⁷³ Em ambiente familiar propõem-se uma tríplice dinâmica de inclusão, acompanhamento e discernimento. Cf. PAPA FRANCISCO, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal (Amoris Laetitia)*, Lisboa: Paulinas 2016, n. 291-292.

⁷⁴ FOSSION, «Évangéliser de manière évangélique. Petite grammaire spirituelle pour une pastorale d'engendrement», 62.

⁷⁵ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 169.

⁷⁶ Cf. Roland LACROIX, «Prendre au sérieux la démarche des recommençants», *Lumen Vitae* 63, 4 (2008) 423-435, p. 438.

⁷⁷ Cf. Veja-se a este propósito: Olivier FROHLICH, «Pour que notre joie soit complète» (1 Jn 1,4). Proposer la Bonne Nouvelle aux jeunes», em Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Une nouvelle chance pour l'Évangile. Vers une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Les Éditions de l'Atelier 2004, 149-171; Giuseppe SAVAGNONE, «Un'icona evangelica della compagnia all'erranza: i viandanti di Emmaus», em Enzo BIEMMI (ed.), *Il secondo annuncio. Errare*, vol. 2, Bologna: EDB 2015, 136-142, pp. 97-102; Enzo BIEMMI, «Desafios e oportunidades

do Evangelho de Lucas, Jesus é apresentado como evangelizador, enquanto no texto dos Atos, Filipe é representante da comunidade cristã que anuncia do mesmo modo que Jesus. Parece oportuno relacioná-las com a pedagogia de acompanhamento proposta pela *Evangelii Gaudium*, para que se veja com clareza que o estilo de acompanhamento proposto pela comunidade cristã é o mesmo de Jesus⁷⁸. Estas narrativas apontam para uma dimensão inerente à condição humana e cristã, ou seja, que todos «temos necessidades de guias que nos ajudem a reler a nossa vida»⁷⁹. O próprio facto de se considerar que a proposição da fé vai ao encontro da individualidade do percurso de cada discípulo adensa, ainda mais, a necessidade de acompanhamento. Estes textos traduzem o desejo de busca espiritual de tantos adolescentes, jovens e adultos que hoje somos chamados a acolher e a interpretar. Eles são também sinal das desilusões e afastamentos face à proposta cristã que somos chamados a apresentar com fortaleza e alegria. De algum modo, estes textos entrelaçam-se como duas dimensões inerentes ao agir eclesial, configurando-se como narrativas de acompanhamento da busca espiritual, na ordem do primeiro anúncio, e como construções textuais de reconhecimento, na ordem do segundo anúncio⁸⁰. Na perspetiva de uma visão do catequista como discípulo que acompanha, traçam-se algumas linhas essenciais da sua espiritualidade.

a) Aceitar o desafio da saída missionária

À imitação de Jesus que se põe a caminho, ou seja, que toma a iniciativa de sair ao encontro dos outros, também o catequista é chamado a aceitar o desafio de uma «saída missionária». Contrariamente ao que sucede na narrativa de Emaús, onde o próprio Jesus toma a iniciativa de entrar no caminho dos discípulos (cf. Lc 24,15), no caso de Filipe, é o Anjo quem lhe indica a rota da

da formação dos catequistas», *Pastoral Catequética* 7, 20 (2011) 33-42; SAVAGNONE, «Un'icona evangelica della compgnia all'erranza: i viandanti di Emmaus»; Enzo BIEMMI, «De Jérusalem à Gaza». Pour une spiritualité du catéchiste comme compagnon de voyage», *Lumen Vitae* 71, 1 (2016) 39-45. Para uma pedagogia do catequista como companheiro de viagem veja-se: Enzo BIEMMI, *Compagni di viaggio. Laboratorio di formazione per animatori, catechisti di adulti e operatori pastorali*, Bologna: EDB 2004.

⁷⁸ Cf. BIEMMI, «De Jérusalem à Gaza». Pour une spiritualité du catéchiste comme compagnon de voyage», 39.

⁷⁹ FROHLICH, «"Pour que notre joie soit complète" (1 Jn 1,4). Proposer la Bonne Nouvelle aux jeunes», 166.

⁸⁰ Relativamente a uma interpretação da narrativa de Emaús na linha do reconhecimento veja-se: Jean-Noël ALETTI, *Voltar a falar de Jesus Cristo*, Lisboa: Cotovia 1999, pp. 190-204.

saída e lhe diz «Põe-te a caminho» (cf. At 8, 26). Evangelizar é sair de nós, deixando os nossos lugares e seguir a rota indicada pelo Senhor. A saída missionária como discípulos só é possível e verdadeiramente autêntica quando brota de um diálogo com o Senhor e resulta de uma ordem sua ou dos seus enviados (cf. Lc 10, 16). «O Anjo do Senhor falou a Filipe» (At 8, 26). De facto, como lembrou o Papa aos catequistas: «A primeira coisa necessária para um discípulo é estar com o Mestre, ouvi-Lo, aprender com Ele». Deste «estar com Jesus» e «andar com Ele» nasce a vocação do catequista. Ele precisa de cultivar um espaço interior que dê sentido à missão e que sustente o ardor missionário, mediante momentos prolongados de adoração, de encontro orante com a Palavra de Deus e de diálogo sincero com o Senhor⁸¹.

Na narrativa dos atos diz-se que a estrada «desce» e «se encontra deserta» (At 8, 26). Filipe *desce* de Jerusalém a Gaza, isto é, do lugar do templo à estrada da profanidade do mundo. O que implica um *descimento* ou procedimento *kenótico* de despojamento que passa por abandonar qualquer pretensão de superioridade, típica do cristianismo sociológico, e encarar com realismo a erosão dos códigos religiosos cristãos. Descer é aceitar a realidade da própria fé cristã num mundo secularizado, reconhecendo, ao mesmo tempo, que o fim de certas formas da fé cristã, não significa o fim do cristianismo. A confiança pedida ao evangelizador brota da convicção de que como ele é ouvinte do Evangelho, os seus contemporâneos são também capazes de Deus. Tal como no passado, o Evangelho tem hoje «todas as probabilidades de ser escutado e entendido, de novo, como uma Boa Notícia que transmite a vida»⁸².

b) *Primeirear*, tomar a iniciativa de se aproximar e surpreender-se

O catequista que acompanha experimenta que o Senhor tomou a iniciativa de o amar primeiro (cf. 1 Jo 4, 10) e, por isso, *primeireia*, ou seja, vai à frente, toma a iniciativa de ir ao encontro dos outros, procurando os afastados e chegando às encruzilhadas dos caminhos e das vidas⁸³. No coração do catequista, refere o Santo Padre, existe «sempre este movimento *sístole-diástole*: união com

⁸¹ Cf. FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 262.

⁸² Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), «Liminaire», em *Une nouvelle chance pour l'Évangile: Vers une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Éditions de l'Atelier 2005, 5-6, p. 5.

⁸³ Cf. FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 24.

Jesus – encontro com o outro. Se falta um destes dois movimentos, o coração deixa de bater, não pode viver»⁸⁴.

Quem toma a iniciativa de aproximar está disposto a surpreender-se com aquilo que acontece no caminho. Filipe tem um encontro inesperado com um desconhecido (At 8,27). A sua aproximação gera uma surpresa extraordinária, ou seja, o facto de Deus já estar presente naquele homem. Esta é uma convicção profundamente pascal pois o ressuscitado precede os seus discípulos na Galileia (cf. Mc 16,7). Evangelizar é ser levado aos locais onde Deus nos envia e nos precede. Como afirmou o Papa Francisco aos catequistas: «Deus não tem medo das periferias. Se fordes às periferias, encontrá-Lo-eis lá»⁸⁵. O olhar contemplativo do catequista fá-lo ver Deus em todas as coisas e reconhecer os sinais da sua presença amorosa em cada pessoa.

c) Envolver-se com os outros entrando numa relação progressiva

O discípulo que acompanha envolve-se com os outros, entra na sua vida diária, encurtando distâncias e criando oportunidades de relacionamento⁸⁶. Evangelizar é, em primeiro lugar, humanizar, ou seja, suscitar a vida em todas as suas dimensões (física, espiritual, psicológica, afetiva, intelectual, social), tecendo laços de fraternidade onde todos se reconheçam e se queiram bem⁸⁷. É entrar num estilo gracioso de relação, marcado pela doçura, respeito, bondade, perdão e gratuidade. Tanto Jesus como Filipe manifestam um interesse genuíno por aqueles que encontram no seu caminho, pondo em marcha movimentos que favorecem a relação com eles. No caso do Diácono, os verbos que acompanham a sua movimentação denotam uma construção progressiva e delicada da relação entre ambos: «pôr-se a caminho, acorrer, ouvir, subir para o carro, sentar-se ao lado». A arte de acompanhar pressupõe, de facto, a capacidade de «descalçar sempre as sandálias diante da terra sagrada do outro»⁸⁸. A pergunta dirigida ao Eunuco: «Compreendes, verdadeiramente, o que estás a ler?» (At 8, 30)

⁸⁴ FRANCISCI PP., «Discurso aos catequistas por ocasião do Ano da Fé e do Congresso Internacional de Catequese (Roma, 27/09/2013)», [www.vatican.va](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130927_pellegrinaggio-catechisti.html), <<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130927_pellegrinaggio-catechisti.html>> [Acedido: 2 outubro 2013].

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Cf. FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 24.

⁸⁷ FOSSION, «Évangéliser de manière évangélique. Petite grammaire spirituelle pour une pastorale d'engendrement», 66.A. FOSSION, «Évangéliser de manière évangélique», 66.

⁸⁸ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 169.

ou aquela que é lançada aos dois discípulos: «Que palavras são essas que trocáis entre vós, enquanto caminhais?» (Lc 24, 17) inserem-se numa dinâmica relacional respeitosa que procura despertar a consciência dos interlocutores, mais através da sugestão do que pela imposição⁸⁹. É esta forma de estar em relação que motiva o pedido de ajuda: «E como poderei compreender, sem alguém que me oriente?» (At 8, 31). Ou ainda: «Tu és o único forasteiro em Jerusalém a ignorar o que lá se passou nestes dias!» (Lc 24 18). Evangelizar significa «depende de fatores que não se controlam»⁹⁰, dando espaço ao inesperado do outro, deixando que seja ele e não nós, a marcar os tempos e os ritmos. Assumir a atitude pedagógica de Jesus é renunciar a uma estratégia pré-programada e controlada por nós. Acompanhar é demitir-se de controlar, é colocar-se ao serviço do outro, numa disponibilidade aberta e hospitaleira, escutando as suas interrogações, atendendo à sua história e respeitando as suas decisões. É percorrer o caminho juntos, numa dinâmica onde só a relação pessoal permite desvendar um interesse pessoal e único pela vida do outro. A atenção ao caminho pessoal de cada crente implica o desenvolvimento da mesma atitude pastoral de Cristo que acompanha cada pessoa no momento «favorável» da sua existência, estando atento às passagens de Deus, às suas impressões digitais, sempre num respeito pleno da liberdade de cada um. Envolver-se é, segundo as palavras do Papa Francisco, «dar ao nosso caminhar o ritmo salutar da proximidade, com um olhar respeitoso e cheio de compaixão, mas que ao mesmo tempo cure, liberte e anime a amadurecer na vida cristã»⁹¹.

Envolver-se implica também para o catequista participar «das alegrias e das esperanças, das tristezas e das angústias dos homens de hoje»⁹². Não basta um olhar solidário ou um lamentar-se diante das situações. Como discípulo que acompanha, o catequista é chamado a sujar as mãos, tocando a carne ferida dos irmãos, contactando com as periferias existenciais da pobreza, da doença, da exclusão, da separação, da violência, das vidas oprimidas sem sentido e das almas sem fé.

⁸⁹ BIEMMI, «"De Jérusalem à Gaza". Pour une spiritualité du catéchiste comme compagnon de voyage», 41.

⁹⁰ FOSSION, «Évangéliser de manière évangélique. Petite grammaire spirituelle pour une pastorale d'engendrement», 71.

⁹¹ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 169.

⁹² Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, «Constituição Pastoral (Gaudium et Spes)», em *Concílio Ecuménico Vaticano II: constituições, decretos, declarações e documentos pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração ¹¹1992, n. 1.

d) Acompanhar, fazendo caminho com os outros, deixando gerar a vida

Depois de ter tomado a iniciativa e de se envolver nas situações, o catequista acompanha com paciência e caridade os múltiplos processos de crescimento e de transformação. Nas narrativas mencionadas, a possibilidade de acompanhar pressupõe dois sinais concretos. O primeiro é a disposição do evangelizador para aprofundar o diálogo iniciado, facto omitido na narrativa, mas subentendido pela presença continuada de Jesus e de Filipe. O segundo é a disponibilidade do acompanhado para aprofundar o diálogo e consentir a permanência de outro. O eunuco convida Filipe a subir para o carro e a sentar-se ao seu lado (At 8,31); os discípulos suplicam a Jesus que fique com eles (cf. Lc 24, 29). A própria narrativa de Lucas apresenta de forma figurada o sentido gramatical do verbo acompanhar, derivado da construção latina *cum-panis*, que significa literalmente aquele com quem se reparte o pão. Este termo alude a uma profunda intimidade, simbolizada na casa e no carro, que aponta para uma autêntica partilha de vida e para a designação daquele que acompanha como companheiro de mesa, de vida e de viagem⁹³.

A exortação apostólica *Evangelii Gaudium* apresenta alguns traços característicos do acompanhamento dos processos de crescimento pessoal⁹⁴. Em primeiro lugar, refere que discípulo que acompanha é necessariamente um discípulo acompanhado. Iniciar-se na arte de acompanhar implica a experiência pessoal de ser acompanhado. Ao ser acompanhado, o catequista toma conta da sua história de vida e do seu caminho. Realiza, com disciplina e treino espiritual, um caminho de discernimento partilhado, feito em Igreja, à luz da Palavra de Deus e dos desafios concretos⁹⁵. Aqui reside um dos segredos da credibilidade e fecundidade da sua missão. Só pela experiência pessoal de se deixar acompanhar e curar, falando com sinceridade a quem o acompanha, é que o catequista aprende a ser paciente e compreensivo com os outros e está

⁹³ Cf. Marcello SEMERARO – Salvatore SORECA, *Accompagnare è generare*, EDB 2016, p. 5.

⁹⁴ Cf. FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 169-173.

⁹⁵ Sobre a importância do relato da história pessoal nos processos de acompanhamentos veja-se: François-Xavier AMHERDT, «Un développement spirituel vers une nouvelle naissance à tout âge: ressources pastorales et catéchétiques», *Recherches de Science Religieuse* 104, 4 (2016) 551-568. Paul-André GIGUÈRE, «Travail autobiographique et nouvelle naissance», em Philippe BACQ – Christoph THEOBALD (eds.), *Une nouvelle chance pour l'Évangile. Vers une pastorale d'engendrement* (Théologies pratiques), Bruxelles; Montréal; Paris: Lumen Vitae; Novalis; Les Éditions de l'Atelier 2004, 173-183. Relativamente ao acompanhamento espiritual em Igreja veja-se: HENRI NOUWEN, *Acompanhamento Espiritual – Sabedoria para percorrer o longo caminho da fé*.

habilitado a encontrar «formas para despertar neles a confiança, a abertura e a vontade de crescer»⁹⁶.

Acompanhar é também ter um olhar solidário para contemplar, comovendo-se e parando diante dos outros, tornando-lhes presente o olhar e a maneira de ser de Jesus. Acompanhar é sair da situação de mero espetador e desenvolver a arte de escutar como capacidade do coração que torna possível a proximidade e leva a individuar o gesto que surpreende e a palavra oportuna. Esta é uma pedagogia que se realiza passo a passo, com calma e lentidão, feita de cimentações sustentadas, por forma a alcançar um estado de maturidade humana e espiritual que implique uma apropriação do mistério da existência, capaz de criar personalidades livres e responsáveis. De facto, acompanhar é iniciar processos que precisam de tempo para amadurecer. A paciência do evangelizador é fundamental, para se dar tempo ao tempo, não havendo espaço para fatalismos, nem para desistências. Como o agricultor espera pacientemente pelo fruto da colheita, assim aquele que acompanha aguarda ativamente pelo crescimento dos outros. Tudo isto não se faz sem sofrimento e sem dor. Acompanhar o ser humano em estado permanente de passagem é estar ao serviço da sua gestação, desenvolvendo o princípio *maiêutico* de o fazer nascer. O catequista age como aquele que acompanha a gestação do outro, ajudando-o a nascer. Entender a missão do catequista como aquele que acompanha é remontar à origem da vida humana. O catequista é um *passador* da existência. Desempenha uma função paternal e maternal simbólica, que ajuda o outro a sair de si e a descobrir a relação entre a gestação da vida humana e a gestação da fé, a partir das realidades concretas da sua existência. O catequista realiza um serviço específico que consiste em criar as melhores condições que possibilitem o encontro de cada pessoa com Deus. Estar ao serviço desta passagem de Deus na vida dos outros implica renunciar a toda a sedução, isto é, ao risco de conduzir mais para si do que para Deus⁹⁷. Acompanhar não é um exercício terapêutico de imanência de si ou de autorrealização isolada, mas peregrinação e caminho para Cristo, rumo à construção de identidades livres, encontradas à altura da sua consciência e capazes de uma fé pessoal que revela formas de exprimir a própria vida.

Uma Igreja que acompanha é uma Igreja centrada no essencial. Acompanhar aqueles que gerámos no nosso seio significa entender as suas vidas e percursos como novos códigos cifrados do Evangelho. Catequistas, crianças,

⁹⁶ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 172.

⁹⁷ Cf. Carlo Maria MARTINI et al., *Acompanhamento espiritual*, Lisboa: Paulus 2011, p. 66.

adolescentes, jovens e adultos «precisam de acompanhantes, de companheiros de viagem, que os ajudem a viver as suas interrogações e as suas angústias, que lhes permitam descobrir as suas riquezas, que suscitem o seu assumir de responsabilidades, que sustentem os seus compromissos»⁹⁸.

e) Frutificar, anunciando a boa-nova de Jesus com a própria vida

O anúncio da boa-nova radical de bondade que é Jesus implica uma correlação entre o texto bíblico e a situação de vida de cada pessoa. Tanto a narrativa de Emaús, como a dos Atos, destacam o cumprimento da Palavra de Deus e a importância da sua realização existencial. O primeiro texto refere que Jesus «começando por Moisés e seguindo por todos os Profetas, explicou-lhes, em todas as Escrituras, tudo o que lhe dizia respeito» (Lc 24, 27). O segundo explica como Filipe, «partindo da passagem da Escritura, anunciou-lhe a Boa-Nova de Jesus» (At 8, 25). Independentemente de procurarmos saber concretamente o que Filipe disse ao eunuco, o texto dá a entender que o seu anúncio, dotado de um fortíssimo cariz existencial, «concentrou-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário»⁹⁹. A leitura existencial das escrituras não só se refere ao mistério do Servo Sofredor, aplicado a Jesus no seu mistério pascal, como vai ao encontro da situação sofridora e de morte própria de um eunuco.

Do mesmo modo, Jesus vai ao encontro da desilusão dos dois discípulos, «explicando-lhes tudo o que lhe dizia respeito» (Lc 24, 27). O caso de Emaús é exemplar na medida em que a correlação entre a vida de Jesus e as Escrituras se constrói numa modalidade inigualável. As escrituras não só falam d'Ele como se cumprem no seu destino messiânico. Esta exemplaridade modelar alcança todos os encontros evangelizadores, na medida em que a credibilidade do evangelizador se faz mediante um encontro de narrativas. O relato da sua própria vida, como atualização da história salvífica, constitui a raiz credível do seu anúncio e é geradora de confiança e abandono. Evangelizar é traduzir o Evangelho nas situações concretas da existência, apresentando a própria vida como um testemunho da ação de Deus. A partir do testemunho daquilo em que se tornou, o catequista abre espaço à resposta da fé e favorece as condições

⁹⁸ FRÖHLICH, «"Pour que notre joie soit complète" (1 Jn 1,4). Proposer la Bonne Nouvelle aux jeunes», 167.

⁹⁹ FRANCISCI PP., «Adhortatio Apostolica Post-Sinodalia (Evangelii Gaudium)», n. 35.

do seu exercício, como fez Filipe: «Se acreditas com todo o coração, isso é possível». Ao que o eunuco respondeu: «Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus» (At 8,37). Acompanhar, neste sentido, tem por base o fruto da nossa própria vida salva, e apresenta-se como a capacidade de traduzir o anúncio do Evangelho – frutificar – a partir da situação concreta das pessoas.

f) Festejar o comum nascimento da fé e saber desaparecer

«A alegria do Evangelho enche o coração e a vida dos discípulos de Cristo»¹⁰⁰. A partir do encontro com Jesus atualizado existencialmente, com base nos frutos verificados na vida dos outros, o catequista é chamado a «saborear a suave e reconfortante alegria de evangelizar»¹⁰¹. A pergunta do eunuco: «Que me impede de ser batizado?» e o convite dos discípulos: «Fica connosco, pois a noite vai caindo e o dia já está no ocaso.» (Lc 24, 29) abrem a porta aos sinais sacramentais do Batismo e da Eucaristia. Estes sinais apontam para os dois movimentos evangelizadores que o catequista é chamado a desenvolver. O primeiro anúncio para aqueles que procuram um sentido para a vida, uma confiança basilar que os faça chegar ao Batismo. O segundo anúncio para aqueles que, tendo ouvido falar de Jesus, se sentem desiludidos com Ele e com a sua Igreja, que já não reconhecem a importância do encontro sacramental com Cristo na mesa da Palavra e da Eucaristia ou dele se sentem excluídos. Muitos deles não estão hoje em condições de reconhecer o Evangelho na própria vida nem de o relacionar com as passagens fundamentais da existência. Como escreve E. Biemmi, o segundo anúncio, «é uma palavra de bênção no coração das travessias da vida humana»¹⁰².

As narrativas bíblicas acentuam o caráter de bênção comum que estes encontros geram. Cada novo nascimento resultante do primeiro anúncio constitui um momento de segundo anúncio para o catequista. Salvaguardando a diferença entre o que batiza e o que é batizado, o texto dos Atos refere que «ambos desceram à água» (At 8,38). Isto significa que o momento do nascimento para o eunuco corresponde a um novo nascimento para Filipe¹⁰³. Ambos

¹⁰⁰ Ibid., n. 1.

¹⁰¹ PAPA PAULO VI, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal (Evangelii Nuntiandi)*, Lisboa: Editorial Apostolado da Oração 1976, n. 803.

¹⁰² Enzo BIEMMI – Henri DERROITTE, *Catéchèse, communauté et seconde annonce*, Namur; Lumen Vitae 2015, p. 90.

¹⁰³ Enzo BIEMMI, *Il secondo annuncio. La grazia di ricominciare*, Bologna: EDB 2011, p. 101.

nascerem como filhos de Deus. A vida do discípulo fortalece-se na missão. Ela é o horizonte de reapropriação do Mistério da fé, fonte de crescimento humano e espiritual e lugar de onde brota a alegria missionária.

Acompanhar significa, finalmente, aceitar o caráter provisório e limitado do serviço da catequese que cumpre a sua missão, precisamente, quando a pessoa adquire as competências essenciais para prosseguir o caminho da fé. O saber desaparecer, como fizeram Jesus e Filipe, é condição necessária para a atualização do ato educativo de acompanhamento. Acompanhar é, também, saber retirar-se, deixar partir e «confiar as pessoas à ação do Espírito e à sua liberdade»¹⁰⁴. A função mediadora do catequista que acompanha e que presta um serviço humilde à ação do Espírito Santo no coração de cada pessoa acaba quando cada um é capaz de escrever o Evangelho na sua própria vida.

Conclusão

O catequista é um discípulo. A sua missão brota de um encontro pessoal com o Senhor Jesus, cuja raiz afetiva o sustenta no caminho do seguimento. Para além da escuridão da noite do mundo e da própria vida pessoal, o Senhor guarda o catequista, é o seu amparo e rocha protetora. Mesmo na noite, acende-se a candeia do Bom Pastor que vem à procura do catequista e lhe diz: «Vem e segue-me». É esta palavra do Mestre que sustenta uma vocação e a faz perseverar para além da hesitação e da desilusão. Compreender-se, assim, nesta barca de irmãos, com o timoneiro Jesus Cristo, faz-nos passar travessias, acender luzes por entre o nevoeiro.

O catequista é acompanhado. Esta é a raiz da sua fidelidade: saber-se acompanhado. Pelo Espírito que o faz Filho e o leva a progredir sempre mais, a crescer até à estatura de Cristo, na comunhão da Igreja, na profissão da fé, no anúncio da esperança e na vivência da caridade. Numa existência aberta e numa personalidade relacional, o catequista pode narrar as maravilhas operadas pelo Senhor na sua vida. Ele é acompanhado pela Igreja que o desafia, pelos sinais sacramentais que o guiam e pelos irmãos que sempre estão, estiveram e estarão no seu caminho.

O catequista acompanha. Na profanidade da vida quotidiana, ele acompanha os processos de transformação da humanidade, na família, no trabalho

¹⁰⁴ BIEMMI, «"De Jérusalem à Gaza". Pour une spiritualité du catéchiste comme compagnon de voyage», 44.

e na sociedade. O catequista é a primeira candeia de esperança a brilhar nesses lugares. Na paróquia, o catequista acompanha a todos, sem exceção; implicando-se concretamente nas situações de vida, indo para além do caminho que lhe é pedido. Acompanhar é programar-se unicamente pelos outros. O catequista é companheiro de viagem do pároco, da comunidade cristã, dos outros catequistas, das crianças, adolescentes, jovens e adultos da catequese, das suas famílias, etc.

O catequista é discípulo, é acompanhado e acompanha. Estes três movimentos realizam dinamismos inerentes à própria condição crente. A sua conjugação no seguimento, discernimento e acompanhamento, concretizada em presenças credíveis do Evangelho, pode vislumbrar caminhos, onde, em génese, se forma a família dos discípulos de Cristo.

**Não há ventos favoráveis
para barco sem destino (Séneca – 4 a.C.-65 d.C.)**

**A educação dos filhos
e a impossível neutralidade moral**

LUÍS MANUEL PEREIRA DA SILVA (*)

Imagem inicial – Pieter Bruegel, “Torre de Babel”, 1563

Começo por saudar cada um dos presentes (aproveitando a própria ambiguidade que a palavra «presente» tem, na nossa língua portuguesa. Cada um de vós é uma oferta, um dom de Deus, aqui, diante de mim. Espero ser, também eu, para cada um de vós, um presente).

Mas voltemos, então, à saudação inicial para agradecer o convite que me foi formulado e que procurarei honrar com a minha intervenção.

(Destaco algumas saudações:

Rev.mo Sr. D. Manuel Pelino, Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé,

Rev.mo Sr. D. António Moiteiro, meu Bispo, e membro da Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé,

Rev.mo Sr. D. Nuno Brás, irmãos na missão de evangelizar, amigos catequistas, vamos iniciar a nossa viagem, encostando-nos à metáfora do barco, que chamámos a título desta intervenção. Iremos fazer uma viagem acompanhada por 12 imagens. Tantas quantas as tribos de Israel; tantas

(*) Mestre e Pós-Graduado pelo Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Professor de Educação Moral e Religiosa Católica e coautor de manuais desta disciplina para o Ensino secundário.

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Sêneca - 4 a.C-65 d.C.)

quantos os apóstolos... Doze pilares para uma efetiva educação moral dos filhos, propondo-me perceber o que ela deve ser e o que deve garantir e proteger.

Início com um desafio de mim para vós e de vós para mim.

Invoco, para este desafio, a minha condição de professor de Educação Moral e Religiosa Católica já há dezanove anos para vos **recordar que a vossa missão de catequistas não anula a minha missão de professor de EMRC; a minha missão de professor de EMRC não anula a vossa ímpar missão de catequistas**. Esta é uma afirmação que não resisto a formular, aqui. Julgo que algo carece de reflexão quando continuamos a ouvir a pais, alunos e tantos outros que, porque estão em grupos de catequese, já nada têm a esperar da EMRC ou que, estando em EMRC, já não «precisam» (como dizem) da catequese. Sem mais delongas, valerá a pena recordar que a vossa missão se realiza na comunidade cristã, tendo uma meta muito clara: gerar discípulos de Jesus Cristo. A nossa missão situa-se num âmbito muitas vezes adverso da escola onde se pretende realizar e fazer acontecer o encontro entre a fé e a cultura, realizar esta síntese sempre inacabada do encontro entre a resposta cristã e as muitas mundividências que a escola cria. Não nos anulamos: completamo-nos. Isto precisa de ser dito.

(1º MARCO DA VIAGEM

RIO LETES – DANTE E BEATRIZ, NAS MARGENS DO LETES, POR CRISTÓBAL ROJAS, 1889. O RIO LETES (DO GREGO Ἑὐχὴ LÊTHÊ, “ESQUECIMENTO” OU “OCULTAÇÃO”) É UM RIO DO HADES ONDE QUEM BEBESSE DE SUAS ÁGUAS ESQUECIA-SE DAS VIDAS PASSADAS. LOGO, O LETE PASSOU A SIMBOLIZAR O ESQUECIMENTO.)

Feita esta afirmação do vosso papel ímpar, insubstituível, começemos a nossa viagem. Sim, porque refletir é sempre viajar entre o que julgávamos certo e o que descobrimos que temos de corrigir. Pensar sobre as coisas é romper com o esquecimento e ir em busca da verdade. Os gregos, nisto, tinham um especial saber que se plasmou no seu próprio vocabulário. Uma das palavras para dizer verdade era «Alêtheia». E «Alêtheia» quer dizer «não esquecer».

Que viagem nos propomos fazer? **Proponho-me responder à pergunta sobre que lugar deve ter a educação moral na educação dos filhos, qual a especificidade do contributo cristão para a educação moral e**

respondendo, em simultâneo, a uma outra pergunta, que está implícita na própria formulação do tema desta intervenção: é possível uma educação moralmente neutra? A resposta já se supõe no título, mas cabe-nos perceber que não é esse o quadro em que a sociedade de hoje parece estar assente.

Irei, ao longo da intervenção, cruzando ideias com imagens, para que o percurso não seja doloroso e não demos espaço ao esquecimento por nos termos deixado adormecer. Se tal acontecer, porém, haverá um só responsável – eu próprio.

E começo esta viagem que se fará, como disse, de ideias e imagens, por vos apresentar uma imagem, em forma de história. Uma história que nos mostra que a tarefa moral não é fácil.

Importará, aliás, antes de ouvirmos a história, assentarmos em algumas condições prévias.

A nossa sociedade líquida (expressão cunhada pelo pensador polaco Zigmunt Bauman) já não dá como certos dois pressupostos que irei tomar como inabaláveis, ao longo desta nossa reflexão:

- **sempre que há uma ação ou omissão, da responsabilidade de um humano consciente, estamos diante de um facto suscetível de leitura moral.** Costumo contar, para ilustrar esta ideia, uma pequena metáfora. Se houver um vulcão em erupção, só por si, isso não é um problema moral. Mas, se esse vulcão entrar em erupção e alguém souber do facto, omitindo essa informação comportando custos para pessoas e bens, então, passamos a ter um problema moral.
- segundo pressuposto: do que falamos quando nos referimos à moral? Não interessando, para aqui, se moral e ética se distinguem (não as distinguirei e irei utilizar os dois termos com sentido semelhante), importa perceber que **falar de moral é refletir os factos, atos e acontecimentos à luz da sua bondade e maldade.** Isto é, se são atos ou omissões bons ou maus, o que está condensado, de modo expressivo, na regra de ouro universal «faz o bem e evita o mal». Naturalmente, será necessário saber o que faz deles atos ou omissões bons ou maus (penso dar elementos para isso, ao longo da reflexão), mas importa, para já, reter esta ideia. A moralidade incide sobre a bondade ou maldade do agir humano. Se fosse estética, falaríamos da beleza ou fealdade dos atos; se fosse o âmbito

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Sêneca - 4 a.C-65 d.C.)

jurídico, falaríamos da licitude ou ilicitude. Aqui, iremos preocupar-nos com a dimensão moral.

E, sim, numa sociedade tão marcada pelo relativismo como aquela em que estamos, os atos continuam a poder e ter de ser lidos como atos bons ou maus. Veremos como.

(2ª IMAGEM – CASSANDRA

PINTURA DE EVELYN DE MORGAN – LONDRES, 30 DE AGOSTO DE 1855-2 DE MAIO DE 1919)

Regressemos à história que vos prometi contar. Ela ilustra a dificuldade que, desde sempre, houve em que o discurso moral fosse ouvido. Resistimos a ele. Queremos que ele não tenha razão. Preferimos pensar que as coisas são belas ou lícitas. **Dizer que são boas ou más incomoda-nos.** Isso não é de hoje. Aliás, a história que vos vou contar, o mito de Cassandra, tem mais de 2800 anos. Podemos encontrá-la, quer na Ilíada, quer na Odisseia, epopeias de Homero.

E o que nos conta o mito de Cassandra?

Socorro-me da narrativa de Luc Ferry, no seu livro «A sabedoria dos mitos» (pp. 174-175).

«[Cassandra] vive marcada por uma aflição nefasta que lhe vem de Apolo. O deus da Música apaixonou-se por ela e, para ganhar os seus favores, confere-lhe um maravilhoso dom: prever o futuro. Cassandra aceita, mas, no último momento, recusa ceder aos avanços do deus... que lho leva bastante a mal. Para se vingar, lança-lhe um terrível encanto: ela poderá sempre prever corretamente o futuro – o prometido é devido – mas nunca ninguém acreditará nela! É assim que Cassandra roga ao pai que não deixe entrar o cavalo de Tróia na cidade. Em vão, pois ninguém a escuta.»

Esta história ilustra dois aspetos que me importa destacar: **o discurso moral é sempre incómodo.** Nesta história que vos li, o discurso moral começa, precisamente, na recusa de Cassandra...

Mas é igualmente retratada uma outra imagem que acompanha, sempre, o discurso e a ação moralmente coerente: **o discurso moral vê mais longe, mas não é ouvido, a pretexto de uma expectativa imediata que se tem.** No caso da nossa história, a entrada do cavalo em Troia, tomado pelos troianos como um sinal da sua vitória sobre os gregos, que vem a transformar-se,

afinal, na causa da sua derrota. Os gregos entraram, dentro dele, no interior das muralhas da cidade, dizimando-a.

Esta é uma ideia que tenho sublinhado, frequentemente. O discurso moral não é passadista, retrógrado ou meramente conservador. O discurso moral tem o condão de olhar para diante e ver mais longe, alertando para o que pode estar em risco, se se avançar por determinado caminho.

**(3ª IMAGEM – PINTURA DE CASPAR DAVID FRIEDRICH – AS FASES DA VIDA – 1835
RETRATA A RELAÇÃO ENTRE A VIDA E A METÁFORA DOS BARCOS)**

Ora, isto enuncia um dos aspetos que trouxe para o próprio título desta intervenção. «Não há ventos favoráveis para barco sem destino.»

Recuperei uma frase de Séneca, um escritor latino nascido em Córdoba, no ano de 4 a.C. Nesta frase, enuncia-se uma condição para a fundamentação da moral. **Só é possível fundar uma moral** que não seja mera enunciação de leis ou mero cumprimento de normas deontológicas **se soubermos quem é o humano que queremos realizar e para onde ele vai, qual o horizonte que pretende atingir**. E este é o drama de muitas teorias da moral e da ética, hoje em dia. Como não sabem para onde vai o ser humano, não sabem que ventos lhe são favoráveis.

Não sou apenas eu, neste areópago, que o digo. Recordo, a título de exemplo, o reconhecimento que faz disto um autor insuspeito que tenho citado, com frequência, nos últimos tempos, pois reconheço-lhe uma lucidez ímpar. Falo de Alain de Botton que, no seu livro, «religião para ateus», reconhece que, **sem a religião se torna difícil fundamentar a ética e que nunca ninguém conseguiu fundamentá-la com a mesma eficácia com que o conseguem as religiões**. Na verdade, diz, a certa altura, o seguinte: «em termos de objetivos, poderíamos dizer que uma [a educação secular] está preocupada em transmitir informações e a outra [educação cristã] em mudar as nossas vidas.» Sim, esse é o objetivo da educação moral de matriz cristã. E quanto percebemos de crítica ao tipo de educação que é feita, hoje, nas nossas escolas: pretensamente, uma pura transmissão de saber, mas a esse pretexto, uma moral sem rumo. Veja-se o que acontece quando esta mera transmissão de informação se faz no âmbito da dita «educação sexual». Da informação passa-se a práticas que, a pretexto de neutralidade, são incapazes de salvaguardar o humano de cada ato, reduzindo-o ao infra-humano e, por isso, desmoralizando-o. **Não há educação amoral. Há sempre um quadro moral implícito.**

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Séneca - 4 a.C-65 d.C.)

(4ª IMAGEM – JESUS E A SAMARITANA – MARKO IVAN RUPNIKO NASCIDO EM 1954

RETRATO DO ENCONTRO COM O ESTRANGEIRO. A AFIRMAÇÃO DA UNIVERSALIDADE CRISTÃ)

Face a esta verificação, podemos dar mais um passo na nossa viagem.

Verificámos, até aqui, o que é que se propõe fazer a moral: ler os acontecimentos à luz da sua bondade ou maldade. Percebemos que toda a ação de um humano consciente é suscetível de leitura moral, porque é humana e não existe neutralidade na ação humana. Importa, agora, perguntar o que há de específico na educação moral cristã, como pode pensar-se a educação moral com os contributos da matriz cristã. Que traços trouxe e traz o Cristianismo a esta reflexão?

Formulo a pergunta deste modo com toda a intenção.

Nesta formulação, tenho implícitos três destinatários diferentes, mas a quem podem servir as palavras que vou transmitir:

- **os pais cristãos**, para quem a cultura em que pretendem educar os seus filhos é de matriz cristã;
- **os demais educadores cristãos** que, muitas vezes, já se deparam com uma cultura em que outras matrizes já se cruzaram com a cristã;
- e **outros educadores** que, não sendo, eventualmente, cristãos, mas reconhecem a singularidade do cristianismo, tomam os traços fundamentais da visão moral que o Cristianismo tem para se apropriarem deles e os introduzirem na sua própria visão. Implicitamente, estamos, aqui, a falar da universalidade da proposta cristã. O Cristianismo é, de facto, uma proposta para todo o homem.

Mas, então, analisemos esses dados da especificidade da educação moral de matriz cristã.

(5ª IMAGEM – AS SETE OBRAS DE MISERICÓRDIA, CARAVAGGIO, 1606–1607, NO ALTAR DA IGREJA PIO MONTE DELLA MISERICORDIA, NÁPOLES

SEMPRE A IGREJA TEVE CLARO QUE A SALVAÇÃO NÃO ERA MATÉRIA APENAS DA ALMA. A VIDA, EM TODAS AS DIMENSÕES, É O ALVO DA SALVAÇÃO)

A MORAL cristã não é, nunca, uma moral de mínimos, antes uma moral de máximos.

Confirmando, aliás, o que já enunciei em etapa anterior, podemos estar seguros de que a moral de matriz **teológica** cristã nasce de se saber para onde se vai. Fica sem lastro a moral sem referência ao transcendente. Sabemos de onde provimos e para onde vamos. Nascemos do desejo amoroso de Deus, vontade inteligente e prévia a toda a criação e somos encaminhados para o Cristo Omega, total realização da humanidade.

Uma tal convicção e certeza comporta algumas implicações que pretendo enunciar:

A educação moral dos filhos deve, hoje, no século XXI, perceber que vivemos, no Catolicismo, um tempo de uma síntese extraordinária. **Os séculos anteriores pareceram viver um dilema entre o Catolicismo da Moral Pessoal** (centrado nas questões da sexualidade humana) **e o Catolicismo da Moral Social** (particularmente, após o Concílio do Vaticano II), fazendo crer que fosse possível e legítimo tal dualismo. Como se o mundo não fosse o lugar da realização ou como se, por causa do mundo, não se tivesse de procurar a realização integral da pessoa! Hoje, felizmente, estamos num tempo de síntese. **Não podemos educar moralmente esquecendo ou a relação consigo mesmo** (com todas as questões da moral pessoal) **ou a relação com os outros e o mundo** (com as interrogações da moral social). Como tem sido genial a ação do Papa Francisco, nesta matéria! Veja-se a força equiparável que têm a moral pessoal de uma «*amoris laetitia*» e a moral social da «*Laudato Si*», sem qualquer tipo de dualismo.

(6ª IMAGEM – ANUNCIAÇÃO – LEONARDO DA VINCI – 1472-1475

ESTE É O MOMENTO QUE CONFERE O RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE DA CORPOREIDADE HUMANA – DEUS ENCARNA EM MARIA)

Um segundo condimento e traço definidor da educação moral cristã, nestes tempos, poderá configurar-se na afirmação de que esta se define pela **superação do dualismo entre alma e corpo**. Muitos são os que pretendem que o corpo não é parte da identidade da pessoa. É-lhe como que um acrescento. Não pode e não é assim na educação de matriz cristã. O corpo é material ético – o que acontece na corporeidade é suscetível de leitura ético-moral. Isto decorre do que poderemos designar como o princípio «*encarnação*». **Deus encarna e confere ao corpo uma dignidade que não pode ficar como dantes**. É por isso que educar os filhos, educar, cristãmente, é educar para o respeito da integralidade de si. Não é verdade que matérias de sexualidade (aborto, prostituição, relações pré e extraconjugais, etc.)

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Sêneca - 4 a.C-65 d.C.)

escapem à moralização e à leitura ética. Porque se poderia entender que fosse assim? A que pretexto deveriam escapar à leitura ética dimensões tão marcantes da condição humana como esta que diz de nós que somos seres que só se completam no diferente de si? É isso que nos diz de nós a sexualidade: não somos assexuados. Somos seres incompletos que precisam do diferente de si para se completarem.

Quantas implicações do que acabo de dizer em muitas discussões hoje tão acesas:

- ***a liberalização da prostituição pressupõe que o corpo não é parte da identidade pessoal;***
- ***identidades sexuais “a la carte” pressupõem dualismos inaceitáveis. O que significa que «alguém viveu num corpo que não era seu»?***
- ***o “claro que os homossexuais têm o direito a adotar crianças?”***
 - ***Poderá olhar-se para a homossexualidade como um modelo de realização da sexualidade entendida como a busca da realização no encontro com o outro, diferente de mim?***
- ***o “na minha barriga mando eu” – denuncia uma visão proprietária do corpo. Como se este fosse algo que se possui fora de si.***

(7ª IMAGEM – O BOM SAMARITANO | EUGÈNE DELACROIX | 1849-1850)

Um terceiro condimento da educação moral de matriz cristã faz dela uma moral da proximidade. A proximidade, aqui, não é uma categoria geográfica, mas ética e antropológica. Vai buscar a sua plasticidade à parábola do Bom samaritano, que devemos voltar a ler para perceber como Jesus responde à pergunta sobre quem é o próximo.

(Parábola do bom samaritano – Lc 10, 29-37 – Difusora Bíblica).

Parábola do bom samaritano - ²⁹*Mas ele, querendo justificar a pergunta feita, disse a Jesus: «E quem é o meu próximo?»* ³⁰*Tomando a palavra, Jesus respondeu:*

«Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu nas mãos dos salteadores que, depois de o despojarem e encherem de pancadas, o abandonaram, deixando-o meio morto. ³¹Por coincidência, descia por aquele caminho um sacerdote que, ao vê-lo, passou ao largo. ³²Do mesmo modo, também um levita passou por aquele lugar e, ao vê-lo, passou adiante.

³³Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o, encheu-se de compaixão. ³⁴Aproximou-se, ligou-lhe as feridas, deitando nelas azeite e vinho, colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele. ³⁵No dia seguinte, tirando dois denários, deu-os ao estalajadeiro, dizendo: 'Trata bem dele e, o que gastares a mais, pagar-to-ei quando voltar.' ³⁶Qual destes três te parece ter sido o próximo daquele homem que caiu nas mãos dos salteadores?»

³⁷Respondeu: «O que usou de misericórdia para com ele.» Jesus retorquiu: «Vai e faz tu também o mesmo.»

Veja-se que Jesus não diz que o próximo é aquele que necessita. Veja-se bem a parábola! O próximo é, sim, aquele que se aproxima. **É uma categoria ativa e não passiva. Não é o frágil que é o meu próximo: sou eu que me torno próximo do frágil e da sua fragilidade.** E, por isso, a moral de matriz cristã deve desafiar a ir ao encontro, a tornarmo-nos próximos. O outro não me é indiferente. É, aliás, um irmão.

Ilustro esta convicção, contando uma história que recupero de Tomas Halik, no seu livro «A noite do confessor».

«Rabi Pinchas perguntou aos seus discípulos como é que se reconhece o momento em que acaba a noite e começa o dia. “É momento em que há luz suficiente para distinguir um cão de um carneiro?”, perguntou um dos discípulos. “Não”, respondeu o rabi. “É o momento em que conseguimos distinguir uma tamareira de uma figueira?”, perguntou o segundo. “Não, também não é esse momento”, replicou o rabi. “Então é quando chega a manhã?”, perguntaram os discípulos. “Também não. É no momento em que olhamos para o rosto de qualquer pessoa e a reconhecemos como nosso irmão ou nossa irmã”, replicou o rabi Pinchas. E concluiu: “Enquanto não o conseguirmos, continua a ser noite”.»

Onde poderia encontrar-se fundamento para a fraternidade fora de uma visão genuinamente religiosa? É, aliás, o drama da revolução francesa: Proclamou a fraternidade como um dos seus valores fundantes, mas o que criou, de facto, foi uma orfandade, na medida em que ausentou Deus do seu mundo. No limite, poderíamos dizer que, no pensar de alguns revolucionários, Deus foi mesmo morto! Não é esse o registo cristão, para

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Sêneca - 4 a.C-65 d.C.)

quem Deus é um Deus de vivos e da vida, por isso, sinal de uma paternidade que nos irmana.

(8ª IMAGEM – DEUS A SEPARAR A LUZ DAS TREVAS – MIGUEL ÂNGELO – ENTRE 1508 E 1512)

Esta orfandade da revolução francesa gera uma crise grave na própria fundamentação da moral dita secular que, como já deixei transparecer, ainda hoje, os que não são crentes têm dificuldade em encontrar.

Ilustro esta dificuldade com uma outra história. Retiro-a de um livro que, entretanto, foi transposto para o cinema. **O título original dá pelo nome traduzido de «o Senhor das moscas»**. É a história de um grupo de miúdos de uma academia militar que vão parar a uma ilha. Nessa ilha, aparece, no início, um primeiro líder, Ralph, que tem clara a ideia de que o seu objetivo, desde o início, é sair da ilha sendo, para isso, necessário manter acesa uma fogueira, no monte mais alto da ilha. No início, todos estão sintonizados com este objetivo e com esta tarefa, mas, com o avançar do tempo, emerge um segundo líder, Jack, que afirma que nunca os irão salvar da ilha e, por isso, não vale a pena continuar a fazer esforços e sacrifícios. Ralph torna-se uma espécie de Cassandra. Os outros desistem, pouco a pouco e chegam a persegui-lo, quando já só restam dois que mantêm viva a ideia de que serão salvos. Os dois matam um dos dois e iniciam uma perseguição que só termina nas areias da praia, dando a impressão de que venceram. Nesse momento, todos se confrontam com a chegada de militares que lhes mostram que tinha valido a pena manter a esperança. O que restam são lágrimas e o arrependimento por terem desistido.

Uma excelente metáfora do que faz a fé em relação à moral. Salva-guarda o horizonte que é necessário assegurar: a certeza de que a vida humana não é fruto de acaso, nem se extingue na morte. E isso confere-lhe dignidade. De outro modo, como fundamentar tal dignidade? Na lei? Mas a lei é volúvel: depende das maiorias. Não estará, aqui, a razão da falência a que se assiste, no Ocidente? O Papa Bento XVI propôs, em 2007, que os descrentes aceitassem o desafio de fundar a moral na convicção de que Deus possa existir. Pensar «etsi Deus daretur» – como se Deus fosse dado, presumido. É uma base para o diálogo. Mas, aqui, não precisamos dela. A nossa convicção não é presumida: está sustentada na esperança, que é mais do que utopia ou mera convicção. Nasce da experiência. Neste caso, da experiência da ressurreição.

Mas regressemos ao que acima dizíamos...

Nesta moral da proximidade, importa deixar uma salvaguarda. **É que, a pretexto de nos fazermos próximos, muitos pretendem ver aqui um motivo para o relativismo.** O que haveria, enfim, seriam contextos e circunstâncias e não valores firmes e verdades merecedoras de adesão. Trago para contrapor a esta visão a posição que tem sido assumida pelo Papa e que resulta de um princípio jesuíta, claro como são sempre os jesuítas, capaz de evitar os escolhos do rigorismo e moralismo, assim como do relativismo. E esse princípio enuncia-se deste modo: firmes nos princípios, tolerantes com as pessoas. Um princípio que encontra o seu paradigma na atitude de Jesus perante a mulher adúltera: acolhe, com misericórdia, a pessoa – «mulher, quem te condenou?» –, mas não deixa de afirmar que o mal (o pecado) continua a sê-lo, apesar de acolher a mulher na situação trágica – «vai e não voltes a pecar» (Jo 8, 1-11). A firmeza e clarividência na distinção entre o que é bem e mal; a misericórdia perante o sofrimento que o mal provoca na pessoa.

Ilustram, de modo cabal, esta tensão entre a firmeza nos princípios e a misericórdia para com quem vive situações dramáticas as palavras do Papa Francisco sobre o aborto, no n. 214 da *Evangelii Gaudium*:

«E precisamente porque é uma questão que mexe com a coerência interna da nossa mensagem sobre o valor da pessoa humana, não se deve esperar que a Igreja altere a sua posição sobre esta questão. A propósito, quero ser completamente honesto. Este não é um assunto sujeito a supostas reformas ou «modernizações». Não é opção progressista pretender resolver os problemas, eliminando uma vida humana. Mas é verdade também que temos feito pouco para acompanhar adequadamente as mulheres que estão em situações muito duras, nas quais o aborto lhes aparece como uma solução rápida para as suas profundas angústias, particularmente quando a vida que cresce nelas surgiu como resultado duma violência ou num contexto de extrema pobreza. Quem pode deixar de compreender estas situações de tamanho sofrimento?»

A moral cristã não se basta em enunciar os princípios e em ser-lhe fiel. Desafia à ação coerente.

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Sêneca - 4 a.C-65 d.C.)

(9ª IMAGEM – CRIAÇÃO DA MULHER – MIGUEL ÂNGELO – ENTRE 1508 E 1512)

CENA QUE RETRATA A IGUAL DIGNIDADE ENTRE HOMEM E MULHER

Um quarto condimento, que poderíamos até considerar como mais um marco nesta viagem que estamos a fazer, podemos definir como a **busca permanente do respeito pelo todo de cada um**, sem o fragmentar.

Refiro-me ao **princípio da integridade** ou, mesmo, **integralidade**, que já se insinuava, anteriormente. A educação moral de matriz cristã assenta na ideia de integridade – toda a ação humana é suscetível de leitura e interpretação ético-moral. Não há neutralidade moral onde há ação humana consciente. **Toda a ação humana sobre si, os outros, o mundo e perante Deus é suscetível de leitura moral, o que confere um nexo entre o rumo que estamos a traçar e cada ato e ação ou omissão.** Os especialistas em moral falam da relação entre a opção fundamental e as atitudes e valores de cada ato.

Um tal reconhecimento põe em causa a ideia de neutralidade que muitos se propõem afirmar e procurar na educação. Como se educar pudesse ser feito com base, apenas, na transmissão neutra e sem envolvimento de conhecimentos. É como se alguém pretendesse aceder à linguagem sem ser a partir de uma língua concreta. Não há linguagem sem estar situada. Não há liberdade sem ser numa realidade concreta. A liberdade humana não é a divina: a liberdade humana é sempre situada, sempre em contexto concreto. **Mas é na concretude de cada ato que se manifesta a totalidade e é aí que deve procurar-se o respeito pela integralidade.**

Este respeito pode configurar-se com o conteúdo que resulta de um princípio tão claramente formulado por um dos maiores pensadores do ocidente, Kant: «as coisas têm um preço; as pessoas, dignidade. Os objetos são meios; as pessoas são sempre fins». A integralidade que proponho, aqui, é a que trata, sempre, a pessoa como um fim em si mesma, em todas e cada uma das suas dimensões: nenhum aspeto do que é humano é estranho à moral.

(10ª IMAGEM – A TRINDADE – ANDREI RUBLYOV – 1411 ou 1425-27)

Chegados a este marco da nossa viagem, precisamos de perceber **como deve pensar-se este alguém que é pessoa e que é fim em si mesmo.**

Invoco para fazer este retrato, aquilo a que chamo o Princípio trinitário.

A Trindade é uma comunidade. Ora, **se afirmamos que o Homem**

é criado à imagem e semelhança de Deus, o que dizemos de Deus teremos de dizer do Homem, pelo que este não pode senão conceber-se como um ser de relação. Vale a pena recordar uma experiência feita por Frederico II e recordada por Umberto Eco, no seu livro «em busca da língua perfeita».

[Frederico II – 1194-1250 – quis saber por meio de uma experiência que língua e idioma falariam as crianças, ao chegarem à adolescência, se nunca tivessem tido a possibilidade de falar com ninguém. E por isso ordenou às aias e amas que dessem leite às crianças [...] e com a proibição de lhes falar. Queria com efeito descobrir se falariam a língua hebraica, que foi a primeira das línguas, ou antes a grega, ou a latina, ou a árabe; ou se falariam em todas as circunstâncias a língua dos pais, dos quais tivessem nascido. Mas foi trabalho perdido, porque todos os meninos ou recém-nascidos morriam.]
(Salimbene de Parma – 1221-1290 –, *Cronaca (Crónica)*, n. 1664, segundo Umberto Eco, *Em busca da Língua Perfeita*, p. 15]

Uma tal história demonstra a nossa irredutível condição de seres relacionais.

A esta luz, esta sociedade individualista, solipsista (cada um fechado sobre si mesmo) desumaniza-nos. Tornamo-nos menos humanos quando nos fechamos no individualismo. Educar os filhos moralmente, num registo cristão, é educá-los para a abertura aos outros, para a descoberta de que nada somos sem os demais, de que não nos realizamos ao arrepio dos outros, porque **não é verdade que a minha liberdade acabe onde começa a dos outros**. Isso é uma visão individualista e solipsista. Nessa visão, estorvamo-nos e impedimo-nos de ser porque os outros existem. A nossa liberdade só aumentaria se os outros desaparecessem. **A visão cristã é aquela que entende que a liberdade só se realiza se permitir e conduzir à realização da liberdade dos demais e diminui na medida em que faz diminuir a liberdade do outro, a liberdade que é o outro.** Porque a **liberdade não é apenas um ato da vontade**, mas um ato que envolve a vontade, o sentir e a razão. Um viciado pratica atos voluntários, mas que não são livres. Porque **ser livre é saber escolher**, em cada momento e circunstância, **o que é melhor**. É procurar equilibrar os pratos de uma balança (libra) que, se não for esforçadamente equilibrada, com facilidade se desequilibra.

Não há ventos favoráveis para barco sem destino (Sêneca - 4 a.C-65 d.C.)

(11ª IMAGEM – CRIAÇÃO DO HOMEM – MIGUEL ÂNGELO – ENTRE 1508 E 1512)

Por fim, um último marco nesta viagem.

Recolho-o de Génesis, que nos afirma que todos somos Adão. Somos retirados da terra e, por isso, frágeis. Somos, aliás, feitos de húmus e, por isso, humanos. Esta condição deve dar-nos a humildade (mais uma vez, «húmus») de aceitar a fragilidade como condição da nossa existência. **Educar, cristãmente, é educar para o reconhecimento de que não somos deuses, pois a vida é dom e não propriedade nossa; não somos Deus, mas humanos (de «húmus»), capazes de transcender a dor e o sofrimento porque a graça nos concede a força e vigor para tal.** Isso coloca a moral no registo do seu horizonte que é a Misericórdia que transcende a própria moral. A educação moral cristã como que se projeta para além de si mesma, ao propor-se caminhar para a superação de toda a moral na vivência da misericórdia. Pois, como bem recorda S. Paulo, quando já não forem necessárias e tiverem passado as demais condições que a moral pretende, o que ficará é a caridade. Aqui, invoco-a, na sua forma de misericórdia.

(12ª IMAGEM – A ADORAÇÃO DOS PASTORES – REMBRANDT – 1646)

TODA A LUZ DO QUADRO NASCE DAQUELE QUE CONFERE SENTIDO A TUDO. NO PEQUENO, ESTÁ O INFINITO; NO PRESENTE, ESTÁ O ETERNO)

Deixo uma nota final, antes de parar a viagem:

A certeza de que a formação moral dos filhos se faz da constância, da persistência, da palavra, mas também do testemunho de vida consentâneo com a palavra.

São fundamentais e estruturantes os tempos de ser, de presença real com os filhos, de oração em Igreja doméstica (quantas famílias cristãs ainda param, ao fim do dia para rezar juntas?). Como não lembrar, aqui, o famoso diálogo da raposa com o Príncipezinho, em que ela lembra que «foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante»?

Importa, também, não deixar que os meios se apropriem dos fins e os fins se tornem meios: o fim é o encontro real. Se tiver de ser mediatizado, que seja, mas que não o seja por causa dos meios. Se se puder prescindir dos meios, por se entender que estorvam, então que o encontro seja face-a-face. **Corremos o risco de um novo gnosticismo que reduz o humano às ideias e ao**

pensamento, desvalorizando o encontro corpóreo. Como é fundamental para a educação moral o encontro, face-a-face! Como recorda Leonidas Donskis, no seu livro a quatro mãos com Zigmunt Bauman, «Cegueira moral», ao aceitarmos revelar-nos ao outro, com persistência e fidelidade, demonstramos a «coragem de revelar as nossas próprias fraquezas e limitações». E isso é um desafio, mas é, também, a condição para amarmos e sermos amados. Só amamos quem conhecemos. De outro modo, idealizamos e vivemos um amor platónico.

Respondemos às questões que nos propúnhamos: a neutralidade moral, na educação, é um mito, uma miragem que se esfuma. Impossível e nefasta, porque significaria não haver rumo.

O cristianismo tem um contributo ímpar a dar à educação moral daqueles que nos sucederão, sem ser uma educação meramente formal, mas sempre na tensão entre o já e o ainda não, entre a firmeza nos princípios e a misericórdia que acolhe. Uma tensão que não se pretende que seja quebrada: uma tensão entre a encarnação e a esperança da realização definitiva. Nos encontros do aqui e agora prepara-se o Encontro definitivo. Na busca incessante da verdade última da humanidade se salvaguarda a mesma humanidade. Educar, moralmente, os filhos é um combate contra o esquecimento, porque, como recordei, logo no início, a verdade é o não-esquecimento. Hoje, há, porém, muita amnésia sobre quem somos e para onde vamos. **Podemos, nós, cristãos, ser a reserva de memória humana, a reserva de humanidade, por que tanto se anseia. Essa é a missão maior da educação moral e o desafio gigante com que se depara a educação moral cristã. Mesmo parecendo negá-lo, o mundo espera isso de nós.**

Novas tecnologias na evangelização¹

P. LUÍS MIGUEL FIGUEIREDO RODRIGUES (*)

O facto de que a Igreja exista para evangelizar (Cf. EN 14) leva a que as reflexões produzidas pela Teologia Prática tenham a transmissão da fé como pano de fundo, em torno do qual, ou ao serviço do qual, realiza o seu trabalho. É neste quadro que nos inserimos, procurando perceber até que ponto o *digital*, entendido aqui no sentido amplo e cultural, pode ser utilizado na educação cristã.

Na cultura digital, o processo de ensino e aprendizagem – quer na aprendizagem ao longo da vida, quer na aprendizagem informal – dá destaque ao que Manuel Castells denomina por “nós”. Estes podem ser bibliotecas, organizações, pessoas, sítios da internet, livros, revistas; numa palavra, tudo a que se possa recorrer para resolver um problema ou descobrir algo que se quer aprender. A importância de cada “nó” depende, não das suas características especiais, «mas da sua capacidade para os objetivos da rede»², daquilo que aporta e potencia.

As redes, como estruturas abertas, promovem organizações sociais dinâmicas e abertas, muito suscetíveis à inovação e à expansão, o que coloca o problema da identidade, e da sua manutenção, com tudo o que isso implica

¹ Este texto esteve na base da comunicação que realizámos no 56º Encontro Nacional de Catequese, celebrado em Santarém, e está também publicado, de modo quase idêntico, no Brasil (cf. L. M. Figueiredo Rodrigues, “A Educação Cristã Na Web. Uma Reflexão Teológico-Prática,” *Revista Eclesiástica Brasileira* 76, no. 304 (2016): 875-89).

(*) Doutor em Teologia Prática, Universidade Católica Portuguesa. Mestre em Pedagogia do E-Learning, Universidade Aberta. Licenciatura Canónica em Teologia Catequética, Faculdade de Teologia “San Dámaso”. Docente na Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Braga. Presbítero na Diocese de Braga.

² M. CASTELLES, «Informacionalismo, redes y sociedade red: una propuesta teórica», in M. CASTELLES (ed.), *La sociedad red: una visión global*, Alianza Editorial, Madrid 2006, 27.

na missão da Igreja ao serviço à fé, para que a identidade continue a ser cristã e não outra, no ambiente digital.

Este ambiente, na ligação com os outros ambientes com os quais o indivíduo interage, continua a ter um tempo e um espaço próprios. O espaço, embora imaterial, continua a ser o suporte das práticas que acontecem em simultâneo e que estão interligadas, ao passo que o tempo deverá ser compreendido como uma sequência de práticas, se bem que no tempo intemporal deixa de haver uma sequência cronológica, para se privilegiar a simultaneidade, o perpétuo presente.

A fé, ao ser percebida como relação, postula um processo de transmissão, e este é-o na medida em que supera o tempo e o espaço³, o que evidencia a importância e o significado da tradição que, de si, inclui algo próximo à educação. Razão pela qual a educação da fé e a formação dos educadores da fé deve ter como solo privilegiado a reflexão sobre a transmissão da fé, nas suas diversas coordenadas: pessoal, eclesial e de conteúdo. Estas coordenadas assumem enfoques diferentes ao serem integradas na cultura digital, promovida pelo paradigma informacional⁴. Surge algo de novo, a que a instituição eclesial, apesar dos reiterados apelos do Magistério⁵, ainda não foi capaz de dar uma resposta satisfatória, pelo menos no que à educação cristã diz respeito. Se à tradição importassem apenas os conhecimentos (*fides quae*), a Internet vista como mera substituição de suporte, não só não ofereceria dificuldade como traria grandes vantagens; mas importa também a adesão vital (*fides qua*), sem a qual não é possível a experiência de fé no Deus de Jesus Cristo. Para a educação e transmissão da fé não basta, então, *dizer*, é preciso *suscitar a fé*⁶, promovendo o diálogo através de uma proposta significativa para cada indivíduo.

³ Cf. R. DEBRAY, *Transmettre*, ed. Odile Jacob, Paris 1997; W. MOSER, «Transmettre et communiquer. Chassés-crisés conceptuels à partir de Régis Debray», in *Intermédia-lités: Histoire et théorie des arts, des lettres et des techniques* 5 (2005) 191-206.

⁴ Cf. S. HJARVARD, «The mediatization of religion: A theory of the media as agents of religious change», in *Northern Lights: Film & Media Studies Yearbook* 6, 1 (2008) 9-26; M. LÖVHEIM, «Mediatization of religion: A critical appraisal», in *Culture and Religion* 12, 2 (2011) 153-166; G. LYNCH, «What can we learn from the mediatization of religion debate?», in *Culture and Religion* 12, 2 (2011) 203-210.

⁵ Veja-se, a este propósito, as Mensagens papais para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, sobretudo a partir de 2002, bem como os documentos «Ética na Internet» e «Igreja e Internet», publicados nesse mesmo ano pelo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais.

⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, «Para que acreditem e tenham vida. Orientações para a catequese actual», in IDEM, *Documentos Pastorais. VI Volume 2002-2005*, 253-278.

Pela narração da experiência pessoal de fé – pelo testemunho – convida-se outros à experiência de Deus.

O papa Francisco desafia os agentes pastorais a exercitar-se «na arte de escutar, que é mais do que ouvir. Escutar, na comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual. Escutar ajuda-nos a individuar o gesto e a palavra oportunos que nos desinstalam da cómoda condição de espetadores. Só a partir desta escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno, despertar o desejo do ideal cristão, o anseio de corresponder plenamente ao amor de Deus e o desejo de desenvolver o melhor de quanto Deus semeou na nossa própria vida» (EG 171).

Este é o objetivo da evangelização, a ser integrado quando se recorre às novas tecnologias, que não são meros instrumentos. Antes promovem um determinado estilo de sociedade, a qual, e através da qual, é preciso evangelizar⁷. Mas este é um processo comunitário, logo responsabilidade de todo o corpo eclesial, onde cada sujeito é convidado a contribuir com a narração da sua experiência de Deus, com o seu testemunho. Esta experiência só o é plenamente quando integrada numa comunidade eclesial que aprende, celebra, vive e reza (Cf. Act 2, 42-47) a presença transformadora do Deus que se dá a conhecer na história e faz desta o lugar de encontro com Ele (Cf. GS 4). A receção da tradição dá um significado novo às experiências pessoais, relidas a partir do acontecimento fundamental, o evento Jesus Cristo. Mas importa ter presente que a experiência do sentido da fé «se exprime por um conhecimento *per connaturalitatem* de tudo o que guarda a fé, de tipo intuitivo-global e não tanto discursivo e argumentativo»⁸, pelo que a objetividade do sentido da fé e a sua indefetibilidade são expressões da realidade da redenção operada por meio da Encarnação e do dom do Espírito Santo. O Evangelho tem, então, uma oportunidade neste mundo da globalização digital, porque se trata de «dar *forma histórica* à manifestação do Amor de Deus no evento humano»⁹; daí a importância da narração, como autocompreensão e como testemunho¹⁰. Neste contexto, «o exercício correto do *sensus fidei* depende de uma prática da fé que

⁷ Cf. D. ZANON, *O impacto da sociedade em rede sobre a Igreja católica. Elementos para uma cibereclesiologia*, ed. Paulus, Lisboa 2012.

⁸ A. STAGLIANO, «*Sensus fidei* cristiano in tempo di globalizzazione», in C. GIULIODORI, et al. (ed.), *Globalizzazione, Comunicazione e tradizione*, ed. San Paolo, Milano 2004, 199.

⁹ *Ibidem*, 206.

¹⁰ Cf. P. RICOEUR, «L'identité narrative», in *Esprit* 7-8 (1988) 295-304; *Idem*, *Soi-même comme un autre*, ed. du Seuil, Paris 1990.

corresponda autenticamente à Revelação de Deus, como experiência íntima e eclesial de encontro com o Senhor, metendo em jogo a própria liberdade na adesão pessoal a Cristo, na participação vital no mistério de Deus, conhecido porque amado»¹¹.

A fé cristã, ao ser sobretudo uma experiência de relação, não pode ser vertida, sem mais, para um suporte digital¹², sob qualquer formato, porque não obterá o resultado esperado: a transmissão. Mas ao usar a «linguagem do amor, como linguagem das experiências fundamentais do homem, que é infinitamente variada, precisa de todos os sentidos, e de todos os registos expressivos, ainda que seja para se aproximar àquilo que quer dizer»¹³. O amor pede a atualização do virtual, no atual de cada história pessoal, porque a linguagem do amor, «como a linguagem religiosa, tem necessidade de uma comunicação pessoal e corporal»¹⁴. A Web, como meio, tem antes a capacidade de ser o catalisador positivo, porque, numa cultura de paradigma informacional¹⁵, pode potenciar os processos de transmissão, ao ser o meio dominante.

Limites e possibilidades

A possibilidade de usar a Internet ao serviço da educação cristã é, muitas vezes, olhada de soslaio, por parecer que não integra a dimensão física da realidade. É uma dificuldade a que temos de dar resposta, até porque mais que uma vez os textos do magistério apelam à utilização dos meios digitais:

«A Internet é relevante para muitas atividades e programas da Igreja – a evangelização, incluindo a reevangelização e a nova evangelização, e a obra missionária tradicional *ad gentes*, a catequese e outros tipos de educação, notícias e informações, apologética, governo e administração, assim como algumas formas de conselho pastoral e de direção espiritual. Não obstante

¹¹ A. STAGLIANO, «*Sensus fidei* cristiano in tempo di globalizzazione», in C. GIULIODORI, et al. (ed.), *Globalizzazione, Comunicazione e tradizione*, ed. San Paolo, Milano 2004, 200; Cf. DV 8; LG 12.

¹² Cf. R. LAURITA, «La comunicazione della fede: evangelizzare efficacemente nel tempo dei *new media*», in *Credere Oggi* 32, 2 (2012) 36.

¹³ J. LYNCH, *Il profumo dei limoni. Tecnologia e rapporti umani nell'era di Facebook*, ed. Lindau, Torino 2011, 84; Cf. L. GROSSO GARCÍA, «El amor: eje articulador de la educación. Apuntes para una pedagogía del amor», in *Teología y Catequesis* 115 (2010) 37-50.

¹⁴ R. LAURITA, «La comunicazione della fede: evangelizzare efficacemente nel tempo dei *new media*», in *Credere Oggi* 32, 2 (2012), 38.

¹⁵ M. CASTELLS, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede, Vol. I*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2007³, 225-230.

a realidade virtual do espaço cibernético não possa substituir a comunidade interpessoal concreta, a realidade da encarnação dos sacramentos e a liturgia, ou a proclamação imediata e direta do Evangelho, contudo pode completá-las, atraindo as pessoas para uma experiência mais integral da vida de fé e enriquecendo a vida religiosa dos utentes»¹⁶.

Da reflexão sobre a posição oficial da Igreja a respeito da internet, a primeira ideia a destacar é o claro benefício que a Web tem para a missão da Igreja e a sua relevância para a formação dos cristãos. Mas, para isso, pressupõe-se uma compreensão mais profunda desta nova etapa cultural em que vivemos, a denominada sociedade em rede. Aqui, para os cristãos, a comunhão e a sua expressão na autêntica cultura do encontro (Cf. EG 220) é, seguramente, um dos maiores desafios.

O que o mundo digital evidencia, antes de mais, é a natureza comunicativa do ser humano, pois só ele é capaz de assumir e negociar relações complexas e ambientes sociais¹⁷. Mas a história da Web recorda-nos um detalhe interessante: comunicar é interagir, criar relação¹⁸. A vontade de comunicar faz com que o indivíduo não se limite a ser um recetor (Web 1.0), antes deseje interagir (Web 2.0), pelo que a capacidade de interação, de criar e manter relações, se tornou a característica-chave da Web 2.0. Dos *mass media*, passamos para os *cross media*.

Este fenómeno leva a uma nova compreensão das categorias de *tempo* e *espaço*, bem como à assunção de novas linguagens e de novos significados, de um novo universo semântico. Muitas das palavras do mundo digital resultam de processos de ressignificação linguística (e.g. amizade), e inclusive algumas com ressonâncias na gramática religiosa, como seja o caso dos termos “salvar”, “justificar” ou ainda “converter”¹⁹. A comunicação é um bem de primeira necessidade para o Cristianismo, pois sem comunicar a Igreja não realiza a sua missão.

¹⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, «Igreja e Internet», in *L'Osservatore Romano*, ed. em português, 16 de março de 2002, 5.

¹⁷ Cf. K. ALBRECHT, *Social Intelligence: The new Science of Success*, ed. Jossey-Bass, San Francisco 2006, 211-215.

¹⁸ Cf. P. WATZLAWICK, et al, *Pragmática da comunicação humana. Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação*, ed. Cultrix, São Paulo 1993⁹, 20-35.

¹⁹ Cf. A. SPADARO, *Cyberteologia. Pensare il cristianismo al tempo della rete* [eBook], ed. Vita e Pensiero, Milano 2012, 22-24.

A formação que a Web possibilita tem, então, de ser vista a partir do problema das linguagens e do modo como cada pessoa participa e está presente nas redes mediáticas, sobretudo a partir da categoria de *amizade*, muito falada neste contexto, que deverá ser vista como expressão do testemunho cristão, quer dos indivíduos, quer das comunidades, num permanente exercício de abertura de portas, sobretudo às periferias existenciais (Cf. EG 46-47).

Mas a relevância da Internet será tanto maior quanto esta se puder utilizar de acordo com a pedagogia divina²⁰, que se concretiza em torno de três princípios: o da condescendência, o da participação comunitária e o da participação gradual (Cf. DGC 139-147).

O recurso à Web responde ao princípio da *condescendência* divina, que se adaptou à «condição humana» (Cf. DGC 146). A utilização da Internet mais não é, também, do que a adaptação às condições em que hoje uma boa parte da humanidade vive, procurando reconhecer e potenciar as possibilidades existentes no ambiente digital. Mas o auge da condescendência de Deus realiza-se em Jesus Cristo, a palavra de Deus feita carne, que é o ponto mais alto da condescendência divina. A pedagogia da encarnação, tal como está refletida no *Diretório Geral da Catequese*, não coloca como ponto central a presença de um corpo, mas sim «o Evangelho [que] deve ser proposto sempre para a vida e na vida das pessoas» (DGC 143); logo, mais do que proximidade física, importa uma proximidade vivencial. Destaca-se a visibilidade que é dada à experiência de fé, à sua narração²¹. Verifica-se a necessidade de «iluminar e interpretar a experiência com o dado da fé (...), sob pena de se cair em justaposições artificiais ou em compreensões integristas da verdade» (DGC 153), logo contrárias ao princípio da condescendência.

A dimensão *comunitária* da pedagogia divina também tem na Web um fator potenciador. Recordemos que esta dimensão requiere que se valorize a experiência de fé de uma comunidade crente e apoia-se na relação pessoal e no diálogo (Cf. DGC 143). A Internet oferece recursos para que esta partilha de experiências aconteça e o diálogo, de onde pode brotar uma profunda relação, surja. Se, por vezes, o diálogo e a partilha se tornam difíceis num encontro presencial, nos espaços virtuais é diferente²². O reconhecimento e potenciação

²⁰ Cf. J. GRESHAM, «The Divine Pedagogy as a Model for Online Education», in *Teaching Theology and Religion* 9, 1 (2006) 24-28.

²¹ Cf. B. CALLIERI, «L'aspetto narratológico nella cultura dele realtà virtuale: tra sfida e rischio», in *Psicotech* 1 (2003) 9-17.

²² Cf. J. GRESHAM, «The Divine Pedagogy as a Model for Online Education», in *Teaching Theology and Religion* 9, 1 (2006) 27.

de ecologias de aprendizagem²³ não só dará espaço para que cada membro da comunidade se expresse, como poderá mesmo modificar a fisionomia das comunidades, tornando-as mais ativas.

Por último, o recurso à Internet permite que a *gradualidade*, que é própria da pedagogia divina, seja personalizada, o que é bem difícil noutros âmbitos mais clássicos. Aqui, o centro é de facto o indivíduo que tem uma participação ativa em todo o processo, é ele que decide o ritmo. Sem essa participação, o progresso não se verifica e isso é evidenciável.

Outro aspeto relevante da pedagogia divina é o recurso aos sinais e símbolos: «o emprego de todos os recursos da comunicação interpessoal tais como a palavra, o silêncio, a metáfora, a imagem, o exemplo e tantos sinais diversos, como o faziam os profetas bíblicos» (DGC 140). Mas os símbolos, para cumprirem a sua missão, precisam de uma comunidade de sentido, onde possam ser lidos e percebidos – surtir efeito –, e não se fiquem em meros sinais efémeros²⁴. Para que isto seja possível, importa perceber que transmitir é transportar no tempo, fazer herança, e não apenas informar. Logo, não basta a técnica, é preciso um esforço consciente institucional²⁵.

As comunidades de aprendizagem e a aprendizagem contextualizada, no âmbito da educação, poderão ser as precursoras da Web semântica, ou Web 3.0, na qual a internet, a máquina, se organiza e faz um uso inteligente do conhecimento já disponibilizado online, dando ao cibernauta aquilo que ele procura, por antecipação, a partir de um histórico de visitas ou dos conceitos associados. Para isso, é preciso *software* que vai realizando, ele mesmo, algum tipo de memorização – há quem lhe chame aprendizagem – com o vasto conteúdo disponível na Web, que analisa e elenca de acordo com critérios previamente estabelecidos. É a instituição eclesial que convém determinar esses critérios, já que estamos muito próximos do conceito de inteligência artificial. A diferença entre a Web 2.0 e a Web 3.0 é a diferença entre obter uma lista de respostas e uma solução concreta e personalizada para determinada pergunta. É a diferença entre a sintaxe e a semântica²⁶.

²³ Cf. G. SIEMENS, *Knowing Knowledge*, 2004, 42-47 [http://www.elearnspace.org/KnowingKnowledge_LowRes.pdf (acedido a 27/07/2016)].

²⁴ Cf. L.-M. CHAUVET, *Linguaggio e Simbolo. Saggi sui Sacramenti*, Editrice Elle Di Ci, Leuman 1982, 17-78.

²⁵ Cf. R. DEBRAY, *Transmettre*, ed. Odile Jacob, Paris 1997, 177-178; Cf. R. DEBRAY, *Manifestes médiologiques*, ed. Gallimard, Paris 1994, 41-ss.

²⁶ Um portal que merece a pena visitar é o <http://www.wolframalpha.com/>, que não é um mero motor de busca da web 2.0, mas que ensaia uma resposta, em vez de remeter para

No campo da educação, esta possibilidade ainda não encontrou a necessária estabilidade conceptual para poder ser introduzida numa reflexão como a que estamos a elaborar. Há já alguns estudos sobre o assunto, mas que não são conclusivos, antes «demonstram que, por estar sendo explorada por apenas algumas iniciativas, sua utilização está pouco consolidada. Os resultados mostraram que diversas ontologias estão sendo desenvolvidas para modelar os objetos de aprendizagem»²⁷. A este dado acresce a diversidade de ferramentas que atualmente se estão a utilizar, não ainda de modo satisfatório, «o que confirma a preocupação e interesse da comunidade científica em oferecer ferramentas que possam contribuir para otimizar a qualidade desses ambientes»²⁸.

Em termos eclesiais²⁹, o desafio consiste em fomentar a aprendizagem básica dos recursos tecnológicos – a literacia digital – ao serviço da educação cristã, para, depois, capacitar os agentes de pastoral para a adaptação do conhecimento³⁰, gerando novos conhecimentos – a literacia mediática³¹.

À instituição eclesial, como comunidade de sentido, é pedido, então, que ofereça ordem, que organize e configure a herança do que há que transmitir, imunizando o coletivo contra a desordem e a agressão, fazendo território no espaço virtual. A Igreja, ao ser sacramento universal de salvação, tem na Encarnação do Verbo o modelo para a sua ação, procurando perceber como é que a palavra de Deus fez caminho na humanidade. À luz do dogma de Calcedónia, a Igreja é convidada a refletir o modo como as ideias – o

potenciais respostas. Depois de feita uma pergunta, o sistema processa as respostas recolhendo dados de várias páginas e bases que contenham unicamente informação relevante para essa pergunta em concreto.

²⁷ A. M. ZEM-LOPES, et al, «Uma Revisão Sistemática das Tecnologias da Web Semântica em Ambientes Educacionais»[em linha], in *Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação* (2013) 578.

²⁸ *Ibidem*; Cf. C. H. MARCONDES, «Organização e representação do conhecimento científico em ambiente Web: do formato textual linear aos artigos semânticos», in *Ponto de Acesso* 7, 1 (2013) 7-41. Como exemplo desse trabalho veja-se a Tese de Doutoramento de M. C. MALTA, *Contributo metodológico para o desenvolvimento de perfis de aplicação no contexto da Web Semântica*, Tese de doutoramento em Tecnologias e Sistemas de Informação, Universidade do Minho, Braga 2014 [<http://hdl.handle.net/1822/30262> (acedido a 12/07/2015)].

²⁹ Vejam-se os diversos estudos publicados em H. CAMPBELL (Ed.), *Digital Religion. Understanding religious practice in new media worlds*, ed. Routledgs, New York 2013.

³⁰ Cf. P. DIAS, «Comunidades de educação e inovação na sociedade digital», in *Educação, Formação & Tecnologias* 4 (2012) 2, 4-10.

³¹ Cf. F. C. PALLETA, E. P. MALDONADO, «Informática e tecnologia: apropriação e produção de conhecimento na Web 3.0», in *Proceedings of World Congresso in Communication and Arts* 7 (2014) 343-346.

virtual – podem ser atualizadas, ganhando corpo. Percebido este processo, as experiências crentes podem fazer o caminho inverso e ser também virtualizadas³².

Testemunho aberto: novas formas de dizer e escutar

A Rede está a tornar-se no contexto existencial dominante³³. Importa, então, assumir que ela possui um ambiente cultural próprio com novas formas de pensar e novos territórios, com consequentes implicações educativas, relacionais e modos de estimular a inteligência. O conhecimento e as relações já não se procuram como quem procura um norte ou um objeto, com a bússola ou o radar, antes deixam-se encontrar. Estão ali, disponíveis, para quem as quiser procurar³⁴. Os motores de busca, a uma simples pergunta, devolvem uma lista muito grande de informações, que mais não são do que sugestões indexadas como adequadas aos termos introduzidos. A esta “memorização” da máquina é ainda acrescido o histórico das pesquisas de cada indivíduo, o que faz com que a máquina devolva as respostas que, de acordo com os algoritmos introduzidos, considera mais adequadas. Este fenómeno é desafiante por dois motivos: primeiro porque é preciso considerar que há realidades que escapam à lógica dos programas de busca; por outro lado, é preciso ajudar os cibernautas a identificar as respostas que verdadeiramente dão sentido à existência humana na sua totalidade. Estes desafios mostram a necessidade de uma espiritualidade capaz de dar unidade à fragmentação das mensagens³⁵.

O modo de estar na Web, para a Igreja, implica, então, um novo modo de dizer e escutar³⁶, de onde sobressaem os seguintes desafios: passar de uma

³² Cf. P. LÉVY, *Cyberculture*, Editions Odile Jacob, Paris 1997; IDEM, *Qué es lo virtual?*, Ed. Paidós, Barcelona 1998.

³³ Cf. M. CASTELLS, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede, Vol. I*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2007³; D. ZANON, *O impacto da sociedade em rede sobre a Igreja católica. Elementos para uma cibereclesiologia*, ed. Paulus, Lisboa 2012.

³⁴ Cf. A. SPADARO, *Cyberteologia. Pensare il cristianismo al tempo della rete* [eBook], ed. Vita e Pensiero, Milano 2012, 17-19.

³⁵ Cf. *Ibidem*, 54-55.

³⁶ «Quem acompanha sabe reconhecer que a situação de cada pessoa diante de Deus e a sua vida em graça são um mistério que ninguém pode conhecer plenamente a partir do exterior. O Evangelho propõe-nos que se corrija e ajude a crescer uma pessoa a partir do reconhecimento da maldade objetiva das suas ações (cf. Mt 18, 15), mas sem proferir juízos sobre a sua responsabilidade e culpabilidade (cf. Mt 7, 1; Lc 6, 37). Seja como for, um válido acompanhante não transige com os fatalismos nem com a pusilanimidade. Sempre

pastoral de respostas à de perguntas, do centrar-se nos conteúdos para se centrar nas pessoas, e do centrar-se nas ideias para se centrar na narração³⁷.

A pastoral, ao deslocar a sua preocupação das respostas para as perguntas, assume o facto de que hoje não é difícil encontrar uma mensagem que faça sentido; a dificuldade reside, antes, em descodificá-la, reconhecê-la como importante e significativa, no meio das inúmeras ofertas disponíveis e no contexto de uma identidade crente. Ao esforço de dar respostas, em ter uma resposta, que surgirá sempre como mais uma no meio de tantas, corresponde a apresentação do Evangelho não «como o livro que contém todas as respostas, (...) mas como o livro que contém todas as perguntas juntas»³⁸, as que valem a pena ser respondidas. Este dado postula um esforço educativo que não se centre apenas na oferta de conteúdos, mas na liberdade de procurar, de forma crítica, os conteúdos que oferecem sentido.

O segundo desafio depreende-se do anterior: uma pastoral que se centre nas pessoas e não nos conteúdos. A Internet favorece uma busca à medida, onde cada um procura o que quer, quando quer e onde quer. Já não há uma oferta programada para todos em simultâneo, antes buscas que implicam seleções e interações. O poder transitou do emissor para os recetores, admitindo ainda como possível o uso desta terminologia. E a busca espiritual, também ela, participa desta lógica, pelo que o programa é elaborado à medida de cada um, a partir dos conteúdos disponíveis na Internet. E estes serão tanto mais úteis quanto mais forem as respostas às inquietações dos cibernautas, o que implica uma atitude permanente de os escutar³⁹. A cultura digital oferece esta oportunidade para dialogar, para compreender quais são as «alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje» (GS 1). E é aqui que ganham redobrada importância os “amigos” e os “seguidores” na Web, uma vez que estes serão tanto mais eficazes quanto forem capazes de ser

convida a querer curar-se, a pegar no catre (cf. Mt 9, 6), a abraçar a cruz, a deixar tudo e partir sem cessar para anunciar o Evangelho. A experiência pessoal de nos deixarmos acompanhar e curar, conseguindo exprimir com plena sinceridade a nossa vida a quem nos acompanha, ensina-nos a ser pacientes e compreensivos com os outros e habilita-nos a encontrar as formas para despertar neles a confiança, a abertura e a vontade de crescer» (EG 172).

³⁷ Cf. A. SPADARO, «Le 6 grandi sfide della comunicazione digitale alla pastorale», in *CyberTeologia*, 3 de novembro de 2014 [<http://www.cyberteologia.it/2014/11/le-6-grandi-sfide-della-comunicazione-digitale-alla-pastorale/>] (acedido a 28/07/2016)].

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Cf. COMMISSIONE TEOLOGICA INTERNAZIONALE, *Il sensus fidei nella vita della Chiesa*, Novembro 2014, 120-126 [http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20140610_sensus-fidei_it.html] (acedido a 28/07/2016)].

significativos para a rede de cada pessoa. A centralidade das pessoas e não dos conteúdos leva a assumir uma presença eclesial cada vez mais comunicativa e participativa, que favorece a narração testemunhal da experiência crente, com a qual é possível identificar-se. E este testemunho permite fazer emergir a relação entre indivíduos, o que implica a partilha de redes de relações. Nesta teia, o conteúdo partilhado está intrinsecamente ligado a quem o partilha, e é o *quem* que acaba por qualificar o *quê*. Quem partilha nunca o faz de modo neutro, ainda que seja apenas o replicar um objeto numa rede social: «Quando as pessoas trocam informações, estão já a partilhar-se a si mesmas, a sua visão do mundo, as suas esperanças, os seus ideais»⁴⁰. O Documento da Aparecida afirma claramente que «a missão não se limita a um programa ou projeto, mas é compartilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, de comunidade a comunidade e da Igreja a todos os confins do mundo (cf. At 1,8)»⁴¹.

O terceiro desafio, o centrar-se na narração e não nas ideias, é a consequência natural das relações interpessoais, porque aqui o que se realiza é o dizer dizendo-se, na proximidade do encontro de uma vida partilhada⁴².

«Neste tempo em que as redes e demais instrumentos da comunicação humana alcançaram progressos inauditos, sentimos o desafio de descobrir e transmitir a “mística” de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade, numa caravana solidária, numa peregrinação sagrada. Assim, as maiores possibilidades de comunicação traduzir-se-ão em novas oportunidades de encontro e solidariedade entre todos» (EG 87).

A Web 2.0 oferece uma oportunidade fantástica para dar visibilidade e tornar significativas as experiências vividas, graças à facilidade com que se podem narrar e partilhar. E narrar é «restituir os sujeitos do conhecimento à densidade simbólica e experiencial do mundo. A narração na rede pode ser, sim, individualista e autorreferencial, mas também pode ser polifónica

⁴⁰ BENTO XVI, «XLV Dia Mundial das Comunicações Sociais, 2011 – “Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital”», in *L'Osservatore Romano*, ed. em português, 29 de janeiro de 2011, 5.

⁴¹ EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, *Documento de Aparecida. Texto Conclusivo da V Conferência Geral*, ed. CNBB/Paulus/Paulinas, São Paulo 2007, 145.

⁴² Cf. R. LAURITA, «La comunicazione della fede: evangelizzare efficacemente nel tempo dei *new media*», in *Credere Oggi* 32, 2 (2012), 34.

e aberta»⁴³. As novas formas de narrar e escutar implicam uma ecologia educativa digital acolhedora, capaz de amparar as perguntas que na Web se podem fazer e que não encontram lugar noutros âmbitos, sem esquecer que as novas paisagens mediáticas permitem integrar a continuidade bidirecional entre o virtual e o presencial.

Mas das características de uma ecologia educativa, tal como Georg Siemens a teorizou no *Conectivismo*⁴⁴, deriva a imprescindibilidade de os facilitadores de aprendizagem possuírem uma identidade virtual acessível e que lhe dê existência digital, organizada a partir de uma presença facilmente localizável e interligável com as diversas ferramentas Web 2.0. E esta presença digital tem de possuir características tais que seja viável para desempenhar tudo o que se espera de uma educação cristã digital contextualizada e a sua facilitação. É este recurso que vai permitir ao facilitador realizar todos os papéis acima referidos, pois é o “espaço” onde a interação com os aprendentes acontece.

Por tudo o que acima se disse e pela facilidade de criação e manutenção, bem como pela ausência de custos para o utilizador, estamos persuadidos que essa presença há de ser um blog⁴⁵. Paul Anderson reflete sobre aquelas que serão as ferramentas e os serviços típicos da Web 2.0, a saber: o blog, a *wiki*, o *social bookmarking* e o sistema de etiquetagem de conteúdos, a partilha de áudio e de *podcasting*, e, por fim, a sindicância de conteúdos⁴⁶. De comum, estas ferramentas têm o facto de darem ao utilizador o controle do processo de produção, catalogação e divulgação dos conteúdos, bem como a moderação dos comentários, nos quais se faz a discussão. E também a possibilidade de facilitar e promover a replicação dos seus conteúdos.

⁴³ A. SPADARO, «Le 6 grandi sfide della comunicazione digitale alla pastorale», in *CyberTeologia*, 3 de Novembro de 2014 [<http://www.cyberteologia.it/2014/11/le-6-grandi-sfide-della-comunicazione-digitale-alla-pastorale/>] (acedido a 28/07/2016)].

⁴⁴ Cf. G. SIEMENS, *Knowing Knowledge*, 2004, 87-88, [http://www.elearnspace.org/KnowingKnowledge_LowRes.pdf] (acedido a 12/07/2016)]; IDEM, *Learning ecologies, communities, and networks. Extending the classroom* (17/10/2003) [http://www.elearnspace.org/Articles/learning_communities.htm] (acedido a 29/07/2016)]; IDEM, *Connectivism: A learning theory for a digital age* (12/12/2004) [<http://www.elearnspace.org/Articles/connectivism.htm>] (acedido a 26/07/2016)].

⁴⁵ R. SANTOS, «Blogues – de moda a ferramenta indispensável da comunicação», in H. P. ARAÚJO, et al (Coord.), *Tecnologia e Sociedade. Tecnologia, Humano e Pós-Humano*, Universidade Católica Editora, Lisboa 2007, 31-47.

⁴⁶ Cf. P. ANDERSON, *What is Web 2.0? Ideas, technologies and implications for education*, 7-13 [<http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-20.html>] (acedido a 12/07/2016)].

Neste nosso caso, e porque é a ferramenta que permite fazer a síntese de todas as outras, pela possibilidade que tem de embeber os outros conteúdos com facilidade, ir-nos-emos centrar no blog. A aparente simplicidade de um blog, no dizer de George Siemens e Peter Tittenberger, «é ilusória. O blog oferece oportunidades únicas para os educadores melhorarem a comunicação com os alunos, aumentando a profundidade da aprendizagem através da reflexão e permitir a formação de diversos pontos de vista e perspectivas»⁴⁷. Acresce ainda o facto de ter sido esta ferramenta que permitiu, em grande escala, a passagem para a segunda geração da Web, com destaque para a produção e reorganização da informação por parte de cada utilizador, o que potenciou exponencialmente a existência da inteligência coletiva.

Um blog é uma página simples, onde o seu utilizador ou utilizadores vão inserindo textos, imagens, sons, vídeos e hiperligações. Há ainda a possibilidade de os leitores poderem escrever comentários, enriquecendo o texto inicial com a discussão sucessiva⁴⁸. Esta discussão por comentários pode ser totalmente livre, mediada pelo autor do blog ou simplesmente vedada. Cada publicação, também denominada *post*, pode ser categorizada por palavras-chave. Estas permitem que o pesquisador procure um determinado tema no blog ou chegue até ele pela pesquisa de conceitos-chave.

O sucesso desta ferramenta é tal que se criou o termo “blogosfera” para designar a existência de um número muito elevado de pessoas que têm o seu próprio espaço na Web⁴⁹. Estes espaços têm finalidades variadas⁵⁰. As mais comuns são a partilha e gestão de conhecimento. O cidadão comum torna-se, de facto, o centro da Web!

Das diversas possibilidades e finalidades da blogosfera, a vertente que mais nos interessa é a sua colaboração na construção do Espaço do Saber e consequente contributo para a inteligência coletiva⁵¹.

⁴⁷ G. SIEMENS, P. TITTENBERGER, *Handbook of Emerging Technologies for Learning*, 2009, 43 [<http://elearnspace.org/Articles/HETL.pdf> (acedido a 29/07/2016)].

⁴⁸ Cf. C. RODRIGUES, *Blogs e a fragmentação do espaço público*[eBook], ed. Universidade da Beira Interior, Covilhã 2006, 23.

⁴⁹ Cf. J. CANAVILHAS, «El nuevo sistema mediático», in *Index.Comunicación* 1 (2011) 21-22.

⁵⁰ O sítio <http://technorati.com/> disponibiliza há vários anos estudos pormenorizados sobre a evolução dos blogs.

⁵¹ P. LÉVY, *A Inteligência Colectiva. Para uma antropologia do ciberespaço*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa 1997; IDEM, *As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era Informática*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa 1994.

George Siemens, já em 2002, elaborou uma reflexão, que continua atual⁵², sobre o uso pedagógico dos blogs, na qual aponta os benefícios do recurso ao blog para fins pedagógicos. O primeiro é que *promove as periferias*, uma vez que as ideias podem ser avaliadas por si, de acordo com o seu mérito, e não apenas pela fonte de origem. O blog permite também a *filtragem*, ou seja, os conteúdos meritórios são filtrados através do blog e podem receber comentários e ser replicados, recebendo assim o retorno de perspectivas diversas e complementares sobre uma ideia ou conceito, explorando com exaustão os seus diversos aspetos. O blog tem também a capacidade de *eliminar barreiras*, o que permite acompanhar a reflexão de peritos numa diversa matéria que, sem o recurso ao blog, não se teria acesso, seja qual for a natureza da barreira que separa. Por outro lado, qualquer ideia pode ter expressão, o que origina o *fluxo livre* do conhecimento, sendo a interação com outros indivíduos o verdadeiro critério de seleção. Mais, este processo pode ser acompanhado em *tempo real*, embora possa, e é o que normalmente acontece, ocorrer de forma assíncrona. Por fim, um blog permite *agregar diversas ligações*, o que faz com que diversos campos de interesse e de pensamento sejam reunidos e organizados através da ação colaborativa de diversos participantes na blogosfera. Tem ainda a vantagem de ficar tudo guardado em arquivo, o que permite a consulta posterior em qualquer altura.

Mas o grande desafio está, acima de tudo, não nas ferramentas e recursos, mas na atitude com que se aborda a Web e se utiliza ao serviço da educação cristã.

⁵² G. SIEMENS, *The Art of Blogging - Part 1. Overview, Definitions, Uses, and Implications* (1/12/2002) [http://www.elearnspace.org/Articles/blogging_part_1.htm (acedido a 23/07/2016)]; IDEM, *The Art of Blogging - Part 2. Getting Started, "How To", Tools, Ressources* (6/12/2002) [http://www.elearnspace.org/Articles/blogging_part_2.htm (acedido a 23/07/2016)].

Piedade popular e oração em família

IR. JOSEFINA CABRAL TEIXEIRA, MRSCJ (*)

Apresentação

Boa tarde, Rev.^{mo}. Bispo D. Manuel Pelino Domingues, Presidente da Comissão Episcopal; Rev.^{mo} D. António Moiteiro; Rev.^{mo} D. Nuno Brás; Caríssimo Diácono Acácio Lopes, Diretor do Secretariado Nacional da Educação Cristã; Caríssima D^{ra}. Cristina Sá Carvalho; Caríssimos Sacerdotes, Irmãs Religiosas; Caros colegas dos vários Secretariados Diocesanos; Famílias de Caná (Anadia); Casal Helena e Luís Pais (Santarém) Saudações em Cristo.

Introdução

Estou aqui para partilhar convosco neste painel a pedido do SNEC na pessoa do seu Diretor, Diácono Acácio Lopes, o tema: Piedade popular e Oração em Família.

O culto cristão tem a sua origem e a sua força no Espírito Santo, e nele se desenvolve e aperfeiçoa. Assim se pode afirmar que sem a presença do Espírito não há autêntico culto litúrgico e tão pouco se pode exprimir a autêntica ***piiedade popular***. A piedade popular configura-se e constitui um momento do diálogo entre Deus e o homem por Cristo no Espírito Santo.

Não é nossa intenção esgotar todos os atributos da piedade popular com esta apresentação, mas fazer uma reflexão abrangente de alguns princípios que nos poderá ajudar na nossa reflexão sobre este tema. Tanto é que nos

(*) Religiosa da Congregação das Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus. Coordenadora do Setor da Catequese da Infância e da Adolescência da Diocese do Algarve.

encontramos num painel onde aparecem várias perspectivas sobre o mesmo tema.

Depois desta breve introdução,

- Iremos ver como surgiu esta designação da piedade popular na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, do Papa Paulo VI.
- No Directório sobre a piedade popular e a Liturgia (Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos). Princípios e orientações (Edições Paulinas, 2003) iremos contemplar:
- Piedade popular, a sua relação com a Liturgia;
- Palavra de Deus e piedade popular;
- Inculturação e piedade popular;
- Oração em Família.
- Directório Geral da Catequese (1997). Algumas alíneas... e por fim na;
- Exortação Apostólica Pós-Sinodal – A alegria do Amor (*Amoris Laetitia*), Papa Francisco, abril 2016.

Piedade popular, como se chegou a esta designação?

O beato Papa Paulo VI, na *Evangelii Nuntiandi*, nº 48, referindo-se à Religiosidade popular nos países católicos, preferiu a expressão ***piedade popular*** para indicar-nos o grande trabalho apostólico de rever os atos de piedade, libertando-os de elementos estranhos à verdadeira religião, dando-lhes, porém, o devido valor. Esses elementos negativos podem ser: a magia, a superstição, o espetáculo ou o fanatismo. Tudo aquilo que traz sensações ou sentimentos de bem-estar espiritual, na sua expressão entendida de forma negativa.

A ***piedade popular*** refere-se às mais variadas práticas e expressões de devoção religiosa que são criadas espontaneamente pela população, sem a intervenção de instituições religiosas oficiais.

As práticas da religiosidade popular são: peregrinações, procissões, bênçãos, novenas, festas patronais, imagens, etc.

As práticas de **piedade popular** são dirigidas a Deus, a Cristo, a Maria Santíssima, aos Anjos e Santos e aos fiéis defuntos. Conclui-se que é designada piedade popular aquela prática do povo criada por si própria. Segundo o EN, as devoções do povo católico, algumas delas esfriadas outras hoje suprimidas, mas, em geral, muitas ainda existentes na Igreja, precisam ser amparadas, defendidas e valorizadas.

De facto, a **piedade popular** é muito sensível ao mistério da paternidade de Deus: comove-se perante a sua bondade e admira o seu poder e sabedoria; alegra-se com a beleza da criação e louva o seu Criador; sabe que Deus Pai é justo e misericordioso, e cuida dos pobres e dos humildes; proclama que Ele manda fazer o bem e premeia aqueles que vivem com honestidade seguindo o reto caminho, ao passo que detesta o mal e afasta de si aqueles que se obstinam em seguir o caminho do ódio e da violência, da injustiça e da mentira.

A piedade popular não ignora que no mistério de Deus há a pessoa do Espírito Santo. Acredita que o Filho de Deus «incarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem» e que nos primórdios da Igreja o Espírito de Deus, cujo selo é impresso de modo especial nos cristãos mediante a confirmação, está vivo em todos os sacramentos da Igreja.

A prática do povo, isto é, piedade popular é sensível ao tempo de Advento, sobretudo enquanto memória da preparação para a vinda do Messias. Relacionada com o Advento surgiram várias expressões de piedade popular que sustentam a fé do povo e transmitem de geração em geração a consciência de alguns valores deste tempo litúrgico.

“A piedade popular, precisamente porque intui os valores inerentes ao mistério do Natal, é chamada a cooperar na salvaguarda da memória da manifestação do Senhor, de modo que a forte tradição religiosa conexas com o Natal não se torne terreno de operações de consumismo e infiltrações de neopaganismo”.

A sua relação com a liturgia

A piedade popular é diferente do culto litúrgico, que é “o culto oficial prestado pela Igreja Católica com Cristo e por Cristo a Deus”. Porém, apesar dessa diferença, “tem acontecido ao longo dos séculos que certas expressões da piedade popular passaram à liturgia (por exemplo: festas do Natal, do Sagrado

Coração de Jesus, do Imaculado Coração de Maria, etc.)”. Mas, a piedade popular não é contraditória com a liturgia, sendo aceite e até muitas vezes recomendada pela Igreja. Porém, é de salientar que ela não pode substituir a liturgia e, todas as pessoas que a praticam nunca devem esquecer que todo o culto católico é, em última instância, dirigido e prestado à Santíssima Trindade.

Por outras palavras, a liturgia é o critério, o culto oficial, a forma vital da Igreja no seu conjunto alimentada diretamente pelo Evangelho. A religiosidade ou piedade popular significa que a fé cria raízes no coração dos diversos povos, entrando a fazer parte do mundo da vida quotidiana.

Palavra de Deus e piedade popular

A Palavra de Deus, consignada na Sagrada Escritura, guardada e proposta pelo Magistério da Igreja e celebrada na Liturgia, é instrumento privilegiado e insubstituível da ação do Espírito na vida cultural dos fiéis.

Dado que a Igreja se edifica e cresce na escuta da Palavra de Deus, o povo cristão deve adquirir familiaridade com a Sagrada Escritura e imbuir-se do seu espírito, para traduzir em formas idóneas e conformes com os dados da fé o sentido de piedade e de devoção que dimana do contacto com Deus que salva, regenera e santifica (**Dir. nº 87**).

Na palavra bíblica, a piedade popular encontrará uma fonte inexaurível de inspiração, insuperáveis modelos de oração e fecundas propostas temáticas. Além disso, a referência constante à Sagrada Escritura constituirá uma indicação e um critério para moderar a exuberância com que, não raramente, se manifesta o sentimento religioso popular, dando lugar a expressões ambíguas e, até por vezes, incorretas. Dar o devido valor tem a ver, também, com a correta expressão. Ou melhor, expressar de forma simples e clara.

Inculturação e piedade popular

A piedade popular é naturalmente marcada pelo sentir histórico e cultural. Isso mesmo o indica a variedade de expressões que a constituem, que floresceram e se afirmaram nas várias Igrejas particulares no decurso do tempo, sinal do enraizamento da fé no coração de cada um dos povos e da sua introdução no mundo do dia a dia. De facto, «a religiosidade popular é a primeira e fundamental forma de “inculturação” da fé, que se deve continua-

mente deixar orientar e guiar pelas indicações da Liturgia, mas que por sua vez fecunda a fé a partir do coração». O encontro inovador da mensagem do Evangelho e as diversas componentes de uma cultura é algo que está atestado na piedade popular.

Se a família consegue concentrar-se em Cristo, ele unifica e ilumina toda a vida familiar. Os sofrimentos e os problemas são vividos em comunhão com a Cruz do Senhor e, abraçados a Ele, pode-se suportar os piores momentos. Nos dias amargos da família, há uma união com Jesus abandonado, que pode evitar uma rutura. As famílias alcançam pouco a pouco, «com a graça do Espírito Santo, a sua santidade através da vida matrimonial (**AL, 317**)».

(**DGC, nº 195**): Não é raro encontrarmos, nas comunidades cristãs, expressões especiais da procura de Deus e da vida religiosa, carregadas de fervor e de pureza de intenções, por vezes comoventes, a que podemos chamar «piedade popular».

Dom Agnelo Rossi, no seu livro intitulado “Evangelificação Popular”, afirma: “Infelizmente muita prática de piedade religiosa e popular, nos meios católicos, foi combatida, ridicularizada, suprimida para que pudesse ser substituída por outra prática popular, que atingisse ou conquistasse a massa dos fiéis.

Pois, é verdade que é mais fácil destruir do que ter o trabalho de corrigir e renovar o que **já faz parte da vida de um povo**. Isso acontecia muito nos países de missão. Quando o missionário lá chegava, já o Espírito Santo se encontrava na vida das pessoas.

Oração em família

Na Exortação Apostólica A alegria do Amor, nº 318, diz o seguinte: “A oração em família é um meio privilegiado para exprimir e reforçar esta fé pascal. Podem encontrar-se alguns minutos cada dia para estar unidos na presença do Senhor vivo, dizer-lhe as coisas que os preocupam, rezar pelas necessidades familiares, orar por alguém que está a atravessar um momento difícil, pedir-lhe ajuda para amar, dar-lhe graças pela vida e as coisas boas, suplicar à Virgem que os proteja com o seu manto de Mãe.” O Santo Padre acrescenta: “com palavras simples, este momento de oração pode fazer muito bem à família”.

O mesmo documento afirma que “As várias expressões da **pieidade popular** são um tesouro de espiritualidade para muitas famílias. O caminho comunitário de oração atinge o seu ponto culminante ao participarem juntos na Eucaristia, sobretudo no contexto do descanso dominical”. Para juntos celebrarem a fé que não é um ato individual mas comunitário, embora saibamos que há momentos em que cada um precisa de um tempo para estar a sós com o Senhor.

Isto é o que nos diz o documento, mas, na prática quotidiana das famílias, o que acontece? Ainda há famílias que se reúnem para orar? Ou estando reunidas rezam? Umas sim, outras não. Na maioria das vezes isto não acontece. Fazendo perguntas a alguns membros de famílias sobre se rezavam quando a família se reunia, responderam que não.

Ainda existem famílias que se reúnem para rezar? Estando em tempo de Quaresma, momento privilegiado que a Igreja nos oferece para intensificarmos a nossa união com Deus, as Campanhas promovidas pelo Secretariado da catequese propõem sempre uma pequena oração a fazer em família. Se perguntamos aos catequizandos se rezam a oração que lhes é proposta pela catequese, respondem “não temos tempo”. Sim, alguns conseguem fazer a sua oração, mas comparando a percentagem é muito baixa. Mesmo os adultos, ou mesmo catequistas, falham nesta prática de oração diária. Mas não está tudo perdido, é necessário incentivar sem desanimar, para que a vida de encontro com Deus não se resfrie. Que haja momento de escuta da Palavra e de meditação nas famílias, com gestos simples e concretos.

Conclusão

As práticas da piedade popular servem para ligar a religião ao empenho de vida cristã e não para favorecer a magia, a superstição, o espetáculo, o fanatismo.

Na nossa exposição vimos o que é a religiosidade popular e o que é a piedade popular e como se chegou a esta terminologia. Vimos também que são criadas pelo povo para manifestação da sua fé em Deus, em Jesus Cristo, no Espírito Santo e Nossa Senhora. Há que valorizar sempre mais estas práticas e dar o devido sentido evangelizador.

Porque assim, como todos os atos humanos precisam de ser aperfeiçoados o que toca à vivência da fé também não foge à regra. É necessário esclarecer

os fiéis sobre a marca peculiar da oração cristã que tem como destinatário o Pai, pela medição de Jesus Cristo, no poder do Espírito Santo. É necessário que as expressões da piedade popular realcem cada vez mais a pessoa e a ação do Espírito Santo. É importante que as expressões da piedade popular façam sobressair o valor primário e fundamental da Ressurreição de Cristo.

Convido-vos a rezarmos juntos esta oração:

Oração à Sagrada Família

Jesus, Maria e José,
em Vós contemplamos
O esplendor do verdadeiro amor,
Confiantes, a Vós nos consagramos.

Sagrada família de Nazaré,
Tornai também as nossas famílias
Lugares de comunhão e cenáculos de oração,
Autênticas escolas do Evangelho
E pequenas igrejas domésticas.

Sagrada família de Nazaré,
Que nunca mais haja nas famílias
Episódios de violência, de fechamento e divisão;
E quem tiver sido ferido ou escandalizado
Seja rapidamente consolado e curado.

Sagrada família de Nazaré,
Fazei que todos nos tornemos conscientes
Do carácter sagrado e inviolável da família,
Da sua beleza no projeto de Deus.

Jesus, Maria e José,
Ouvi-nos e acolhei a nossa súplica.
Ámen.

